UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
INSTITUTO DE PSICOLOGIA

TILIÊ NAOMI NUNOMURA

**Escalonamento psicofísico da atitude sexual como ferramenta de
investigação de violência sexual**

São Paulo
2018

TILIÊ NAOMI NUNOMURA

**Escalonamento psicofísico da atitude sexual como ferramenta de
investigação de violência sexual**

Dissertação apresentada ao Instituto de Psicologia
da Universidade de São Paulo, como parte dos
requisitos para obtenção do grau de Mestre em
Psicologia

Área de concentração: Psicologia Experimental
Orientador: Prof. Dr. Marcelo Fernandes da Costa

São Paulo
2018

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Catálogo na publicação
Serviço de Biblioteca e Documentação
Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo

Nunomura, Tiliê Naomi

Escalonamento psicofísico da atitude sexual como ferramenta de investigação de violência sexual / Tiliê Naomi Nunomura; orientador Marcelo Fernandes da Costa. – São Paulo, 2018.

90 f.

Dissertação (Mestrado - Programa de Pós-Graduação em Psicologia Experimental) – Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, 2018.

1. Violência sexual. 2. Escalonamento psicofísico. 3. Atitude sexual. 4. Escala intervalar. 5. Percepção sexual. I. Costa, Marcelo Fernandes da, orient. II. Título.

Nome: Nunomura, Tiliê Naomi

Título: Escalonamento psicofísico da atitude sexual como ferramenta de investigação de violência sexual

Dissertação apresentada ao Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo para obtenção do título de Mestre em Psicologia

Aprovado em:

Banca Examinadora

Prof. Dr. _____

Instituição: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr. _____

Instituição: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr. _____

Instituição: _____ Assinatura: _____

AGRADECIMENTOS

Ao Prof. Marcelo Fernandes da Costa, por me orientar desde o começo, aceitar esse projeto e proporcionar meu crescimento acadêmico.

Aos docentes e funcionários do IPUSP, por propiciarem uma oportunidade enriquecedora para minha vida acadêmica e futura.

Ao Dr. Jefferson Drezet e à psicóloga Daniela Pedreso, bem como a todos funcionários e funcionárias do Centro de Referência da Saúde da Mulher, por aceitarem minha presença e ajudarem na coleta junto às sobreviventes.

Ao Diretor da unidade penitenciária Sorocaba II pela permissão de realização da pesquisa no estabelecimento, aos funcionários e funcionárias, e principalmente à Diretora de Saúde Daniela, pela ajuda e disponibilidade com a coleta junto aos reeducandos.

Aos participantes que contribuíram na realização da pesquisa e no avanço do conhecimento científico sobre a violência sexual. Aos reeducandos que, mesmo estando aprisionados, alguns até com medo de represálias, conseguiram compreender a importância da pesquisa e aceitaram participar. Em especial, às sobreviventes, mulheres fortes que, em um dos momentos mais frágeis de suas vidas, concordaram em ajudar e se abriram a uma desconhecida.

À CAPES pelo apoio financeiro.

À minha família. Obrigada pais por aceitarem mais uma empreitada, me apoiando dos mais diversos modos, e minha irmã, mesmo longe e deixando saudades.

Por fim, ao Gustavo, meu parceiro sempre presente, ajudando, apoiando, motivando. Sem você esse desafio seria extremamente mais difícil.

RESUMO

NUNOMURA, T. N. (2018). *Escalonamento psicofísico da atitude sexual como ferramenta de investigação de violência sexual*. Dissertação de Mestrado, Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo.

A violência sexual é um problema de saúde pública que afeta boa parte da população mundial. Seu estudo, entretanto, é marcado por dificuldades conceituais, legais, epidemiológicas e metodológicas. Dentre os diversos modos de se entender e examinar a violência sexual, as atitudes são comumente investigadas, sobretudo com o emprego de escalas Likert. Contudo, o escalonamento psicofísico pelos métodos de Thurstone possui características típicas de escalas intervalares que lhe conferem vantagens em relação às escalas ordinais. O principal objetivo da presente pesquisa foi construir uma escala de distâncias psicológicas de descritores sexuais para cada grupo experimental através do Caso V da Lei do Julgamento Comparativo de Thurstone. 132 participantes, divididos em três grupos – controle, sobreviventes (mulheres vítimas de violência sexual) e reeducandos (homens agressores sexuais) – avaliaram oito termos sexuais (cócegas, cheiro, toque, beijo, nudez, agarrar, esfregar e gemer) pelo método de escolha forçada de julgamento de pares. A cada par de termos sexuais apresentado aleatoriamente, os sujeitos deviam escolher aquele com o maior conteúdo sexual. Resultados indicaram que os descritores toque, cheiro e cócegas foram constantemente julgados com os menores conteúdos sexuais entre os três grupos, enquanto beijo e gemer foram os que mais alteraram de ordem entre os grupos. Literatura sobre aspectos linguísticos dos estímulos utilizados não foi suficiente para explicar a escolha de uma palavra em detrimento de outra, reforçando-se a ideia de que os julgamentos foram diferenciais de acordo com as variáveis e o grupo ao qual os participantes pertenciam. Dessa maneira, homens julgaram os descritores com valores próximos, deixando a escala com menor amplitude, o que indica baixa discriminação e necessidade de menos conteúdo sexual para que as palavras fossem percebidas sexualmente. Reeducandos apresentaram o mesmo padrão de resultados, mas de maneira acentuada. Mulheres, por outro lado, tiveram boa discriminação dos termos sexuais e apresentaram maior amplitude na escala. Para as sobreviventes, o padrão de resultados foi o mesmo das mulheres, com poucas variações. As diferenças encontradas entre grupos podem ser decorrentes de atitudes sexuais e em relação à violência sexual e do modo como mulheres e homens processam informação sexual, sendo atravessadas por questões sociais de gênero.

Palavras-chave: Violência sexual. Escalonamento psicofísico. Atitude sexual. Escala intervalar. Percepção sexual. Diferenças de gênero. Psicofísica. Psicofísica moderna. Vitimização sexual. Agressor sexual.

ABSTRACT

NUNOMURA, T. N. (2018). *Psychophysical scaling of sexual attitude as an investigative tool of sexual violence*. Master's Dissertation, Institute of Psychology, University of São Paulo.

Sexual violence is a public health problem that affects a portion of the world population. Its study, yet, is marked by conceptual, legal, epidemiological, theoretical and methodological difficulties. Among the various ways of understanding and examining sexual violence, attitudes are commonly investigated, mainly by employing Likert scales. However, psychophysical scaling by Thurstone's methods possess characteristics typical of interval scales, which gives it advantages over ordinal scales. The major goal of the present research was to build a scale of psychological distances of sexual descriptors for each experimental group through the Case V of Thurstone's Law of Comparative Judgment. One hundred and thirty two participants, divided in three groups – control, survivors (female victims of sexual violence) and inmates (male sex offenders) – evaluated eight sexual words (tickle, smell, touch, kiss, nude, grab, rub, and moan) by the forced choice method of pairwise judgment. To each word pair was presented randomly, subjects were asked to choose the one with the higher sexual content. Results indicated that the descriptor touch, smell, and tickle were constantly judge as having the lowest sexual content amongst the three groups. Literature about linguistic aspects of the used stimuli was not sufficient to explain the choice of one word over another, reinforcing the idea that the judgments were differential according to the variables and the group to which the participant belonged. Thus, men judged the descriptors as having similar values, making the scale's amplitude smaller, which indicates lower discrimination and the need for less sexual content for the words to be perceived sexually. Inmates showed the same pattern of results, but in a accentuated manner. Women, on the other hand, had good discrimination of the sexual descriptors and exhibited higher scale amplitude. For the survivors, the pattern of results was the same as for the women, with few variations. The found differences between groups may be due to attitudes toward sexuality and sexual violence, and to the way women and men process sexual information, being permeated by gender social issues.

Keywords: Sexual violence. Psychophysical scaling. Sexual attitude. Interval scale. Sexual perception. Gender differences. Psychophysics. Modern psychophysics. Sexual victimization. Sex offender.

LISTA DE FIGURAS

<i>Figura 1.</i> Distâncias psicológicas dos oito termos sexuais (A) para cada um dos três grupos e (B) com linhas indicando a variação dos valores dos termos entre os grupos	84
<i>Figura 2.</i> Comparação entre grupos das diferenças de distância entre cada par de termos	85
<i>Figura 3.</i> Distâncias psicológicas dos oito termos sexuais divididas por (A) gênero nos três grupos e por (B) idade no grupo controle	89
<i>Figura 4.</i> Distâncias psicológicas dos oito termos sexuais para (A) as mulheres dos grupos controle e sobreviventes, separadas por idade, e para (B) os homens dos grupos controle, separados por idade, e reeducandos	90
<i>Figura 5.</i> Distâncias psicológicas dos oito termos sexuais para os grupos controle e reeducandos, de acordo com a escolaridade	92
<i>Figura 6.</i> Distâncias psicológicas dos oito termos sexuais para o grupo das sobreviventes de acordo com as variáveis coletadas	96
<i>Figura 7.</i> Distâncias psicológicas dos oito termos sexuais para o grupo dos reeducandos de acordo com as variáveis coletadas	100

LISTA DE GRÁFICOS

<i>Gráfico 1.</i> Ocorrências de violência sexual no Brasil nos anos 2005 a 2016, segundo Fórum Brasileiro de Segurança Pública e Sinan	27
<i>Gráfico 2.</i> Distribuição das ocorrências de estupro por Unidade Federativa no período de 2009 a 2014, segundo Fórum Brasileiro de Segurança Pública e Sinan	28
<i>Gráfico 3.</i> Frequência com que cada termo foi julgado nas posições ordinais das dez escalas dos subgrupos das sobreviventes.....	97
<i>Gráfico 4.</i> Frequência com que cada termo foi julgado nas posições ordinais das doze escalas dos subgrupos dos reeducandos	101

LISTA DE QUADROS

<i>Quadro 1.</i> Tipos de violência sexual	20
<i>Quadro 2.</i> Definições do conceito de atitude, em diversos autores	52
<i>Quadro 3.</i> Escalas de atitudes em relação ao estupro, seus autores criadores e tipo de escala	56
<i>Quadro 4.</i> Definições dos oito descritores, segundo Dicionário Aurélio.....	131

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Perfil das sobreviventes	72
Tabela 2 – Perfil dos reeducandos	76
Tabela 3 – Correlação das distâncias dos pares de termos, separados por palavra, entre os três grupos.....	88
Tabela 4 – Correlação das distâncias psicológicas dos três grupos, separados por gênero e idade.....	91
Tabela 5 – Correlação das distâncias psicológicas dos três grupos, separados por gênero, idade e escolaridade	93
Tabela 6 – Correlação entre grupos e subgrupos homogêneos e heterogêneos.....	94
Tabela 7 – Correlação das distâncias psicológicas das variáveis no grupo sobreviventes e com as mulheres do grupo controle	98
Tabela 8 – Correlação das distâncias psicológicas das variáveis no grupo reeducandos e com os homens do grupo controle	103
Tabela 9 – Frequência de ocorrência dos oito descritores em quatro países lusófonos, segundo Corpus do Português	130

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	15
2 VIOLÊNCIA SEXUAL	17
2.1 O QUE É VIOLÊNCIA SEXUAL	17
2.1.1 Tipos de violência sexual.....	20
2.1.2 Legislação brasileira sobre violência sexual.....	23
2.2 PREVALÊNCIA DA VIOLÊNCIA SEXUAL	26
2.2.1 O problema da obtenção de dados	29
2.2.2 O problema da subnotificação e da condenação.....	30
2.3 ENTENDENDO A VIOLÊNCIA SEXUAL.....	31
2.3.1 Pela psicologia evolucionista.....	31
2.3.2 Pelos estudos antropológicos.....	37
2.3.3 Pela abordagem sociocognitiva.....	41
3 ATITUDES.....	51
3.1 O QUE É ATITUDE	51
3.2 PESQUISAS SOBRE ATITUDE.....	55
3.3 MEDINDO ATITUDES	56
4 ESCALONAMENTO PSICOFÍSICO.....	61
5 OBJETIVOS	69
6 MÉTODO	71
6.1 SUJEITOS	71
6.1.1 Controle	71
6.1.2 Sobreviventes	72
6.1.3 Reeducandos.....	75
6.2 EQUIPAMENTO	78
6.3 PROCEDIMENTO	79
6.4 COLETA	80
6.4.1 Controle	80
6.4.2 Sobreviventes	80
6.4.3 Reeducandos.....	81
6.5 ANÁLISE DE DADOS	82

7 RESULTADOS	83
7.1 ENTRE GRUPOS.....	83
7.1.1 Variáveis demográficas	88
7.2 INTRAGRUPOS	94
7.2.1 Sobreviventes	94
7.2.2 Reeducandos.....	99
8 DISCUSSÃO	105
8.1 VARIÁVEIS DEMOGRÁFICAS	105
8.1.1 Gênero.....	106
8.1.2 Idade	107
8.1.3 Escolaridade	109
8.1.4 Síntese das variáveis demográficas	110
8.2 SOBREVIVENTES.....	111
8.2.1 Efeitos da violência sexual	111
8.2.2 Variáveis intragrupoais.....	114
8.3 REEDUCANDOS	118
8.3.1 Características dos agressores sexuais.....	118
8.3.2 Variáveis intragrupoais.....	121
8.4 A ESCALA.....	128
8.4.1 Aspectos linguísticos	129
8.4.2 Processamento de informação sexual	133
8.4.3 Informação sexual e violência sexual.....	135
9 CONCLUSÃO.....	139
REFERÊNCIAS.....	145
APÊNDICE A – Modelos de Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) ...	161
APÊNDICE B – Distâncias psicológicas dos oito termos sexuais de acordo com variáveis coletadas	167
ANEXO A – Pareceres dos três Comitês de Ética	169

1 INTRODUÇÃO

Sexualidade constitui uma condição complexa fundamental da vida humana que envolve aspectos biológicos, sociais e psicológicos. Uma parcela desse fenômeno é representada pela violência sexual, um problema de saúde pública mundial: em alguns países, uma em quatro mulheres podem ter sofrido violência sexual por parceiros íntimos, e até uma em três adolescentes declaram ter tido a primeira experiência sexual forçada (Dahlberg & Krug, 2002).

Dada a importância desse assunto e a extensão de disciplinas relacionadas, novos métodos de acesso objetivo de dimensões sexuais são amplamente desenvolvidos e aplicados. Entretanto, essa área de estudo vem sofrendo de dificuldades conceituais, legais, epidemiológicas, teóricas e metodológicas.

Primeiramente serão apresentadas definições da violência sexual, sua diversidade de tipos e criminalização do ato pela legislação brasileira, demonstrando a dificuldade de se entender o fenômeno de maneira unívoca e ao mesmo tempo atestando a importância de definições no estudo da violência sexual. Em seguida, a quantidade de ocorrências, no Brasil e no mundo, de acordo com diversas fontes, indica os empecilhos da obtenção de dados e da notificação pelas vítimas, descrevendo a magnitude do problema. E para finalizar sua compreensão, três perspectivas sobre a violência sexual são abordadas, a fim de se entender seus fatores subjacentes: pela psicologia evolucionista, pelos estudos antropológicos e pela abordagem sociocognitiva, cada uma com contribuições peculiares, às vezes contraditórias e fomentadoras de debates acadêmicos e da sociedade em geral.

O capítulo seguinte versa sobre as atitudes, uma das formas de investigação de objetos sociais, como a sexualidade e suas derivações, dentro da perspectiva sociocognitiva. São abordados seu conceito, também controverso, as pesquisas desenvolvidas e o tópico de sua mensuração.

Em se tratando de mensuração, o escalonamento psicofísico é o tema subsequente, oportunidade de se discutir o mundo das escalas e as ideias propostas por Thurstone. Ressalta-se que a medição de atitudes é permeada por diversos métodos, inclusive psicofísicos, sendo as escalas Likert uma das mais comumente utilizadas. Aproveitamos nessa oportunidade para comentar diferenças entre tipos de escalas, assinalando problemas do emprego das escalas Likert e apontando vantagens das escalas de Thurstone.

O método da presente pesquisa é descrito, junto a duas instituições coparticipantes: a

unidade prisional Sorocaba II e o Centro de Referência da Saúde da Mulher, em São Paulo. Sujeitos julgaram o conteúdo sexual de descritores sexuais e, através do método psicofísico escalar do Caso V de Thurstone, construímos escalas de distâncias psicológicas para cada grupo experimental.

Resultados são expostos em termos das distorções das distâncias psicológicas dos descritores sexuais entre e em cada grupo. A discussão acompanha essa exposição, abordando as distorções das escalas através da literatura sobre as variáveis demográficas, seguida das sobreviventes e dos reeducandos, finalizando com alguns comentários sobre fatores influentes na configuração da escala.

2 VIOLÊNCIA SEXUAL

Para iniciar, este primeiro capítulo é dedicado à violência sexual, sua definição, seus tipos, a legislação brasileira referente ao tema, sua prevalência, os problemas obtenção de dados e de subnotificação, e áreas do conhecimento que buscaram compreender o fenômeno.

2.1 O QUE É VIOLÊNCIA SEXUAL

O que torna um ato violento? O que torna um ato sexualmente violento? Talvez essas sejam perguntas difíceis de se responder; não obstante, a Organização Mundial da Saúde (OMS), em um dedicado trabalho sobre o tema, define e aborda as implicações da violência, considerando-a como o uso intencional de força física ou poder, ameaçada ou real, contra si mesmo, outra pessoa, grupo ou comunidade, resultando em ou aumentando a probabilidade de resultar em ferimento, morte, dano psicológico, mal desenvolvimento ou privação (Dahlberg & Krug, 2002). Tal definição engloba todos os tipos de violência (Krug, Mercy, Dahlberg, & Zwi, 2002), uma vez que o uso da palavra ‘poder’ permite que o ato violento se desvincule da necessidade da força física e abranja atos de negligência, omissão e abusos sexuais e psicológicos, os quais podem ter consequências diferentes de ferimento, incapacidade ou morte, mas que mesmo assim seriam impactantes para os indivíduos, comunidades e a sociedade (Dahlberg & Krug, 2002).

É importante notar que a violência, como aqui colocada, não precisa ser entendida pelos seus agentes como um ato violento, sendo suficiente que ela afete a saúde e/ou bem-estar dos indivíduos (Dahlberg & Krug, 2002). Odalia (1986) defende que o sentimento de privação, da retirada de algo ou de algum direito explicita um ato violento, por mais velado que ele seja.

A OMS ainda propõe uma divisão da violência em uma matriz 3x4, na qual há três grandes categorias, a depender dos sujeitos envolvidos – violência autodirigida, violência interpessoal ou violência coletiva –, as quais podem se caracterizar de acordo com a natureza do ato violento – físico, sexual, psicológico ou que implique em privação/negligência (Dahlberg & Krug, 2002).

No que concerne a violência sexual, evidencia-se sua relevância ao se admirar o fato de que, em muitos países, grande parte das mulheres sofrem violência física e sexual concomitantemente (Jewkes, Sen, & Garcia-Moreno, 2002). Porém, aqui o entendimento

universal sobre o que torna um ato sexualmente violento é mais nebuloso, uma vez que há diferentes maneiras de se definir violência sexual (Walby, Armstrong, & Strid, 2012), sem se chegar a um consenso. Abuso, agressão, violência, todos podem ser maneiras genéricas de se reportar à mesma coisa. E o pior: definições podem se contrastar, devido principalmente à dificuldade em atender os aspectos médico, jurídico, psicológico e ético (Drezett, 2000).

A falta de uma definição satisfatória não deve ser ignorada, já que ela é um dos fatores que contribuíram para a pouca visibilidade da violência sexual em agendas políticas (Jewkes et al., 2002), servindo como um obstáculo para a epidemiologia e comparabilidade de dados internacionais (Souza & Adesse, 2005). Portanto, a importância de uma definição é crítica, sobretudo para que se possa saber o que medir e quais recursos serão necessários para uma efetiva mensuração do escopo da violência sexual (Brown & Walklate, 2012).

A seguir são citadas diversas definições de violência sexual, cada uma com sua particularidade, que serão apreciadas uma a uma. A Organização das Nações Unidas (ONU) (1993) define violência contra as mulheres como qualquer ato de violência de gênero que resulta em, ou é provável que resulte em sofrimento ou dano físico, *sexual* ou psicológico às mulheres, incluindo ameaças de tais atos, coerção ou privação arbitrária de liberdade, quer ocorra em público ou na vida privada. A partir dessa definição verificamos que o caráter sexual está inserido na violência contra as mulheres, o que inevitavelmente exclui indivíduos do sexo masculino como vítimas de uma violência de teor sexual, apesar das vítimas normalmente serem mulheres, e os agressores homens (Tavara, 2006). Há o reconhecimento da ONU de que a violência de gênero é um problema dos direitos humanos, decorrente do desequilíbrio de poder entre homens e mulheres (Tavara, 2006). A violência sexual pode ser entendida de forma mais ampla como uma violência de gênero (Souza & Adesse, 2005), até mesmo um dos principais componentes desse tipo de violência, por vezes a mais humilhante e extremista de todas as violências que uma mulher possa sofrer, e frequentemente ela coocorre com outras formas de abuso (Feder & Howarth, 2014; Tavara, 2006).

A segunda advém da OMS (Jewkes et al., 2002), na qual violência sexual é definida como qualquer ato sexual, tentativa de obter um ato sexual, comentários ou avanços sexuais indesejados, ou atos contra a sexualidade de uma pessoa para tráfico ou de qualquer outra forma direcionados, utilizando de *coerção*, por qualquer pessoa, independente de sua relação com a vítima, em qualquer ambiente, incluindo mas não se limitando ao lar e ao trabalho. Nessa definição evidencia-se a ubiquidade da violência sexual: ela pode estar em qualquer lugar, perpetrada por qualquer pessoa. Ressalta-se o emprego da coerção, indicando que, além da força física, a coerção pode ser exercida por meio de intimidação psicológica,

chantagem e outras ameaças, ou ainda pela impossibilidade de consentimento, haja vista casos como a inconsciência e incapacidade mental ou decorrente do consumo de álcool e drogas (Jewkes et al., 2002).

Já para o Ministério da Saúde, violência sexual é:

toda ação na qual uma pessoa em *relação de poder* e por meio de força física, coerção ou intimidação psicológica, obriga uma outra ao ato sexual contra a sua vontade, ou que a exponha em interações sexuais que propiciem sua vitimização, da qual o agressor tenta obter *gratificação*. (Ministério da Saúde, 2002, p. 17-18, grifos nosso)

Chama a atenção nessa definição a colocação de uma relação de poder, tão característica da violência como um todo. O aspecto do poder na violência sexual sofreu desdobramentos encabeçados pelo movimento feminista e que hoje se encontra reproduzido em diversas concepções sobre o tema. Além disso, a consequência esperada pelo perpetrador da violência sexual de se gratificar através do ato é uma consideração que não consta nas demais definições aqui mencionadas.

A quarta definição declara que a violência sexual é definida como qualquer ato físico, visual, verbal ou sexual que é experimentado pela *mulher ou menina*, no momento ou mais tarde, como uma ameaça, invasão ou agressão, e que tem o efeito de a ferir, degradar e/ou remover sua capacidade de controlar o contato íntimo (Kelly, 1988, citada por Walby et al., 2012). Observa-se que, embora haja um foco nos indivíduos do sexo feminino como vítimas, essa definição aparenta ser mais ampla, e o faz tendo em mente a alta prevalência da violência sexual, apontando para como ela é comum, e não rara. Uma importante noção decorrente dessa visão da violência sexual é a sua concepção como um *continuum*, na qual a violência sexual é compreendida como espectro extenso de comportamentos que não têm limites rigorosos entre si, podendo se interconectar, nem uma relação hierárquica de gravidade. Desse modo, engloba-se ao rol de violência sexual aqueles comportamentos que nem sempre são analisados em pesquisas sobre o tema ou criminalizados pela lei (Brown & Walklate, 2012). Trata-se, portanto, de uma conceituação ampla e integradora, mas que pode dificultar a distinção entre diferentes formas do ato sexualmente violento, tendo consequências nas implicações legais de qual crime deve ser julgado.

Em termos legais, Drezett (2000) apresenta três pontos em comum dentre a diversidade das definições: a imposição da força física, da intimidação psicológica e a falta de consentimento da vítima. Este autor comenta que os três pontos são artifícios que o agressor faz uso para neutralizar a resistência da vítima, seja exercendo força física, ameaçando-a pela

intimidação psicológica, seja por fatores como idade avançada, estado de embriaguez, utilização de drogas, hipnose, enfermidades debilitantes e deficiências físicas limitadoras, que comprometem a capacidade da vítima em consentir. Os dados por ele coletados indicaram que a intimidação psicológica, como a promessa do agressor em provocar danos físicos severos ou morte para a vítima, foi a forma mais frequente de neutralização utilizada nos casos de São Paulo. Já a questão da força física deixou de ser um requisito para que um ato seja considerado violência sexual na Inglaterra, País de Gales e Canadá (McKregor, 2012). Para Brown (2012), há algumas características fundamentais comuns à violência sexual: vitimização não reconhecida, comportamentos subnotificados, percepção de falsas acusações.

A seguir serão apresentados e descritos alguns tipos de violência sexual encontrados na literatura.

2.1.1 Tipos de violência sexual

Uma revisão da literatura indicou que há vários tipos de violência sexual, os quais são listados no Quadro 1, apesar de alguns se aproximarem de consequências e motivações da violência sexual.

Aborto forçado	Exibicionismo e masturbação forçados	Tráfico de mulheres e crianças e suas consequências: prostituição forçada, exploração de trabalho, servidão por dívida
Abuso sexual infantil	Exposição obrigatória à material pornográfico	Uso de linguagem erotizada, em situação inadequada, como telefonemas obscenos
Assédio sexual	Impedimento ao uso de qualquer método contraceptivo ou negação em utilizar preservativo	Violência contra profissionais do sexo
Atos contra a integridade sexual: mutilação genital feminina, inspeções de virgindade, exame anal forçado	Incesto	Violência doméstica
Carícias não desejadas	Primeiro sexo forçado	Violência sexual contra homens
Casamento de crianças	Táticas de preferência por filhos meninos: aborto seletivo, infanticídio feminino e negligência deliberada de meninas	
Estupro		
Estupro coletivo		
Estupro em guerra		

Quadro 1. Tipos de violência sexual

Baseado em Brown (2012), Brown e Walklate (2012), Dartnall e Jewkes (2013), Drezett (2000), Feder e Howarth (2014), Goddard (2014), Jordan (2012), Jewkes et al. (2002), Ministério da Saúde (2002), Souza e Adesse (2005), Távora (2006) e Watts e Zimmerman (2002)

Alguns tipos de violência sexual serão abordados com mais detalhe devido à importância que lhes é dada pelos autores. Assim, o estupro é definido como a penetração, mesmo que não seja profunda, forçada ou sob ameaça, da vulva ou ânus, por meio do pênis, outras partes do corpo ou um objeto (Jewkes et al., 2002). O Ministério da Saúde o considera

como a “penetração oral, anal ou vaginal, utilizando o pênis ou objetos e cometido à força ou sob ameaça, submetendo a vítima ao uso de drogas ou ainda quando esta for incapaz de ter julgamento adequado” (Ministério da Saúde, 2002, p. 18).

Quando o ato violento é perpetrado por um parceiro sexual da vítima, sua denominação é violência doméstica (Garcia-Moreno, Jansen, Watts, Ellsberg, & Heise, 2005). A violência sexual, dentro do universo da violência doméstica, é definida a partir de três comportamentos pela OMS: quando a mulher é forçada fisicamente a ter relação sexual contra sua vontade, quando a mulher tem relação sexual porque tinha medo do que seu parceiro podia lhe fazer e quando a mulher é forçada a fazer algo sexual que ela ache degradante ou humilhante (Garcia-Moreno et al., 2005). Suas taxas de prevalência e de subnotificação são elevadas, independente da condição social, educacional ou econômica da vítima (Drezett, 2000).

Em específico, o sexo forçado no casamento, ou estupro conjugal, é uma imposição que, segundo o Ministério da Saúde (2002), decorre de normas e costumes que ditam quais são as obrigações de uma mulher como esposa. Trata-se de um crime em muitos países e de acordo com a lei internacional, mas mesmo assim, 127 países não o criminalizam (Dartnall & Jewkes, 2013).

O ambiente familiar pode proporcionar um abuso incestuoso, envolvendo pais ou outro parente próximo que estão em uma posição de poder maior do que a vítima (Ministério da Saúde, 2002). Trata-se de um abuso sexual intrafamiliar, com ou sem violência explícita, praticado intencionalmente por parte de um dos membros da família (Drezett, 2000). O abuso sexual infantil pode ser dividido em intra e extrafamiliar, e suas formas são variadas, como estuprar a criança, forçá-la a ter relação sexual com outra pessoa, acariciá-la sexualmente, forçá-la a acariciar outro indivíduo sexualmente, masturbá-la, beijá-la, forçá-la a participar ou expor a pornografia, aliciá-la para o abuso (incluindo via internet) (Watts & Zimmerman, 2002; Goddard, 2014). Tais atos são praticados por meio de força física, coação ou sedução, quando a criança recebe algo em troca de sua participação (Goddard, 2014), sem que ela necessariamente seja capaz, emocional ou cognitivamente, de consentir ou julgar o que se sucede (Ministério da Saúde, 2002). Destaca-se nesse tipo de violência a pedofilia, definida pelo Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais (DSM-5) (Associação Americana de Psiquiatria, 2014) como um transtorno parafilico no qual o indivíduo tem “fantasias sexualmente excitantes, impulsos sexuais ou comportamentos intensos e recorrentes envolvendo atividade sexual com criança ou crianças pré-púberes” (p. 137), colocados em prática ou que lhe causem sofrimento intenso ou dificuldades pessoais.

Ao se envolver em atividades sexuais inapropriadas à sua idade e ao seu desenvolvimento psicosssexual (Ministério da Saúde, 2002), e por geralmente ser abusada por pessoas em quem ela confia, que a ameaçam ou manipulam (Watts & Zimmerman, 2002), a criança pode não revelar o que lhe passa, progredindo para longos períodos de abuso, até mesmo à idade adulta (Drezett, 2000).

A posição de poder possibilita que abusos ocorram, tal qual no assédio sexual, entendido como “atitudes de conotação sexual em que haja constrangimento de uma das partes, através do uso do poder de um(a) superior na hierarquia, reduzindo a capacidade de resistência do outro” (Ministério da Saúde, 2002, p. 19). Em ambientes de trabalho, a pessoa na posição de poder cria implícita ou explicitamente uma situação na qual a vítima deve se envolver com ou suportar comportamentos sexuais, tais como ter relação sexual, a fim de manter seu emprego e/ou conseguir progressos na carreira (Brown, 2012).

O ambiente de trabalho é excepcionalmente suscetível à violência sexual para as profissionais do sexo, principalmente em locais onde a prostituição é ilegal (Jewkes et al., 2002). Prostitutas sofrem violência física e sexual de clientes, cafetões, proprietários de estabelecimentos e agentes da lei. Quando crianças e adolescentes estão envolvidos, trata-se de prostituição infantil, na qual intermediários induzem, facilitam ou obrigam crianças e adolescentes à comercialização do sexo com fins lucrativos. Diferencia-se do turismo sexual ao passo que este é destinado a clientes turistas nacionais e estrangeiros, exploração comum no Norte e Nordeste brasileiro (Souza & Adesse, 2005).

A entrada na prostituição pode ser resultado do tráfico de mulheres e crianças, prática criminalizada e considerada uma violação dos direitos humanos (Souza & Adesse, 2005). Conforme Watts e Zimmerman (2002), o comércio de mulheres é fomentado por guerra, deslocamento e desigualdades econômica e social entre e dentro de países, além da demanda por mão de obra barata e para o trabalho sexual. Mulheres desiludidas são forçadas à prostituição, exploração de trabalho ou servidão por dívida, além de serem enclausuradas, espancadas, estupradas e ter seus documentos confiscados (Watts & Zimmerman, 2002). No Brasil, as vítimas costumam ser mulheres negras, com idade entre 15 e 25 anos, com baixa escolaridade e trabalho mal remunerado, podendo já ter sofrido violência sexual prévia (Souza & Adesse, 2005).

Além de ser comum em guerras, o estupro coletivo, no qual há mais de um perpetrador, ocorre em várias partes do mundo (Jewkes et al., 2002), e está associado à iniciação em gangues, ritos de passagem, ódio étnico, racismo e punição (Watts & Zimmerman, 2002). O estupro coletivo, normalmente cometido por homens, parece ser mais

violento e incluir o uso de armas com mais frequência do que aquele com um único agressor (Dartnall & Jewkes, 2013).

Violência sexual pode terminar em morte. O homicídio sexual é aquele em que há uma aparente ou admitida motivação sexual (Brown, 2012). Feder e Howarth (2014) ainda citam o feminicídio, morte intencional de pessoas do sexo feminino, incluindo os chamados assassinatos relacionados à honra e ao dote. No entanto, quando esse crime ocorre, dificilmente ele é assim classificado, pois, mesmo com conteúdo sexual, o réu é acusado somente de homicídio (Brown, 2012).

Por fim é apresentada a violência sexual contra homens, um problema significativo que é negligenciado em pesquisas (Jewkes et al., 2002). Por ser tradicionalmente os homens quem cometem estupros, torna-se difícil quebrar esse estereótipo e acolhê-los como vítimas. Violência sexual contra homens e meninos pode acontecer em vários ambientes, incluindo na casa, no local de trabalho, nas escolas, em ruas, no exército, durante a guerra, em prisões, em custódia policial. De acordo com Jewkes et al. (2002), nas prisões, o sexo forçado entre os detentos pode ser uma forma de estabelecer hierarquias de respeito e disciplina, além de entretenimento ou de punição por transgressões sociais internas.

Como visto, a diversidade da violência sexual é grande, variando conforme a relação entre vítima e perpetrador, os atos sexuais, as formas de coerção, os contextos de vulnerabilidade e ambientes (Dartnall & Jewkes, 2013). Destarte, os tipos de violência sexual, por serem variados, devem ser considerados importantes e úteis, sobretudo quando se pretende mensurar a prevalência da violência sexual. Ignorar a relevância dos tipos pode comprometer estimativas (Dartnall & Jewkes, 2013) e dificultar o devido processo legal dos crimes, a respeito do qual serão desenvolvidas as próximas páginas.

2.1.2 Legislação brasileira sobre violência sexual

Traçar comentários sobre a legislação brasileira referente à violência sexual necessita, antes de tudo, de ressalvas quanto ao seu desenvolvimento ao longo da história e o papel que pressões sociais desempenharam nas mudanças ocorridas. Verificando o Código Penal, é possível ter uma sensação de que a nossa lei trata sobre o assunto da violência sexual de maneira a punir os responsáveis e proteger a sociedade. No entanto, como será visto, o texto contido na lei é recente, o que demonstra que a violência sexual era julgada de uma forma bem diferente e até mesmo negligente com certos indivíduos, principalmente se for considerada a redação anterior de alguns artigos específicos.

Alguns autores (Drezett, 2000; Souza & Adesse, 2005) analisaram o Código Penal de

1940, cuja vigência em relação aos crimes sexuais, sob o título “dos crimes contra os costumes” perpetuou-se até 2009, quando foi sancionada a Lei 12.015, passando ao título “dos crimes contra a dignidade sexual”, e apontaram as falhas que permitiram o abuso impunível por quase 70 anos.

Dentre os diversos artigos, alguns são destacados. O antigo Código considerava estupro o ato de “Constranger mulher à conjunção carnal, mediante violência ou grave ameaça”, uma definição restrita, segundo o Ministério da Saúde (2002). No entender de Drezett (2000) e de Souza e Adesse (2005), a conjunção carnal se refere ao coito vaginal, com penetração completa ou incompleta, limitando o crime às vítimas do sexo feminino, praticado por um homem. Já a violência alude ao emprego de força física capaz de impedir a resistência da vítima, o que consistiria em provas periciais tais como equimoses e arranhões, marcas físicas que nem sempre estão presentes em ameaças. Para a nova redação dada pela Lei 12.015, de 2009, estupro é “Constranger alguém, mediante violência ou grave ameaça, a ter conjunção carnal ou a praticar ou permitir que com ele se pratique outro ato libidinoso”. É ainda um crime hediondo de acordo com a Lei 8.072, de 1990.

O capítulo II, antes denominado “da sedução e da corrupção de menores”, muda para “dos crimes sexuais contra vulnerável” e tem o artigo 217-A incluído pela Lei 12.015, de 2009, no qual estupro de vulnerável é “Ter conjunção carnal ou praticar outro ato libidinoso com menor de 14 (catorze) anos”, além de “com alguém que, por enfermidade ou deficiência mental, não tem o necessário discernimento para a prática do ato, ou que, por qualquer outra causa, não pode oferecer resistência”.

No capítulo IV, o artigo 226 aumenta a pena se o crime for “cometido com o concurso de 2 (duas) ou mais pessoas”, se o agente for “ascendente, padrasto ou madrasta, tio, irmão, cônjuge, companheiro, tutor, curador, preceptor ou empregador da vítima ou por qualquer outro título” que lhe confira autoridade sobre ela. Após a Lei 12.015, de 2009, o aumento da pena também é prescrito no artigo 234-A do capítulo VII, quando “do crime resultar gravidez” e quando “o agente transmite à vítima doença sexualmente transmissível de que sabe ou deveria saber ser portador”.

Fora o título dos crimes contra a dignidade sexual, é de interesse o artigo 121 sobre homicídio, no qual o feminicídio, incluído no Código Penal pela Lei 13.104, de 2015, é uma circunstância qualificadora do crime de homicídio “contra a mulher por razões da condição de sexo feminino”. Tais razões abarcam a violência doméstica e familiar e o menosprezo ou discriminação à condição de mulher.

O artigos 124 a 128 compõem o crime do aborto. De relevância é o artigo 128, o qual

não pune o aborto praticado por médico quando, por exemplo, ele é realizado em gravidez resultante de estupro, com consentimento da gestante ou de seu representante legal se a mesma for incapaz.

O capítulo “das lesões corporais”, contém, dentro do artigo 129, a violência doméstica como condição de aumento de pena de lesões praticadas “contra ascendente, descendente, irmão, cônjuge ou companheiro, ou com quem conviva ou tenha convivido, ou, ainda, prevalecendo-se o agente das relações domésticas, de coabitação ou de hospitalidade”.

Assim, verifica-se que a redação original do Código Penal tinha por objeto principal a proteção da liberdade sexual da mulher (Souza & Adesse, 2005). Principalmente com a Lei 12.015, de 2009, o objeto de proteção expandiu-se para além da mulher (honesta). Ressaltamos, por fim, o estupro conjugal, “aquele que ocorre nas circunstâncias do casamento e união estável, quando o marido/companheiro é o sujeito ativo do crime” (Drezett, 2000, p. 46). O Código de 1940 não incluía o estupro conjugal, e o atual, apesar de não ter um artigo específico sobre o crime, considera-o uma circunstância agravante, pois o agente comete o crime “com abuso de autoridade ou prevalecendo-se de relações domésticas, de coabitação ou de hospitalidade, ou com violência contra a mulher na forma da lei específica”, conforme o artigo 61, inciso II, alínea f, após a Lei 11.340, de 2006, conhecida como Lei Maria da Penha. Além disso, o artigo 226 estabelece o aumento da pena pela metade se o agente for um cônjuge ou companheiro, constituindo o estupro conjugal.

Como visto, o Código Penal de 1940 discriminava a mulher, o que, para Souza e Adesse (2005) era o principal entrave para os avanços na área jurídica. A mudança do título do Código de “crimes contra os costumes” para “crimes contra a dignidade sexual” foi um importante passo positivo, protegendo a privacidade da vida sexual dos indivíduos sem a necessidade do critério de honestidade das partes. As modificações propostas pelas várias leis supracitadas foram progressos, mas muito recentes. Há, no Código Penal, artigos cuja redação atual foi aprovada em 2015, indicando que há espaço e vontade para se aprimorar a lei a respeito da violência sexual.

Comparando-se a legislação com os tipos de violência sexual discutidos no item anterior, é possível que não haja uma lei específica para cada um. Mesmo assim, todos os tipos são cabíveis de punição, a depender da leitura legal feita deles. Destarte, definir o que é violência sexual e seus tipos tem implicações no sistema jurídico, o que pode, por vezes, mascarar o verdadeiro impacto que a violência sexual tem na vida de pessoas no Brasil e no mundo, o que será abordado a seguir.

2.2 PREVALÊNCIA DA VIOLÊNCIA SEXUAL

A prevalência da violência sexual é de difícil constatação, mas presente globalmente. Dartnall e Jewkes (2013) citam estudos de 39 países, cujas estimativas de violência sexual por parceiro ou por não parceiro vão de 0,3% a 39%. A OMS (Garcia-Moreno et al., 2005) realizou um estudo multicêntrico com mais de 24.000 mulheres em 15 locais de dez países – Bangladesh, Brasil, Etiópia, Japão, Namíbia, Peru, Samoa, a então Sérvia e Montenegro, Tailândia e República Unida da Tanzânia –, no qual a prevalência de violência sexual a partir dos 15 anos por um não parceiro variou de menos de 1% em áreas provinciais de Bangladesh e Etiópia a 10% e 12% em Peru, Samoa e áreas urbanas da República Unida da Tanzânia. Nos Estados Unidos, uma pesquisa nacional indicou que 14,8% das mulheres acima dos 17 anos já sofreram estupro em suas vidas, 17,6% já sofreram uma tentativa de estupro e 0,3% foram estupradas no ano anterior (Jewkes et al., 2002).

Ressalta-se que muitas estimativas apresentadas não distinguem os tipos de violência sexual nem seus contextos, por exemplo, se o perpetrador é conhecido ou estranho, podendo acarretar em subestimação da prevalência da violência sexual (Dartnall & Jewkes, 2013).

E no Brasil? Em uma pesquisa nacional, 43% das mulheres declararam ter sofrido alguma forma de violência sexual e doméstica, 13% já sofreram estupro conjugal ou abuso e 11% já sofreram assédio sexual (Souza & Adesse, 2005). Ainda, 40% das mulheres alegaram ter tido relação sexual não consentida com seu parceiro e 38% afirmaram ter sido submetidas pelo parceiro a um ato sexual violento não consentido (Drezett, 2000). A ocorrência do abuso sexual na infância e adolescência deve ser similar aos países desenvolvidos; ressalta-se que os homens foram vítimas em 8,8% das perícias de crimes sexuais em São Paulo, a maioria durante a infância ou adolescência (Drezett, 2000).

Bancos de dados nacionais fornecem informações relevantes sobre a prevalência da violência sexual no Brasil. O Sistema de Informação de Agravos de Notificação (Sinan), do Ministério da Saúde, padroniza o processo de registro, de consolidação e de compartilhamento de dados de doenças e agravos de notificação compulsória, incluindo a violência doméstica, sexual e/ou outras violências. Os dados são coletados no Sistema Único de Saúde (SUS), quando houver suspeita da ocorrência de casos de notificação compulsória (Cerqueira & Coelho, 2014). O Sinan disponibiliza dados sobre violência sexual de 2009 a 2014. Nesse período, foram notificados ao Sinan 100.000 casos de violência sexual, distribuídos ao longo dos anos conforme o Gráfico 1.

Gráfico 1. Ocorrências de violência sexual no Brasil nos anos 2005 a 2016, segundo Fórum Brasileiro de Segurança Pública e Sinan

Desses 100.000 casos, em mais de 86% as vítimas foram mulheres e em mais de 45% a idade era entre dez e 19 anos. Quase 58% das ocorrências foram em residências, em mais de 35% se tratava de violência recorrente e em mais de 43% foi uma ocorrência única. Quanto aos perpetradores da violência sexual, os grupos mais comuns foram os amigos ou conhecidos, com mais de 25%, e os desconhecidos, com mais de 24%. Os meios de agressão mais comuns utilizados contra a vítima foram a força corporal ou espancamento, com quase 39%, e a ameaça, com mais de 34%. Houve suspeita de uso de álcool em mais de 21% dos casos. Dentre as violências sexuais, o estupro foi o mais frequente, com 71.469 ocorrências, seguido pelo assédio sexual, com 20.191, pelo atentado violento ao pudor, com 14.542, exploração sexual, com 3.693 e pornografia infantil, com 2.341.

No Gráfico 1 também constam as ocorrências de estupro segundo o Fórum Brasileiro de Segurança Pública, que produz um Anuário voltado ao monitoramento de instituições e políticas de segurança pública. A cada ano, desde 2007, o Anuário apresenta as estatísticas criminais provenientes do Ministério da Justiça, das Secretarias Nacional e Estaduais de Segurança Pública e do próprio Fórum. Nota-se que o padrão parece ser o mesmo apresentado pelo Sinan, mas a magnitude das ocorrências nessas duas fontes é diferente, sendo que no Fórum as ocorrências são em número maior que no Sinan. No Gráfico 2 estão as ocorrências do estupro distribuídas por Unidade Federativa, apontando um maior número de casos no Estado de São Paulo, mas com taxas que indicam um problema mais prevalente em Roraima ou Acre, a depender da fonte consultada.

A violência sexual contra crianças e adolescentes é expressiva no Brasil, haja vista a frequência registrada no Sinan. O Disque Direitos Humanos – Disque 100 é um canal de comunicação da Ouvidoria da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, cujo serviço de atendimento telefônico gratuito, que funciona 24 horas por dia, nos sete dias

da semana, recebe denúncias, as analisa e encaminha aos órgãos responsáveis. O balanço semestral do Disque 100 (Cunha, Costa, Lima, Vieira, Bacci, Noletto, & Guimarães, 2015) manifesta que, em 2014, em 25% das denúncias referentes a crianças e adolescentes houve violência sexual, porcentagem que diminuiu no ano posterior para 21,9%. O perfil das vítimas é: 45% feminino e 39% masculino, com faixas etárias predominantes de 8 a 11 anos, com 20% do total, e de 4 a 7 anos e de 12 a 14 anos, com 19% do total cada.

Gráfico 2. Distribuição das ocorrências de estupro por Unidade Federativa no período de 2009 a 2014, segundo Fórum Brasileiro de Segurança Pública e Sinan

Laranjeira, Madruga, Pinsky e Viana (2014) perguntaram a 4.607 indivíduos de 14 anos de idade ou mais, em 149 municípios do território nacional, se eles haviam sido molestados sexualmente na infância ou adolescência, ou seja, se eles foram tocados de forma maliciosa, forçados a fazer sexo oral ou tiveram relações sexuais com alguém mais velho. 5,3% responderam que sim, sendo maior a incidência nas mulheres. Os perpetradores mais frequentes dos atos foram parentes, em 33% dos casos, e amigos da família, em 25%. Além disso, 1,3% dos respondentes afirmaram ter recebido dinheiro para fazer sexo antes dos 18 anos de idade, a maioria homens.

Dados apresentados por Waiselfisz (2015) indicam que 50,3% dos feminicídios registrados em 2013 pelo Ministério da Saúde foram cometidos por um familiar da vítima, e o restante foi perpetrado pelo parceiro ou ex-parceiro da vítima. Essas taxas são alarmantes, principalmente se for considerado que, a 4,8 homicídios por 100 mil mulheres, o Brasil tem a quinta maior taxa de homicídios femininos no mundo, atrás somente de El Salvador, Colômbia, Guatemala e Rússia, apresentando 48 vezes mais homicídios femininos que o Reino Unido, 24 vezes mais que Irlanda e Dinamarca e 16 vezes mais que Japão e Escócia.

2.2.1 O problema da obtenção de dados

A variedade dos valores da prevalência da violência sexual demonstra um problema basal da mensuração dos dados. Diferentes definições de violência sexual e seus tipos, diferentes métodos de obtenção de dados, diferentes amostras, tudo dificulta a comparação entre estudos, regiões, culturas e países (Dartnall & Jewkes, 2013; Garcia-Moreno et al., 2005; Krug et al., 2002; Souza & Adesse, 2005). Há países que nem possuem dados populacionais sobre violência sexual, muito menos para subgrupos e populações específicas (Dartnall & Jewkes, 2013). Além da diversidade das características dos indivíduos e das condições da violência sexual, a pluralidade de metodologias enviesava os resultados. Uma das formas de isso acontecer é o vocabulário utilizado nas pesquisas, pois, ao construir perguntas sobre atos comportamentais específicos, como ser forçado a ter relação sexual, aumenta-se a quantidade de relatos de violência sexual, comparando-se com o emprego de palavras como estupro, violação, abuso, as quais seriam mais subjetivas e logriam em menos relatos de violência sexual (Dartnall & Jewkes, 2013).

Outro problema metodológico é a fonte de dados. Pesquisas populacionais costumam ser mais confiáveis que registros policiais, visto que nem todas as vítimas notificam os crimes às autoridades, mas se sentem mais seguras para relatar o ocorrido em pesquisas, inclusive identificar o agressor, sobretudo quando este é conhecido da vítima; por outro lado, podem ficar à mercê de viés amostral (Tavara, 2006). Registros policiais, que têm a vantagem de permitir a comparação da quantidade de notificações e a taxa de condenação, são incompletos e limitados, já que muitas ocorrências nem chegam ao conhecimento da polícia e, nem todas as que chegam são registradas como violência sexual (Walby et al., 2012). Redes médicas de atendimento também podem não ser uma boa forma de se estabelecer a prevalência da violência sexual, porque somente uma fração das vítimas procura ajuda (Tavara, 2006) e, quando procura, pode ser um caso mais violento, sendo que é pequena a proporção das mulheres que busca serviços médicos para problemas imediatos relacionados à violência sexual (Jewkes et al., 2002), o que caracteriza dados enviesados.

Essas colocações realçam a necessidade de cautela quando se utiliza as prevalências da violência sexual para se realizar comparações entre populações (Drezett, 2000; Jewkes et al., 2002) e evidenciam uma lacuna no conhecimento sobre a violência sexual. Posto isso, Dartnall e Jewkes (2013) e Krug et al. (2002) ressaltam a importância da mensuração do fenômeno para o desenvolvimento de políticas e de serviços, investimento de recursos e direcionamento de esforços preventivos.

2.2.2 O problema da subnotificação e da condenação

Talvez o maior obstáculo para uma medida de prevalência confiável da violência sexual seja a subnotificação de sua ocorrência. Instituições competentes recebem denúncias de apenas uma porção dos casos; muitas vítimas compartilham o crime somente com pessoas próximas ou mantêm segredo absoluto, especialmente se o perpetrador for alguém conhecido (Brown & Walklate, 2012; Távora, 2006). Há estimativas de que só 10% a 20% das vítimas denunciam o estupro no Brasil (Drezett, 2000) e 11% no Reino Unido (Brown & Walklate, 2012). Para Campbell (2012), de 26% a 40% das vítimas denunciam a agressão à polícia e prosseguem com acusações no sistema judiciário, de 27% a 40% procuram cuidados médicos e exames médico-forenses e de 16% a 60% obtêm serviço de saúde mental. Portanto, a verdadeira prevalência da violência sexual é desconhecida e provavelmente é maior do que a disponível.

Diversos são os fatores que influenciam a não comunicação da violência sexual: relação entre vítima e perpetrador, extensão das lesões visíveis, receio e vergonha de como outras pessoas – incluindo a polícia e a sociedade como um todo – podem reagir, descrédito da população nas instâncias judiciais e de segurança pública, medo de perder o emprego, proteção contra ameaças quando o agressor é desconhecido, insuficiência de provas (Jordan, 2012; Souza & Adesse, 2005). O efeito final é um silenciamento da violência sexual. Jordan (2012) defende uma abordagem do silenciamento por seis vertentes: a própria vítima, a reação da polícia, o processo judicial, rede de apoio formal e informal, pesquisadores e acadêmicos, e a mídia. Tendo em vista o estigma, a vergonha e até a culpa que a vítima de violência sexual carrega, compartilhar sua história pode ser extremamente difícil para a vítima. A depender do sistema de crenças que envolve as relações humanas da vítima, ela pode internalizar o que lhe ocorreu como uma não violência (Dartnall & Jewkes, 2013), ainda mais se for considerada a ambiguidade na identificação da violência sexual por parte das mulheres, particularmente no âmbito doméstico, devido às fronteiras nebulosas entre consento e não consento entre parceiros (Souza & Adesse, 2005). De qualquer maneira, Jordan (2012) enfatiza a importância de se respeitar a decisão da vítima em revelar ou não o crime, visto que optar pelo silenciamento pode ser uma escolha essencial para a segurança e autopreservação da vítima. A polícia e o processo de julgamento, ao demonstrarem atitudes de culpabilização da vítima e de investigação de seu caráter, silenciam-na ao desacreditá-la. Redes de apoio podem invalidar a experiência da vítima, não apenas pela culpabilização, mas também por não saber como escutar e responder de maneira apropriada à fala da vítima. Em pesquisas, vítimas podem ser silenciadas ao não serem consideradas suas experiências e perspectivas, ou pela

incapacidade do pesquisador em ouvir uma fala sem dirigi-la para áreas menos incômodas de investigação. Por fim, a mídia silencia ao selecionar atenção para algumas violências sexuais em detrimento de outras; ao privilegiar estupros violentos, por estranhos ou em série, quase é ignorada a violência doméstica (Jordan, 2012), por exemplo.

Tudo isso se resume a: não é fácil para a vítima denunciar um crime sexual. E quando a denúncia é feita, os problemas não acabam, mas podem surgir outros. A revitimização é frequentemente citada na literatura. Além do silenciamento de suas experiências, a vítima sente-se duplamente lesada ao serem verificadas na delegacia e no tribunal sua integridade moral, seu passado sexual, ao prestar depoimento para policiais homens, ao ser examinada por médicos homens na delegacia ou por profissionais não especializados para essa situação, ao não receber os serviços necessários, ao ser tratada de maneira insensível (Campbell, 2012; Drezett, 2000; Jordan, 2012; Souza & Adesse, 2005; Tavara, 2006). Saber sobre essas dificuldades e sobre a possibilidade de ser revitimizada é um dos motivos de a vítima não denunciar.

2.3 ENTENDENDO A VIOLÊNCIA SEXUAL

Essa próxima seção é dedicada a linhas de estudo que procuraram coletar dados e propor teorias sobre a violência sexual. O intuito é entender o fenômeno da violência sexual pela psicologia evolucionista, pelos estudos antropológicos e pela abordagem sociocognitivista, três perspectivas, que não são as únicas, mas que servem aos propósitos da presente pesquisa.

2.3.1 Pela psicologia evolucionista

Para se analisar os diferentes autores e suas versões evolutivas sobre a violência sexual, sobretudo o estupro, é útil esclarecer que eles partem de um ponto em comum: as estratégias sexuais. As fêmeas, principalmente em mamíferos, investem mais na reprodução do que os machos, visto que as fêmeas têm maiores riscos e custos energéticos mínimos da gestação, nascimento e lactação, enquanto do macho é requerido apenas o esperma. Diferentes investimentos parentais para a fêmea e para o macho levam a diferentes estratégias sexuais. Assim, devido ao maior investimento da fêmea, esta é mais cuidadosa em sua escolha de parceiro e na sua decisão de copular ou não, exigindo as melhores condições possíveis, tais como capacidade de prover recursos, bons genes, proteção, cuidado parental. Por outro lado, os machos são menos seletivos e mais propensos a copular com mais parceiras, aumentando

seu sucesso reprodutivo. Daí decorre que as estratégias sexuais de fêmeas e machos são diferentes, podendo em parte das vezes convergirem os interesses femininos e masculinos, e em outras divergirem. O conflito de interesses pode resultar em machos usando táticas coercitivas, como força e ameaça, para superar a resistência feminina e ter acesso sexual às fêmeas (Lloyd, 2001; Malamuth, 1998; Quinsey & Lalumière, 1995; Shields & Shields, 1983; Smuts, 1992; Symons, 1979; Thornhill & Thornhill, 1992; Vandermassen, 2011).

Thornhill e Thornhill (1983; 1992) utilizaram as diferentes estratégias sexuais para construir seu modelo no qual a incapacidade de competir por recursos e status necessários para atrair e reproduzir com parceiras desejáveis faz com que homens recorram ao estupro para satisfazer seus impulsos sexuais e acasalar com um grande número de mulheres. Conhecido como modelo de privação de parceira (Malamuth, 1998), o raciocínio é de que, na história evolutiva dos humanos, homens nessa situação de poucas parceiras sexuais, aumentaram seu sucesso reprodutivo ao estuprar e, por isso a tendência ao estupro foi selecionada (Archer & Vaughan, 2001; Vandermassen, 2011). Para Thornhill e Thornhill (1983), na ausência de alternativas, os benefícios reprodutivos do estupro para o homem sempre excederão os custos. As condições ambientais que favoreceriam o estupro seriam a falta de recursos físicos e psicológicos, alienação social, acesso sexual limitado a mulheres e relacionamentos românticos insatisfatórios (Ward & Siegert, 2002), o que para Thornhill e Thornhill se resumem ao rótulo de “baixo status”.

Basicamente, essas hipóteses são fundamentadas em dados de que homens de baixas classes socioeconômicas são super-representados entre estupradores condenados. Palmer (1991) adverte que alguns estupros são cometidos por homens cujo status social não é tão extremamente baixo, citando estupros em guerra como um exemplo não limitado a homens de baixo status social, além do fato de que alguns estupradores condenados aparentam ter tido outras oportunidades reprodutivas previamente ao estupro, como casamento, histórico padrão de relacionamentos e até mesmo vidas sexuais incomumente ativas. Archer e Vaughan (2001) e Vandermassen (2011) concordam com Palmer sobre a existência de evidências inconclusivas e até contrárias a respeito dessa hipótese.

Outra linha de argumento de Thornhill e Thornhill (1983) é que estupradores são, em geral, mais incompetentes em interações sociais heterossexuais, o que reduziria seu acesso legítimo a mulheres. De fato, Malamuth (1998) e Quinsey e Lalumière (1995) assemelham esse ponto do modelo da privação de parceiros a outras teorias que descrevem estupradores como inadequados em vários domínios interpessoais, como habilidades heterossexuais e formação de afetos íntimos, necessários para relacionamentos bem-sucedidos com as

mulheres. Analisando diversas pesquisas de outros autores sobre excitação sexual, Thornhill e Thornhill (1992) concluem, apesar de problemas metodológicos em alguns desses estudos, que homens se excitam frente a interações sexuais forçadas de forma semelhante ao sexo consensual.

Resultados ambíguos sobre status, habilidade social e excitação sexual dos estupradores são, para McKibbin, Shackelford, Goetz e Starratt (2008), um reflexo da negligência dos tipos de estupradores, algo que pode gerar novas percepções e hipóteses. São propostos cinco tipos de estupradores, ou contextos do estupro: 1) o homem desfavorecido que recorre ao estupro, semelhante à hipótese da privação de parceira; 2) estupradores especializados que são sexualmente excitados por sexo violento, o que explicaria divergências em excitação sexual frente a cenas de sexo violento em alguns homens; 3) homens que estupram oportunisticamente; 4) homens dominantes e frequentemente psicopatas que dispõem grande esforço para reproduzir ao buscar muitas parceiras com pouco investimento, usando coerção e estupro quando táticas não coercitivas falham; e 5) estupradores de parceiras motivados por contextos de competição de esperma, ou seja, quando ele suspeita ou descobre que sua parceira foi infiel.

Um modelo similar foi proposto por Shields e Shields (1983), para os quais todos os homens são potenciais estupradores, o que será concretizado a depender de certas circunstâncias, tais como vulnerabilidade da vítima e hostilidade do homem. A vulnerabilidade de uma vítima em potencial está negativamente correlacionada com a probabilidade e magnitude dos custos que um estuprador sofreria caso ele aja. Assim, fatores como o local (se público ou privado), o poder da família da vítima, tamanho da vítima e outros indicadores de sua resistência impactam a estimativa da vulnerabilidade por parte do homem. Maior vulnerabilidade, maior será a probabilidade do estupro, e vice-versa, independente da motivação do homem. Somando-se à vulnerabilidade feminina a hostilidade masculina, a probabilidade de estupro é maior quando ambos são altos, o que é exemplificado pelos autores com a guerra, situação na qual tanto a hostilidade dos soldados quanto a vulnerabilidade das mulheres inimigas são grandes. Dependendo da magnitude dessas duas variáveis, os homens alteram suas táticas reprodutivas.

Segundo Shields e Shields (1983), são três as táticas reprodutivas que todos os homens possuem: o cortejo honesto, a sedução e o estupro. Se um homem possui bons genes, recursos ou ambos, pretende fornecer cuidado parental necessário para maximizar a qualidade de seus filhos e manifesta isso para uma parceira em potencial, ele se engaja em um cortejo honesto. A sedução ocorre se um homem de baixa qualidade sinaliza alta qualidade ou se

qualquer homem demonstra falsamente uma vontade ou capacidade de fornecer investimento parental necessário e é escolhido por uma parceira enganada. O estupro pode ser colocado em prática se qualquer homem rejeitado por uma mulher é capaz de forçar a copulação com pouco ou nenhum risco para si mesmo. Se há alguma probabilidade de sucesso para cada tática, homens que possuem as três táticas e as empregam em circunstâncias apropriadas terão uma melhor sucesso reprodutivo do que aqueles que possuem uma ou duas dessas táticas. Portanto, o estupro é uma das táticas reprodutivas que todos os homens possuem, mas que não necessariamente será empregada por todos exclusivamente nem o tempo todo. Archer e Vaughan (2001) afirmam que há evidências de que todo homem pode, de fato, ser um estuprador potencial.

Estudiosos da área concordam que o estupro acarreta custos para a mulher. Thornhill e Thornhill (1983) listam quatro maneiras pelas quais o estupro reduz o potencial reprodutivo da mulher: 1) a vítima pode se machucar; 2) a capacidade da mulher decidir o momento, o parceiro e as circunstâncias para a reprodução é reduzida, sobretudo se o estupro resultar em fertilização; 3) a possibilidade da mulher usar a copulação como uma forma de assegurar benefícios materiais dos homens para si e seu parentes é reduzida; 4) uma mulher comprometida pode perder a proteção ou cuidado do parceiro, haja vista que este tem a certeza de sua paternidade ameaçada pelo estupro. De relevância para os autores é o custo do impedimento da mulher em exercer sua escolha sobre sua reprodução, o que afeta negativamente seu *fitness*.

Em se tratando das vítimas, a hipótese nessa perspectiva é de que os homens as avaliam em termos de sua atratividade sexual diferentemente do que as parceiras consensuais. Thornhill e Thornhill (1983) e Shields e Shields (1983) propõem que a probabilidade de ser estuprada é maior quando a mulher estiver no pico de sua fertilidade, ou seja, após a menarca até os 20 e poucos anos. De fato, dados indicam que mulheres jovens são as principais vítimas (McKibbin et al., 2008; Shields & Shields, 1983), apesar da preferência por parceiras sexualmente atraentes não ser exclusiva do contexto do estupro (McKibbin et al., 2008).

A lógica subjacente é que, ao estuprar, homens podem aumentar sua prole. Entretanto, diversos autores (Lloyd, 2001; Palmer, 1991; Ward & Siebert, 2002) apresentam dados de que isso não é necessariamente verdade. Vítimas de estupro nem sempre estão na idade fértil, sendo que 29% tem dez anos ou menos, 12% das vítimas sofrem aborto espontâneo e 50% delas terminam a gravidez através de abortos assistidos, além de ser comum relações orais e anais forçadas e entre homens (Lloyd, 2001). As taxas de gravidez resultante de estupro variam entre 0% e 19% e as estimativas de sobrevivência do bebê são menores que 0,2%

(Palmer, 1991). Com frequência homens não conseguem ejacular durante o estupro e tem dificuldades de manter a ereção, talvez pela insensibilidade sexual das mulheres – sem orgasmo, por exemplo (Ward & Siegert, 2002). Por outro lado, McKibbin et al. (2008) descrevem hipóteses de que a ejaculação precoce poderia ter sido adaptativa no caso do estupro, ao minimizar as chances de ser descoberto por terceiros; na mesma linha, outra hipótese é que a contagem de espermatozoides nos estupradores seria maior, aumentando a probabilidade de fertilização, o que teria evidência indireta pela estimativa de que a taxa de gravidez resultante de estupro é o dobro da taxa de gravidez consensual acidental.

O sucesso reprodutivo dos estupradores depende da eficiência de defesas da mulher, como já mencionado no caso do aborto espontâneo, uma possível adaptação feminina para que se interrompa uma gravidez indesejada (McKibbin et al., 2008). As consequências psicológicas negativas também podem ser vistas como uma adaptação que ajuda as mulheres a dar atenção ao que lhe aconteceu e evitar comportamentos semelhantes (Lloyd, 2001). McKibbin et al. (2008) citam linhas de pesquisa sobre variações da capacidade de resistência e de leitura de sinais de coerção sexual dos homens de acordo com o ciclo menstrual. Mulheres no período fértil parecem demonstrar mais resistência a cenários de coerção sexual, se engajam em menos comportamentos de risco e parecem estar mais atentas a sinais de coerção sexual masculina.

Smuts (1992) contribui com um modelo que gira em torno da coerção sexual como uma forma de seleção sexual. O uso da agressão sexual dos homens é decorrente de sua funcionalidade para controlar as mulheres e a sexualidade feminina, aumentando suas oportunidades reprodutivas e garantia de paternidade (Smuts, 1992; Vandermassen, 2011). Isso é especialmente importante nas teorias evolutivas sobre o estupro, porque o controle das fêmeas antecederia a evolução da espécie humana em milhões de anos (Vandermassen, 2011). Portanto, nesse modelo, a coerção sexual seria uma terceira forma de seleção sexual, além da competição intrasexual e a escolha de parceiro intersexual, e todas as três estariam intimamente relacionadas e se influenciariam mutuamente.

A ideia geral nessas propostas evolutivas sobre o estupro é que tanto homens quanto mulheres teriam desenvolvido mecanismos próprios para ele, sugerindo que houve uma adaptação específica para o estupro. Identificar que o estupro é uma adaptação não é simples. Primeiro porque a adaptação foi selecionada no passado e, consequentemente, não implica em algo sobre o *fitness* presente ou futuro do indivíduo exibindo um determinado traço (no caso, a tendência a estuprar). É possível, portanto, que um traço, embora tenha sido adaptativo em certas condições que não mais existem, possa ser atualmente não adaptativo (Palmer, 1991).

Além disso, um traço pode influenciar negativamente a reprodução atual, mas ainda assim ser (ter sido) uma adaptação, ao mesmo passo que um traço pode influenciar positivamente a reprodução atual e não ser uma adaptação (Thornhill & Thornhill, 1992). Para se estabelecer que um traço é uma adaptação deve ser demonstrado que ele foi selecionado por ter uma função específica, com suficiente precisão, economia, eficiência, etc. (Lloyd, 2001; Palmer, 1991).

Uma versão diferenciada é que as adaptações não são específicas do estupro, mas sim de outros mecanismos psicológicos, sendo o estupro um subproduto, um efeito colateral. Symons (1979) não acreditava que havia evidência o suficiente para garantir a conclusão de que o estupro fosse uma adaptação específica, mas sim de que os homens tendem a desejar copulações não custosas e impessoais. Assim, o desejo masculino por uma ampla variedade de parceiras sexuais (Lloyd, 2001), o maior desejo pela relação sexual (Vandermassen, 2011), a agressão masculina (Archer & Vaughan, 2001), o controle da capacidade reprodutiva feminina (Quinsey & Lalumière, 1995), atitudes negativas em relação às mulheres (Ward & Siegert, 2002), estratégias exploradoras dos recursos alheios (Buss, 2012), ou seja, os mecanismos psicológicos subjacentes ao desejo masculino geral por relações sexuais e à tendência ao uso da força para obter qualquer recompensa relacionada ao sucesso reprodutivo (Thornhill & Thornhill, 1992) seriam todas possíveis adaptações em si, cuja ação resultante pode ser o estupro.

Apesar da falta de uma teoria evolutiva única sobre o estupro, todas elas concordam que este é um ato sexual. O fato de o estupro ser um ato sexual ou violento/de poder gerou intenso debate entre os evolucionistas e as feministas. Grande parte da crítica à perspectiva evolutiva é decorrente da falácia naturalista, segundo a qual são confundidos o que é e o que deve ser (McKibbin et al., 2008). Por outro lado, fatores como hostilidade, dominação e controle masculinos são aceitos como importantes por alguns autores evolucionistas (Goetz et al., 2008; Shields & Shields, 1983), mas não explicam porque alguns homens estupram e outros não. Como Shields e Shields (1983) bem colocam, o estupro pode compartilhar uma função comum com o acasalamento cooperativo, mas não precisa compartilhar as mesmas variáveis sexuais motivadoras em seu controle proximal. Basicamente, o que os autores pretendem comunicar é que pensar na função adaptativa e pensar nas variáveis motivadoras são dois níveis de análise diferentes: o primeiro se refere às causas distais, e o segundo, às causas proximais, conforme as quatro causas propostas por Tinbergen (1963). O embate entre evolucionistas e feministas estaria nessa esfera, cada um defendendo uma causa sem apreciar a outra. Uma explicação compreensiva de um comportamento deve considerar ambas as

causas e como as causas proximais podem ativar relevantes mecanismos mentais envolvidos (Ward & Siegert, 2002).

Lloyd (2001) oferece outra crítica à visão adaptacionista do estupro, a de que são ignorados nos modelos os outros processos evolutivos da deriva genética, mutação, recombinação e fluxo gênico. Para a autora, é incorreto pensar que todo traço é uma adaptação ou um efeito dela, e isso se aplica ao caso do estupro: não necessariamente ele é uma adaptação ou um subproduto; outras explicações podem existir.

2.3.2 Pelos estudos antropológicos

Comparações de comportamentos entre culturas pode revelar aspectos importantes sobre a violência sexual, se esse é um fenômeno universal ou, caso ocorra em algumas sociedades e em outras não, quais condições as diferenciam. Em 1969, Minturn, Grosse e Haider juntaram dados coletados de 135 sociedades distribuídas ao longo das principais áreas culturais do mundo e historicamente independentes em termos de estruturas linguísticas, políticas e econômicas. Das 33 sociedades em que dados sobre punição para o estupro foram encontrados, em cinco delas a punição foi a morte, em uma a punição foi o exílio, em seis a punição pelo governo foi severa, em quatro a punição foi multas pagas à família da mulher ou ao governo, em quatro havia ou não havia punição a depender do parceiro sexual, em três não havia punição oficial nem estigma social e o homem era ridicularizado, e em dez não havia punição, multa nem estigma social. Das 43 sociedades em que havia dados sobre a frequência do estupro, em duas delas o conceito de estupro não existia ou era relatado que o estupro nunca ocorria, em duas o estupro não ocorre mas o conceito existe, em 18 o estupro é muito raro, em 14 há relatos de alguma sedução agressiva, em cinco o estupro não é incomum, em duas o estupro ou sedução agressiva é a forma preferida de atividade sexual, e em nenhuma todas as relações sexuais são agressivas.

De maneira semelhante, Broude e Greene (1976) realizaram uma codificação de 20 atitudes e práticas sexuais em 200 sociedades, sendo de interesse as medidas referentes à atitude em relação ao estupro e a frequência do estupro. Das 40 sociedades em que havia informações sobre atitude em relação ao estupro, em dez delas o estupro era aceito ou ignorado, em quatro delas ele era ridicularizado, em oito delas ele era moderadamente desaprovado e em 18 delas ele era fortemente desaprovado. Já se tratando da frequência do estupro, encontrada em 34 sociedades, em oito delas o estupro é ausente, em 12 ele é raro ou são casos isolados e em 14 ele é comum ou não atípico.

Entretanto, Sanday (1981), utilizando a mesma amostra de 186 sociedades em todo o

mundo no período de 1750 a.c. até o fim da década de 1960, encontrou discrepâncias em comparação com os resultados de Broude e Greene (1976), sobretudo decorrentes da definição de estupro empregada pelos diferentes autores. Além de selecionar 95 sociedades em que houve relato sobre a frequência do estupro, o estudo de Sanday (1981) encontrou que em 47% delas o estupro é infrequente ou não ocorre; 35% foram classificadas em uma categoria intermediária; e 18% em que a incidência do estupro é alta, seja por ser negligenciado ou por ser culturalmente permitido, como em atos cerimoniais ou pelo quais homens punem ou ameaçam mulheres. Uma vez que o estupro não foi encontrado em todas as sociedades e que sua incidência varia entre culturas, a autora descarta concepções de que a sexualidade masculina é inerentemente explosiva, e, baseando-se em contribuições socioculturais anteriores, propõe analisar quatro hipóteses referentes à correlação da incidência do estupro com fatores socioculturais. Análises indicaram que: as variáveis medindo a repressão sexual não foram significantes; a violência interpessoal e intergrupala é significativa; o tipo de relação entre pais e filhos não apresenta forte associação; a expressão da ideologia social de dominação masculina é considerável. Portanto, Sanday (1981) defende que, em sociedades nas quais o estupro é frequente, a intensidade da violência é alta, homens são encorajados a serem agressivos e viris, mulheres tem pouco poder e pequena participação na tomada de decisão e há segregação de espaços exclusivos para homens e para mulheres. Por outro lado, em sociedades nas quais o estupro é ausente ou raro, há igualdade sexual, mulheres contribuem para a continuidade social e são respeitadas, há prestígio no papel reprodutivo e produtivo da mulher e a violência interpessoal é incomum.

Outro estudo antropológico foi conduzido por Otterbein (1979), no qual foram testadas duas teorias sobre o estupro: a teoria da dissuasão, segundo a qual o emprego da punição seria um mecanismo de prevenção do estupro, e a teoria do grupo de interesse fraternal, pela qual grupos de homens que recorrem à agressão para defender os interesses de seus membros seriam uma das condições que dão origem ao estupro. Para tanto, o autor obteve dados sobre a frequência do estupro, sua punição, a presença de grupos de interesse fraternal e a frequência de vingança após um homicídio em 135 sociedades descritas em estudos anteriores. Para averiguar a formação de grupos de interesse fraternal, foram analisados a patrilocalidade, ou seja, quando a residência após matrimônio é próxima à família do homem, e a poliginia, isto é, o casamento de um homem com várias mulheres. A patrilocalidade e a poliginia permitem que homens vivam próximos e cuidem dos interesses e bem estar uns dos outros. Otterbein (1979) testou a hipótese de que sociedades com grupos de interesse fraternal têm maior probabilidade de apresentar alta frequência de estupro do que

sociedades sem grupos de interesse fraternal, a partir das variáveis patrilocidade e poliginia; houve uma moderada correlação estatisticamente significativa entre frequência do estupro e patrilocidade, mas uma fraca correlação estatisticamente não significativa para a variável poliginia. A segunda hipótese decorrente da teoria do grupo de interesse fraternal foi de que em sociedades com alta frequência de estupro é mais provável a ocorrência da vingança após um homicídio do que em sociedades com baixa frequência de estupro; houve uma forte correlação estatisticamente significativa entre frequência do estupro e vingança após um homicídio. A confirmação das duas hipóteses da teoria do grupo de interesse fraternal lhe confere apoio. Em relação à teoria da dissuasão do estupro, o autor testou a hipótese de que quanto maior a punição para o estupro, menor as chances dele ocorrer; houve uma forte correlação negativa estatisticamente significativa entre frequência do estupro e severidade da punição, apoiando a teoria da dissuasão do estupro. Indo além dessas análises, Otterbein (1979) investigou a interação entre a teoria da dissuasão e a teoria do grupo de interesse fraternal e concluiu que as duas teorias em conjunto possibilitam uma melhor compreensão do estupro. Assim, em sociedades com punição severa e ausência de grupos de interesse fraternal, há pouco ou nenhum estupro; ao contrário, em sociedades sem punição e com presença de grupos de interesse fraternal, a frequência do estupro é alta; porém, sem punição e sem grupos de interesse fraternal, o estupro também é comum; por outro lado, se há grupos de interesse fraternal e a punição é severa, a frequência do estupro pode ser alta ou baixa.

Grubin (1992) critica o estudo de Sanday (1981) mas ao mesmo tempo o apoia, com o recurso dos achados de Otterbein (1979), defendendo que em sociedades agressivas e com dominação masculina o estupro é mais comum.

Diferentes definições do estupro acarretam em estudos com diferentes incidências dessa violência sexual, especialmente quando são empregadas noções ocidentais para se estudar diversas culturas (Rozée, 1993). Partindo dessa constatação, Rozée (1993) propõe que uma conceituação do estupro mais ampla, na qual a escolha da mulher é enfatizada, independentemente de sanções sociais definidoras do estupro, fornece uma melhor compreensão sobre a extensão da experiência feminina do estupro entre culturas. Para tanto, a autora busca informações em fontes etnográficas de 35 sociedades sobre dois tipos de estupro: 1) o normativo, no qual há aprovação social do estupro, seja por rituais cerimoniais, pela punição da mulher ou não punição do homem; e 2) o não normativo, quando o estupro não é tolerado socialmente. O estupro não normativo foi encontrado em 63% das sociedades; já o normativo, em 97% das sociedades. Foram considerados seis casos de estupro normativo: 1) o estupro conjugal, seja nas núpcias ou ao longo do matrimônio, presente em 40% das

sociedades; 2) o estupro de troca, no qual a mulher se transforma em aposta de jogos, é oferecida em negociações de paz, é compartilhada com hóspedes, amigos, irmãos, presente em 71% das sociedades; 3) o estupro punitivo, quando a mulher transgredir a autoridade masculina, se comporta conforme prerrogativas dos homens, rejeita o direito de acesso de um homem, ou é um instrumento de punição para os delitos do esposo, presente em 14% das sociedades; 4) o estupro por rapto, seja para fins sexuais ou reprodutivos, tais como a apreensão de mulheres como escravas e prostitutas, a invasão de grupos para roubar esposas, o contato genital quando a mulher está dormindo, presente em 63% das sociedades; 5) o estupro cerimonial, em rituais de defloração e testes de virgindade, presente em 49% das sociedades; e 6) o estupro por diferença de status entre homem e mulher, presente em 29% das sociedades. Rozée (1993) ressalta que a maioria dos estudos que comparam as culturas de múltiplas sociedades omitem casos de estupro normativo, o que pode ser uma falha, tendo em vista que, como quase todas as sociedades por ela analisadas possuem formas de violência sexual que não infringem costumes sociais, este pode ser o tipo de estupro que mais contribui para a compreensão das experiências femininas sobre o estupro. O fato de que na maioria das sociedades alguma forma de estupro normativo ocorre simultaneamente com o estupro não normativo ilustraria para a autora que o estupro é regulado, e não proibido; algumas mulheres em algumas situações podem ser estupradas, em outras, não.

Contrariamente ao defendido por Sanday (1981), Rozée (1993) encontrou dados etnográficos sobre estupro em todas as sociedades de sua amostra. Palmer (1989), reexaminando estudos anteriores, conclui que o material etnográfico utilizado por outros autores é insuficiente para refutar a generalização de que o estupro é universal, e apoia a visão de que o estupro é um comportamento presente em todas as sociedades.

Contudo, Watson-Franke (2002), tentando compreender o que Sanday (1981) descreveu como sociedades livres de estupro, explora a importância das contribuições das mulheres para a continuidade social em sociedades matrilineares, nas quais o estupro é ausente ou raro. Os achados da autora sugerem que, em sociedades matrilineares, são as mulheres que estabilizam a continuidade social, histórica, econômica e política da geração seguinte. As mulheres são vistas como as principais criadoras da vida, ao passo que os homens desempenham importantes papéis como pais e tios maternos ao apoiar, prover e cuidar das crianças, sem ter controle sobre seus filhos. Para Watson-Franke (2002), a existência dessas sociedades contesta a hipótese da universalidade da dominação masculina e do estupro, sugerindo que a ocorrência do estupro é um resultado de práticas de socialização e de padrões específicos de dinâmica de gênero.

2.3.3 Pela abordagem sociocognitiva

As abordagens descritas anteriormente revelam que a incidência da violência sexual está relacionada a algumas variáveis. Enquanto as contribuições evolucionistas assinalam o valor adaptativo da violência sexual e as análises multiculturais, de teor feminista, apontam para a relevância de aspectos sociais para a compreensão da violência sexual, verifica-se até a década de 1980 a existência de estudos etiológicos cujo foco recai em fatores como excitação sexual desviante à força e à violência, hostilidade e falta de empatia pela vítima, exposição à pornografia e poucas habilidades sociais (Drieschner & Lange, 1999). A partir de então, é impulsionada a pesquisa sobre o papel de fatores cognitivos na ocorrência da violência sexual.

Essa seção pretende apresentar estudos que investigaram variáveis cognitivas, algumas com profundo cunho social, daí a denominação sociocognitivo. O ponto de partida desse conjunto de estudos é o que Ward (2000) e colaboradores (Ward, Hudson, Johnston, & Marshall, 1997) designam por distorção cognitiva. Aqui se englobam *processos* cognitivos e *conteúdos* cognitivos que alteram de alguma forma o processamento de informação e a tomada de decisão dos indivíduos, notoriamente os dos perpetradores.

Para iniciar, é útil considerar o modelo do processamento de informação social, proposto por McFall (1990). Nele há três estágios do processamento, nos quais podem ocorrer déficits relacionados à violência sexual. No primeiro estágio, o de decodificação, estão envolvidos a recepção, percepção e interpretação de informação sensorial aferente. Assim, se um homem não recebe os sinais sociais de uma mulher, ou tem problemas na percepção ou na interpretação desses sinais, ele pode vir a se comportar de maneira inapropriada. No segundo estágio, o de decisão, ocorre a geração de opções de respostas, a correspondência dessas opções com o que se é demandado, a seleção de uma opção, a procura dessa opção no repertório comportamental e a avaliação da utilidade subjetiva das consequências dessa opção em relação às das outras opções. Neste caso, um homem pode decodificar os sinais sociais de uma mulher corretamente, mas ser inábil na tomada de decisão, por não saber qual a melhor resposta a ser dada, não ser capaz de emitir a resposta apropriada, ou ser capaz de emití-la mas, devido aos seus custos, optar por outra resposta. Fatores podem influenciar o processo de decisão, como ingestão de álcool, raiva, contágio social e excitação sexual. No terceiro estágio, o de execução, devem ser monitorados seus impactos no ambiente e realizar ajustamentos no decorrer do comportamento. Mesmo se um homem decodifica corretamente os sinais e escolhe um curso de ação apropriado, ele pode não executá-lo bem ou falhar no ajustamento frente ao feedback ambiental. Portanto, todos os estágios são necessários para que um comportamento seja apropriado.

Alguns experimentos testaram a validade desse modelo de processamento de informação social. Lipton, McDonel e McFall (1987) investigaram o primeiro estágio, com a hipótese de que estupradores teriam déficits na decodificação dos sinais negativos de mulheres. Os autores compararam o desempenho dos sujeitos na leitura de cinco sinais afetivos – romântico, positivo, neutro, negativo ou de mau humor – em vinhetas de interação entre casais heterossexuais, em situações de primeiro encontro e de intimidade. Participaram do estudo três grupos de 11 criminosos: estupradores, não estupradores violentos, e não estupradores não violentos. Foi encontrado que os estupradores foram significativamente menos precisos do que os outros grupos na leitura de sinais de mulheres em vinhetas de primeiro encontro, principalmente na leitura de sinais negativos, mas tiveram desempenho igual na leitura de sinais dos homens e foram mais competentes na leitura em interações íntimas. Em um estudo parecido, Hudson, Marshall, Wales, McDonald, Bakker e McLean (1993) compararam a habilidade de reconhecimento de emoções em detentos e em pessoas da comunidade. Resultados indicaram que os criminosos sexuais foram menos hábeis na identificação de emoções, sendo frequente a confusão entre medo e surpresa, e entre raiva e nojo.

Outro experimento digno de nota é o de Malamuth e Brown (1994). Os autores compararam a habilidade de percepção social de homens agressivos e homens menos agressivos em cenários nos quais um homem tenta iniciar uma interação social em um bar com uma mulher, a qual reage de quatro maneiras distintas: amigável, rejeitando assertivamente, sedutora e altamente hostil. Os resultados apoiaram uma explicação de esquema suspeito, no qual falhas na decodificação das informações emitidas por mulheres estariam relacionadas a esquemas cognitivos que levam homens a duvidar da veracidade dos sinais comunicativos.

A falha na interpretação das informações sociais foi relatada por Scully (1988), em entrevistas com estupradores que admitiram o crime e que não o admitiram. De relevância são as declarações daqueles que negaram o estupro, indicando uma percepção de que a mulher pediu e gostou da agressão. Similar são os relatos de pais incestuosos de que suas crianças iniciaram a atividade sexual e de que gostaram (Ward et al., 1997). Aparentemente, nesses indivíduos a interpretação da situação é errônea.

Além do primeiro estágio do modelo do processamento de informação social, poucas são as pesquisas sobre o papel da decisão e da execução na violência sexual (McFall, 1990). Este autor sugere que medidas de autorrelato e de encenação, nas quais os sujeitos devem indicar a resposta que eles consideram mais efetiva em situações predefinidas, seriam formas

de examinar o estágio de decisão. Além disso, autoverbalizações parecem surtir efeito inibidor da excitação sexual (Drieschner & Lange, 1999) em situações de alto risco, ajudando homens a controlar seus níveis de excitação sexual em contextos de agressão sexual (Ward et al., 1997).

Já o estágio de execução poderia ser avaliado por medidas de encenação que requerem dos sujeitos a demonstração de sua habilidade de executar respostas prescritas em situações pré-estabelecidas (McFall, 1990). É possível relacionar a esse estágio as pesquisas sobre a habilidade social de criminosos sexuais. Segal e Marshall (1985) estudaram esse tema ao comparar estupradores, abusadores infantis, criminosos não sexuais e homens controle de baixo e de alto nível socioeconômico em conversas entre os sujeitos e uma mulher, além de outras medidas. Resultados apontaram para uma menor habilidade social em criminosos em relação ao grupo controle, com base em questionários sobre a capacidade do sujeito em lidar com interações heterossexuais e na avaliação da habilidade pelo próprio sujeito, pela mulher com quem se conversou e por terceiros. Muehlenhard e Falcon (1990) aplicaram a homens universitários um questionário de habilidade social autorrelatada e descobriram que homens com muita ou moderada habilidade social se engajaram em mais relações sexuais obtidas por consenso, por argumentação, por mentira e por intoxicação da mulher do que homens pouco hábeis, mas o estupro forçado não foi relacionado ao nível da habilidade social. No entanto, a pesquisa de Koralewski e Conger (1992) não produziu conclusões semelhantes. As autoras trabalharam com o mesmo tipo de população que Muehlenhard e Falcon através de diversos procedimentos para aferir sua habilidade: questionários de habilidade social autorrelatada e de assertividade, participação em conversas com uma mulher e subsequente avaliação por terceiros em termos de sua ansiedade, atratividade e capacidade de resposta à mulher, escuta de interações seguida pela escolha de uma resposta apropriada para a continuação da interação. Não foram encontradas diferenças entre homens pouco e muito sexualmente coercitivos, não apoiando a associação entre coerção sexual e déficit de competência social.

Há muita pesquisa produzida sobre *conteúdos* cognitivos. Para iniciar, a falta de conhecimento sobre o estupro e seus efeitos é um dos fatores cognitivos elencados por Drieschner e Lange (1999). Parte da pesquisa de Feild (1978) com mulheres e homens da comunidade, policiais, estupradores e terapeutas analisou o conhecimento sobre o estupro através de um teste cujos itens versavam sobre diversos aspectos sobre o fenômeno do estupro. Apenas correlações pequenas foram obtidas entre conhecimento sobre o estupro e atitudes em relação ao estupro. Por outro lado, Hamilton e Yee (1990), ao definirem esse fator cognitivo como conhecimento sobre o efeito do estupro na vítima, aplicaram a mulheres e

homens universitários um teste de conhecimento sobre o trauma do estupro e uma escala para medir a percepção dos sujeitos sobre a quantidade de medo, dor, angústia emocional e divertimento experimentada pelas vítimas, entre outros instrumentos. De maneira geral, um maior conhecimento sobre o trauma do estupro foi associado a maiores estimativas do sofrimento da vítima e a menos atitudes de apoio ao estupro. As mulheres, comparadas aos homens, tinham mais conhecimento sobre o trauma do estupro, percebiam a experiência do estupro como mais aversiva para a vítima e possuíam menos atitudes de apoio ao estupro. Porém, mulheres que consideravam o estupro um problema menos sério do que outros crimes, tendiam a ter menos conhecimento sobre o trauma do estupro. Homens cuja probabilidade de estuprar era maior exibiram menos conhecimento sobre o trauma do estupro, perceberam a experiência da vítima como menos desagradável e possuíam mais atitudes de apoio ao estupro. Portanto, o conhecimento sobre o estupro, no caso os efeitos traumáticos infligidos à vítima, parece ser um importante fator cognitivo relacionado à violência sexual.

Outro fator cognitivo estaria atrelado aos estereótipos de papel de gênero. Assim, os estereótipos de que mulheres não devem indicar diretamente seu interesse sexual nem se engajar livremente na sexualidade, e homens devem tomar a iniciativa e persistir em suas tentativas de intimidade sexual mesmo quando a mulher demonstra relutância, resultariam em uma cultura na qual a coerção sexual é vista como normal e aceitável (Check & Malamuth, 1983). Muehlenhard (1988) trata da questão da discrepância entre as interpretações sexuais de homens e mulheres. Homens têm uma tendência maior que mulheres a interpretar uma variedade de comportamentos como sinais de que o outro está interessado em sexo. Ao superestimar o interesse da mulher, problemas podem surgir se um homem aborda sexualmente uma mulher relutante. Ainda mais, uma resposta negativa da mulher nem sempre impede o homem de continuar tentando, visto que o papel da mulher restringe suas relações sexuais, para não ser vista como promíscua. Homens também estão sujeitos a estereótipos, como o de que eles não podem recusar oportunidades de sexo. Muehlenhard (1988) apresenta dados de suas pesquisas sobre esses estereótipos: em um cenário no qual a mulher sinaliza falta de interesse sexual e rejeita as abordagens, homens avaliam como praticamente neutra a vontade da mulher em ter relação sexual, mas, se a mulher é descrita mais ambigualmente, em termos de sua vestimenta e consumo de álcool, e refuta relação sexual, homens tendem a acreditar que a mulher está mais interessada do que no primeiro cenário; pesquisando mulheres universitárias, foi descoberto que 39,3% delas relataram ter dito não a uma relação sexual quando elas de fato queriam; em outra pesquisa, 62,7% dos homens relataram ter se engajado em relação sexual quando eles não queriam. Portanto, homens são estimulados a ter

relação sexual, mulheres são incentivadas a dizer não mesmo quando querem dizer sim, e homens interpretam esse não como um sim; estereótipos de papel de gênero apoiam o estupro. Isso é confirmado por Check e Malamuth (1983), ao oferecer dados de que indivíduos com fortes estereótipos de papel de gênero demonstraram maior excitação sexual, equivalente aos estupradores, e tinham maior tendência a estuprar.

A formação dos estereótipos de papel de gênero se insere no contexto dos *scripts* sexuais. Esse conceito especifica quem são os possíveis parceiros sexuais, em que circunstâncias é apropriado se comportar sexualmente, que tipo de atividades são permitidas e quais os motivos de se comportar de modo sexual (Alferes, 2004). Ao servir para organizar estados internos e comportamentos, os *scripts* sexuais possibilitam a interpretação de emoções e sensações como sexualmente significativas, fornecendo meios de reconhecimento de potenciais situações sexuais e consequente ações (Jackson, 1978). Ligados às noções culturais de feminidade e masculinidade, os *scripts* determinam papéis predefinidos aos indivíduos – homem dominante, mulher subordinada –, o que faz do comportamento sexual não apenas um comportamento social (Jackson, 1978), mas um comportamento roteirizado (Ryan, 2004). A complicação se dá quando os mesmos *scripts* que motivam comportamento sexual dito normal possibilitam a motivação para um estuprador, ao considerar justificável alguns comportamentos imorais dentro de certas condições. É o que Jackson (1978) denomina como neutralizações, ou circunstâncias atenuantes.

O último fator cognitivo aqui abordado, e o mais investigado, diz respeito a crenças e atitudes de apoio ao estupro. Tais crenças e atitudes podem se referir ao estupro diretamente ou a variáveis indiretas, como sexualidade ou violência. No primeiro grupo estão os mitos de estupro, que serão vistos a seguir.

Os mitos de estupro foram definidos como crenças prejudiciais, estereotipadas ou falsas sobre o estupro, as vítimas e os estupradores (Burt, 1980), e que servem para negar ou justificar a agressão sexual masculina contra mulheres, ao amenizar seus efeitos sobre a vítima ou de fato culpá-la pelo estupro (Lonsway & Fitzgerald, 1994). Alguns exemplos desses mitos são: “somente mulheres más são estupradas”, “qualquer mulher saudável pode resistir a um estuprador se ela realmente quiser”, “as mulheres pedem por isso”, “mulheres só relatam o estupro quando elas foram largadas pelo parceiro ou quando têm algo a encobrir”, “estupradores são loucos ou só pensam em sexo”, “mulheres mentem sobre o estupro”, “somente algumas mulheres são estupradas” (Burt, 1980; Lonsway & Fitzgerald, 1994). Esses exemplos podem ser verdade, confirmados pelos fatos de que, sim, alguns estupradores são doentes mentais/psicopatas e algumas mulheres mentem sobre o estupro. O problema dos

mitos é que seu valor de verdade em uma situação particular tende a ser aplicado universalmente (Lonsway & Fitzgerald, 1994). Para essas autoras, os mitos de estupro existem por ter funções, como: 1) proteger indivíduos e a sociedade de se confrontar com a realidade e extensão da violência sexual; 2) acreditar que o mundo é justo, onde coisas boas acontecem a pessoas boas e coisas ruins acontecem somente àqueles que as merecem; 3) oprimir e controlar socialmente as mulheres. O estudo sobre os mitos de estupro é extenso, com a aplicação de diversas escalas – que serão comentadas em uma seção posterior – e exame de diversas variáveis demográficas e pessoais: sexo, etnia, idade, educação, ocupação, status socioeconômico, conhecer uma pessoa estuprada e conhecimento sobre o estupro (Anderson, Cooper, & Okamura, 1997; Lonsway & Fitzgerald, 1994).

Outras crenças e atitudes que também apoiam o estupro foram relacionadas aos mitos. Lonsway e Fitzgerald (1994) cita a crença do que constitui uma violência sexual, avaliada através de cenários e posterior julgamento dos sujeitos sobre a existência ou não de uma representação de estupro, o que foi realizado por Marolla e Scully (1986). Esses dois autores pediram a estupradores condenados e a outros criminosos que determinassem que tipos de encontros sexuais eles definiam como estupro. Ambos os grupos tenderam a definir ações como estupro quando elas envolviam pessoas desconhecidas da vítima e, principalmente, quando havia uso de alguma arma pelo perpetrador.

Uma importante crença que permeia o fenômeno da violência sexual é a da atribuição de responsabilidade ao estuprador e de culpa à vítima. O raciocínio é de que a vítima desinibe a excitação sexual (Drieschner & Lange, 1999), ao provocar ou precipitar o incidente (Stermac, Segal, & Gillis, 1990) quando, por exemplo, a vítima demonstra disposição prévia ao contato sexual e muda de ideia, usa roupas reveladoras, vai até a casa do homem ou ingere álcool (Perilloux, Duntley, & Buss, 2014). Crenças desse tipo estão tão permeadas a ponto de se poder falar em cultura de culpabilização da vítima (Grubb & Turner, 2012).

Burt (1980) apresenta as crenças sexuais adversárias, entendidas como a expectativa de que relacionamentos sexuais são fundamentalmente exploratórios, que cada parte do casal é manipulativa, dissimulada, desonesta, incompreensível com o outro e não confiável. Crenças desse teor fazem do estupro um extremo de um *continuum* exploratório.

Atitudes em relação às mulheres e ao seu papel social fazem parte de várias pesquisas, sendo as mais frequentemente examinadas (Lonsway & Fitzgerald, 1994). A pesquisa já mencionada de Feild (1978) obteve resultados de que indivíduos com percepções liberais das mulheres e de seu papel social tendem a ver o estupro diferentemente daqueles cujas percepções são conservadoras. Para o autor, as percepções das pessoas sobre o estupro deve

ser compreendida como mais do que um ato sexual, sendo necessário englobar seus pontos de vistas sobre as mulheres. Harmon, Owens e Dewey (1995) compararam as atitudes em relação às mulheres de estupradores, outros criminosos e sujeitos controle e obtiveram resultados indicando que os criminosos não estupradores tinham as mais tradicionais atitudes em relação às mulheres. Já Scott e Tetreault (1987), investigando os mesmos três tipos de grupos, confirmaram sua hipótese de que os estupradores demonstraram atitudes mais conservadoras em relação às mulheres, especialmente em áreas relacionadas ao comportamento sexual. No entanto, outras pesquisas obtiveram resultados opostos: tanto os grupos de estupradores e de outros criminosos, de Marolla e Scully (1986), como os grupos de estupradores, de outros criminosos e de sujeitos controle da comunidade de baixo status socioeconômico, de Segal e Stermac (1984), não apresentaram diferenças no que tange suas atitudes em relação às mulheres, chegando a ser caracterizados por atitudes mais liberais do que tradicionais.

Pesquisas sobre atitudes que apoiam a violência interpessoal, referindo-se à noção de que força e coerção são formas legítimas de ganhar aquiescência em relacionamentos íntimos e sexuais, foram iniciadas por Burt (1980). Resultados indicaram que a aceitação de violência interpessoal foi o maior preditor da aceitação dos mitos de estupro. As atitudes dos sujeitos do estudo de Marolla e Scully (1986), tanto estupradores como outros criminosos, foram bastante violentas e estatisticamente semelhantes entre os dois grupos.

Lonsway e Fitzgerald (1995) defendem que parte dessas crenças e atitudes investigadas são, na realidade, constituintes de uma noção só, a hostilidade contra as mulheres. Crenças sexuais adversárias e atitudes de apoio à violência interpessoal, ambas inauguradas por Burt (1980), estão, na visão das autoras, avaliando atitudes hostis em relação às mulheres, o que foi confirmado em seus dados coletados. A relação entre hostilidade em relação às mulheres e a aceitação dos mitos de estupro foi consideravelmente mais forte para os homens universitários de sua amostra do que para as mulheres universitárias. Marolla e Scully (1986) encontraram que, apesar de não haver diferenças significativas na hostilidade de estupradores e de outros criminosos, quanto mais as atitudes eram tradicionais em relação às mulheres, mais elas eram hostis. Portanto, aparentemente, a hostilidade está associada a atitudes conservadoras em relação às mulheres.

Atitudes que enfatizam a masculinidade, denominadas como atitudes macho, são aquelas que idealizam o poder, a robustez, a competitividade e a agressão (Drieschner & Lange, 1999), e são caracterizadas por atitudes sexuais insensíveis e por crenças de que a violência é viril e de que o perigo é excitante (Ryan, 2004). Homens que possuem essas atitudes podem ver o estupro como uma forma de validar sua masculinidade (Drieschner &

Lange, 1999). Resultados da parte da pesquisa de Koralewski e Conger (1992) que examinou essas atitudes demonstraram que homens universitários caracterizados por terem se engajado em mais atividades sexuais coercitivas apresentaram mais atitudes macho.

No que concerne a sexualidade, algumas atitudes foram averiguadas. Burt (1980) aponta o conservadorismo sexual como uma de suas variáveis de estudo. Para a autora, o conservadorismo sexual se refere a restrições na adequação de parceiros sexuais, atos sexuais, condições sob as quais sexo deve ocorrer, assemelhando-se ao conceito de *script* social descrito anteriormente. O extremo do conservadorismo seria a aceitação somente de relação sexual heterossexual, peniano-vaginal e sancionada legalmente. Entretanto, análises de seus dados falharam em obter uma relação entre conservadorismo sexual e aceitação dos mitos de estupro.

Já as atitudes sexuais compuseram parte da pesquisa de Briere, Malamuth e Check (1985). Esses três autores aplicaram questionários sobre sexualidade e atitudes sexuais em homens universitários. Os itens questionavam a frequência do uso de pornografia, o conhecimento sobre sexo, a importância do sexo, a agradabilidade do sexo, a qualidade da vida sexual, a liberalidade das atitudes sexuais, a duração de relacionamentos significativos com pessoas do sexo oposto, a experiência com sexo e a extensão das inibições sexuais. Diversas variáveis sexuais se relacionaram com atitudes de apoio ao estupro: achar que o sexo é uma atividade importante, consumir pornografia, avaliar-se como conhecedor do sexo, ter pouca experiência sexual e a ausência de relacionamentos significativos com pessoas do sexo oposto foram variáveis sexuais associadas à tendência a desacreditar de vítimas de estupro; avaliar o sexo como uma atividade importante e ser sexualmente conservador e inibido foram variáveis associadas à crença de que a dominação masculina sobre as mulheres é justificada.

Antes de finalizar e passar à análise das atitudes, três pontos devem ser ressaltados. O primeiro é que todos esses fatores estão ou podem estar inter-relacionados. O segundo é que, a depender do fator sociocognitivo pesquisado na etiologia da violência sexual, as amostras se restringem a estupradores condenados, o que enviesará os resultados, uma vez que esses sujeitos possuem características próprias, como por exemplo seu status socioeconômico, negligenciando parte dos criminosos que nem chegam a enfrentar o sistema judicial. Por isso, alguns autores (McFall, 1990; Drieschner & Lange, 1999) defendem que estupradores condenados podem não ser os sujeitos mais representativos dos estupradores. Por outro lado, o estudo com não criminosos foi predominantemente com universitários, o que, por sua vez, também pode enviesar a amostra. De qualquer maneira, pesquisas tanto com estupradores condenados quanto com universitários sexualmente coercitivos ou que demonstram tendência

à coerção sexual tratam seus sujeitos como pertencentes a um grupo homogêneo, ignorando a possibilidade da existência de subgrupos de estupradores e subgrupos de universitários potencialmente estupradores (Drieschner & Lange, 1999). Tipologias dos criminosos sexuais podem elucidar as interações entre diversas variáveis investigadas na etiologia da violência sexual, cada tipo com suas particularidades (Segal & Stermac, 1990).

O terceiro ponto diz respeito ao problema da desejabilidade social. Como a maioria das pesquisas sobre fatores sociocognitivos são realizadas através do autorrelato de seus participantes e, considerando que parte deles são criminosos condenados, as respostas dos sujeitos podem estar influenciadas pelo que é socialmente aceito, e não pelo que eles realmente pensam. Alguns autores sugeriram soluções para esse problema. Stermac et al. (1990) propõem a utilização de medidas mais sutis em seu conteúdo e que seriam, assim, menos suscetíveis a respostas socialmente desejáveis. Drieschner e Lange (1999), no entanto, acreditam ser difícil o desenvolvimento de tais medidas, pois não é fácil esconder o real objetivo ao se administrar uma medida relativa ao estupro. Outra opção são as medidas de ótimo desempenho que impedem a resposta socialmente desejável, como o reconhecimento de sinais nos estudos de vieses perceptuais e a exigência de respostas rápidas frente a estímulos sexuais apresentados em níveis subliminares. Entretanto, para esses dois autores, as medidas de desempenho ótimo não são apropriadas para a avaliação de atitudes e crenças, sendo indispensáveis os instrumentos de autorrelato. Como será visto posteriormente, o método proposto na presente pesquisa pode vir a ser uma outra saída para o problema da desejabilidade social.

3 ATITUDES

3.1 O QUE É ATITUDE

As atitudes são um tema central da psicologia social (Krosnick, Judd, & Wittenbrink, 2005) desde que Thomas e Znaniecki utilizaram o termo pela primeira vez em 1918, como uma das formas de se interpretar os problemas da relação de dependência recíproca entre cultura e indivíduos (Cavazza, 2008). Em seu papel de construtora da identidade da psicologia social (Lima, 2004) era de se esperar um consenso sobre seu conceito. Como desde o começo sua concepção foi genérica (Krosnick et al., 2005), a consequência de sua rica história (Breckler & Wiggins, 1989; Katz, 1989; Lima, 2004) foi, no entanto, uma dificuldade de definição. Alguns questionaram a validade de um conceito tão amplo, tendo em vista a vastidão de tópicos que as atitudes englobam, alguns dos quais receberam maior atenção em diferentes períodos (Banaji & Heiphetz, 2010). Assim, em um primeiro período, nas décadas de 1920 e 1930, houve um empenho na construção de técnicas de mensuração de atitudes, mas as baixas correlações entre atitude e comportamento, somadas à falta de uma definição unívoca e às exigências do mercado, levaram a um desinteresse pelo assunto. Um segundo período de interesse nas atitudes foi concomitante ao desenvolvimento dos meios de comunicação de massa na Guerra Fria, para em seguida ser quase abandonado até ser resgatado pela onda cognitivista, a qual passa a ditar a forma de se pensar e pesquisar as atitudes (Cavazza, 2008). Portanto, não obstante as intempéries sofridas pelo conceito, Cavazza (2008) assegura que a expressão permanece no vocabulário dos psicólogos sociais que permeiam as revistas científicas.

A difícil delimitação do conceito torna-o imbricado a outros termos, tal como valores, opiniões, juízo, avaliação, crenças, preferências, conformidade social, estereótipos, força de hábito, características de personalidade, esquemas, sentimentos (Cavazza, 2008; Katz, 1989). Cavazza (2008) atesta que o uso desses termos por psicólogos é feita de maneira mais específica, referindo-se a construções psicológicas distintas. Assim, por exemplo, a distinção de atitude e opinião, estaria no nível de manifestação da resposta, sendo a primeira não-observável e geral, mas passível de inferência através da verbalização de opiniões específicas; já a diferença entre atitude e valores estaria na referência dos mesmos, sendo a primeira referente ao objeto, enquanto a segunda diria respeito aos fins da conduta desejável (Cavazza, 2008). Estes exemplos de termos vêm corroborar a dificuldade de se definir atitude. Lima

(2004) apresenta uma caixa com diversas definições que o conceito recebeu ao longo dos anos. Reproduzimos alguns deles para ilustrar sua pluralidade na Quadro 2.

	Definição
Thomas e Znaniecki (1915)	Por atitudes entendemos um processo de consciência individual que determina atividades reais ou possíveis do indivíduo no mundo social
Thurstone (1931)	Atitude é o afeto para ou contra um objeto psicológico
Allport (1935)	Atitude é um estado de preparação mental ou neural, organizado através da experiência, e exercendo uma influência dinâmica sobre as respostas individuais a todos os objetos ou situações com que se relaciona
Rosenberg e Hovland (1960)	Atitudes são predisposições para responder a determinada classe de estímulos com determinada classe de respostas
Jaspars (1986)	As atitudes são vistas geralmente como predisposições comportamentais adquiridas, introduzidas na análise do comportamento social para dar conta das variações de comportamento em situações aparentemente iguais. Como estados de preparação latente para agir de determinada forma, representam os resíduos da experiência passada que orientam, enviesam ou de qualquer outro modo influenciam o comportamento. Por definição, as atitudes não podem ser medidas diretamente, mas têm de ser inferidas do comportamento
Ajzen (1988)	Atitude é uma predisposição para responder de forma favorável ou desfavorável a um objeto, pessoa, instituição ou acontecimento
Breckler e Wiggins (1989)	Atitudes são representações mentais e neurais, organizadas através da experiência, exercendo uma influência diretiva ou dinâmica no comportamento
Eagly e Chaiken (1993)	Atitude é um constructo hipotético referente à tendência psicológica que se expressa numa avaliação favorável ou desfavorável de uma entidade específica
Myers (2003)	As atitudes são crenças e sentimentos que predispõem nossas reações a objetos, pessoas e eventos
Cavazza (2008)	O termo atitude indica “a avaliação global de um objeto com certo grau de preferência ou desvantagem”

Quadro 2. Definições do conceito de atitude, em diversos autores

Adaptado e ampliado de Lima (2004), Thurstone, (1931), Breckler e Higgins (1989), Myers (2003) e Cavazza (2008)

Dentre as diversas maneiras de se definir o conceito, entenderemos aqui atitude como um constructo hipotético, através do qual é possível inferir o julgamento avaliativo que um sujeito faz sobre um objeto.

Entre as mudanças que o conceito de atitude sofreu ao longo dos anos, o aspecto avaliativo permaneceu (Albarracín, Johnson, Zanna, & Kumkale, 2005; Banaji & Heiphetz, 2010), levando a maioria dos psicólogos sociais a concordar que o julgamento avaliativo (pró-contra, positivo-negativo) é o atributo característico das atitudes (Ajzen, 1989; Breckler & Wiggins, 1989; Lima, 2004). Trata-se, então, de uma propriedade coerente com os problemas sobre os quais a psicologia social debruça, visto que a “avaliação de objetos, situações, eventos, pessoas e grupos exerce um papel fundamental na experiência humana, porque articula uma relação entre o indivíduo e seu mundo social” (Cavazza, 2008, p. 9). Fazio (1989) ressalta que o quesito avaliativo é entendido amplamente, podendo variar em sua natureza desde um afeto forte a um fraco, baseando-se em emoções, crenças ou experiências

anteriores. A organização dos polos positivo e negativo da avaliação pode ser compreendida de duas maneiras: unidimensional e bidimensional (Maio, Olson, Bernard, & Luke, 2006; Maio & Haddock, 2007). Na visão unidimensional, a existência de atitude positiva inibe a ocorrência de atitude negativa, oferecendo as seguintes possibilidades de atitudes: positiva, negativa ou nem positiva nem negativa. Já a perspectiva bidimensional sugere que os componentes positivo e negativo são duas dimensões distintas, que podem se combinar em atitudes positivas, negativas, nem positiva nem negativa, e positiva e negativa. Esta última seria uma atitude ambivalente.

Também ampla é a aceção dos objetos aos quais as atitudes se referem: a avaliação pode ser em relação a virtualmente qualquer entidade nomeável, descritível e discriminável (Cavazza, 2008; Greenwald, 1989; Fazio, 1989). Outra característica relevante das atitudes é seu status de constructo hipotético, inacessível à observação direta (Ajzen, 1989). Trata-se de variável latente, pela qual é possível inferir processos psicológicos internos (Lima, 2004).

A representação mental das atitudes pode estar sob a forma de memória permanente ou se manifestar em um estado mais temporário de consciência (Albarracín et al., 2005). Atitudes ativadas pela memória seriam, de acordo com Fazio (1989), aquelas mais acessíveis. A questão da acessibilidade se fundamenta na força de associação entre o objeto e sua avaliação. Quanto mais forte essa associação, mais acessível é uma atitude. Fazio também distingue atitudes em automática e controlada. Uma ativação automática implica uma forte associação entre objeto e avaliação, enquanto uma ativação controlada exige atenção ativa do indivíduo. Aproximando-se dessa distinção entre ativação automática e controlada está a divisão entre atitudes implícitas e explícitas (Albarracín et al., 2005), respectivamente, tópico que será retomado mais à frente a respeito da mensuração de atitudes. O ponto essencial na discussão sobre a acessibilidade das atitudes é a facilitação que as atitudes acessíveis promovem no momento da percepção, processamento de informação, tomada de decisão e até mesmo na resposta comportamental de um indivíduo. As atitudes teriam, então, uma importante função ao economizar energia despendida em avaliar um objeto já conhecido (Fazio, 1989).

As atitudes são altamente funcionais (Fazio, 1989), pois satisfazem necessidades psicológicas (Maio et al., 2006). Dado que a resposta cerebral para tarefas avaliativas é qualitativamente diferente de tarefas não avaliativas, Banaji e Heiphetz (2010) afirmam que a predisposição para avaliar é fundamental para todos os aspectos do comportamento social. Autores propuseram diversas funções das atitudes (Banaji & Heiphetz, 2010; Breckler & Wiggins, 1989; Maio et al., 2006; Maio & Haddock, 2007): a que Fazio defende é conhecida

por apreciação do objeto, que vem a simplificar a interação do indivíduo com o ambiente; de forma similar, a função de conhecimento permite uma compreensão da situação em que uma pessoa se encontra, ajudando a orientar o processamento de informação; a função utilitária ajuda o indivíduo a obter recompensas e evitar punições; a função de defesa do ego protege o sujeito de ameaças psíquicas e promove atitudes que aumentam a autoestima; a função de expressão de valores leva ao favorecimento de objetos que fomentam e comunicam os valores pessoais; a função do ajustamento social favorece atitudes populares entre pessoas a quem se admira e ao desfavorecimento das atitudes impopulares; atitudes também podem facilitar a experiência emocional e ajudam a orientar o comportamento.

Uma maneira frequente de se abordar o estudo sobre as atitudes é através dos três componentes afetivo/emocional, cognitivo e comportamental (Breckler & Wiggins, 1989; Cavazza, 2008; Katz, 1989). No primeiro componente estão incluídos os sentimentos experienciados referentes ao objeto, ou seja, as reações emotivas suscitadas pelo objeto no sistema nervoso simpático; já o componente cognitivo refere-se aos pensamentos, ideias, opiniões, crenças e informações que o indivíduo possui em relação ao objeto; e no comportamental estão as ações passadas e futuras (intenções) (Albarracín et al., 2005; Cavazza, 2008; Lima, 2004).

Por fim, são de interesse os fatores que influenciam a formação das atitudes. Tais fatores podem ser categorizados entre aqueles provenientes de experiência direta ou indireta do indivíduo. Há indícios de desenvolvimento de atitudes pela experiência direta desde muito cedo: bebês apresentam tendências preferenciais por sons ouvidos durante o período gestativo, além de faces e sotaques similares aos de seus cuidadores primários (Banaji & Heiphetz, 2010). Parte desse processo se deve ao condicionamento clássico, uma das formas de aquisição de atitudes. Entretanto, experiências indiretas, cujas fontes são família, amigos e mídia, para citar algumas, também participam da formação de atitudes, sobretudo através do processo de aprendizagem social, ou seja, através da observação de terceiros. Diferentes tipos de experiência resultam em atitudes qualitativamente distintas: atitudes baseadas em experiência direta são mais fortes, mais acessíveis, mais difíceis de se mudar e preveem o comportamento melhor que as atitudes decorrentes de experiência indireta (Maio et al., 2006).

A importância de se estudar atitude recai na afirmação de Fazio (1989) de que as atitudes guiam a percepção, o processamento de informação e o comportamento, o que, ao estruturar o universo social de um indivíduo, facilitam sua tomada de decisão. Aplicações da potencialidade do constructo podem ser vistas em estratégias de mudança de comportamento, persuasão, política, publicidade e propaganda, funcionamento de interações sociais e outros.

3.2 PESQUISAS SOBRE ATITUDE

A literatura sobre atitude sexual é ampla, devido em parte à diversidade de maneiras de se compreender este fenômeno. Os estudos, no entanto, fazem um recorte da sexualidade, principalmente quando eles pretendem construir alguma forma de mensuração da atitude sexual. Assim, escalas de atitude sexual, como as desenvolvidas por Hendrick e Hendrick (1987) e por Pasquali, Souza e Tanizaki (1985), dividem a sexualidade em fatores, decorrentes de suas análises fatoriais, tais como práticas sexuais, homossexualidade, masturbação, gravidez, permissividade, responsabilidade, convencionalidade, entre outros. Já Miller e Lief (1979) desenvolveram o Teste de Conhecimento e Atitude Sexuais (SKAT), uma escala voltada à educação de profissionais da saúde que, além de medir o conhecimento e o nível de experiência em uma variedade de comportamentos sexuais, também avalia as atitudes através de quatro fatores: relações heterossexuais, mitos sexuais, aborto e masturbação. Essas três escalas têm o formato Likert. Para se ter uma ideia dos instrumentos de mensuração de atitudes sexuais existentes, basta olhar para a vasta listagem que Schwanberg (1993) e Schiavi, Derogatis, Kuriansky, O'Connor e Sharpe (1979) compilaram sobre os aspectos da homossexualidade e homofobia, e da interação conjugal, respectivamente, dentro do fenômeno mais amplo da sexualidade.

Trabalhos voltados à atitude em relação à violência sexual fazem parte da empreitada realizada no estudo da violência em suas mais diversas formas. Exemplos de enquadre, alguns já comentados nas variáveis sociocognitivas, são: atitudes e crenças sobre a definição de violência sexual (Marolla & Scully, 1986); mitos de estupro (Burt, 1980); relações entre mitos de estupro e atitudes sexuais (Briere et al., 1985); atitudes em relação a mulheres (Segal & Stermac, 1984); atitudes de aceitação da violência interpessoal (Burt, 1980), inclusive voltada à mulheres (Lonsway & Fitzgerald, 1995); atitudes macho (Koralewski & Conger, 1992); atitudes de abusadores infantis (Bumby, 1996); e atitudes em relação à atribuição de responsabilidade ao estuprador e de culpa à vítima (Grubb & Turner, 2012; Perilloux et al., 2014).

Escalas de atitudes relacionadas com a violência sexual também são abundantes. As escalas desenvolvidas por Burt (1980) são famosas, sendo a Aceitação de Mitos de Estupro (RMA) uma das mais utilizadas. Em revisões sobre atitudes em relação ao estupro, Anderson et al. (1997) incluíram 65 artigos, 39 dos quais utilizaram a escala RMA em sua pesquisa, de forma total, parcial ou modificada, enquanto Suarez e Gadalla (2010) analisaram 37 artigos, com emprego da escala RMA em 27 deles. Outras escalas de atitudes em relação ao estupro

reunidas pelos autores podem ser encontradas na Quadro 3 na qual são apresentadas as escalas obtidas pela revisão da literatura.

Autor	Nome da escala	Tipo de escala
Bunting e Reeves (1983)	Rape Belief Scale ^{a,b}	Likert
	Acceptance of Interpersonal Violence Scale	Likert
Burt (1980)	Adversarial Sexual Beliefs Scale	Likert
	Rape Myth Acceptance Scale ^{a,b,c}	Likert
	Sex-Role Stereotyping Scale	Likert
Check, Malamuth, Elias e Barton (1985)	Hostility Toward Women Scale	Guttman
Deitz, Blackwell, Daley e Bentley (1982)	Rape Empathy Scale ^a	Likert
Dull e Giacopassi (1987)	Sexual and Dating Attitude Survey ^{a,b}	Likert
Feild (1978)	Attitudes Toward Rape Scale ^{a,b}	Likert
	Rape Knowledge Test ^a	Pergunta direta
Fitzgerald, Gelfand e Drasgow (1995)	Sexual Experiences Questionnaire	Pergunta direta
Garrett-Gooding e Senter (1987)	Attitudes Toward Sexual Coercion ^a	Likert
Giarrusso, Johnson, Goodchilds e Zelmman (1979)	Forcible Date Rape Scale ^a	^d
Gilmartin-Zena (1988)	Acceptance of the Rape Myth Scale ^{a,b}	Likert
Hamilton e Yee (1990)	Rape Aversiveness Scale ^a	Likert
	Rape Trauma Knowledge Test ^a	Múltipla alternativa
Larsen e Long (1988)	General Attitudes Toward Rape ^b	Likert
Lottes (1988)	Rape Callous Attitudes Scale ^{a,c}	^d
Malamuth (1989)	Attraction to Sexual Aggression Scale	Likert, em parte
Mokros, Schilling, Eher e Nitschke (2012)	Severe Sexual Sadism Scale	Likert
Payne, Lonsway e Fitzgerald (1999)	Illinois Rape Myth Acceptance Scale ^c	Likert
Price et al. (1999)	Attitudes Towards Dating Violence Scale	Likert
Rapaport e Burkhart (1984)	Endorsement of Force Scale ^a	^d
Resick e Jackson (1981)	Attribution of Rape Blame Scale ^{a,b}	Likert
Sanchez (1997)	Rape Myth Scale ^c	^d
Spence, Helmreich e Stapp (1973)	Attitudes Towards Women Scale	Likert
Tieger (1981)	questionário sobre uma cena de estupro ^b	Likert
Ward (1988)	Attitudes Toward Rape Victims Scale ^{a,b}	Likert

Quadro 3. Escalas de atitudes em relação ao estupro, seus autores criadores e tipo de escala

^a escala citada em Anderson et al. (1997)

^b escala citada em Lonsway e Fitzgerald (1994)

^c escala citada em Suarez e Gadalla (2010)

^d sem acesso ao artigo original, não foi possível constatar o tipo da escala

As escalas são um importante método na pesquisa sobre atitudes. Entretanto, a mensuração das atitudes é um campo diverso e rico, como será visto a seguir.

3.3 MEDINDO ATITUDES

A mensuração das atitudes desempenhou papel importante no desenvolvimento do

conceito de atitude. Segundo Ostrom (1989), o método influenciou o estudo das atitudes não apenas na construção de sua definição a depender da metodologia adotada, como também na ampliação de novos fenômenos empíricos que passaram a ser explorados. Como as definições iniciais de atitude eram amplas, tentativas de mensuração tiveram que simplificar o constructo para conseguir desenvolver técnicas (Krosnick et al., 2005). Assim, os avanços empíricos na área somente foram possibilitados a partir de novas maneiras de quantificar o conceito de atitudes, algo decorrente de metodologias usadas nas décadas de 30, 40 e 50. Para defender seu argumento, Ostrom (1989) cita alguns importantes estudiosos que desenvolveram métodos na área, como Thurstone, Likert e Guttman. Em relação a Thurstone, diz que este foi o primeiro a explicitamente discursar sobre questões de interdependência entre teoria e mensuração de atitudes, permanecendo como um dos melhores exemplos dessa interdependência (Ostrom, 1989).

O que Thurstone propôs foi uma definição de atitude, conforme reproduzida no Quadro 2. Enquanto o termo atitude descreve o potencial para agir favorável ou desfavoravelmente a um objeto (Thurstone, 1931), o conceito de opinião é a expressão verbal de uma atitude (Thurstone, 1928b). Porém, talvez a importância mais crucial das contribuições desse psicofísico seja sua defesa da medida de um valor subjetivo. Rebatendo argumentos de que atitudes são complexas demais para serem descritas adequadamente por um número em uma escala, Thurstone (1928b; 1931) explicita que essa é uma crítica pertinente a qualquer tipo de medição. Objetos físicos, como uma mesa, também são complexos, exigindo a especificação de qual atributo do objeto está sendo medido, e isso se aplica não só a uma mesa, como também ao homem e às atitudes. Disso decorre que, a posição de um indivíduo em uma escala é apenas uma abstração (Thurstone, 1928b). Baseando-se no raciocínio de que tanto um comportamento quanto uma opinião podem ser dissimulados, o autor se contenta com o emprego de métodos verbais nos quais as opiniões são os índices das atitudes. O problema da discrepância entre índices e a “verdade” é universal: por exemplo, para se determinar o volume de um vidro, pode-se utilizar como índice a quantidade de água que é deslocada quando o vidro é nela imerso, embora a quantidade de água e o volume do vidro não sejam exatamente a mesma coisa.

Portanto, a contribuição de Thurstone à Psicologia Social foi enorme, sobretudo se considerarmos que, por a atitude ser um constructo hipotético e assim não passível de *observação direta*, é demandada uma atenção equilibrada tanto para a teoria quanto para a *medição*. Tendo em vista que, em sua época, a análise mais influente sobre atitudes era fornecida por Allport, cuja concepção não indicava nenhuma forma de quantificação rigorosa,

fica evidente a importância que tiveram as ideias propostas por Thurstone, tanto teóricas, ao preservar a complexidade psicológica das atitudes (Thurstone, 1928b; 1931) desejada por Allport, quanto metodológicas, ao possibilitar a quantificação das atitudes, permitindo o avanço empírico de seu estudo (Ostrom, 1989).

As técnicas de mensuração propostas por Thurstone são apenas uma, entre as muitas formas de se medir atitudes. Dois grandes grupos de métodos seguem a divisão entre respostas verbais e não verbais de Ajzen (1989), ou de procedimentos diretos e indiretos (Breckler & Wiggins, 1989; Krosnick et al., 2005), respectivamente. No primeiro grupo estão as técnicas de autorrelato verbal, enquanto o segundo abarca uma variedade de métodos através dos quais as atitudes são inferidas sem perguntar ao sujeito diretamente.

Métodos diretos de autorrelato tradicionais são as escalas psicofísicas de Thurstone, as escalas psicométricas de Likert, as escalas de diferenciadores semânticos de Osgood e Tannenbaum, as escalas cumulativas de Guttman e a pergunta direta. Apesar de serem a forma mais comum de medir atitudes (Lima, 2004), esses métodos possuem alguns problemas (Banaji & Heiphetz, 2010; Krosnick et al., 2005; Lima, 2004): a desejabilidade social, quando o sujeito mascara suas respostas para agradar o pesquisador; a autodesilusão, quando o sujeito fornece respostas distorcidas para agradar a si mesmo; a impossibilidade de se obter uma resposta genuína mesmo quando o sujeito tem essa intenção, mas não sabe fornecê-la.

Para superar esse problema de distorção intencional ou não intencional das respostas, outras técnicas buscam medir atitudes que não demandam uma deliberação do sujeito. Uma delas é a técnica das falsas respostas psicofisiológicas (“*bogus pipeline*”) (Banaji & Heiphetz, 2010; Krosnick et al., 2005; Lima, 2004), na qual os sujeitos acreditam que suas respostas fisiológicas detectam a veracidade de suas respostas não fisiológicas. Nessa situação, os participantes tendem a oferecer respostas mais honestas sobre suas atitudes. Outras técnicas procuram medir as atitudes implícitas (Krosnick et al., 2005). Entre essas técnicas estão as medidas fisiológicas, medidas de atividade neural, medidas de latência da resposta e observação discreta comportamental.

Uma das medidas fisiológicas mais antigas e mais frequentes no estudo das atitudes é a resposta galvânica da pele, baseada na mudança de condutividade devido à ativação de glândulas (Banaji & Heiphetz, 2010; Lima, 2004). Já a resposta pupilar mediria atitudes ao passo que avaliações positivas dilatariam a pupila e as negativas contrairiam a pupila (Krosnick et al., 2005; Lima, 2004). A eletromiografia facial mede os potenciais elétricos desencadeados pela contração de fibras musculares; atividade na área da bochecha (tal qual um rosto sorrindo) foi associada a atitudes positivas, enquanto que atividade na área das

sobrancelhas (tal qual um rosto bravo) foi relacionada a atitudes negativas (Banaji & Heiphetz, 2010; Krosnick et al., 2005; Lima, 2004). Krosnick et al. (2005) ainda citam o procedimento com o reflexo do piscar dos olhos, no qual estímulos avaliados positivamente são associados à inibição do piscar dos olhos e os avaliados negativamente amplificam o reflexo.

Entre as medidas de atividade neural estão as técnicas de neuroimagem, como a tomografia por emissão de pósitrons (PET) e a ressonância magnética funcional (fMRI), que determinam a atividade neural com base nas mudanças do fluxo sanguíneo no cérebro. Como maior fluxo sanguíneo indica maior ativação da área, foi possível reconhecer a amígdala como importante estrutura no processamento de estímulos negativamente avaliados (Banaji & Heiphetz, 2010; Krosnick et al., 2005). Esses mesmos autores citam o procedimento baseado nos potenciais relacionados a eventos (ERP), no qual eletrodos no couro cabeludo registram a atividade neural de ondas específicas e suas mudanças após um evento crítico.

Existem também as medidas de latência de resposta. Medidas de *priming* registram o tempo que o sujeito leva para responder positiva ou negativamente dado um estímulo prévio (*prime*) de diferentes graus avaliativos. Tempos menores indicam maior associação entre o estímulo e a resposta avaliativa (Banaji & Heiphetz, 2010; Krosnick et al., 2005). Outras medidas de latência de resposta são, por exemplo, o teste de associação implícita (IAT), a tarefa de Stroop emocional, o Eriksen Flanker Task, o Extrinsic Affective Simon Task, o Evaluative Movement Assessment, todos brevemente descritos por Banaji e Heiphetz (2010) e Krosnick et al. (2005).

Krosnick et al. (2005) comentam sobre as técnicas de observação discreta comportamental, as quais disfarçam o que está sendo medido ou ocultam a própria medição. São medidos, por exemplo, comportamentos incidentais que as pessoas dificilmente suspeitariam que são monitorados por pesquisadores. É possível também medir comportamentos não verbais, como postura corporal, contato visual e inquietação.

Como visto, são muitas as técnicas de mensuração das atitudes. Porém, nenhuma garante a “verdadeira” medida da atitude (Krosnick et al., 2005), cabendo o método que melhor se adequa aos problemas de cada pesquisa.

4 ESCALONAMENTO PSICOFÍSICO

A psicofísica é uma área de estudo que se propõe a encontrar relações entre o mundo físico e o mundo subjetivo ou, como coloca Gescheider (1997) é o estudo científico da relação entre estímulo e sensação. O termo psicofísica foi cunhado por Fechner no século XIX, o qual compreendia que os estímulos físicos evocam respostas neurais, cujos correspondentes são as sensações (Marks & Gescheider, 2002). Ao relacionar a experiência perceptual aos estímulos físicos, a psicofísica supera o paradoxo da objetificação da experiência subjetiva, possibilitando a descrição e a investigação dos perceptos (Ehrenstein & Ehrenstein, 1999). Com essa característica, os problemas sobre os quais a psicofísica se debruça constituem algumas das mais fundamentais questões da psicologia moderna (Gescheider, 1997).

Apesar de Fechner ter argumentado que existem dois domínios da psicofísica – um interno, que trata da relação entre eventos neurais e eventos mentais (subjetivos, percepções), e um externo, que trata da relação entre estímulos externos e eventos mentais –, Marks e Gescheider (2002) atestam que a psicofísica moderna corresponde ao componente externo proposto por Fechner, ou seja, a relação entre estímulos físicos externos e as resultantes sensações e percepções. Uma vez que a percepção não reflete fielmente as propriedades qualitativas e quantitativas do mundo físico, análises científicas são incompletas caso sejam investigadas variáveis físicas exclusivamente. O que a psicofísica agrega a essas análises é o mundo das sensações e percepções, ao buscar quantificar magnitudes sensoriais através do escalonamento psicofísico, e ao relacionar essas magnitudes com os eventos físicos correspondentes através de funções psicofísicas (Marks & Gescheider, 2002).

Desde seu princípio, os métodos psicofísicos foram desenvolvidos principalmente para mensurar as experiências perceptivas em relação a estímulos sensoriais simples, como peso de objetos, tamanho de linhas, brilho de fontes luminosas, etc., que podiam ser medidos objetivamente (Thurstone & Chave, 1929). Nesses casos, eram produzidas duas escalas, uma da magnitude do estímulo físico, como o real peso dos objetos, e uma denominada *continuum* psicológico. Ao passo que Fechner descreve a relação logarítmica entre essas duas escalas, e Weber descreve o erro médio da percepção como uma fração constante da magnitude do estímulo físico, outros acadêmicos seguem uma linha diferenciada de investigação, na qual não é mais necessário o conhecimento sobre as propriedades físicas reais de um objeto ou evento. É aqui que se insere Thurstone, não sem sofrer críticas sobre seu emprego do termo

psicofísica ao seu método de mensuração de valores subjetivos, como a atitude. Objeções restringiam o termo psicofísica ao campo da discriminação sensorial, não sendo digno utilizá-lo em investigações subjetivas, para as quais seriam mais adequadas os termos testes mentais e questionários (Thurstone, 1931). Apesar da carga semântica que a palavra psicofísica carrega, Thurstone (1959) a manteve, com uma pequena adição: psicofísica moderna.

O emprego de métodos psicofísicos em estímulos não físicos foi, contudo, iniciada por Cattell, o qual aplicou procedimentos psicofísicos com algumas variações para medir níveis de eminência de homens científicos, construindo uma escala para um estímulo social (Thurstone & Chave, 1929). Thurstone (1927c) defende que não é necessário limitar a análise psicofísica a estímulos que possuem intensidade ou magnitude como seus atributos principais, visto que, psicologicamente, alguns atributos podem ser medidos, enquanto que, fisicamente, a mensuração pode ser impossível. Este é o caso de atributos que podem ser caracterizados como “mais” ou “menos”, tal qual as atitudes. Portanto, a sensação, o momento subjetivo, o valor cognitivo ou afetivo experienciado pode ser totalmente desprovido de magnitude, e o que se mede é a frequência com a qual seu símbolo externo é experienciado como subjetivamente equivalente a outro símbolo (Thurstone, 1929).

Algumas linhas merecem ser reservadas à lógica apresentada por Thurstone. Primeiramente, o processo pelo qual um indivíduo identifica, distingue, discrimina ou reage a um estímulo é denominado processo discriminatório. Diferentes estímulos possuem diferentes processos discriminatórios, os quais, quando considerados na mesma ordem que seus correspondentes estímulos, constituem o *continuum*¹ psicológico (Thurstone, 1927c). Se dois estímulos são percebidos por um indivíduo como apresentando o mesmo valor subjetivo, então esses dois estímulos são designados a um mesmo ponto no *continuum* psicológico. A mensuração psicológica é portanto uma questão de medir a frequência da discriminação, ou a frequência de confusão entre dois estímulos. Se dois estímulos são frequentemente confundidos, suas respectivas experiências subjetivas são similares e se encontram próximas uma da outra no *continuum* psicológico. Por outro lado, se dois estímulos são frequentemente discriminados, suas experiências subjetivas estão distantes uma das outra (Thurstone, 1929). O que se nota é que subjacente a essa lógica está uma comparação de pares: saber o ponto no *continuum* psicológico exige uma tarefa de comparação, daí o nome Lei do Julgamento

¹ Luce (1994) expõe a questão sobre o que seria esse *continuum*. A autora admite que não há consenso sobre a natureza do *continuum*, sendo que alguns o consideram como um mero constructo hipotético, enquanto outros esperam que ele corresponda a algo que ocorre no sistema nervoso. Agora, até que ponto esse segundo grupo estaria falando de algo diferente da psicofísica interna, não fica claro no discurso da autora.

Comparativo. Esta lei define a escala ou *continuum* psicológico de um atributo qualquer a ser medido, declarando a relação entre a separação psicológica dos estímulos e a probabilidade de discriminação correta em uma dada ocasião (Thurstone, 1928a). Ocorre que a relação de um estímulo com uma experiência subjetiva nem sempre é de um para um, pois o processo discriminatório é flutuante. Isso faz com que um julgamento de um mesmo par de estímulos, feito sucessivamente, não seja sempre igual, havendo, portanto, uma variação qualitativa na percepção de um estímulo em ocasiões diferentes. A flutuação dos processos discriminatórios é designada por dispersão ou erro discriminatório (Thurstone, 1927c) e, uma vez que se assume que a frequência dos processos discriminatórios para um dado par de estímulos forma uma distribuição normal (Thurstone, 1927b), é possível calcular seu desvio padrão, e assim se tem uma unidade mental de medida no modelo de Thurstone. São as frequências dos processos discriminatórios que constituem a escala psicológica.

Thurstone (1927a) apresentou cinco formas de se utilizar a Lei do Julgamento Comparativo. Dentre eles, os Casos III e V são os mais utilizados (Witryol, 1954), sendo o Caso V a forma mais simples, pois se assume que todas as dispersões discriminatórias são iguais. Alguns estudos experimentais foram publicados por Thurstone demonstrando o uso do Caso V na mensuração de estímulos sociais: escalas foram construídas a respeito de atitudes e preferências por nacionalidades (Thurstone, 1928a), de opiniões sobre a proibição do consumo de álcool (Thurstone, 1928c) e da seriedade de ofensas e crimes (Thurstone, 1927d). Neste último estudo, chama a atenção na presente pesquisa o resultado de que todas as ofensas sexuais incluídas no experimento foram julgadas como mais sérias que as ofensas contra o patrimônio. Mais que isso, o estupro foi julgado como a ofensa mais séria, seguido pelo homicídio, conforme a escala final.

Tendo em vista que a presente pesquisa aborda o escalonamento psicofísico, algumas palavras sobre escalas devem ser mencionadas. O escalonamento psicofísico nada mais é que o processo de quantificação de eventos mentais (Marks & Gescheider, 2002), através do qual é construída uma escala por métodos psicofísicos, atribuindo-se números a eventos perceptuais (Ehrenstein & Ehrenstein, 1999). A quantificação na construção de uma escala é o cerne de um debate ainda vivo entre acadêmicos especializados. Ao defender que a mensuração é definida pela atribuição de números a objetos ou eventos de acordo com regras, Stevens (1946) explicita as diferentes possibilidades de escalas, que para ele são de quatro tipos: nominal, ordinal, intervalar e de razão. Essas escalas se diferenciam em termos das regras de atribuição de números, das propriedades matemáticas das escalas e das operações estatísticas aplicáveis às medidas realizadas pelas escalas. Assim, em uma escala nominal, os

números representam rótulos para diferentes categorias, não sendo possível identificar a magnitude da diferença entre duas categorias. Já a escala ordinal, além de categorizar objetos ou eventos, também permite ordená-los segundo propriedades a serem medidas, possibilitando averiguar se um objeto ou evento tem mais ou menos de uma propriedade a ser medida. Entretanto, saber quanto um objeto ou evento tem a mais ou a menos, só é possível com escalas intervalar e de razão, pois nessas são determináveis diferenças ou intervalos iguais, sendo possível uma mensuração de distância entre dois pontos de uma escala. A diferença básica entre as escalas intervalar e de razão é que na primeira o ponto zero é arbitrário, e na segunda, ele é fixo e absoluto.

Os métodos propostos por Thurstone constituem escalas intervalares. De tal forma é finalizado seu artigo (1928b), quando o autor comenta que a característica essencial de seu método é a escala de opiniões uniformemente graduada com intervalos que parecem para a maioria das pessoas representar mudanças atitudinais igualmente perceptíveis.

Implicações da tipologia de escalas de Stevens levaram ao tal debate brevemente mencionado. O ponto principal gira em torno do uso da escala ordinal como se ela fosse, ou tivesse as propriedades matemáticas e estatísticas da escala intervalar. Assim, em uma escala ordinal não seria possível realizar cálculos da média, do desvio padrão e dos testes estatísticos deles provenientes, mas somente aqueles baseados na frequência, como a mediana e o percentil (Stevens, 1946; Luce & Krumhansl, 1988). Na presente pesquisa, esse debate se torna ainda mais essencial ao passo que, como apresentado no capítulo anterior no Quadro 3, a maioria dos estudos sobre atitudes em relação à violência sexual emprega métodos de mensuração tipicamente Likert, os quais se caracterizam por serem escalas ordinais. Essa constatação de que a escala Likert é ordinal pode ser encontrada em Jamieson (2004), a qual afirma que as categorias de resposta das escalas Likert possuem uma ordem; entretanto, os intervalos entre os valores não podem ser presumidos como iguais, isto é, não é possível supor que a magnitude entre respostas “discordo fortemente” e “discordo” seja equivalente à magnitude de quaisquer outras categorias consecutivas de uma escala Likert. Portanto, a escala Likert não é classificada como intervalar. Jamieson (2004) ressalta esse ponto pois, tendo em vista que as escalas ordinal e intervalar possuem propriedades distintas, o uso equivocado de um teste estatístico pode aumentar as chances de conclusões erradas em pesquisas.

Apesar de Norman (2010) também reconhecer que as escalas Likert são ordinais, o autor defende o uso de estatísticas paramétricas – tipicamente apropriadas a escalas intervalares – em escalas Likert. Seu argumento é que um teste estatístico possui robustez, ou

seja, a capacidade de o teste oferecer respostas corretas mesmo quando suposições são violadas. Se um teste é robusto, as chances de uma conclusão incorreta são pequenas, podendo-se continuar com os resultados obtidos. Portanto, um teste paramétrico poderia ser usado em escalas Likert. Já Carifio e Perla (2008) alegam que escalas Likert produzem dados empiricamente intervalares, principalmente se a escala é composta de pelo menos oito itens, que, por exemplo, variam de “sempre” a “nunca”.

O embate da escala Likert ser ou não intervalar é, para Velleman e Wilkinson (1993), infrutífero, já que a tipologia de escalas é simplista, ou até mesmo falsa. De acordo com os autores, o tipo de escala, como definido por Stevens, não é um atributo dos dados, mas depende das questões que se pretende perguntar dos dados e das informações adicionais disponíveis. Assim, o tipo de escala pode variar devido à transformação dos dados, à adição de novas informações que ajudam a interpretar os dados diferentemente, ou à pergunta escolhida. Renegar uma parte dos testes estatísticos em virtude do tipo de escala seria, para eles, uma restrição das perguntas que podem ser feitas sobre os dados, o que constituiria uma deficiente análise dos dados.

Enfim, o tratamento de escalas ordinais como intervalares tem sido controverso há muito tempo (Jamieson, 2004). É interessante a observação de Knapp (1990) de que declarar precisamente o tipo de uma escala não é fácil, o que recebe suporte de Velleman e Wilkinson (1993) ao afirmarem a existência de dados que não se ajustam a nenhum tipo de escala.

Frequentemente os métodos de Thurstone e Likert são vistos como igualmente capazes de fornecer dados válidos, ideia fomentada por estudos que indicam correlação pelo menos moderada entre as duas escalas (Roberts, Laughlin, & Wedell, 1999). Outros estudos favorecem o emprego de escalas Likert. Tanto Edwards e Kenney (1946) quanto Barclay e Weaver (1962) compararam os resultados obtidos no desenvolvimento de escalas Thurstone² e Likert. As conclusões foram de que o método Likert apresenta maior coeficiente de confiabilidade, além de ser mais eficiente em termos da quantidade de itens e do tempo dispensado em sua construção. Tais vantagens da escala Likert seriam responsáveis pela popularidade desse método na mensuração de atitudes (Roberts et al., 1999).

Mesmo assim, outros autores atestam a superioridade metodológica das escalas Thurstone. Roberts et al. (1999) e Drasgow, Chernyshenko e Stark (2010) recorrem aos processos de resposta dominante e de resposta do ponto ideal para assinalar as diferenças entre as escalas Thurstone e Likert, apontando para os problemas da última. Basicamente, em

² Em ambos estudos, os autores construíram uma escala Thurstone pelo método dos intervalos aparentemente iguais, e não pelo Caso V.

um processo de resposta do ponto ideal, um indivíduo escolhe um item que se encontra próximo de sua atitude real; quanto mais um item se distancia deste ponto ideal, em ambas as direções, menores as chances dele ser escolhido. Este processo se encaixa no modelo do processo discriminatório proposto por Thurstone. Já em um processo de resposta dominante, um indivíduo escolhe um item que se encontra acima de seu limiar para uma dada propriedade; assim, não importa exatamente em que ponto da escala o indivíduo está, desde que ele esteja em um ponto acima de seu mínimo. Segundo os autores, a escala Likert constitui um processo de resposta dominante, pois um indivíduo com atitude positiva extrema provavelmente concordará fortemente com um item escrito positivamente e discordará fortemente com um item escrito negativamente. No entanto, em um item moderadamente positivo, este indivíduo pode concordar menos, uma vez que o item não reflete o extremo de sua atitude; tal item provavelmente estaria abaixo do limiar atitudinal do indivíduo.

Conforme colocam Roberts et al. (1999), o processo de resposta do ponto ideal sugere que indivíduos com atitudes extremamente positivas concordarão menos com um item moderadamente positivo, porque este item não reflete suficientemente o extremo de sua atitude. Por outro lado, o processo de resposta dominante sugere que indivíduos com atitudes extremamente positivas concordarão com um item moderadamente positivo tanto ou mais quanto indivíduos com atitudes menos positivas. Assim, o modelo da resposta do ponto ideal prevê que indivíduos com atitudes extremas concordarão menos com um item moderadamente positivo do que o previsto pelo modelo da resposta dominante. O mesmo seria previsto para atitudes negativas. Tais previsões foram testadas pelos autores em uma simulação e com dados reais. Os resultados indicaram que indivíduos com atitudes mais extremas na escala Thurstone tinham atitudes mais moderadas na escala Likert, ou seja, indivíduos com atitudes extremas concordaram com itens extremos e discordaram de itens moderados na escala Thurstone, mas na escala Likert eles concordaram com itens extremos e moderados, o que rebaixou sua atitude para mais moderada. Portanto, a escala Likert distorceria o real ponto dos indivíduos com atitudes mais extremas. Obviamente, os problemas da escala Likert são demonstrados quando as respostas exigidas dos indivíduos seguem um processo de ponto ideal. Roberts et al. (1999) reconhecem que respostas exigindo frequência não necessariamente seguem um processo de ponto ideal, e poderiam ser satisfeitas pelo método Likert. Sendo a figura que criou os tipos de escala, Stevens (1946) aprova o uso de estatísticas inapropriadas por motivos pragmáticos: por vezes, os resultados obtidos são frutíferos. De qualquer maneira, cautela é essencial no momento de se tirar conclusões nessas situações.

Além disso, Drasgow et al. (2010) criticam a ausência de itens intermediários ou neutros na escala Likert e enaltecem a inclusão deliberada desses itens na escala Thurstone, enfatizando o valor informativo desses itens. Os autores também ressaltam a importância da escala Thurstone em identificar quais, e não simplesmente quantos itens são escolhidos ou recebem concordância, o que possibilita diferenciar indivíduos que concordam com o mesmo número de itens, mas que possuem diferentes atitudes.

Em se tratando do Caso V, o uso do método de comparação de pares é considerado uma técnica ideal para determinar preferências, já que todos os estímulos são comparados com todos os estímulos, cada um servindo como padrão no julgamento de outro (Barhart, 1936). O fato do método também ser de escolha forçada torna-o valioso para pesquisas sobre atitude, uma vez que os sujeitos são menos suscetíveis a vieses e distorções de respostas, comuns em escalas Likert (Drasgow et al., 2010). Não é por menos que o Caso V recebeu atenção nas investigações de medida de atitude, tanto no que tange suas implicações metodológicas quanto nas aplicadas. No primeiro grupo se encontram os estudos de Ekman (1962; Ekman & Kuennapas, 1963; Ekman & Künnapas, 1962), os quais buscaram comparar os métodos direto (de Stevens) e indireto (de Thurstone, através do Caso V) em relação a julgamento moral, conservadorismo e valor estético, respectivamente. Nessas três tentativas, os resultados indicaram que há correspondência das medidas proporcionadas pelos dois métodos. No segundo grupo estão artigos que aplicaram o Caso V de Thurstone em algum momento de seu método, em áreas diversas, como o turismo (Hsu, 1975), administração (Nealey, 1963), saúde (Luker, Beaver, Leinster, Owens, Degner, & Sloan, 1995) e racismo (Nieuwoudt, Plug, & Mynhardt, 1977).

Entretanto, são poucos os exemplos de artigos que utilizaram algum dos métodos propostos por Thurstone na medição de atitudes sexuais, sendo que os existentes se referem a: aspectos influentes no temperamento sexual, como devoção excessiva, humanitarismo, nacionalismo, conforme realizado por Ferguson (1945); orientações liberais e conservadoras em relação a expressão sexual humana, através da análise fatorial de múltiplos grupos, desenvolvida por Hudson, Murphy e Nurius (1983); associação entre atitudes em relação ao controle de natalidade e escolha do método contraceptivo, com a utilização de uma escala de Thurstone própria para a medição de atitudes em relação ao controle de natalidade, descrita em Hunter, Linn e Harris (1981). Contudo, não foi encontrada nenhuma pesquisa sobre atitudes sexuais com o emprego do Caso V em seu método.

Essa ausência do Caso V em estudos sobre atitudes sexuais reflete um predomínio de outros métodos – como visto, escalas Likert – de medição de atitudes, não só a sexual. Por

outro lado, é digno de nota o escrito de Thurstone sobre a mensuração de aspectos relacionados à violência, no caso, o julgamento da seriedade de diferentes crimes (Thurstone, 1927b), em uma tentativa do autor de aplicar ideias de mensuração psicofísica no âmbito dos valores sociais. Somado a isso o artigo de Morrison (1993), o qual se baseou no método de comparação de pares para avaliar a seriedade de comportamentos violentos percebida por enfermeiras, observamos que os dispositivos foram oferecidos para sua aplicação na mensuração de atitudes, no escopo da sexualidade e da violência. Apesar disso, constatamos a existência de um hiato na construção de conhecimento sobre a mensuração de atitudes em relação à violência sexual, inclusive e sobretudo se considerarmos a utilização do Caso V de Thurstone.

5 OBJETIVOS

A presente pesquisa pretendeu construir uma escala de distâncias psicológicas de descritores sexuais para cada grupo experimental. Adicionalmente, os objetivos específicos foram compreender as distâncias psicológicas dos descritores sexuais em cada grupo experimental e analisar possíveis distorções métricas entre e em cada um desses grupos.

Esperamos conseguir estabelecer uma hierarquia em termos do conteúdo sexual desses descritores, demonstrando que é possível estudar de maneira quantitativa as atitudes sexuais através de um método psicofísico proposto por Thurstone. Por se tratar de um estudo exploratório, nenhuma hipótese específica foi elaborada, mas, como os descritores sexuais utilizados foram selecionados por terem variados graus de conteúdo sexual, conforme será apresentado no Método, participantes do grupo controle devem produzir escalas com boa discriminação dos descritores. Ademais, apesar de esperar que cada grupo apresente escalas quantitativamente diferentes, não temos hipóteses sobre como essas diferenças serão.

6 MÉTODO

6.1 SUJEITOS

A pesquisa envolveu um total de 132 participantes, os quais foram selecionados para integrar um de três grupos: sobreviventes, reeducandos e controle. Os critérios de inclusão geral para a participação foram: a idade maior de 18 anos; e a alfabetização a ponto de saber e conseguir ler. Os critérios de exclusão geral foram: a impossibilidade de ler no momento da coleta, devido a fatores como não ter consigo óculos de leitura; e a não compreensão da tarefa, tanto da instrução como do significado de cada descritor que compõe o procedimento a ser explicado abaixo.

6.1.1 Controle

Esse grupo foi composto por 67 participantes, com idade média de 28,88 anos (entre 18 e 57 anos; DP = 11,06). Foram 29 mulheres, com idade média de 25,97 anos (entre 18 e 54 anos; DP = 8,53), e 38 homens, com idade média de 31,11 anos (entre 18 e 57 anos; DP = 12,31). A coleta do grupo controle ocorreu em dois momentos. O primeiro remete a um estudo piloto (Costa, Nunomura & Ribeiro, 2014), do qual participaram 48 sujeitos – 19 homens, com idade média de 24,95 anos (entre 18 e 51 anos; DP = 8,77) e as 29 mulheres. Esses participantes eram conhecidos dos pesquisadores do estudo piloto e voluntários recrutados de diversos locais da Universidade de São Paulo, todos com ensino superior ou cursando um. O segundo momento da coleta refletiu uma necessidade em se aproximar o perfil do grupo controle aos dos dois grupos experimentais, principalmente o grupo reeducandos. Tendo em vista que uma possível explicação para as diferenças dos resultados encontrados seria o nível de escolaridade, o qual era mais alto no grupo controle, optamos por buscar participantes com escolaridade mais baixa para também compor o grupo controle. Os participantes desse segundo momento da coleta foram recrutados do Centro Integrado de Educação de Jovens e Adultos (CIEJA), uma das formas de atendimento da Educação de Jovens e Adultos (EJA) na cidade de São Paulo. Segundo a Secretaria Municipal de Educação da Prefeitura de São Paulo, trata-se de uma unidade educacional voltada ao ensino fundamental e articulada à qualificação profissional inicial, que opera pela manhã, tarde e noite, com aulas de 2 horas e 15 minutos de duração. Do CIEJA-Butantã foram recrutados 19 participantes homens, com idade média de 37,26 anos (entre 18 e 57 anos; DP = 12,43).

6.1.2 Sobreviventes

Participaram desse grupo 35 mulheres, com idade média de 30,31 anos (entre 18 e 53 anos; DP = 8,21), vítimas de violência sexual, recrutadas do Centro de Referência da Saúde da Mulher (CRSM), conhecido como Hospital Pérola Byington, em São Paulo. Administrado pela Secretaria de Estado da Saúde, o CRSM possui um serviço de atendimento a mulheres em situação de violência sexual, o Serviço de Violência Sexual e Aborto Legal (AVS). Desde o início de suas atividades, em agosto de 1994, esse serviço atendeu mais de 23 mil mulheres, adolescentes e crianças atingidas pela violência sexual, oferecendo serviços como exames de sexologia forense, atendimento de urgência e interrupção da gravidez de até 22 semanas, prevista em lei (Drezett, Pedroso, Meirelles & Gebrim, 2012).

Com a aprovação e apoio do CRSM, foi possível recrutar participantes em um ambiente seguro, minimizando possíveis desconfortos de sua participação, devido ao teor da pesquisa. Os critérios de inclusão específicos para esse grupo foram: ter sofrido pelo menos um episódio de violência sexual e ser atendida pelo AVS no momento da coleta.

Tabela 1 – Perfil das sobreviventes

	N	Média	Mínimo	Máximo
Idade ^a	35	30,31 anos (DP=8,21)	18 anos	53 anos
Escolaridade				
Fundamental incompleto	1			
Fundamental completo	1			
Médio completo	12			
Superior incompleto	5			
Superior completo	7			
Anos de ensino	4	12,5 anos (DP=1)	11 anos	13 anos
Sem informação	5			
Data da violência				
Em 2016	23			
Antes de 2016	7			
Antes e em 2016	1			
Sem informação	4			
Recência da violência ^b	28	9,5 meses	1 mês	4 anos e 7 meses
Sem informação	4			
Estupro				
Sim	31			
Menor de 14 anos	3			
Uso de substância com atuação no SNC ^d	3			
Não	0			
Sem informação	4			

(continua)

Tabela 1 – Perfil das sobreviventes (*continuação*)

	N	Média	Mínimo	Máximo
Recorrência^c				
Abuso único	22			
Abuso recorrente	9			
Sem informação	4			
Gravidez decorrente da violência sexual				
Sim	21			
<i>Interrompeu a gravidez</i>	21			
Não	10			
Sem informação	4			
Quantidade de perpetradores				
Um	26			
Mais de um	1			
Sem informação	8			
Vínculo com o perpetrador^{e, f}				
Intrafamiliar	8			
<i>Pai</i>	1			
<i>Padrasto</i>	1			
<i>Primo</i>	1			
<i>Parceiro</i>	2			
<i>Ex-parceiro</i>	3			
Extrafamiliar	22			
<i>Amigo/conhecido</i>	2			
<i>Vizinho</i>	1			
<i>Desconhecido</i>	19			
Sem informação	5			
Situação do perpetrador^e				
Em liberdade	10			
Foragido	1			
Desconhecida	19			
Sem informação	5			
Registro de BO				
Sim	17			
Não	14			
Sem informação	4			

^a Para quatro participantes, não há mais informação disponível além da idade.

^b Refere-se ao tempo entre a data da violência e a data da coleta. Em casos recorrentes foi considerada a data mais antiga. Em casos de estupro mais abuso infantil e violência doméstica foram consideradas as datas do estupro.

^c Refere-se a sobreviventes com ou sem histórico de recorrência de estupro, abuso infantil e/ou violência doméstica.

^d Sistema Nervoso Central.

^e Considerando o perpetrador da queixa principal.

^f Dos três casos de abuso infantil, em dois havia informação sobre o vínculo com o perpetrador: nos dois ele era pai, mas em um a madrasta também cometeu o crime.

Informações adicionais foram obtidas através dos formulários de cada paciente. Das 35 participantes, somente foram consultados os formulários de 31, devido à inacessibilidade dos mesmos no momento ou depois da coleta. Apesar dos formulários seguirem uma estrutura padrão, a forma de preenchimento nem sempre era a mesma, e alguns tinham informações

incompletas. Do que foi possível averiguar, todas as sobreviventes sofreram estupro e a maioria delas tinha alto nível de escolaridade, sofreu um único episódio de violência sexual no próprio ano da coleta, perpetrado por um único autor desconhecido de quem não se sabia o paradeiro, engravidou e realizou o aborto, não foi vítima de estupro de vulnerável e registrou Boletim de Ocorrência. A Tabela 1 descreve os detalhes do perfil das sobreviventes.

O perfil das sobreviventes parece coincidir com alguns pontos levantados pela literatura, mas não com outros. A totalidade das violências sexuais ser representada pelo estupro se aproxima dos achados de Drezett (2000) e Oshikata, Bedone & Faúndes (2005), em amostras de hospitais públicos de São Paulo e Campinas, respectivamente.

A escolaridade das vítimas de violência sexual é assunto controverso. Jewkes et al. (2002) afirmam que quanto maior a escolaridade de uma mulher, maiores são os seus riscos de violência sexual, principalmente a perpetrada por uma parceiro íntimo, devido à sua maior resistência às normas patriarcais. Entretanto, pesquisas nacionais oferecem resultados diversos: em um estudo em Salvador, Rio de Janeiro e Porto Alegre, foi encontrado que a prevalência da violência sexual diminui conforme a escolaridade da família das mulheres cresce e quanto mais ela frequenta a escola (Moraes, Cabral & Heilborn, 2006); resultados similares são apresentados por Drezett (2000), com alta frequência de mulheres com o ensino fundamental incompleto, apesar de sua amostra ser representada também por adolescentes ainda em processo de educação formal; por outro lado, na pesquisa de Oshikata et al. (2005), as mulheres tinham altos níveis de instrução, superior ao da população de mulheres adultas da região sudeste, o que pode ser reflexo das participantes terem sido recrutadas de um hospital universitário.

Apesar dos números do Sinan (ver item 2.2) de que os perpetradores da violência sexual serem majoritariamente conhecidos das vítimas, para diversas pesquisas em hospitais públicos em cidades do Estado de São Paulo (Drezett, 2000; Oshikata et al., 2005; Oshikata, Bedone, Papa, Santos, Pinheiro & Kalies, 2011; Ramos, Medicci & Puccia, 2009) o autor da agressão era em sua maior parte desconhecido, o que se repetiu na amostra da presente pesquisa. Esse achado pode ser decorrente da faixa etária das vítimas, uma vez que a análise de Vargas (2008) de BOs de estupros registrados na Delegacia de Defesa da Mulher de Campinas, mostrou que a partir dos 19 anos, com exceção das faixas etárias dos 35 aos 39 anos e de 45 a 49 anos, a proporção de agressores desconhecidos é superior à dos conhecidos. Drezett (2000) corrobora essa observação, com mais perpetradores desconhecidos nos casos de adolescentes e adultas. As diferenças de autoria segundo a idade da vítima correspondem aos tipos de violência sexual, urbana ou doméstica. Como a violência doméstica afeta boa

parte dos casos contra crianças (Ramos et al. 2009) – população que não foi incluída nesse estudo – e das mulheres adultas, que não denunciavam (Oshikara et al., 2005), não é surpresa que os perpetradores de nossa amostra sejam desconhecidos. A maioria das violências sexuais foi perpetrada por um único agressor, o que está em consonância com os dados de Drezett (2000) e Ramos et al. (2009).

Em se tratando de violência por parceiro íntimo, pesquisas com amostras de São Paulo, da Zona da Mata Pernambucana (Schraiber, D'Oliveira, França-Junior, Diniz, Portella, Ludermitz, Valença & Couto, 2007) e de áreas vulneráveis de Brasília (Moura, Gandolfi, Vasconcelos & Pratesi, 2009) apontam para maior frequência de agressões sexuais recorrentes do que as ocasionais ou de episódio único.

Dois terços das sobreviventes engravidaram em decorrência do estupro, o que contradiz a baixa incidência achada em Oshikata et al. (2005) e Ramos et al. (2009). Talvez as mulheres que buscaram o CRSM tinham por objetivo a interrupção da gravidez, já que todas as grávidas optaram pelo aborto legal. Outra contradição é a realização do BO. A maioria das sobreviventes registrou BO, o que não ocorreu no estudo de Moraes et al. (2006).

6.1.3 Reeducandos

Participaram desse grupo 30 homens, com idade média de 44,2 anos (entre 29 e 67 anos; DP = 10,67), detentos recrutados da Penitenciária II Dr. Antonio de Souza Neto, de Sorocaba, sob responsabilidade da Secretaria de Administração Penitenciária (SAP) do Estado de São Paulo. Essa unidade prisional foi inaugurada em 1989 e é destinada a presos por crime sexual em regime fechado e semiaberto. A população prisional atual, segundo dados da SAP, é de 1.957 detentos.

Com a aprovação da SAP e apoio da unidade Sorocaba II, foi possível recrutar participantes em um ambiente seguro, tanto para os reeducandos quanto para a pesquisadora. O critério de inclusão específico para esse grupo foi: estar preso por algum crime sexual.

Informações adicionais foram obtidas através dos formulários de cada reeducando. Os formulários variaram na quantidade disponível de informação e detalhe do crime. Assim, além de em vários formulários constarem somente dados básicos, sem descrição do crime cometido, alguns também continham dados díspares. Levando em consideração essas dificuldades, somadas a formulários com longos processos, com diversas páginas de transcrição de depoimentos e afins, é necessário ressaltar a incerteza da fidedignidade das informações colhidas. Não obstante, tentamos obter as informações da melhor maneira possível, todas provenientes do sistema interno da unidade prisional, sem recorrer aos

próprios participantes nem aos funcionários da penitenciária para sanar eventuais dúvidas.

Tabela 2 – Perfil dos reeducandos

	N	Média	Mínimo	Máximo
Idade	30	44,2 anos (DP=10,67)	29 anos	67 anos
Escolaridade				
Analfabeto	1			
Fundamental incompleto	13			
Fundamental completo	5			
Médio incompleto	6			
Médio completo	3			
Superior completo	2			
Estado civil				
Com relação estável	16			
<i>Amasiado</i>	6			
<i>Casado</i>	6			
<i>União estável</i>	4			
Sem relação estável	13			
<i>Divorciado</i>	2			
<i>Separado</i>	1			
<i>Solteiro</i>	10			
Sem informação	1			
Reincidente				
Sim	7			
<i>Por crime sexual</i>	4			
<i>Por crime não sexual</i>	3			
Não	20			
Sem informação	3			
Data da prisão			2006	2016
Antes da nova lei de 2009	5			
Depois da nova lei de 2009	25			
Data do crime			1995	2016
Antes da nova lei de 2009	12			
Depois da nova lei de 2009	7			
Sem informação	11			
Flagrante				
Sim	2			
Não	17			
Tempo para a prisão ^a	19	5 anos e 9 meses	12 dias	16 anos
Sem informação	11			
Pena				
25	18 anos e 11 meses	4 anos	60 anos	
Cumprida				
<i>Em anos</i>	30	3 anos e 3 meses	5 meses	10 anos e 8 meses
<i>Em porcentagem</i>	25	22,56%	1,39%	58,28%
Sem informação	5			
Restante				
<i>Sem informação</i>	25	15 anos e 2 meses	3 anos e 3 meses	59 anos e 2 meses
Sem informação	5			
Sem informação	5			
Cometeram homicídio				
Sim	4			
<i>Relacionado ao crime sexual</i>	2			
<i>Não relacionado ao crime sexual</i>	2			
Não	26			

(continua)

Tabela 2 – Perfil dos reeducandos (*continuação*)

	N	Média	Mínimo	Máximo
Total de vítimas^b	43			
Sexo da vítima				
<i>Feminino</i>	40			
<i>Masculino</i>	3			
Idade da vítima				
<i>Menor de idade</i>	26			
Menor de 14	24			
Entre 14 e 18	1			
Sem informação	1			
No início do abuso recorrente	23	8,52 anos (DP=3)	3 anos	14 anos
<i>Maior de idade</i>	4			
<i>Sem informação</i>	13			
Vínculo com a vítima				
<i>Intrafamiliar</i>	25			
Pai	11			
Padrasto	8			
Tio	2			
Avô	3			
Ex-parceiro	1			
<i>Extrafamiliar</i>	18			
Professor	3			
Conhecido	2			
Desconhecido	13			
Quantidade de vítimas				
Uma	14			
Mais de uma	10			
Sem informação	6			
Recorrência				
Abuso único	10			
Abuso recorrente	18			
<i>Duração do abuso</i>	9	3 anos e 11 meses	3 meses	11 anos
Sem informação	10			

^a Para calcular o intervalo de tempo entre o crime até a prisão foram considerados os presos em flagrante pelo seu crime anterior e as datas mais antigas em casos recorrentes e de mais de uma vítima.

^b Para 24 reeducandos com informação disponível. O número de vítimas é superior à quantidade de reeducandos porque alguns deles abusaram mais de uma pessoa.

Consultando os formulários dos 30 reeducandos, foi possível averiguar que a maioria dos reeducandos tinha o ensino fundamental incompleto, tinha algum tipo de relação estável, não era reincidente, cometeu o crime antes da Lei 12.015 de 2009, mas foi preso depois desse ano, na média cinco anos e nove meses após o delito, não cometeu homicídio, está detido em média há três anos e três meses, cobrindo em média apenas 22,56% do total de suas penas, e abusou recorrentemente por quase quatro anos em média de uma única vítima menina com média de idade de 8,52 anos que faz parte do mesmo círculo familiar. Ressalta-se que somente um reeducando havia cumprido mais da metade de sua pena; pode-se pensar que essa amostra de reeducandos está no início de seu suposto processo de reeducação. O perfil dos reeducandos está detalhado na Tabela 2.

Em comparação às vítimas de violência sexual, nota-se uma escassez de estudos sobre o perfil do agressor sexual brasileiro, especialmente sobre aqueles que estão encarcerados. Para exemplificar o contexto estadual, Rigonatti, Serafim, Caires, Vieira-Filho e Arboleda-Flores (2006) avaliaram 50 estupradores e 50 homicidas de uma penitenciária de segurança máxima na cidade de São Paulo, e Vargas (2008) analisou BOs de estupros registrados na Delegacia de Defesa da Mulher de Campinas, no período entre 1988 a 1992 e verificou seus desdobramentos (denúncia, sentença e arquivamento) no fluxo procedimental da justiça até o ano de 2000.

Tendo como referência esses dois estudos, a média de idade dos reeducandos foi superior, com 44,2 anos, ao passo que para Rigonatti et al. (2006) foi de 36,9 anos e Vargas (2008) foi de 30 anos. A idade mais avançada nos reeducandos não refletiu maior escolaridade dos mesmos, em sua maioria com ensino fundamental incompleto, em concordância com os dados de Rigonatti et al. (2006). Além disso, quase metade de seus participantes tinha relação estável, estado civil que foi a maioria dentre os reeducandos da presente pesquisa. Vargas (2008) assinala que, embora haja maior número de queixas registradas contra suspeitos solteiros, na fase da condenação a proporção de casados é um pouco maior.

Uma vez que os participantes foram recrutados inicialmente de um grupo de violência intrafamiliar, não surpreende que a maioria dos reeducandos seja do mesmo círculo familiar da vítima, vínculo oposto ao relatado por Rigonatti et al. (2006), no qual a maioria dos estupradores eram desconhecidos das vítimas e a minoria era aparentada. Entretanto, esse perfil de vínculo faz sentido frente o fluxo apresentado por Vargas (2008), no qual até a fase de denúncia sobressaem-se as instaurações contra familiares e agressores próximos à vítima, momento a partir do qual aumenta a proporção de desconhecidos condenados.

Por fim, em média, os reeducandos estão cumprindo penas menores, de 18,9 anos, e estão presos há menos tempo, 3,25 anos, que os detentos por estupro em Rigonatti et al. (2006), de 36 anos e 10,5 anos, respectivamente, ratificando a precocidade do processo reeducador em nossa amostra.

6.2 EQUIPAMENTO

A coleta dos dados foi realizada em um computador portátil com tela de 11 polegadas.

6.3 PROCEDIMENTO

Oito termos sexuais (nudez, beijo, toque, cócegas, esfregar, cheiro, gemer, agarrar) foram avaliados em um modelo de escolha forçada, um modelo bem conhecido de discriminação descrito pela Lei de Comparação de Julgamentos. A escolha destes termos resultou da participação em uma fase inicial de mais de 20 voluntários, os quais ordenaram várias palavras segundo seu conteúdo sexual; foram selecionadas oito palavras em diversos pontos da ordenação que, portanto, tinham variado conteúdo sexual, além de serem o mais neutras possível em relação ao gênero dos potenciais participantes. O procedimento final foi aplicado em estudo anterior (Costa et al., 2014).

A avaliação da discriminação de atitude sexual consistiu em uma tarefa de comparação de pares, na qual cada par de termos sexuais foi apresentada aleatoriamente quatro vezes para cada participante. Em metade das apresentações, os termos tiveram sua ordem invertida de A X B para B X A. Em um computador, cada sujeito teve a tarefa de escolher, dentre o par de termos, qual que ele julgou ter maior conteúdo sexual. As instruções foram:

*“Neste experimento serão apresentados pares de palavras;
Sua tarefa é a de escolher qual das palavras apresenta maior conteúdo sexual;
Importante: este não é um experimento de memória e sim de julgamento. Assim, não tente lembrar de julgamentos anteriores, agindo para cada par como se fosse o primeiro, escolhendo a palavra, para aquele par, de maior conteúdo sexual.”*

Todo o procedimento visou seguir os princípios da bioética, quais sejam: não maleficência, beneficência, autonomia, justiça e equidade, descritos por Loch (2002). Tendo em vista a não maleficência, não foi intencionalmente causado mal e/ou danos aos sujeitos, mesmo com a ciência de que tal risco era inseparável das medidas que foram tomadas no decorrer da pesquisa. Não apenas isso; pela beneficência, conhecimentos e habilidades profissionais foram utilizados com o intuito de contribuir para o bem estar dos sujeitos e para que, na tomada de decisão, tenham sido minimizados os riscos e maximizados os benefícios deste procedimento.

Considerando, ainda, que a “autonomia é a capacidade de uma pessoa para decidir fazer ou buscar aquilo que ela julga ser o melhor para si mesma” (Loch, 2002, p. 4), tal princípio foi respeitado ao preservar o direito da pessoa de ter um projeto de vida próprio, com seus pontos de vista pessoais, aceitando o pluralismo ético-social que se configura em nossa sociedade. Para que os sujeitos pudessem tomar decisões autônomas, fez-se

imprescindível que eles compreendessem adequadamente as condições no momento da coleta de dados através da oferta de informação mais completa possível.

Por fim, entendendo que a justiça se relaciona com distribuição e acesso, a toda pessoa, de bens e recursos considerados comuns, a pesquisa foi fundamentada na premissa que as pessoas têm “igualdade de direitos, equidade na distribuição de bens, riscos e benefícios, respeito às diferenças individuais e a busca de alternativas para atendê-las, liberdade de expressão e igual consideração dos interesses envolvidos nas relações do sistema de saúde, dos profissionais e dos usuários.” (Loch, 2002, p. 6).

Esses princípios bioéticos estão concretizados no Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – TCLE (APÊNDICE A) e somente embasados neles é que o procedimento detalhado acima foi posto em prática. O estudo foi aprovado pelos Comitês de Ética das três instituições, conforme pareceres dispostos no ANEXO A.

6.4 COLETA

6.4.1 Controle

Os participantes do estudo piloto foram recrutados de diversos locais. Dentro na Universidade de São Paulo (USP), a coleta foi realizada em filas de espera para eventos e corredores do Instituto de Psicologia. Fora da USP, uma vez que os participantes eram conhecidos da pesquisadora, a coleta foi em espaços privados.

A coleta dos participantes oriundos do CIEJA foi feita na própria escola, em sala de aula vazia ou no escritório administrativo. Neste segundo local, professores e funcionários entraram com frequência, conversaram, observaram a tela do computador e ouviram palavras sendo ditas pelos participantes e pela pesquisadora. Como a coleta foi realizada em horário de movimento, não havia sala vazia disponível para todos os sujeitos. As constantes interferências podem ter afetado o desempenho dos participantes.

6.4.2 Sobreviventes

Cinco salas do próprio CRSM foram utilizadas, todas bem iluminadas, com ventilador, mesa, cadeiras. A porta permaneceu fechada durante a coleta, mantendo a privacidade da participante. Houve poucas interrupções do telefone que tocou algumas vezes e de funcionárias que verificavam disponibilidade da sala ou entregavam prontuários para a pesquisadora.

Com auxílio das psicólogas do AVS, foram convidadas a participar da pesquisa as

mulheres que passaram ou aguardavam pelo atendimento psicológico, médico ou do serviço social. As pacientes eram abordadas individualmente e, caso concordassem em participar, eram dirigidas à sala de coleta, onde recebiam o TCLE para leitura e assinatura. A maioria das participantes manuseou sozinha o computador; somente uma demonstrou não saber o significado das palavras e sua participação não foi considerada.

Algumas sobreviventes comentaram que as palavras escolhidas relacionavam-se ao episódio que elas passaram, e que tais palavras não seriam normalmente escolhidas por elas se não fosse por causa da violência sexual.

6.4.3 Reeducandos

A coleta foi realizada em uma sala da enfermaria, bem iluminada, com ventilador, mesa, cadeiras. A porta permaneceu aberta o tempo todo, por questão de segurança. O telefone tocou algumas vezes, funcionários e reeducandos conversavam no corredor e nas outras salas e entravam às vezes na sala de coleta para pegar materiais.

A seleção dos participantes foi feita inicialmente pela diretora de saúde da unidade através de um grupo de violência intrafamiliar. Como o N amostral não foi alcançado com essa estratégia, foram recrutados reeducandos que aguardavam para atendimento médico, que trabalhavam na enfermaria e na cozinha, ou que foram chamados por um dos reeducandos, a seu próprio critério. Os reeducandos eram chamados em pequenos grupos pelos funcionários e aguardavam pela participação, um por vez. Optamos por distribuir os TCLE para o grupo, acelerando o processo de leitura do mesmo e da execução da tarefa, pois os últimos participantes ficavam esperando de pé o tempo todo na antessala.

Não pudemos garantir que os participantes compreenderam as instruções. Todos receberam as mesmas instruções por escrito, sendo dirimidas quaisquer dúvidas. Mas como alguns participantes manusearam eles próprios o computador e outros apenas apontaram a palavra escolhida, não houve como perceber se os participantes entendiam as palavras nem o que deveriam fazer. Entretanto, alguns participantes demonstraram reconhecer bem as palavras e seu desempenho na tarefa parecia adequado. A respeito disso, não houve como correlacionar entendimento da tarefa e das palavras com grau de escolaridade, apesar dessa ser uma possível variável responsável pelo adequado desempenho na tarefa (adequado desempenho é compreender as palavras e executar a tarefa conforme as instruções).

Alguns reeducandos perguntaram se podiam imaginar situações para as palavras, porque nenhuma lhes era sexual ou afirmaram que aquilo ele não faria.

6.5 ANÁLISE DE DADOS

O caso V de Thurstone (1927a; 1928a) é um dos modelos de análise desenvolvidos pelo psicólogo Louis L. Thurstone para resolver problemas de julgamento decisoriais, por meio de medidas derivadas de julgamentos de pares. Com este método nos foi possível computar as distâncias psicofísicas dos termos de valência sexual, uma vez que ele permite realizar quantitativamente a discriminação entre os membros dos grupos. O princípio da medida segue a seguinte racional: o par de estímulos apresentado ao observador resulta em um processo discriminatório forçado (decisional) que tem algum valor no respectivo *continuum* psicológico. Devido a flutuações aleatórias no sistema nervoso, a estados internos fisiológicos sistêmicos, aos interesses, ao contexto, à história prévia etc, apresentações repetidas do mesmo estímulo não produzem exatamente o mesmo efeito perceptual toda vez, mas, de fato, resultam em um processo discriminatório variável. O valor da escala psicológica dos estímulos é designado como um valor de localização de tendência de resposta, como a média da distribuição do processo discriminatório. Isto quer dizer que, mesmo havendo todas estas variáveis de interferência, a persistência tendenciosa na escolha de um dos termos gera uma distância discriminatória.

O cálculo das distâncias subjetivas foi realizado pela equação:

$$S = x_{i-j} \sigma \sqrt{2}$$

onde S é a distância subjetiva de discriminação, x é a estatística Z na qual o estímulo i for julgado preferencialmente ao estímulo j e σ é a distribuição da frequência de escolha. Uma vez que consideramos cada estímulo como independente e que a aleatorização na ordem de apresentação tende a eliminar os fatores de confusão conotativos e possíveis vieses, assumimos que a dispersão é idêntica para cada estímulo e multiplicamos por 1 o valor de σ .

Para a comparação entre e intragrupos, inclusive em relação a dados pertinentes como gênero, idade e escolaridade, foi calculado o coeficiente de correlação de Pearson, além de serem examinadas as diferenças nas unidades de desvio padrão.

7 RESULTADOS

A análise dos resultados foi dividida em partes: primeiramente entre as escalas dos grupos controle, sobreviventes e reeducandos; depois conforme algumas variáveis, como gênero, idade e escolaridade; e por fim, as escalas dos grupos sobreviventes e reeducandos foram analisadas de acordo com as variáveis obtidas na coleta de dados.

7.1 ENTRE GRUPOS

As escalas dos três grupos podem ser observadas à esquerda da Figura 1. A ordem dos termos do mais escolhido para o menos escolhido no grupo controle é gemer, beijo, nudez, agarrar, esfregar, toque, cheiro e cócegas. As distâncias psicológicas de cada termo são, em ordem decrescente, 1,784; 1,240; 1,219; 1,218; 1,167; 0,908; 0,570 e 0,000. Para o grupo sobreviventes a ordem é agarrar, esfregar, nudez, toque, gemer, cheiro, beijo e cócegas, com as respectivas distâncias 1,919; 1,804; 1,671; 1,649; 1,416; 1,155; 1,006 e 0,000. Já para o grupo reeducandos a ordem é nudez, beijo, esfregar, gemer, agarrar, toque, cheiro e cócegas, com as distâncias 0,714; 0,528; 0,507; 0,415; 0,394; 0,321; 0,085 e 0,000.

Análises de consistência interna conduziram a resultados similares entre os grupos: para o grupo controle a discrepância média da escala foi de 0,07154, para as sobreviventes foi de 0,07149 e para os reeducandos foi 0,07140. Com estes resultados, podemos considerar que a variabilidade interna produzida por fatores outros influenciou, em média e de forma similar, os três grupos na ordem de 7%.

Nota-se um achatamento da escala dos reeducandos, indicando que para eles os descritores sexuais não são tão discriminados entre si se comparados aos outros dois grupos. Além disso, as palavras foram julgadas com menor conotação sexual pelos reeducandos: nudez, com maior conotação sexual para os reeducandos, teve uma distância absoluta de 0,714 desvio padrão, 3,5 vezes menor que o termo gemer com 1,783 desvio padrão, julgado com maior conotação sexual pelo grupo controle e 4,3 vezes menor que o termo agarrar com 1,919 desvio padrão, julgado com maior conotação sexual pelas sobreviventes.

Os grupos controle e sobreviventes não são tão díspares quanto os reeducandos, em se tratando da amplitude da escala e da distribuição dos descritores ao longo da escala. Destaca-se que no grupo sobreviventes quase não há sobreposição dos termos, isto é, os descritores foram bem discriminados nessas participantes. Entretanto, verifica-se que, com exceção de

cócegas, julgada com menor conotação sexual pelos três grupos, todas as outras palavras tiveram mudança em sua ordem na escala.

Figura 1. Distâncias psicológicas dos oito termos sexuais (A) para cada um dos três grupos e (B) com linhas indicando a variação dos valores dos termos entre os grupos. Observa-se que, em comparação com o controle, há a tendência de ampliação das distâncias psicológicas para as sobreviventes e um encurtamento destas distâncias para os reeducandos.

À direita da Figura 1 estão as mesmas escalas, acrescidas de linhas que orientam a flutuação dos valores conforme os grupos. Seguindo as sete linhas, é possível verificar se os valores de cada palavra aumentaram ou diminuíram de um grupo para outro. Por exemplo, todas as palavras tiveram valores mais altos para as sobreviventes, exceto as palavras *gemer* e *beijo* que foram menores que o grupo controle, sugerindo que, de forma geral, as sobreviventes percebem os descritores com mais proeminência em termos de seu conteúdo sexual, sendo necessário mais conteúdo sexual para que as palavras fossem percebidas sexualmente. Por outro lado, para os reeducandos, todas as palavras tiveram valores mais baixos, indicando que nenhum descritor foi percebido com tanto conteúdo sexual quanto nos demais grupos, sendo necessário pouco conteúdo sexual para que as palavras fossem percebidas sexualmente.

Figura 2. Comparação entre grupos das diferenças de distância entre cada par de termos. Nas barras acima de zero, o valor da primeira palavra é maior que o da segunda. Nas barras abaixo de zero, o valor da segunda palavra é maior que o da primeira. Barras em sentidos opostos (*) indicam alteração da ordem das palavras em pelo menos um dos três grupos.

O cálculo do coeficiente de correlação de Pearson entre as escalas dos três grupos indicou que houve forte correlação positiva entre os grupos controle e sobreviventes ($r=0,711$), e entre os grupos controle e reeducandos ($r=0,770$), ambas estatisticamente significativas ($p<0,05$). As escalas dos grupos sobreviventes e reeducandos não apresentaram significância ($r=0,662$, $p>0,05$).

Além da configuração das escalas dos três grupos e de sua comparação, foram realizadas análises da distância entre cada par de palavras. Assim, cada par foi analisado e comparado entre os três grupos. A Figura 2 indica visualmente uma representação dessas diferenças: cada gráfico é designado a uma palavra, constando a diferença dos valores absolutos da palavra em relação às outras sete. Algumas informações podem ser retiradas dessa figura. Primeiramente, vejamos o tamanho das barras: barras maiores indicam que a diferença entre aquele par específico de palavras é grande; barras menores, a diferença é pequena. Do total de 28 pares de palavras³, 15 estão na mesma direção, sem alteração de ordem entre os grupos. Contudo, mesmo nesses pares, há aqueles em que o tamanho da barra parece diferente entre os três grupos. Isso é evidente e esperado nos pares com a palavra *cócegas*, já que essa teve o menor valor em todos os grupos, e as outras sete palavras tiveram valores diferenciados entre os três grupos, mas sempre menores para os reeducandos. Os outros oito pares sem alteração de ordem têm tamanhos de barras semelhantes, com exceção do par *gemer-cheiro*, no qual o grupo controle teve uma diferença entre as palavras bem maior que os grupos sobreviventes e reeducandos.

Há também barras específicas de tamanho pequeno cujo valor de diferença entre as palavras do par é próximo ao zero. É o caso dos cinco pares *gemer-esfregar*, *gemer-agarrar*, *gemer-toque*, *agarrar-toque* e *cheiro-cócegas* para os reeducandos, o par *nudez-toque* para as sobreviventes, os pares *esfregar-nudez*, *agarrar-nudez*, *agarrar-beijo* e *nudez-beijo* para o grupo controle, e o par *esfregar-beijo* para os grupos controle e reeducandos. Ressalta-se o par *esfregar-agarrar* que, embora tenha barras em direções opostas, suas dimensões são pequenas. Nesses pares, os termos têm valores parecidos.

Outro tipo de informação está contida nas barras em direções opostas. Observando o gráfico destinado ao descritor *gemer*, o asterisco em cinco pares mostra que a ordem em que as palavras de cada par aparece na escala é alterada em pelo menos um grupo. Assim, nos pares *gemer-esfregar* e *gemer-nudez* o grupo controle julgou o termo *gemer* como maior, diferentemente dos grupos sobreviventes e reeducandos. Já nos pares *gemer-agarrar* e *gemer-*

³ Na Figura 2 estão representados 56 pares de palavras, mas cada par aparece duas vezes, apenas com a inversão da ordem das palavras. Portanto, no total são 28 pares.

toque o grupo sobreviventes se diferenciou dos demais, pois julgou a palavra gemer como menor. Por fim, no par gemer-beijo foi o grupo reeducando que divergiu dos demais, julgando o descritor gemer como menor.

Essas observações do parágrafo anterior podem ser feitas para todos os 28 pares, podendo-se usar como critério as palavras que mais apresentaram inversões de ordem na escala, o grupo que divergiu dos demais ou a magnitude dessa divergência. Seguindo o primeiro critério, verifica-se que, para a palavra gemer, descrita acima, houve cinco pares com alteração da ordem. A palavra beijo, entretanto, foi a que mais teve alterações de ordem, com seis pares. Para os descritores esfregar, agarrar e nudez, foram quatro pares, para toque foram dois pares, para cheiro foi um par e o termo cócegas não apresentou alteração de ordem em nenhum par. Posto isso, pares de palavras que constam beijo ou gemer foram os mais suscetíveis à alteração de ordem de um grupo para outro; por outro lado, pares de palavras compostas por toque, cheiro ou cócegas foram mais estáveis nos julgamentos entre os grupos.

Pensando no grupo de divergência como critério de análise dos resultados apresentados na Figura 2, dos 13 pares de palavras em que houve alguma alteração, o grupo controle julgou diferentemente três pares, as sobreviventes oito pares e os reeducandos dois pares.

No que tange a magnitude da divergência, por exemplo, o par gemer-agarrar, teve uma diferença grande entre os grupos controle e sobrevivente, de 1,069 desvio padrão, cerca de 72%. Isso significa que não apenas houve uma alteração de ordem dessas palavras entre os grupos controle e sobrevivente, como ela foi de uma magnitude acentuada. Considerando que, sem se deparar se a barra está acima ou abaixo de zero, a média de diferença foi de 0,522 desvio padrão, classificam-se os seguintes pares com alteração de ordem de saliente magnitude: gemer-esfregar e gemer-nudez no grupo controle, esfregar-beijo, agarrar-beijo, beijo-toque e beijo-cheiro no grupo sobreviventes, gemer-agarrar, gemer-toque e nudez-beijo entre grupos controle e sobreviventes, gemer-beijo entre os grupos controle e reeducandos, agarrar-nudez entre os grupos sobreviventes e reeducandos. Nesses casos, não se trata apenas de alteração de ordem, mas de uma alteração relevante, acima de 40% de variação. Situação diferente dos pares esfregar-agarrar e esfregar-nudez, cujas alterações de ordem foram de pequena magnitude, menor que 16% de variação.

Na análise de correlação entre os grupos dos pares formados por cada um dos descritores, as distâncias de gemer para todas as outras sete palavras foram comparadas entre os grupos; o mesmo foi feito para as outras sete palavras, o que gerou a Tabela 3.

Tabela 3 – Correlação das distâncias dos pares de termos, separados por palavra, entre os três grupos

Par de termos ^a	Correlação		
	Controle x Sobreviventes	Controle x Reeducandos	Sobreviventes x Reeducandos
gemer-	0,836*	0,896*	0,660
esfregar-	0,715	0,769*	0,637
agarrar-	0,714	0,773*	0,701
nudez-	0,702	0,850*	0,674
beijo-	0,776*	0,763*	0,763*
toque-	0,747	0,768*	0,697
cheiro-	0,720	0,737	0,701
cócegas-	0,148	0,567	0,285

^a As distâncias se referem aos pares de termos entre cada palavra em relação às outras sete.

* $p < 0,05$

Percebe-se pela Tabela 3 que as correlações entre os grupos controle e reeducandos foram as que mais apresentaram significância estatística, em seis dos oito cálculos realizados. Entre os grupos controle e sobreviventes, duas correlações foram significativas, e entre sobreviventes e reeducandos, somente uma, embora as escalas desses dois últimos grupos não tenham se correlacionado. As distâncias de cheiro e de cócegas em relação às outras sete palavras não se correlacionaram entre nenhum grupo, indicando diferenciação entre os grupos no julgamento desses pares; em contrapartida, as distâncias de beijo para os demais descritores foram as únicas que se correlacionaram entre os três grupos.

7.1.1 Variáveis demográficas

Foram três as variáveis coletadas nos três grupos: gênero, idade e escolaridade. As distâncias psicológicas dos oito termos sexuais para cada variável estão no APÊNDICE B.

Apesar de não ter sido questionada a escolaridade do grupo controle, sabe-se que os participantes recrutados do CIEJA não têm ensino médio completo, ao passo que quase todos os sujeitos que compuseram o estudo piloto tinham ou estavam cursando o ensino superior.

Na Figura 3 estão as escalas do grupo controle separadas por gênero e idade. Percebe-se pela parte A que as mulheres apresentaram uma amplitude maior em seus julgamentos, com discriminação dos termos mais nítida nos extremos. Para os homens não houve tanta discriminação no extremo inferior da escala, sendo que cheiro está próximo de cócegas, o que não ocorreu nas mulheres. Portanto, as mulheres julgaram as palavras com mais conteúdo sexual que os homens, sendo necessário pouco conteúdo sexual para que os homens percebessem as palavras sexualmente. Apesar dessas pequenas diferenças, as escalas do grupo controle são parecidas em ordem e distâncias entre termos, o que é apoiado na Tabela 6, na qual se observa a correlação significativa entre as escalas de mulheres e homens do grupo

controle.

Figura 3. Distâncias psicológicas dos oito termos sexuais divididas por (A) gênero nos três grupos e por (B) idade no grupo controle

A situação é um pouco diferente quando se analisa o grupo controle de acordo com a idade. Levando-se em consideração que a idade média do grupo controle foi de 28,88 anos, as escalas de idade foram separadas em participantes com 28 anos ou menos e com mais de 28 anos. Os sujeitos abaixo de 28 anos mantiveram uma escala essencialmente igual à das mulheres, mas com uma melhor distribuição dos descritores ao longo da escala. Ressalta-se que a idade média das mulheres foi de 25,97 anos, e a dos homens foi de 31,11 anos; logo, as mulheres tiveram mais impacto na configuração da escala dos sujeitos abaixo de 28 anos e os homens na escala dos sujeitos acima de 28 anos. Aliás, não foram os homens como um todo que influenciaram a escala dos sujeitos acima de 28 anos: de fato, a idade média dos homens do estudo piloto foi de apenas 24,95 anos; em contrapartida, a idade média dos recrutados do CIEJA foi maior (37,26 anos) e foram eles os responsáveis pelo achatamento da escala, conforme a Figura 7 exhibe. De qualquer maneira, os participantes mais velhos não julgaram os termos com tanta amplitude – com o valor máximo de 1,301 em beijo – nem discriminação – as palavras têm valores próximos – quanto os mais novos, além de terem apresentado

alteração de ordem, especialmente beijo acima de gemer e esfregar abaixo de cheiro.

Figura 4. Distâncias psicológicas dos oito termos sexuais para (A) as mulheres dos grupos controle e sobreviventes, separadas por idade, e para (B) os homens dos grupos controle, separados por idade, e reeducandos

A Figura 3 sugere a possibilidade de um efeito de gênero e idade no julgamento das palavras. Investigando melhor esses efeitos está a Figura 4, na qual são comparadas as escalas do grupo controle, separadas por gênero e idade, com as escalas dos grupos sobreviventes, à esquerda, e dos reeducandos, à direita. Confirmando as análises decorrentes da Figura 3, as mulheres julgaram os descritores com mais amplitude que os homens, exceto as sobreviventes acima de 30 anos. De maneira geral, houve poucas mudanças nas escalas das mulheres conforme diferentes faixas etárias. Além disso, há um deslocamento para cima na escala das mulheres do grupo controle com mais de 28 anos; por outro lado, os homens mais velhos julgam os termos com menos conteúdo sexual e com pouca discriminação, resultando em um realçado achatamento, semelhante à escala dos reeducandos, na parte B da Figura 4. Entretanto, a correlação de Pearson entre reeducandos e homens do grupo controle acima de 28 anos não foi significativa, mas entre reeducandos e homens do grupo controle abaixo de 28 anos foi, conforme a Tabela 4.

Tabela 4 – Correlação das distâncias psicológicas dos três grupos, separados por gênero e idade

Subgrupos	r	p
Controle mulheres ≤ 28 x > 28	0,698	0,0542
Controle mulheres ≤ 28 x Controle homens ≤ 28	0,906	0,0019
Controle mulheres > 28 x Controle homens > 28	0,765	0,0270
Controle homens ≤ 28 x > 28	0,706	0,0503
Controle mulheres ≤ 28 x Sobreviventes ≤ 30	0,839	0,0092
Controle mulheres > 28 x Sobreviventes > 30	0,641	0,0868
Controle homens > 28 x Reeducandos	0,653	0,0792
Controle homens ≤ 28 x Reeducandos	0,749	0,0325

$p < 0,05$ em negrito.

Nessa tabela estão as correlações das escalas das Figura 3 e 4. Corroborando as análises realizadas até aqui sobre o efeito da idade, a escala das mulheres abaixo de 28 anos não se correlacionou com a das mulheres acima de 28 anos. O mesmo ocorreu com os homens. Isso aponta para um aspecto de diferenciação das escalas dos sujeitos do grupo controle a depender de sua idade, embora em ambos os casos a correlação tenha se aproximado da significância. Chama a atenção as correlações significativas entre mulheres e homens na mesma faixa etária, indicando que os sujeitos julgaram os descritores de maneira correlacionada quando suas idades eram da mesma faixa etária, não importando o gênero dos mesmos. A diferença entre os grupos ficou evidente, visto que as escalas de mulheres mais velhas nos grupos controle e sobreviventes não se correlacionaram, nem as dos homens mais velhos do grupo controle com os reeducandos, cujo perfil etário é mais elevado. Assim, sujeitos mais velhos se diferenciaram mais entre os grupos do que os mais jovens.

Os reeducandos não apenas tinham idade mais elevada, como também haviam cursado menos anos de ensino formal. Como a Tabela 2 dos Métodos nos informa, a maioria dos reeducandos não completaram o ensino médio, o que os distinguiu do grupo controle. Visando amenizar a discrepância de escolaridade, novos participantes foram recrutados do CIEJA-Butantã para integrar o grupo controle, possibilitando a realização de comparações referentes ao nível de escolaridade. A Figura 5 junta as escalas dos subgrupos de acordo com as variáveis de interesse para se averiguar um possível efeito de escolaridade. Ressalta-se que as mulheres, tanto do grupo controle quanto as sobreviventes não divergiram entre si no que tange a escolaridade, e, assim, não foram realizadas análises dessa variável para essas participantes.

Figura 5. Distâncias psicológicas dos oito termos sexuais para os grupos controle e reeducandos, de acordo com a escolaridade
 c.e.m.c.: com ensino médio completo
 s.e.m.c.: sem ensino médio completo
 EJA equivale a s.e.m.c.

À primeira vista, participantes que não completaram o ensino médio, tanto no grupo controle como nos reeducandos, apresentaram um achatamento da escala, sugerindo que para eles foi necessário pouco conteúdo sexual para que as palavras sejam percebidas sexualmente. Por outro lado, os homens com ensino médio completo tiveram uma tendência a precisar de mais conteúdo sexual, especialmente os reeducandos. A discriminação das palavras também sofreu um efeito de escolaridade, com grande sobreposição para os sujeitos sem ensino médio completo; entretanto, mesmo para aqueles com mais educação formal, houve alguns aglomerados no meio da escala, mas o extremo superior foi bem discriminado, o que indica que os termos julgados com mais conteúdo sexual foram percebidos fortemente. Além disso, os reeducandos sem ensino médio completo foram os únicos que não julgaram cócegas com o menor conteúdo sexual.

Para auxiliar a verificação de um possível efeito de escolaridade, foram realizados cálculos do coeficiente de correlação de Pearson. Conforme a Tabela 5, não houve correlações significativas entre os participantes da EJA com os reeducandos sem ensino

médio completo, nem entre os homens do grupo controle com os reeducandos, ambos com ensino médio completo. Assim, apesar de haver um achatamento ou alargamento da escala de acordo com a escolaridade, os sujeitos com ensino médio completo e aqueles sem julgaram a relação entre as palavras diferentemente, com alteração de ordem e de magnitude de diferença entre os pares de termos.

Tabela 5 – Correlação das distâncias psicológicas dos três grupos, separados por gênero, idade e escolaridade

	(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	(8)	(9)	(10)	(11)	(12)
1. Controle	–	0,965*	0,968*	0,976*	0,836*	0,994*	0,943*	0,860*	0,711*	0,770*	0,697	0,416
2. Controle mulheres	–		0,869*	0,945*	0,791*	0,974*	0,845*	0,770*	0,833*	0,723*	0,648	0,401
3. Controle homens		–		0,936*	0,841*	0,945*	0,969*	0,902*	0,547	0,772*	0,687	0,431
4. Controle ≤28			–		0,698	0,988*	0,956*	0,752*	0,746*	0,731*	–	–
5. Controle >28				–		0,784*	0,707*	0,949*	0,444	0,683	–	–
6. Controle com ensino médio completo					–		0,945*	0,798*	0,747*	0,760*	0,724*	0,370
7. Controle homens com ensino médio completo						–		0,767*	0,550	0,744*	0,760*	0,304
8. Controle EJA							–		0,436	0,683	0,431	0,580
9. Sobreviventes								–		0,662	0,696	0,262
10. Reeducandos										–	0,805*	0,697
11. Reeducandos sem ensino médio completo											–	0,137
12. Reeducandos com ensino médio completo												–

* $p < 0,05$

Destaca-se que, no cruzamento desses subgrupos, contudo, foi encontrada uma inesperada correlação significativa entre os homens do grupo controle que completaram o ensino médio e os reeducandos sem ensino médio completo, sobretudo porque aqueles tiveram correlação com os homens da EJA; entretanto, não houve correlação entre os homens da EJA e os reeducandos que completaram o ensino médio. Tais resultados conduziram a outras análises, também apresentadas na Tabela 5. Considerando as correlações entre todas as variáveis, nota-se que várias delas foram significativas, inclusive as da EJA com todas as variáveis do grupo controle, mas não com os grupos sobreviventes e reeducandos, demonstrando que os sujeitos da EJA se assemelham ao grupo controle e se diferenciam dos dois demais grupos.

A despeito disso, alguns pontos chamam a atenção. Primeiro, o subgrupo dos reeducandos com ensino médio completo não teve nenhuma correlação significativa, atestando sua peculiaridade. Outras correlações de interesse envolvem os reeducandos e reeducandos sem ensino médio completo. Começamos pelo grupo dos reeducandos. Um achado estranho é a correlação deles com o controle abaixo dos 28 anos, uma vez que os

reeducandos tinham uma média de idade bem superior (44,2 anos). O subgrupo dos reeducandos sem ensino médio completo apresentou correlações sem sentido com os participantes com ensino médio completo do grupo controle, incluindo ou não as mulheres.

Tabela 6 – Correlação entre grupos e subgrupos homogêneos e heterogêneos

(Sub)grupo	Correlação entre	p<0,05	Observação	
Grupo controle	(1) x (7)	Sim	Homogeneidade	(1): controle
	(1) x (8)	Sim		(7): controle homens com ensino médio completo
	(7) x (8)	Sim		(8): controle EJA
Grupo reeducandos	(10) x (11)	Sim	Heterogeneidade	(10): reeducandos
	(10) x (12)	Não		(11): reeducandos sem ensino médio completo
	(11) x (12)	Não		(12): reeducandos com ensino médio completo

Pela Tabela 6 percebe-se que no grupo controle, independentemente da escolaridade, há uma aparente homogeneidade devido às correlações significativas. O mesmo não pode ser dito a respeito dos reeducandos: os que completaram o ensino médio não se correlacionaram com o grupo dos reeducandos nem com o subgrupo dos sem ensino médio completo, apoiando a diferenciação entre os subgrupos dos reeducandos, tornando este um grupo com peculiaridades e, portanto, heterogêneo. Mais análises sobre esse assunto serão expostas adiante.

7.2 INTRAGRUPOS

Assim como nas variáveis demográficas entre grupos, as distâncias psicológicas dos oito termos sexuais para cada variável dos grupos sobreviventes e reeducandos estão no APÊNDICE B.

7.2.1 Sobreviventes

Com base nas diversas informações coletadas no Hospital Pérola Byington sobre as sobreviventes e listadas na Tabela 1 no Método, foram construídas escalas para cada subgrupo das sobreviventes de acordo com as seguintes variáveis:

- disponibilidade de informação: nem todas as participantes tinham a ficha preenchida no momento da coleta. Os dois subgrupos são 31 sobreviventes com informação e quatro sem informação;
- idade: a idade média de 30,31 anos foi utilizada como critério de divisão. Os dois

- subgrupos são 16 sobreviventes com 30 anos ou menos e 19 com mais de 30 anos;
- data da violência: o estupro ocorreu, para 24 sobreviventes, no ano de 2016 e, para sete, antes de 2016. Assim é possível averiguar a existência de um efeito de recência;
 - histórico de abuso infantil: três sobreviventes relataram casos de abuso infantil e 28 relataram casos em idade adulta;
 - histórico de recorrência: nove sobreviventes sofreram abusos múltiplos (estupro, abuso infantil e/ou violência doméstica) e 22 sofreram episódios únicos;
 - estupro de vulnerável: de acordo com a Lei 12.015, seis sobreviventes se enquadram na definição de estupro de vulnerável (três menores de 14 anos e três com uso de substância com atuação no sistema nervoso central) e 25 não se enquadram;
 - gravidez: 21 sobreviventes engravidaram em decorrência do estupro e 10 não engravidaram;
 - vínculo com o perpetrador: as diversas relações entre perpetrador e vítima foram divididas em dois subgrupos, sendo que 11 sobreviventes conheciam o perpetrador e 19 não o conheciam;
 - situação do perpetrador: para 11 sobreviventes o perpetrador da violência estava em liberdade ou foragido e para 19 a situação era desconhecida;
 - registro de BO: 17 sobreviventes registraram Boletim de Ocorrência e 14 não registraram

Das informações contidas na Tabela 1, não foram realizadas análises sobre a escolaridade das sobreviventes, pois a maioria delas tinha pelo menos ensino médio completo, nem sobre a quantidade de perpetradores, pois somente uma sobrevivente relatou mais de um perpetrador. As escalas dos subgrupos dessas variáveis estão na Figura 6, a partir da qual podem ser feitos alguns apontamentos, de caráter ordinal primeiramente.

Figura 6. Distâncias psicológicas dos oito termos sexuais para o grupo das sobreviventes de acordo com as variáveis coletadas

No Gráfico 3 estão as frequências com que cada palavra foi julgada nas posições ordinais da escala; quanto mais escura a coluna, mais a palavra aparece nas primeiras posições, ou seja, foi julgada com o maior conteúdo sexual da escala.

Gráfico 3. Frequência com que cada termo foi julgado nas posições ordinais das dez escalas dos subgrupos das sobreviventes

É evidente que cócegas foi julgada com o menor conteúdo sexual por todos os subgrupos das sobreviventes. Salvo o subgrupo com histórico de abuso infantil, o termo com o segundo menor conteúdo sexual esteve sempre a uma distância considerável de cócegas, de pelo menos 0,752 desvio padrão. Ou seja, cócegas foi bem discriminado pelas sobreviventes, independentemente da variável analisada, como tendo muito pouco conteúdo sexual.

O termo com o segundo menor conteúdo sexual foi beijo, em sua maioria, com exceção dos três subgrupos sem informação, abaixo de 30 anos e sem histórico de recorrência, casos em que o termo foi cheiro. De qualquer maneira, beijo manteve baixo conteúdo sexual ao longo de todas as escalas das sobreviventes, o que também pode ser dito sobre cheiro, cujo valor subiu nos subgrupos com acima de 30 anos, histórico de abuso infantil, data da violência antes de 2016 e com histórico de recorrência.

No outro extremo, agarrar, esfregar, toque e nudez foram frequentes entre os valores mais altos. Os descritores que foram julgados com o maior conteúdo sexual foram agarrar em nove subgrupos, esfregar em sete subgrupos das sobreviventes que não tinham informação no prontuário, abaixo de 30 anos, que sofreram abuso infantil, recorrente e estupro de vulnerável, perpetrado por um conhecido que está em liberdade, e toque em quatro subgrupos com mais de 30 anos, com data antes de 2016, sem gravidez e que não registraram BO.

Nudez foi a palavra mais presente com o segundo maior conteúdo sexual em oito subgrupos, seguida por agarrar em sete subgrupos das sobreviventes que não tinham informação, abaixo e acima de 30 anos, que sofreram abuso infantil e estupro de vulnerável,

perpetrado por um conhecido que está em liberdade, depois por esfregar em três subgrupos com informação, com data em 2016 e sem gravidez, toque nos casos recorrentes e cheiro quando o estupro ocorreu antes de 2016.

Para além de uma análise ordinal, é possível através dessa escala intervalar também verificar que houve uma distinção de amplitude entre as escalas de algumas variáveis, com um achatamento das escalas dos subgrupos acima de 30 anos, com perpetrador desconhecido e cuja situação é desconhecida, e que registraram BO. Ressalta-se que a escala do subgrupo com histórico de abuso infantil apresentou uma divisão visível das palavras com mais conteúdo sexual (esfregar, agarrar, cheiro e toque) e um rebaixamento das demais.

As outras escalas, apesar da já mencionada diferença de amplitude, são parecidas entre si, com pequenas alterações de ordem das palavras. Isso é confirmado na Tabela 7, onde estão as correlações entre as escalas de cada variável.

Tabela 7 – Correlação das distâncias psicológicas das variáveis no grupo sobreviventes e com as mulheres do grupo controle

Variável	r	p	Mulheres controle	
			r	p
Com informação	0,938	0,0006	0,832	0,0104
Sem informação			0,780	0,0224
Abaixo de 30 anos	0,706	0,0503	0,793	0,0189
Acima de 30 anos			0,736	0,0374
Data da violência em 2016	0,667	0,0708	0,828	0,0111
Data da violência antes de 2016			0,614	0,1054
Com histórico de abuso infantil	0,701	0,0527	0,436	0,2802
Sem histórico de abuso infantil			0,850	0,0075
Com histórico de recorrência	0,891	0,0030	0,709	0,0489
Sem histórico de recorrência			0,856	0,0067
Com estupro de vulnerável	0,959	0,0002	0,785	0,0210
Sem estupro de vulnerável			0,838	0,0094
Com gravidez	0,896	0,0026	0,818	0,0131
Sem gravidez			0,806	0,0157
Perpetrador conhecido	0,935	0,0007	0,798	0,0176
Perpetrador desconhecido			0,803	0,0164
Perpetrador em liberdade/foragido	0,935	0,0007	0,764	0,0273
Perpetrador com situação desconhecida			0,851	0,0074
Registraram BO	0,879	0,0040	0,802	0,0166
Não registraram BO			0,781	0,0221

$p < 0,05$ em negrito.

Observa-se que as correlações foram estatisticamente significativas ($p < 0,05$) para

todas as variáveis, exceto idade, data da violência e histórico de abuso infantil. Porém, mesmo essas três variáveis ficaram bem próximas de $p=0,05$. Esses resultados são um bom sinal de que as sobreviventes são um grupo homogêneo, pois, independentemente de qual variável é utilizada para a subdivisão do grupo, o julgamento das participantes permaneceu correlacionado, mesmo quando há um achatamento ou alargamento nas variáveis idade, vínculo com o perpetrador desconhecido, situação do perpetrador e registro de BO.

Quase todas as subescalas das sobreviventes se correlacionaram a escala das mulheres do grupo controle, com exceção das sobreviventes que sofreram violência sexual antes de 2016 e as com histórico de abuso infantil. Desse modo, a maioria das sobreviventes, independentemente de qual variável é analisada, julgou os descritores sexuais proporcionalmente às mulheres do grupo controle, ou seja, de maneira mais semelhante.

7.2.2 Reeducandos

Da mesma forma que as sobreviventes, a partir das diversas informações coletadas na Penitenciária Sorocaba II sobre os reeducandos, listadas na Tabela 2, foram construídas escalas para cada subgrupo dos reeducandos de acordo com as seguintes variáveis:

- idade: a idade média de 44,2 anos foi usada como critério de divisão. Os dois subgrupos são 18 reeducandos com 44 anos ou menos e 12 com mais de 44 anos;
- escolaridade: cinco reeducandos tinham pelo menos o ensino médio completo e 25 não o completaram;
- estado civil: 16 reeducandos tinham uma relação estável e 13 não tinham;
- reincidência: sete reeducandos eram reincidentes e 20 não eram;
- reincidência por crime sexual: dos reincidentes, quatro foram por crime sexual e três por outro tipo de crime;
- data da prisão: utilizando como critério a Lei 12.015 de 2009, quando houve mudança nos crimes sexuais, cinco reeducandos foram presos/condenados antes da nova lei e 25 depois;
- data do crime: pelo mesmo critério da variável anterior, 12 reeducandos cometeram o crime antes da nova lei e sete cometeram depois;
- pena cumprida: considerando que a porcentagem média da pena cumprida foi de 22,56%, 14 reeducandos cumpriram menos que a média e 10 cumpriram mais;
- estupro de vulnerável: 19 reeducandos abusaram menores de 14 anos e para quatro a vítima tinha 14 anos ou mais;

Figura 7. Distâncias psicológicas dos oito termos sexuais para o grupo dos reeducandos de acordo com as variáveis coletadas

- vínculo com a vítima: para 18 reeducandos a vítima era intrafamiliar e para seis ela era extrafamiliar. Três reeducandos abusaram de vítimas dentro e fora do círculo familiar e foram incluídos no subgrupo extrafamiliar;
- quantidade de vítimas: dez reeducandos abusaram mais de uma pessoa e 14 abusaram de uma única vítima;
- recorrência: 13 reeducandos abusaram recorrentemente de suas vítimas e seis abusaram uma única vez;
- homicídio: quatro reeducandos cometeram homicídio, atrelado ou não ao crime sexual, e 24 não cometeram.

Das informações contidas na Tabela 2, não foram realizadas análises sobre a prisão em flagrante, pois esse foi o caso de somente dois reeducandos, nem sobre o sexo da vítima, pois a maioria eram meninas e mulheres. As escalas estão na Figura 7, com exceção da variável escolaridade, já apresentada na Figura 5.

Na Gráfico 4 estão as frequências com que cada palavra foi julgada nas posições ordinais da escala e, assim como no caso das sobreviventes, quanto mais escuro, mais a palavra aparece nas primeiras posições.

Gráfico 4. Frequência com que cada termo foi julgado nas posições ordinais das doze escalas dos subgrupos dos reeducandos

Cócegas ainda foi julgada como a palavra com o menor conteúdo sexual, mas com cinco exceções: agarrar para os que tinham relação estável, cheiro para os reincidentes por crime não sexual e para os com uma única vítima, agarrar para os que abusaram uma vez e gemer para os que cometeram homicídio. Entretanto, em três subgrupos, cócegas se distanciou do valor zero por pelo menos 0,491 desvio padrão, mesmo sendo a segunda menor para o subgrupo dos reincidentes por crime não sexual; para os reeducandos que abusaram

uma vez e que cometeram homicídio, cócegas foi a quinta menor.

O termo mais comum que teve o segundo menor conteúdo sexual foi cheiro, seguido por gemer em dois subgrupos dos reincidentes por crime sexual e que abusaram uma vez, toque em dois subgrupos com uma única vítima e com abuso recorrente, cócegas nos reincidentes por crime não sexual, agarrar nos sem estupro de vulnerável e nudez nos que cometeram homicídio. O termo com o segundo menor conteúdo sexual teve um valor próximo a zero, com no máximo 0,091 desvio padrão, em dez subgrupos: abaixo de 44 anos, reincidentes, não reincidentes, reincidentes por crime sexual, presos antes de 2009, data do crime antes de 2009, intra e extrafamiliares à vítima, com abuso recorrente e sem homicídio.

Apesar de haver mais casos atípicos do que as sobreviventes, os reeducandos julgaram cócegas e cheiro com pouco conteúdo sexual quando são consideradas as variáveis abordadas. Por outro lado, nudez, beijo e esfregar foram as palavras que mais apareceram com os maiores valores das escalas. A palavra julgada com mais conteúdo sexual foi nudez em 15 subgrupos, beijo em cinco subgrupos com reincidentes, reincidentes por crime sexual, que cumpriram alta porcentagem da pena, com mais de uma vítima e com abuso único, esfregar em três subgrupos com mais de 44 anos, presos antes de 2009 e que cometeram homicídio, e gemer foi a julgada com o maior valor no subgrupo dos reincidentes por crime não sexual. Cinco descritores foram julgados com o segundo maior conteúdo sexual: beijo em nove subgrupos, esfregar em cinco subgrupos com não reincidentes, data do crime antes de 2009, que cumpriram baixa porcentagem da pena, com estupro de vulnerável e com uma única vítima, nudez em quatro subgrupos com mais de 44 anos, reincidentes por crime sexual, que cumpriram alta porcentagem da pena e com mais de uma vítima, toque em quatro subgrupos com reincidentes, reincidentes por crime não sexual, data do crime depois de 2009 e abuso único, e agarrar em dois subgrupos sem relação estável e presos antes de 2009.

Análises de caráter intervalar apontam para um encurtamento dos valores dos termos, se comparados com as escalas das sobreviventes, e para diferentes amplitudes entre as escalas de algumas variáveis, com um alargamento das escalas dos subgrupos de reincidentes por crime sexual e por crime não sexual e que não cometeram estupro de vulnerável. O subgrupo dos presos antes de 2009 são os únicos que tenderam a uma divisão das palavras com baixo conteúdo sexual (cócegas e cheiro) e aumento do valor das demais.

De forma geral, as escalas dos subgrupos dos reeducandos é aglomerada, com valores muito próximos uns dos outros e com mais alterações bruscas de ordem do que as sobreviventes. Ao contrário das sobreviventes, as correlações entre as escalas de cada variável dos reeducandos não foram significativas, conforme a Tabela 8. Somente houve correlação

nas variáveis data do crime e vínculo com a vítima, e uma tendência de significância na variável idade. Esse é mais um indicativo de que os reeducandos não são um grupo homogêneo.

Tabela 8 – Correlação das distâncias psicológicas das variáveis no grupo reeducandos e com os homens do grupo controle

Variável	r	p	Homens controle	
			r	p
Abaixo de 44 anos	0,700	0,0532	0,812	0,0144
Acima de 44 anos			0,481	0,2276
Com relação estável	0,409	0,3144	0,566	0,1436
Sem relação estável			0,690	0,0582
Reincidentes	0,449	0,2644	0,583	0,1293
Não reincidentes			0,636	0,0901
Reincidentes por crime sexual	0,114	0,7881	0,254	0,5438
Reincidentes por crime não sexual			0,792	0,0191
Presos antes da nova lei de 2009	0,588	0,1253	0,662	0,0737
Presos depois da nova lei de 2009			0,718	0,0449
Data do crime antes da nova lei de 2009	0,729	0,0402	0,620	0,1011
Data do crime depois da nova lei de 2009			0,641	0,0868
Pouca pena cumprida	0,524	0,1825	0,742	0,0351
Muita pena cumprida			0,494	0,2134
Com estupro de vulnerável	0,232	0,5804	0,672	0,0680
Sem estupro de vulnerável			0,239	0,5686
Intrafamiliares à vítima	0,779	0,0227	0,275	0,5098
Extrafamiliares à vítima			0,584	0,1285
Única vítima	0,238	0,5703	0,474	0,2354
Mais de uma vítima			0,412	0,3105
Abuso único	0,156	0,7122	0,209	0,6194
Abuso recorrente			0,548	0,1597
Cometeram homicídio	-0,245	0,5587	-0,374	0,3614
Não cometeram homicídio			0,776	0,0236

$p < 0,05$ em negrito.

Poucas subescalas dos reeducandos se correlacionaram com a escala dos homens do grupo controle, sendo o caso dos reeducandos com 44 anos ou menos, reincidentes por crime não sexual, presos depois da nova lei de 2009, com pouca pena cumprida e que não cometeram homicídio. Desse modo, a maioria dos reeducandos, independentemente de qual variável é analisada, julgou os descritores sexuais sem manter a proporção com os homens do grupo controle, ou seja, de maneira mais discrepante.

8 DISCUSSÃO

Nosso estudo mostrou que, por meio de medidas de julgamentos de decisão, podemos realizar um mapeamento representacional das atitudes sexuais. Identificamos, ainda, que em comparação com participantes típicos, reeducandos e vítimas de violência sexual apresentam distorções em suas representações de atitude sexual. Nos reeducandos, observamos um encurtamento das distâncias subjetivas dos termos sexuais, o qual representa um aceleração ou facilitação para se atingir altos níveis de impressão sexual pelos sinais externos. Opostamente, as vítimas de violência sexual apresentam um alongamento das distâncias subjetivas de representação sexual, mostrando que o impacto da violência vivida prolonga ou dificulta o atingimento de altos níveis de impressão sexual pelos sinais externos.

Adicionalmente, a metodologia utilizada nos permite estudar tais distorções de representação interna de atitudes sexuais de forma quantitativa e utilizando o mesmo fator escalar. Assim, tão ou mais importante do que termos conseguido identificar as distorções, podemos medi-las quantitativamente, em uma escala intervalar com unidades de desvio padrão. Isto significa que as unidades da escala são invariantes para uma representação aditiva, da mesma forma que a escala física de Celsius, utilizada para representar as mudanças de temperatura. Portanto, um encurtamento de 1,9 desvios padrão numa atitude sexual qualquer, significa uma representação interna 95% (ou 20 vezes) maior desta atitude. Meio desvio padrão implica em uma diferença de representação de 38% (ou 1,6 vezes), um desvio padrão em uma diferença de 68% (ou 3,2 vezes), dois e meio desvios padrão de 99% (100 vezes) e assim por diante.

Nossa discussão evidenciará os principais aspectos apontados pela literatura da área, mas irá complementar e discutir à luz de nossa medida, evidenciando a contribuição que esta metodologia apresenta para a área.

8.1 VARIÁVEIS DEMOGRÁFICAS

As três variáveis demográficas – gênero, idade e escolaridade dos participantes – já foram investigadas em diversas pesquisas sobre sexualidade. Vejamos a seguir o que a literatura diz a respeito de cada uma delas, e como ela nos auxilia na discussão dos resultados.

8.1.1 Gênero

Gênero é um dos aspectos mais destacados e robustos, com diversos estudos (Hendrick, Hendrick, Slapion-Foote, & Foote, 1985; Le Gall, Mullet, & Shafighi, 2002; Fischtein, Herold, & Desmarais, 2007; Waite, Laumann Das, & Schumm, 2009) apontando os homens como sujeitos mais permissivos em relação à sexualidade, contrapondo-se às mulheres, mais conservadoras. Nossos resultados mostraram que, para os participantes do grupo controle, esta diferença foi relativamente homogênea e de um desvio padrão para todas as palavras avaliadas (ver Figura 3A).

Para Hendrick et al. (1985), apesar da tendência dos participantes homens universitários a associar sexo com poder mais que as mulheres, os mesmos foram descritos como moderadamente permissivos, e as mulheres moderadamente conservadoras. Os autores concluem, então, que não há diferença radical entre os gêneros e que talvez, na época da década de 1980, estivesse ocorrendo uma convergência de suas atitudes sexuais. Mesmo 30 anos depois, encontramos uma diferença entre as representações internas de atitudes sexuais de intensidade 3,2 vezes maior para homens do que para mulheres. Assim, mesmo havendo evidências de uma convergência, ainda é nítida e significativa esta diferença entre os gêneros. Fischtein et al. (2007) encontraram que os homens tiveram maior frequência de pensamentos sexuais, mais sexo oral, menor idade no primeiro sexo, mais parceiras sexuais e eram mais abertos ao sexo casual que as mulheres. Os pesquisadores cogitam que as diferenças de atitudes e comportamentos sexuais entre homens e mulheres poderiam ser explicados por estereótipos de papel de gênero.

Esses estudos permitem interpretar as diferenças, mesmo com forte correlação, nas escalas das mulheres e homens da presente pesquisa. O encurtamento da escala dos homens, com valores mais próximos de zero, efeito acentuado nos reeducandos, pode ser decorrente de sua maior permissividade, pensamentos e ações sexuais. Entendendo-se o sexo como mais frequente para os homens, pouco conteúdo sexual foi exigido para que as palavras fossem julgadas sexualmente. O padrão oposto foi apresentado pelas mulheres: mais conservadoras, apenas algumas palavras eliciaram uma forte resposta cognitiva sexual e foram percebidas sexualmente.

Apesar de as mulheres serem mais conservadoras em relação ao sexo, em nosso estudo a sua discriminação dos termos sexuais foi mais nítida. Homens, principalmente os reeducandos, julgaram as palavras com valores próximos, com menos 0,1 desvio padrão de diferença entre a maioria dos descritores, uma variação da representação interna menor que 8%, próximo à discrepância média das escalas, de 7%. A discriminabilidade entre os termos

das mulheres passou, em sua maior parte, dos 8%, chegando a mais de 40%. Para compreender as razões dessa discriminabilidade acentuada, são úteis as ideias transmitidas por Baumeister (2000). Esse autor defende que as mulheres têm alta plasticidade erótica, ou seja, sua sexualidade está mais sujeita à influência de fatores sociais e culturais e, assim, é mais maleável e mutável. Como decorrência, nem sempre o comportamento das mulheres pode ser previsto por suas atitudes, já que suas respostas sexuais dependeriam mais de contextos externos do que fatores internos. O autor elenca três hipóteses para a existência da alta plasticidade erótica feminina: 1) diferença de poder: maior flexibilidade por parte da mulher seria uma resposta adaptativa em uma sociedade na qual o homem poderia impor sua vontade por meio de coerção física ou poder social; 2) condição inerente: uma resposta negativa a uma potencial situação sexual seria a opção padrão das mulheres, o que pode mudar ocasionalmente para uma resposta positiva, sendo necessário, então, flexibilidade; 3) diferentes níveis de desejo sexual: mulheres teriam menos desejo sexual que os homens e esse menor desejo seria mais fácil de redirecionar, canalizar ou transformar.

Abraçando os argumentos de Baumeister (2000), é possível que as mulheres estejam mais atentas às nuances sexuais para discriminar melhor as dicas sexuais do ambiente e, assim, possam responder sexualmente. Essa discriminabilidade pode, então, impactar sua percepção sobre a violência sexual. A literatura parece apoiar essa possibilidade. De maneira geral, as participantes mulheres tendem a demonstrar uma visão mais negativa do estupro (Feild, 1978), são mais compreensivas com a vítima (Nagel, Matsuo, McIntyre, & Morrison, 2005) e punitivas com os estupradores (Howells, Shaw, Greasley, Robertson, Gloster, & Metcalfe, 1984), aceitam menos o comportamento sexual agressivo (Dull & Giacopassi, 1987), aderem menos aos mitos de estupro (Anderson et al., 1997; Powers, Leili, Hagman, & Cohn, 2015; Suarez & Gadalla, 2010), são menos tolerantes do assédio sexual (Ford & Donis, 1996) e minimizam menos os danos associados à violência sexual (Flood & Pease, 2009) do que os homens. Peplau (2003) chega a afirmar que a agressão está mais intimamente relacionada à sexualidade para os homens do que para as mulheres.

8.1.2 Idade

Pesquisas examinando o efeito da idade em medidas de atitude sexual costumam indicar pessoas mais jovens como menos conservadoras. Le Gall et al. (2002) relataram que participantes mais jovens eram mais permissivos e instrumentalistas sexualmente que os mais velhos, enquanto sujeitos mais velhos de Waite et al. (2009) tenderam a ter atitudes mais conservadoras e a afirmar que o sexo não é nada importante e os de Syme e Cohn (2016)

apresentaram níveis de estigmas sexuais um pouco mais altos que as categorias de idade mais novas.

Artigos sobre violência sexual também se debruçaram sobre essa variável, porém sem consistência de resultados. Por exemplo, Burt (1980) já havia apontado pessoas mais jovens como tendo menos aceitação de mitos de estupro e menos atitudes estereotipadas, adversárias e pró-violência. Isso foi confirmado por Anderson et al. (1997) ao descreverem que, conforme aumenta a idade das pessoas, maior sua aceitação de mitos de estupro, e pelos sujeitos mais velhos de Nagel et al. (2005) cujas atitudes eram menos compreensivas em relação às vítimas de estupro. No Brasil, em uma pesquisa realizada 2013 pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), foi encontrado que a idade mais jovem aumenta a probabilidade de adesão a valores mais igualitários, de respeito à diversidade, e de uma postura mais intolerante em relação à violência contra as mulheres. Por outro lado, na pesquisa conduzida por Sierra, Santos-Iglesias, Gutiérrez-Quintanilla, Bermúdez e Buéla-Casal (2010) em El Salvador, os participantes universitários mais jovens demonstraram mais atitudes de apoio ao estupro. Já na meta-análise de Suarez e Gadalla (2010), o efeito da idade não foi estatisticamente significativo na previsão da aceitação de mitos de estupro.

Tanto a revisão de Lonsway e Fitzgerald (1994) como a meta-análise de Anderson et al. (1997) destacaram a inconsistência do efeito da idade nas pesquisas de violência sexual. Esses e outros autores (Nagel et al., 2005; Waite et al., 2009) ressaltaram a possibilidade de os efeitos de idade descritos na literatura serem, de fato, efeitos de coorte, no qual indivíduos criados em diferentes épocas teriam sido afetados por diferentes modos culturais.

Mesmo com inconsistência de resultados na literatura, era de se esperar que em nosso estudo a escala dos sujeitos abaixo de 28 anos se assemelhasse à dos homens, visto que ambos subgrupos são descritos nos artigos como mais liberais sexualmente, e a escala dos participantes acima de 28 anos se aproximasse à das mulheres, subgrupos esses mais conservadores sexualmente. Entretanto, as escalas dos subgrupos exibem um padrão oposto: sujeitos acima de 28 anos apresentaram menor amplitude da escala de 1,301 desvio padrão e menor discriminação das palavras, já que seus valores não se diferenciaram em mais de 0,5 desvio padrão, similar à dos homens, e não à das mulheres; por outro lado, sujeitos abaixo de 28 anos tiveram quase um desvio padrão a mais na amplitude da escala e a proximidade dos termos se restringiu a esfregar e agarrar, virtualmente iguais. Assim, a diferença entre as escalas de participantes de distintas faixas etárias não foi tão homogênea para todas as palavras, tal como na análise entre gêneros, havendo diminuição de cerca de um desvio padrão para gemer, esfregar e agarrar, e o restante dos termos com valores parecidos.

Conforme já mencionado, a composição do subgrupo com mais de 28 anos sofreu influência de idade dos homens recrutados do CIEJA, bem mais velhos que a média do restante do grupo controle. Tendo em vista que os participantes da EJA não tinham completado o ensino médio, é provável que a baixa escolaridade possa ter afetado a configuração achatada da escala do subgrupo acima de 28 anos, não isolando efetivamente o efeito de idade.

De fato, estudar isoladamente uma variável nem sempre é fácil. No caso da idade, podem interferir os efeitos de coorte, a educação, a religiosidade (Lonsway & Fitzgerald, 1994). Considerando idade e gênero em nossa pesquisa, a correlação entre as escalas das mulheres de diferentes idades foi quase significativa e houve poucas mudanças nessas escalas conforme as diferentes faixas etárias, com exceção do achatamento da escala das sobreviventes acima de 30 anos. Já para os homens, apesar da correlação entre as escalas de diferentes idades por pouco não alcançar significância, com o aumento da idade as escalas diminuem de amplitude e se achatam em direção à parte inferior, efeito esse realçado pelo fato dos reeducandos terem idade média de 44,2 anos, bem superior a 28 anos do grupo controle. As correlações significativas das escalas da mesma faixa etária, independente do gênero, devem ser vistas com ressalva, já que o efeito da idade foi possivelmente afetado pela escolaridade do subgrupo EJA.

As diferenças descritas das escalas dos gêneros conforme a idade, a despeito da falta de correlação, estão de acordo com o efeito de interação entre gênero e idade encontrado por Sierra et al. (2010), no qual as mulheres demonstraram menos atitudes de apoio ao estupro, o que permaneceu estável ao longo das faixas etárias, mas essas atitudes diminuíram nos homens conforme sua idade crescia.

8.1.3 Escolaridade

Como todas as mulheres formaram um grupo homogêneo no que tange a escolaridade, as análises realizadas ficaram restritas aos homens. Como já mencionado, os participantes da EJA achataram a escala dos homens acima de 28 anos, o que os dados sugerem ser um efeito de escolaridade. Os homens sem ensino médio completo, tanto do grupo controle quanto dos reeducandos, apresentaram escalas achatadas, não chegando a um desvio padrão de amplitude, em comparação aos homens com ensino médio completo, que se aproximaram e passaram dos dois desvios padrão, ou seja, uma amplitude de intensidade das representações internas de atitudes sexuais 3,2 vezes maior para homens com maior escolaridade. Entretanto, as escalas dos sujeitos com a mesma escolaridade, mas de grupos distintos, não se

correlacionaram. Portanto, tanto a escolaridade quanto a condenação por crimes sexuais produziram escalas com diferentes amplitudes, alteração de ordem e distância entre os pares de termos de diversas magnitudes.

Apesar da dificuldade de explicar os motivos da escolaridade influenciar os julgamentos dos participantes, a educação universitária parece estar relacionada com atitudes e comportamentos sexuais mais liberais, principalmente para as mulheres (Peplau, 2003), e maior frequência de pensamentos sexuais (Fischtein et al., 2007). Para Burt (1980), mais educação levou a uma visão mais liberal sobre papéis de gênero e menor aceitação de mitos de estupro. Resultados semelhantes foram publicados. Por exemplo, homens no ensino médio perceberam significativamente menos agressão sexual retratada em cenários do que homens universitários (Hutchinson, Tess, Gleckman, Hagans, & Reese, 1994). Indivíduos com mais escolaridade manifestaram percepções mais favoráveis à vítima de estupro do que as com menor escolaridade (Nagel et al., 2005). Page (2008) aplicou medidas de atitude em relação às mulheres e ao estupro em policiais dos Estados Unidos e se deparou com menores níveis de aceitação de mitos de estupro e atitudes mais igualitárias em relação às mulheres em policiais com maior escolaridade. Na pesquisa do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) (Cerqueira & Coelho, 2014), valores mais igualitários e de intolerância à violência contra as mulheres são comuns em indivíduos com escolaridade mais alta. Até mesmo em meta-análises, a aceitação de mitos de estupro aumentou conforme se diminuiu o nível socioeconômico (Anderson et al., 1997; Suarez & Gadalla, 2010). Entretanto, Powers et al. (2015), ao recrutar sujeitos através de anúncios na comunidade e em universidades, não encontrou diferenças significativas na aceitação de mitos de estupro baseadas em experiência universitária de seus respondentes.

8.1.4 Síntese das variáveis demográficas

De acordo com a literatura, homens, mais jovens e com mais escolaridade são mais liberais sexualmente, mas mulheres, mais jovens (com exceções) e com mais escolaridade aceitam menos mitos de estupro e teriam atitudes menos estereotipadas sobre a violência sexual. Portanto, jovens e com mais escolaridade são mais liberais e aceitam menos mitos, mas esse padrão não é mantido no quesito gênero. Talvez pela violência sexual atravessar questões de gênero, o fato de os homens serem mais liberais sexualmente não signifique que eles tenham uma visão negativa sobre a violência sexual.

Transferindo esse padrão para os dados obtidos, as escalas com maior amplitude foram as das mulheres, mais jovens e com mais escolaridade, o que se assimilaria mais com o

padrão visto em pessoas com visão negativa da violência sexual. Talvez a escala dos homens não tenha tido tanta amplitude quanto a das mulheres exatamente devido às questões de gênero engendradas em temáticas sobre violência sexual ou a escala das mulheres teve mais amplitude devido à plasticidade erótica (Baumeister, 2000) já discutida. Sobre este último ponto, o fato de as mulheres dizerem em questionários que são mais conservadoras sexualmente que os homens não necessariamente significa que elas não se engajam ou não se engajariam em comportamentos sexuais liberais. Como Baumeister (2000) alega, mulheres exibem menos consistência entre atitudes sexuais e comportamento em uma variedade de medidas, incluindo atitudes sobre virgindade, aprovação de atividade sexual extraconjugal, uso de preservativo, ter relações sexuais sem querer e interesse em sexo homossexual.

Podemos chegar a uma hipótese de que a amplitude da escala pode revelar traços de uma boa discriminação das palavras. Conforme destacado no Método, as oito palavras foram selecionadas em um estudo piloto buscando variadas intensidades de conteúdo sexual; portanto, era de se esperar que algum nível de discriminação das palavras ocorresse. As escalas dos subgrupos revelam, no entanto, que aqueles sem ensino médio completo e aqueles acima de 28 anos, principalmente homens, demonstraram uma sobreposição dos descritores, indicando baixa discriminação, de maneira a se aproximar da configuração da escala dos reeducandos. Isso pode ser um sinal de que homens de baixa escolaridade e mais velhos, assim como os reeducandos, não têm clareza sobre o conteúdo sexual das palavras utilizadas. As implicações são duas: 1) o perfil dos reeducandos se encaixa na baixa escolaridade e idade superior; a escala foi sensível aos homens de baixa escolaridade e mais idade, independente de seu envolvimento com crimes sexuais. 2) o mesmo raciocínio, mas inverso, permite supor que homens de baixa escolaridade e mais velhos compõem um perfil demográfico potencialmente agressor sexual.

8.2 SOBREVIVENTES

Nessa seção são abordados os efeitos da violência sexual nas vítimas e como eles podem auxiliar na interpretação da escala das sobreviventes, além de serem analisadas as variáveis das sobreviventes, buscando elucidar possíveis diferenças nessas subescalas.

8.2.1 Efeitos da violência sexual

Nessa seção apresentaremos os diversos efeitos da violência sexual na saúde e bem estar das vítimas. A literatura elenca potenciais problemas psicológicos, sociais, relacionais,

sexuais e atitudinais. Sintomas de transtorno de estresse pós-traumático (TEPT), como ansiedade, depressão, medos generalizados ou específicos são comumente citados como decorrentes do estupro (Hanson, 1990; Koss, 1993; Mason & Lodrick, 2013; Resick, 1993; Santiago, McCall-Perez, Gorcey, & Beigel, 1985). Dores de cabeça, problemas estomacais, tontura e tensão muscular (Hanson, 1990; Mason & Lodrick, 2013) são relatados pela vítimas, levando-as a receber mais atenção médica do que mulheres não agredidas (Koss, 1993; Mason & Lodrick, 2013). As vítimas também costumam apresentar ideação e tentativa suicida, sentimentos de vergonha e humilhação, dificuldades de adaptação social, evitando contato social e não confiando em pessoas próximas (Mason & Lodrick, 2013). Resick (1993) afirma que o estupro é um evento que causa perturbação considerável no funcionamento psicológico da vítima por muito tempo, que pode diminuir nos primeiros meses após o crime, mas que pode continuar pelo resto de sua vida.

Mudanças em comportamento sexual, como problemas sexuais, são descritos pela literatura. Becker e colaboradores (Becker, Skinner, Abel, & Treacy, 1982; Becker, Skinner, Abel, Axelrod, & Cichon, 1984; Becker, Skinner, Abel, & Cichon, 1986) possuem uma sequência de artigos sobre o assunto. De 56% a 59% de suas amostras apresentaram disfunções sexuais, e cerca de 70% das vítimas com disfunções afirmaram que seus problemas sexuais foram consequência direta da violência sexual. Problemas sexuais múltiplos são comuns, relatados por mais de 60% das vítimas com disfunção e, diferentemente da depressão e do medo, eles são aparentemente menos suscetíveis à remissão espontânea. Vítimas com disfunções sexuais tendem a ter problemas que não só diminuem o prazer sexual, como, mais importante, podem impedir uma mulher de ser sexual, ou pelo menos restringem significativamente seu comportamento sexual. Problemas de inibição de resposta, principalmente medo de sexo e disfunção de excitação sexual, foram três vezes mais frequentes que problemas de orgasmo e sete vezes mais frequentes que problemas de intromissão (como dispareunia e vaginismo), sugerindo que a resposta fisiológica da vítima foi menos afetada pela violência sexual do que a percepção de estímulos sexuais como ansiogênicos ou a denominação de seus sentimentos sexuais como reduzidos ou ausentes. Portanto, os autores defendem que os aspectos cognitivos da percepção de estímulos sexuais ou a denominação de estímulos sexuais como aversivos ou desestimuladores devem receber atenção em terapias com as vítimas.

Becker et al. (1982) consideraram as características responsáveis pelas vítimas de estupro desenvolverem disfunções sexuais. Segundo os autores, houve uma tendência em seus dados de as vítimas que não desenvolveram problemas sexuais terem sido agredidas com

coerção verbal mínima e com mais ou excessiva coerção física por parte do estuprador, sugerindo que, quando o ataque é claramente físico com poucas ameaças verbais, há menos oportunidade para a vítima se sentir culpada por não verbalizar algo na tentativa de evitar a agressão. Posteriormente, Becker et al. (1984) descobriram indícios de que vítimas sexualmente disfuncionais eram significativamente mais prováveis de se sentir pelo menos parcialmente responsáveis pela sua agressão do que as vítimas funcionais.

Isso nos leva ao campo das atitudes. Apesar de se esperar intuitivamente que a aceitação de mitos de estupro por parte da mulher possa ser influenciado por sua própria experiência de vitimização, esse parece não ser o caso. Somente na meta-análise de Anderson et al. (1997) foi encontrada uma correlação média entre experiência de vítima de coerção sexual com atitudes de estupro, na qual mulheres que sofreram coerção sexual ou que conhecem mulheres nessa situação relataram atitudes somente um pouco menos aceitáveis em relação ao estupro. Para os autores, esse achado pode ser explicado por modelos nos quais atribuições de responsabilidade medeiam o grau de trauma que uma vítima sofre após o estupro. Diversos outros artigos (Carmody & Washington, 2001; Jenkins & Dambrot, 1987; Koss, 1985; Reilly, Lott, Caldwell, & DeLuca, 1992) não acharam efeitos da experiência de vitimização nas atitudes das mulheres. Em Koss (1985), as vítimas que reconheceram que foram estupradas relataram mais valores sexuais liberais, mais parceiros sexuais e menor idade de primeiro sexo do que as mulheres não agredidas. Além disso, as variáveis situacionais foram as únicas significativas. Carmody e Washington (2001) consideram que, apesar de diferentes experiências de vitimização, mulheres americanas tendem a compartilhar padrões de socialização similares, que podem encorajar mulheres a aceitar a culpa por sua própria vitimização.

Assim, parece que a experiência de vitimização não afeta tanto as atitudes das mulheres, o que faz sentido face a escala das sobreviventes em nosso estudo (ver Figura 1B), quase sem sobreposição de palavras, indicando boa discriminação acima de 0,1 desvio padrão entre os termos, com exceção de nudez e toque que tiveram valores próximos, de 0,02 desvio padrão, o que representa uma variação de apenas 1,5%. No entanto, pode ser que seja necessário mais conteúdo sexual para que as sobreviventes percebam os descritores como sexuais, já que elas apresentaram, em comparação com o grupo controle, valores em média 0,6 desvio padrão mais altos em todas as palavras, com exceção de gemer e beijo, e em comparação com os reeducandos, valores em média 1,1 desvio padrão mais altos em todas as palavras.

Se compararmos as escalas das sobreviventes com a das mulheres do grupo controle

na Figura 3A, verificamos que a tendência a uma maior amplitude da escala pode ser característica das mulheres. Assim, talvez mais do que alterar a capacidade de discriminação dos descritores, a violência sexual tenha efeitos mais incisivos na alteração de ordem das palavras, sobretudo quando os descritores *gemer* e *beijo* estão envolvidos.

8.2.2 Variáveis intragrupoais

Os efeitos da violência sexual podem ser diferenciais de acordo com sete variáveis sobre as sobreviventes coletadas no CRSM: idade, recência, abuso infantil, recorrência, gravidez, vínculo com perpetrador e denúncia.

Idade

Sobreviventes abaixo de 30 anos demonstraram uma amplitude da escala de intensidade das representações internas de atitudes sexuais cinco vezes maior que as sobreviventes com mais de 30 anos e melhor discriminação dos descritores, sempre acima de 0,1 desvio padrão. Essa maior amplitude pode ser efeito da precocidade da violência sexual, apesar de serem poucas as participantes que relataram casos de abuso infantil. Ressalta-se, ainda, que todas as mulheres eram maior de idade no momento da coleta.

Dados referentes a idade são inconsistentes, com maior alteração psicológica em vítimas muito jovens ou muito velhas no momento da violência sexual (Mason & Lodrick, 2013). Entretanto, Becker et al. (1984) encontraram que disfunção e angústia sexuais associaram-se à menor idade no momento da violência sexual. De fato, na revisão de Van Berlo e Ensink (2000), problemas sexuais parecem estar relacionados à baixa idade.

Recência

A escala das sobreviventes cuja violência sexual foi recente, no mesmo ano da coleta, não se correlacionou com a das sobreviventes agredidas antes de 2016. Além disso, a escala das sobreviventes agredidas antes de 2016 é um pouco menos discriminada, com mais distâncias entre os termos menores que 0,1 desvio padrão. Comparando as duas escalas, houve uma variação entre as representações internas de esfregar e agarrar de intensidade 3,2 vezes maior quando a violência foi recente, beijo praticamente ficou igual como a palavra com o segundo menor conteúdo sexual, e o restante dos termos variou cerca de 30%, sendo que cheiro e toque tiveram valores mais altos para as sobreviventes agredidas antes de 2016. É relevante se debruçar sobre essa diferença das escalas, em termos do curso dos sintomas da violência sexual ao longo do tempo.

Parece haver um consenso na literatura de que os primeiros dias ou semanas após a violência sexual são especialmente críticos para as vítimas, sendo comuns sintomas de TEPT (Koss, 1993), como ansiedade, depressão, medos generalizados ou específicos, dores de cabeça, problemas estomacais e tontura (Hanson, 1990), e diminuição da satisfação com várias experiências sexuais, como masturbação, e relacionadas ao sexo, como abraçar o parceiro (Feldman-Summers, Gordon, & Meagher, 1979). Depois dessa grave fase inicial, os efeitos negativos amenizam. O tempo decorrido até a melhora varia entre os autores, de dois meses a até um ano (Feldman-Summers et al., 1979; Koss, 1993; Resick, 1993; Mason & Lodrick, 2013; Ellis, 1981; Hanson, 1990). Entretanto, após um ano, muitas vítimas ainda exibem problemas decorrentes da violência sexual (Hanson, 1990; Resick, 1993; Van Berlo & Ensink, 2000), e porcentagens que variam de 25% (Koss, 1993) a 60% (Becker et al., 1984) das vítimas continuam a apresentar efeitos negativos muitos anos após o estupro (Ellis, 1981), às vezes mais de 40 anos depois (Becker et al., 1986; Santiago et al., 1985), o que indica a cronicidade do problema (Becker et al., 1984).

Abuso infantil

Pesquisas destacam diversos problemas causados pelo abuso sexual infantil, como começo precoce da puberdade, déficits cognitivos, depressão, sintomas dissociativos, TEPT persistente, desenvolvimento sexual disfuncional, atenuação do eixo hipotálamo-pituitária-adrenal, respostas a estresse assimétricas, partos precoces, abuso de álcool e substâncias e comportamentos sexuais de risco (Trickett, Noll & Putnam, 2011), além de ser maior a prevalência de automutilação, violência doméstica e revitimização física e sexual (Noll, Horowitz, Bonanno, Trickett & Putnam, 2003). Assim, não seria surpresa que em nosso estudo a escala das sobreviventes de abuso infantil tivesse peculiaridades. Isso é notado, por exemplo, no encurtamento de descritores (gemer, nudez, beijo), bem separados dos demais, aglomerados com menos de 0,1 desvio padrão de diferença entre si.

Entretanto, em comparação com mulheres vitimizadas em idade adulta, o cenário fica mais complexo. Tanto para Bartoi e Kinder (1998) quanto para Öberg et al. (2002), mulheres abusadas na infância não foram mais afetadas sexualmente, não havendo diferenças entre os dois grupos. Já para Becker et al. (1982), a maior diferença foi a maior incidência nas vítimas agredidas quando crianças de anorgasmia primária e secundária. Segundo os autores, a violência sexual em idade precoce inibiu seu desenvolvimento de capacidades de orgasmo. Mackey, Hacker, Weissfeld, Ambrose, Fisher e Zobel (1991) encontraram alguns problemas sexuais mais frequentes para as participantes com histórico de abuso sexual infantil do que

para vitimizadas em idade adulta, como medo antecipando intimidade sexual, disfunção de orgasmo e culpa. Alguns problemas sexuais mais frequentes em mulheres abusadas na infância podem se refletir em nosso estudo na diminuição de mais de 50% da intensidade das representações internas de gemer, beijo e nudez, e aumento de 0,5 desvio padrão para cheiro para as sobreviventes com histórico de abuso infantil.

Recorrência

Classen, Palesh e Aggarwal (2005) apontam na sua revisão que alguns estudos encontraram relações às vezes até mais fortes do que vítimas únicas entre revitimização e depressão, sintomas de TEPT, transtorno dissociativo, problemas sexuais, gravidezes indesejadas e abortos, apesar de esse quadro não ser apoiado por todos os estudos. Em Wyatt, Guthrie e Notgrass (1992), mulheres abusadas na infância e novamente em idade adulta apresentaram atividade sexual exacerbada, o que segundo os autores pode ser decorrência de não se saber selecionar parceiros e comunicar seus desejos e necessidades sexuais, ou até mesmo um mecanismo para lidar com experiência traumáticas anteriores, pois, ao repeti-las, essas mulheres teriam um controle sob suas consequências. Hanson (1990) ainda sintetizou que crianças e adultas abusadas por um longo período de tempo eram mais prováveis de apresentar problemas de adaptação do que outras vítimas. Embora haja um aparente agravamento das consequências da violência sexual em mulheres revitimizadas, houve forte correlação no nosso estudo entre as escalas das sobreviventes com e sem histórico de recorrência, inclusive com amplitudes parecidas. Comparando esses dois subgrupos, todos os termos, com exceção de toque e esfregar que foram julgados semelhantemente, tiveram uma variação de 24% a 34%, em geral com menor valor para as sobreviventes com histórico de recorrência.

Gravidez

Todas as sobreviventes que engravidaram optaram pela interrupção. Talvez pelo CRSM ser referência do serviço de aborto legal, a equipe lide com essa questão a ponto de não haver tanta diferença entre as escalas das sobreviventes com e sem gravidez decorrente do estupro. Não só as duas escalas tiveram forte correlação significativa, como em apenas três descritores a variação entre esses dois subgrupos ultrapassou os 25%, com o restante das palavras tendo valores mais próximos.

São poucas as pesquisas que investigaram os efeitos da gravidez decorrente de estupro. Analisando dados de sua pesquisa anterior, McFarlane (2007) encontrou que

mulheres que engravidaram apresentam escores de TEPT significativamente mais altos, mais doenças sexualmente transmissíveis e sangramento da vagina, do reto e na urina do que vítimas que não engravidaram. Em complementação, os resultados de Machado, Fernandes, Osis e Makuch (2015) mostraram que a experiência de mulheres que engravidaram em decorrência da violência sexual e que seguiram com a interrupção legal da gravidez é complexa e ambivalente, com sensação de alívio e dor, produzindo marcas persistentes em suas vidas.

Vínculo com perpetrador

Apesar de correlacionadas, as escalas das sobreviventes que conheciam e desconheciam seus agressores apresentaram grandes variações nos valores de cada termo, de 19,74% a 78,87%, ou seja, quando o perpetrador era conhecido da vítima, as sobreviventes chegaram a ter representações internas de alguns termos 4,5 vezes maiores. Outras particularidades de quando não havia um vínculo prévio entre perpetrador e vítima são a menor amplitude de um desvio padrão e discriminação não passando de 0,2 desvio padrão.

Hanson (1990) já havia apontado em sua revisão que as consequências traumáticas da violência sexual podiam ser as mesmas ou piores para vítimas agredidas por desconhecidos ou conhecidos. Santiago et al. (1985), Koss, Dinero, Seibel e Cox (1988) e Koss (1993) não encontraram diferenças significativas em sintomas psicológicos, como depressão, ansiedade e satisfação sexual, nas vítimas agredidas por diversos graus de vínculo com o perpetrador. Ullman, Filipas, Townsend e Starzynski (2006) também não encontraram diferença pelo vínculo com perpetrador em autorresponsabilização, sintomas depressivos nem em reações sociais positivas, mas sintomas de TEPT e reações sociais negativas foram mais frequentes nas vítimas agredidas por desconhecidos ou parentes do que por conhecidos ou parceiros românticos. Becker et al. (1984) é um outro exemplo de problemas sexuais acentuados em mulheres agredidas por parentes sem ser o marido ou o parceiro sexual, em comparação com vítimas de desconhecidos.

Denúncia

Apesar da forte correlação entre as escalas das sobreviventes que registraram BO e as que não registraram, as primeiras apresentaram amplitude 0,5 desvio padrão menor e pior discriminação, principalmente para nudez, esfregar e agarrar, e cheiro e gemer, palavras para as quais a diferença entre si foi menor que 7%.

Pesquisas que buscaram averiguar se o fato de a vítima denunciar ou não o crime à

polícia tem impactos psicológicos negativos falharam em encontrar relações significativas no que tange sintomas psicossomáticos, reclusão e diminuição da frequência sexual e da satisfação (Norris & Feldman-Summers, 1981), atitudes e crenças sobre o estupro (Feldman-Summers & Norris, 1984), problemas sexuais relacionados à violência sexual (Becker et al., 1984), ansiedade, depressão e medo (Santiago et al., 1985).

Aparentemente, o desejo de processar reflete uma maior externalização da culpa pelo ocorrido (Resick, 1993), e o avanço no processo de acusação parece prolongar a recuperação (Koss, 1993). Infelizmente, esse ponto não foi examinado em nosso estudo, sendo útil no máximo a análise das escalas das sobreviventes cujo perpetrador estava em liberdade/foragido e de quem a situação era desconhecida. A correlação entre essas escalas é marcada, no entanto, por uma diferença de amplitude de 0,78 desvio padrão e de maior discriminação, superior a 0,2 desvio padrão na maioria dos termos, quando a situação do perpetrador era de liberdade/foragido.

8.3 REEDUCANDOS

À semelhança das sobreviventes, aqui são descritas as características dos agressores sexuais e como elas podem auxiliar a interpretação da escala das reeducandos, sendo também analisadas as variáveis dos reeducandos, buscando elucidar possíveis diferenças nessas subescalas.

8.3.1 Características dos agressores sexuais

Conforme exposto na introdução, diversas são as teorias explicativas da etiologia da violência sexual, cada uma se debruçando e priorizando alguns fatores em detrimento de outros. Estudos empíricos descobriram que vários desses fatores caracterizam os agressores sexuais, entre eles a excitação sexual desviante, a inabilidade social, as falhas no processamento de informação social, as atitudes de apoio à violência, hostilidade e dominância sobre as mulheres e as atitudes de apoio ao estupro.

Vamos iniciar com características que se aproximam das explicações evolucionistas da violência sexual. Diversos estudos apontam para uma excitação sexual em agressores sexuais a representações de estupro (Bouffard, 2002; Ryan, 2004), alguns até relatando maior excitação a representações de estupro do que a sexo consensual (Lalumière & Quinsey, 1994), e níveis de excitação maiores do que grupos controle (Clegg & Fremouw, 2009; Malamuth, 1981). Agressores sexuais também tendem a utilizar mais material pornográfico (Marshall,

1988), a ter mais interesse em sexo e mais atividade sexual (Ryan, 2004), a contemplar fantasias desviantes durante e não durante a masturbação (Marshall, 1988; Ryan, 2004), a ter baixo nível de funcionamento sexual (Pawlak, Boulet, & Bradford, 1991) e a recordar livremente mais palavras associadas ao sexo (Leibold & McConnell, 2004) em comparação a diferentes populações.

De acordo com Ryan (2004), essas características indicam uma excessiva preocupação sexual, um dos componentes que, de acordo com a autora, produziriam o estuprador. Já Clegg e Fremouw (2009) concluem que há mais evidências para explicações do estupro de cunho parafilico do que antissocial. De fato, as parafilias receberam atenção de alguns autores na explicação da violência sexual, como o transtorno do cortejo em Freund (1990). Pesquisas demonstraram que agressores sexuais são mais prováveis de relatar comportamentos parafilicos (Baur, Forsman, Santtila, Johansson, Sandnabba, & Långström, 2016; Freund & Seto, 1998), levando até a uma proposta, não aceita, de uma categoria a ser adicionada ao DSM-5, sob a denominação de parafilia coercitiva (Knight, 2010).

Alguns fatores cognitivos atribuídos aos agressores sexuais são déficits de habilidade social, como mais ansiedade e menos assertividade em interações heterossexuais (Overholser & Beck, 1986; Segal & Marshall, 1985; Stermac & Quinsey, 1986), e de decodificação de informação social, sobretudo negativa, recebida de mulheres (Lipton et al., 1987).

Características como raiva e hostilidade foram importantes na explicação da coerção sexual masculina no estudo de Sierra, Gutiérrez-Quintanilla, Bermúdez e Buéla-Casal (2009), assim como as atitudes violentas e de apoio e justificativa de comportamentos agressivos em Moyano, Monge e Sierra (2017) e as medidas de aceitação de violência interpessoal em Marolla e Scully (1986) e Koralewski e Conger (1992). Tal cenário condiz com os estudos antropológicos segundo os quais sociedades agressivas, nas quais homens são encorajados a serem agressivos e viris, a frequência do estupro é maior (Grubin, 1992; Sanday, 1981). Amparando esses argumentos estão os indícios de que homens mais agressivos sexualmente são mais prováveis de ver como normal a mistura de agressão e sexualidade (Koss, Leonard, Beezley, & Oros, 1985) e de que agressores sexuais relatam maior atração à agressão sexual e criminalidade do que não perpetradores, apoiando o modelo generalista de comportamento criminal, na qual desvio antissocial é um importante fator a se considerar quando se prevê comportamento sexual agressivo (Voller, Oong, & Aosved, 2009).

A presença da violência penetra ideias de que ela é máscula e de que o perigo é excitante, ideia que, juntamente com atitudes sexualmente insensíveis em relação a mulheres, compõem o conceito de hipermasculinidade, característica relevante associada à agressão

sexual (Murnen, Wright, & Kaluzny, 2002; O'Donohue, McKay, & Schewe, 1996). E aqui começam diversos aspectos típicos dos agressores sexuais que se direcionam a uma visão ideológica masculina, marcada pela dominância e conservadorismo sobre as mulheres, realçando mais uma vez os dados antropológicos, principalmente de cunho feminista, de que o estupro é mais comum em sociedades com dominação masculina, nas quais as mulheres tem pouco poder e pequena participação na tomada de decisão (Grubin, 1992; Sanday, 1981).

Diversos estudos corroboram a sugestão de Watson-Franke (2002) de que a ocorrência do estupro é decorrente de práticas de socialização e de padrões específicos de dinâmica de gênero. Pesquisas indicam uma associação do comportamento sexual agressivo com crença em estereótipos de papel de gênero (Check & Malamuth, 1983; Koss et al., 1985; Overholser & Beck, 1986), com atitudes mais conservadoras em relação às mulheres, especialmente em áreas relacionadas ao comportamento sexual (Scott & Tetrealt, 1987), com aceitação de agressão contra mulheres (Murnen et al., 2002; Rapaport & Burkhart, 1984; Sierra et al., 2009), com atitudes hostis em relação a mulheres (Leibold & McConnell, 2004; Murnen et al., 2002), com a visão de que relacionamentos heterossexuais como conflituosos (Koss et al., 1985; Reilly, Lott, Caldweel & DeLuca, 1992), com a aceitação da dominância masculina sobre as mulheres (Muehlenhard & Falcon, 1990; Murnen et al., 2002).

Entretanto, diversos pesquisadores (Harmon et al., 1995; Marolla & Scully, 1986; Murnen et al., 2002; Rapaport & Burkhart, 1984; Segal & Stermac, 1984; Stermac & Quinsey, 1986) não encontraram uma associação significativa nem diferença nas atitudes conservadoras em relação às mulheres entre agressores sexuais e grupos controle, o que confirmaria a posição feminista de que não há diferenças essenciais entre estupradores e homens “normais” (Harmon et al., 1995).

Ward et al. (1997) sugerem em sua revisão que o senso de direito dos agressores sexuais reflete sua natureza egoísta, de indivíduos que acreditam que seus impulsos sexuais devem ser satisfeitos, o que se está intimamente relacionado ao poder. A associação entre poder e sexo parece estar presente implicitamente nessa população, de tal forma que ter poder sobre uma mulher pode ser um pré-requisito para ser sexualmente atraído por ela (Bargh, Raymond, Pryor, & Strack, 1995), o que não significa que esses homens explicitamente concordem que sexo consensual inerentemente envolve poder, nem que eles coloquem essa associação em prática (Chapleau & Oswald, 2010).

As atitudes em relação ao estupro dos agressores sexuais são marcadas por serem menos negativas, implícita e explicitamente (Nunes, Hermann, & Ratcliffe, 2013) e pela aceitação dos mitos de estupro (Koss et al., 1985; Malamuth, 1981; Marolla & Scully, 1986;

Ryan, 2004), percepção de menos consequências negativas do estupro (O'Donohue et al., 1996), além de agressores sexuais serem mais tolerantes do assédio sexual e afirmar que abusariam sexualmente se certos de que não seriam punidos (Reilly et al., 1992).

Os resultados obtidos dos reeducandos parecem se adequar aos achados da literatura. O maior interesse sexual de agressores sexuais fornece fundamento ao encurtamento da escala dos reeducandos, de mais de um desvio padrão em comparação aos grupos controle e sobreviventes. Pode-se compreender que os valores dos descritores próximos de zero, no máximo 0,714, e a diferença entre os termos menor que 0,1 desvio padrão, em geral, indicam que não houve tanta discriminação dos descritores e, sobretudo, foi necessário pouco conteúdo sexual para que as palavras fossem percebidas sexualmente. Como os descritores foram julgados como tendo variados conteúdos sexuais pelo grupo controle, mas foram percebidos proximamente pelos reeducandos, eles potencialmente perceberam conteúdo sexual onde não havia, como por exemplo, na palavra cócegas. Palavras um tanto ambíguas, sem ser explicitamente sexuais, foram processadas pelos reeducandos como se tivessem conteúdo sexual, apoiando o argumento de que eles têm um processamento acentuado para informação sexual.

Atitudes violentas e de apoio à violência parecem ser características relevantes dos agressores sexuais, mas nossa ferramenta não focou tanto nisso. A própria instrução da tarefa pediu para julgar conteúdo sexual e, embora alguns descritores, como agarrar e esfregar, possam remeter mais a uma interpretação agressiva, é possível que o aspecto da agressão tenha sido negligenciado. Isso deve ser investigado futuramente, talvez adicionando palavras mais agressivas ou de controle, podendo abordar mais a questão da dominância masculina, ou buscando por correlações com outras medidas de violência utilizadas na literatura.

8.3.2 Variáveis intragrupoais

As escalas dos subgrupos dos reeducandos apresentaram configurações diferentes, com várias alterações de ordem e de amplitude, inclusive com cócegas em posições diferenciadas. Isso sugere que há heterogeneidade entre os reeducandos, conforme as análises de correlação das Tabelas 6 e 8 também demonstraram e confirmadas pelas variáveis dos reeducandos coletadas na Penitenciária Sorocaba II, exploradas a seguir.

Variáveis demográficas

A escala dos reeducandos com 44 anos ou menos teve melhor discriminação dos termos e amplitude cerca de 24% maior do que os reeducandos com mais de 44 anos,

corroborando a discussão no item 8.1.4. Além disso, na pesquisa de Aromäki, Haebich e Lindman (2002), estupradores tinham idade mais avançada, mas mesmo assim seus níveis de hostilidade em relação às mulheres, aceitação de mitos de estupro e admissão da possibilidade de cometer estupro foram mais parecidos com os homens mais jovens do grupo controle.

Alguns artigos mencionam o estado civil como uma variável na previsão da violência sexual. Na meta-análise de Hanson e Bussière (1998), ser mais novo e solteiro se relacionou com a reincidência, apesar de ter pequeno efeito. Porém, Sierra et al. (2009) não encontraram diferença significativa entre homens com ou parceira. Assim, torna-se difícil interpretar as escalas dos subgrupos de estado civil em nosso estudo. Como a divisão do grupo foi baseada na existência ou não de alguma relação estável, constante nos formulários, é possível que a constituição dos subgrupos tenha mesclado muitos tipos de relações românticas. A despeito disso, não houve correlação entre as escalas desses subgrupos, ainda que ambas tenham pequena amplitude, menores que um desvio padrão. Os reeducandos com relação estável julgaram cócegas com mais conteúdo sexual que agarrar e cheiro, uma alteração na escala incomum. De fato, cócegas foi a única palavra que os reeducandos com relação estável julgaram como tendo mais conteúdo sexual que os reeducandos sem relação estável. Entretanto, a variação dos termos entre os subgrupos foi pequena, a maioria abaixo de 30%, exceto agarrar que variou mais de 60%.

Reincidência

Nosso método conseguiu separar reeducandos segundo a variável reincidência. Os reincidentes compuseram uma escala cerca de 44% maior em amplitude e com melhor discriminação que os não reincidentes, os quais, julgaram as palavras com conteúdo muito semelhante, não variando mais que 13%. Com exceção de cheiro, e considerando a pequena amplitude dessas escalas, esses dois subgrupos apresentaram julgamentos variados para os descritores, de 15% a 62%.

Quando separados por tipo de crime, ambas as escalas apresentaram aumento de amplitude, maior que 1,6 desvio padrão e, portanto, superior até mesmo à amplitude da escala dos homens do grupo controle. Reincidentes por crime sexual também divergiram dos reincidentes por crime não sexual, chegando a ter variação de dois desvios padrão em gemer e de um desvio padrão em agarrar. Reincidentes por crime não sexual foram os únicos para os quais o valor de cheiro foi menor que cócegas e cuja escala se correlacionou com a escala dos homens controle. Já a escala de reincidentes sexuais não se correlacionou com os não reincidentes, nem com os reincidentes não sexuais.

Hanson e colaboradores (Hanson & Bussière, 1998; Hanson & Harris, 2000; Hanson & Morton-Bourgon, 2005) investigaram a reincidência de agressores sexuais. Em síntese, reincidentes sexuais costumam ter maiores índices de interesse sexual desviante do que não reincidentes e reincidentes não sexuais, apresentando maior diversidade etária e de gênero em suas vítimas, mais vítimas desconhecidas, extrafamiliares e homens, mais ofensas sexuais na adolescência, mais parafilias, uso de prostitutas, masturbação excessiva e, ainda que com exceções, maior probabilidade de critérios diagnósticos de transtorno de personalidade antissocial e psicopatia, menor quociente de inteligência, déficits de intimidade e conflitos em relacionamentos íntimos.

Hanson e Harris (2000) relataram que reincidentes demonstraram atitudes de pouco remorso ou preocupação com suas vítimas, acreditaram que crimes sexuais podem ser justificados e se sentiram no direito de expressar seu forte desejo sexual. Na meta-análise de Helmus, Hanson, Babchishin e Mann (2013), atitudes de apoio a ofensas sexuais tiveram um pequeno efeito preditivo de reincidência sexual, sendo que reincidentes por abuso infantil relacionaram-se com atitudes de estupro e de abuso infantil, mas os reincidentes por estupro não se relacionaram com atitudes de abuso infantil.

Efeitos da nova Lei 12.015

As escalas envolvendo variáveis antes e depois da Lei 12.015, de 2009 sugerem que os efeitos da nova lei foram distintos em dois pontos: na data do crime, pode-se entender que a lei no máximo levou a um aumento acima de 13% da magnitude de todos os termos depois de 2009, mas houve pequenas alterações entre as escalas com data do crime antes ou depois de 2009, com correlação significativa entre elas; na data da prisão, as escalas com data da prisão antes ou depois de 2009 não se correlacionaram e, apesar da pequena amplitude de ambas as escalas, nota-se um aumento da amplitude em 33% e um distanciamento de cócegas e cheiro em relação às demais palavras, na ordem de 55% mais acima da escala dos reeducandos presos antes de 2009. A lei pode ter incentivado as vítimas a denunciar os crimes e a justiça a seguir com a acusação e, conseqüentemente com a sentença. Nota-se um efeito inverso quando se analisa a data da prisão em comparação com a data do crime: reeducandos que cometeram o crime depois de 2009 apresentaram um pequeno alongamento da escala, de 0,17 desvio padrão, mas os que foram presos depois de 2009 apresentaram um encurtamento da escala, com uma amplitude 0,43 desvio padrão menor.

Alguns pesquisadores se propuseram a verificar se reformas de leis de estupro tiveram algum impacto prático no sistema criminal, como o aumento do número de condenações.

Spohn e Horney (1992) analisaram o efeito das reformas nos Estados Unidos, e encontraram efeitos significantes apenas no aumento de denúncias e de acusações, mas não na condenação nem na sentença. Já Bachman e Paternoster (1993) concluíram que as reformas aumentaram um pouco as chances das vítimas denunciarem seus estupros e dos estupradores serem presos, principalmente aqueles que atacaram pessoas conhecidas, comparativamente a vítimas desconhecidas.

Efeitos do encarceramento

É comum a ideia de que o encarceramento tem efeitos colaterais que divergem de seu propósito punitivo ou reeducador. A rotina, a restrição e o clima de educação criminal presentes na vida carcerária podem aumentar as chances de reincidência ao fim da sentença, sobretudo as mais longas, devido à dificuldade de transição para a vida em sociedade e/ou ao aprimoramento de técnicas (Vieraitis, Kovandzic, & Marvell, 2007).

Bukstel e Kilmann (1980) sugeriram que os efeitos do encarceramento variam de acordo com a fase da sentença e a aproximação da liberdade. No começo da sentença, há deterioração do funcionamento pessoal e social, aumento de ansiedade, depressão e orientação delinquente. Entretanto, conforme o detento se ajusta à vida na prisão, comportamentos mais típicos de seu funcionamento usual emergem, até o ponto do fim da sentença, quando há um aumento de estresse e ansiedade. Assim, a interação de diversos fatores, incluindo diferenças individuais, orientação institucional, superlotação, fase da sentença e afiliação com demais detentos, influencia a resposta de cada um à reclusão. Já MacKenzie e Goodstein (1985) levantaram a possibilidade do tamanho da sentença ser outro fator a impactar a vida na prisão: quanto mais longa a sentença, o período inicial na prisão é mais estressante do que os posteriores.

Considerando os aspectos descritos sobre os efeitos do encarceramento, a diminuição, conforme a pena é cumprida, de até 50% do conteúdo sexual percebido em todos os termos, com exceção de beijo, e a ausência de correlação entre as escalas dos reeducandos que cumpriram pouco ou muito de suas penas devem ser interpretadas com ressalvas. Primeiramente, destaca-se que essa amostra de reeducandos está na fase inicial de sua sentença, já que nem um quarto dela foi cumprida, em média. Em segundo lugar, trata-se de uma amostra de sentenças longas, de 19 anos em média e mínimo de quatro anos. Portanto, qualquer comparação entre esses reeducandos com pouca ou muita pena cumprida está comparando subgrupos que, segundo a literatura, estão passando pela mesma fase do processo reeducador. Além disso, as escalas desses subgrupos, embora não se correlacionem, não

apresentam distorções como agrupamentos ou encurtamento exacerbados, estando as diferenças mais referentes a alterações de ordem das palavras.

Tipologia

Conforme abordado nas Tabelas 6 e 8, agressores sexuais formam um grupo heterogêneo, sendo que diversos autores propuseram classificações. As variáveis estupro de vulnerável, vínculo com a vítima, quantidade de vítimas, recorrência e homicídio são melhor analisadas sob o enfoque tipológico da violência sexual.

a) Estupradores e abusadores infantis

Uma distinção central nas pesquisas é entre estupradores, normalmente referindo-se a agressores sexuais cujas vítimas são adultos, e abusadores infantis, esses últimos aqui representados pelos reeducandos que cometeram estupro de vulnerável. Essa variável foi a que mais se destacou em termos de diferenças entre as escalas, com a maior amplitude encontrada entre os subgrupos dos reeducandos na escala dos que não cometeram estupro de vulnerável. A diferença de amplitude entre esses subgrupos, na ordem de 2,73 desvios padrão, refletiu em grandes variações de distância de cada termo. Exceto agarrar e esfregar, as demais palavras tiveram representações internas de 7,5 a 250 vezes maiores para os reeducandos que não cometeram estupro de vulnerável, ou seja, no caso só estupraram adultos.

Em uma revisão das tipologias de agressores sexuais, Robertiello e Terry (2007) afirmaram que, apesar dos estupradores não serem um grupo homogêneo, eles compartilham características como visão negativa de mulheres, aceitação de mitos de estupro e de violência, identificação exacerbada com o papel masculino, sensação de inutilidade, baixa autoestima, problemas de abuso de substâncias, incapacidade de dominar sua agressão, sinais de estados de humor disfórico. Já os abusadores infantis, também uma população heterogênea, costumam ter habilidades sociais pobres, sentimentos de inadequação, inutilidade, vulnerabilidade, humilhação e solidão, dificuldades ou experiências frustrantes em relacionamentos normais com adultos e baixa autoestima, percebendo-se fisicamente pouco atraentes. Resultados de Overholser e Beck (1986) apontaram para maiores déficits de habilidades heterossexuais em abusadores infantis e estupradores, e maior conservadorismo em estereótipos de papéis de gênero para os abusadores infantis do que os controles não encarcerados. Entretanto, abusadores infantis e estupradores não se distinguiram em diversas medidas aplicadas, como hostilidade e impulsividade.

b) Vínculo com a vítima

O vínculo entre vítima e perpetrador é outro recorte para se classificar violências sexuais, podendo haver desconhecimento total entre eles até o primeiro grau de parentesco. A distinção entre agressores intrafamiliares e extrafamiliares é comumente atrelada a casos de abuso infantil, enquanto entre agressores conhecidos e desconhecidos, ao estupro. Levando essas distinções em consideração, aqui o uso da variável vínculo com a vítima se baseou no parentesco, mas não necessariamente se refere a abuso infantil, apesar de a maioria dos reeducandos ter agredido menores de 14 anos.

Estupradores que atacam desconhecidas costumam ter mais interesses sexuais desviantes (Hanson & Bussière, 1998), maior incidência de problemas de ereção e ejaculação no momento do crime (Bownes, O’Gorman, & Sayers, 1991), comportamentos que indicam hostilidade e violência, com mais coerção física, força e agressão verbal (Woods & Porter, 2008), além de serem mais denunciados e condenados e receberem maior cobertura midiática (Lievore, 2005).

Pesquisas indicam que abusadores infantis extrafamiliares têm maiores respostas penianas quando assistem filmes de crianças, sem discriminação de acordo com diferentes idades (Frenzel & Lang, 1989), têm vidas sexuais menos ativas, menos experiência e satisfação e mais fantasias (Pawlak, Boulet, & Bradford, 1991), maior tendência a comportamento antissocial, como a reincidência criminal (Greenberg, Bradford, Firestone, & Curry, 2000), mais interesses sexuais atípicos, mais déficits interpessoais, mais hostilidade em relação às mulheres, menos empatia com a vítima, apoiam mais atitudes e crenças de ofensa, negam e minimizam mais seus ofensas sexuais (Seto, Babchishin, Pullman, & McPhail, 2015). Por outro lado, Barsetti, Earls, Lalumière e Bélanger (1998) não encontraram diferenças nos interesses sexuais entre abusadores intra e extrafamiliares, sendo que ambos se diferenciaram do grupo controle.

Resultados díspares na literatura sobre diferenças entre abusadores infantis intra e extrafamiliares, e a mistura entre reeducandos que cometeram e não cometeram estupro de vulnerável tornam difícil analisar a correlação significativa entre as escalas dos reeducandos intra e extrafamiliares à vítima. Apesar da existência da correlação, nota-se que os reeducandos intrafamiliares demonstraram um acentuado achatamento da escala, com amplitude de apenas 0,29 desvio padrão, e distâncias entre termos variando menos de 3%, indicando péssima discriminação das palavras.

c) Quantidade de vítimas e recorrência

Embora as variáveis quantidade de vítimas e recorrência possam ser relacionadas à variável reincidência, já discutida, elas são aqui destacadas, já que tipologias também podem identificar uma categoria especial para os agressores sexuais que atacaram mais de uma vítima, denominados estupradores seriais. Em nosso estudo, as escalas dos subgrupos de vítima única ou mais de uma, e as escalas dos subgrupos de abuso único ou recorrente não se correlacionaram, com diversas variações de valores das palavras entre subgrupos, de 4% a 63% e de 12% a 74%, respectivamente. Algumas características descritas na literatura subjazem a ausência de correlação, embora o quesito recorrência seja escasso bibliograficamente.

Park, Schlesinger, Pinizzotto e Davis (2008) identificaram nos estupradores seriais níveis menores de comportamentos violentos e de envolvimento interpessoal com suas vítimas, em comparação com os estupradores de vítima única. Por outro lado, na pesquisa de Lisak e Miller (2002), a maioria dos universitários que admitiram ter estuprado cometeu mais de um estupro, com média de 5,8 estupros para cada indivíduo, além de outros atos de violência interpessoal, como agressão física, abuso físico e/ou sexual de crianças. O nível de violência dos estupradores com mais de um incidente foi quase dez vezes maior que os não estupradores e quase 3,5 vezes maior que os estupradores de incidente único.

Na amostra de Bumby (1996), tanto os abusadores infantis quanto os estupradores apresentaram mais distorções cognitivas em suas respectivas escalas conforme o número de vítimas aumentava, sendo que para os abusadores infantis também foi significativa a quantidade de anos que perdurou o comportamento abusivo.

d) Homicídio

Em comparação com estupradores não assassinos, homicidas sexuais tendem a ter mais isolamento social, com infrequentes contatos sociais, até mesmo quando crianças, costumam viver sozinhos e tiveram poucas relações sexuais com mulheres ao longo da vida (Grubin, 1994), além de terem mais parafilias, especialmente sadismo sexual e fetichismo, disfunções sexuais, como a disfunção erétil, e transtornos de personalidade como a esquizoide (Koch, Berner, Hill, & Briken, 2011). Já outros autores compartilham a visão de que homicidas sexuais não são tão diferentes dos estupradores, seja por critérios de experiência de vida, personalidade ou características da ofensa (Oliver, Beech, Fisher, & Beckett, 2007), ou de aceitação de mitos de estupro (Johnson & Beech 2017).

O pequeno número de reeducandos que cometeram homicídio, atrelado à dificuldade

em se determinar se o homicídio tem teor sexual ou não, torna incompleta qualquer análise das escalas dos subgrupos que cometeram ou não cometeram homicídio. Mesmo assim, observa-se que não houve achatamento nem variações da amplitude dessas escalas, mas alterações extremas no subgrupo homicida, como o aumento da percepção de conteúdo sexual em cócegas, a ponto da correlação não significativa ter sido a única negativa dentre todas as análises realizadas.

8.4 A ESCALA

Pelos resultados é possível resumir que pares com os descritores toque, cheiro e cócegas foram bastante estáveis entre os três grupos, pares com os descritores beijo e gemer foram os que mais tiveram alteração de ordem e se diferiram significativamente entre os grupos, e esfregar, agarrar e nudez ficaram no meio desses dois extremos. De maneira geral, entretanto, os pares foram julgados diferentemente entre os grupos.

Para compreender os motivos de algumas palavras serem mais estáveis que outras e serem julgadas com mais frequência como tendo mais conteúdo sexual, vale a pena olhar os estímulos sexuais utilizados em algumas pesquisas. Por exemplo, algumas atividades sexuais incluídas para se medir satisfação sexual em Koss et al. (1988) foram beijar e abraçar, acariciar e relação sexual, enquanto Feldman-Summers et al. (1979) utilizaram beijar seu parceiro, cheirar aromas que você considera erótico, estimulação genital oral, tirar roupa na frente de seu parceiro, ver seu parceiro tirar roupa, tirar a roupa um do outro, orgasmos por diversas estimulações, dar as mãos, abraçar seu parceiro, conversar com parceiro. Diversas dessas atividades permaneceram prazerosas para as vítimas no mesmo nível pré-estupro, o que, para as autoras, é um reflexo dos comportamentos ligados diretamente à maioria dos estupros, como a penetração, toque de genitais e exposição à genitália masculina, adquirirem associações com medo e dor. Algumas de nossas participantes sobreviventes chegaram a comentar que descritores como beijo, por exemplo, teriam antes mais conteúdo sexual, mas como o agressor as beijou, elas lembravam do ataque ao ler a palavra beijo e a julgaram com menos conteúdo sexual.

Peplau (2003) fez um relevante apontamento sobre possíveis diferenças de gênero em pesquisas sobre sexualidade: a escolha das atividades sexuais normalmente se baseia em padrões masculinos, como penetração e orgasmo penianos, para se avaliar experiências sexuais das mulheres, ignorando outras atividades que podem ser importantes, como beijar, abraçar e tocar. Esse foi um cuidado que tivemos na seleção dos nossos descritores, mas

talvez outras palavras pudessem ter sido selecionadas, com base em pesquisas já realizadas (por exemplo, Geer (1996), Geer & Bellard (1996), Geer & Melton (1997), Pryor & Stoller (1994), Leibold & McConnell (2004), Bargh et al. (1995), Kamphuis, Ruiter, Janssen, & Spiering (2005), Mussweiler & Föster (2000), Chapleau & Oswald (2010), Foe, Feske, Murdock, Kozak, & McCarthy (1991), Smith & Waterman (2003; 2004)).

Observa-se que vários estudos, embora a maioria seja em língua inglesa, utilizaram com frequência partes da genitália feminina e masculina, atos de relação sexual, adjetivos positivos e negativos e ações às vezes bem violentas. A maioria das palavras são explícitas ou com valência emocional negativa, sendo que Bargh et al. (1995) e Kamphuis et al. (2005) foram os únicos que, ao selecionar as palavras sexuais, buscaram por aquelas ambíguas, com conotação sexual e também um significado mais comum, não sexual. Os oito descritores de nossa ferramenta se aproximam dessa ambiguidade sexual; oportunidades futuras podem se inspirar nessas pesquisas e integrar palavras como abraçar, acariciar, cama, duro, molhado, pele, suor e sentir, ou seus derivados, para compor um conjunto de descritores já aplicados previamente.

Como se verá mais adiante, a literatura costuma agregar palavras mais agressivas e de poder no estudo da violência sexual. Nossos descritores não remetem tanto à agressão, mas talvez seja interessante adicionar esse tipo de palavra para averiguar o caráter mais agressivo da violência sexual.

8.4.1 Aspectos linguísticos

Alguns aspectos linguísticos são abordados a fim de elucidar possíveis interações que possam ter afetado o julgamento dos participantes.

Frequência

A familiaridade de uma palavra aparentemente influencia a velocidade e precisão de seu reconhecimento. Tradicionalmente, familiaridade lexical tem sido operacionalizada como a frequência com a qual uma palavra ocorre em texto escrito, apesar de Gernsbacher (1984) concluir que a familiaridade experiencial ser mais importante do que a frequência para o reconhecimento de uma palavra.

A despeito dessa ressalva, é possível ter uma ideia das frequências dos oito descritores julgados pelos participantes, apresentadas na Tabela 9, conforme os dados constantes no Corpus do Português, uma coleção de um bilhão de palavras provenientes de webpages de quatro países lusófonos (Brasil, Portugal, Angola e Moçambique), criado por Mark Davies, da

Universidade de Brigham Young, nos Estados Unidos.

Tabela 9 – Frequência de ocorrência dos oito descritores em quatro países lusófonos, segundo Corpus do Português

Descritor	Total	Brasil	Portugal	Angola	Moçambique
Gemer	737	437	272	17	11
Esfregar	2.547	1.344	1.126	33	44
Agarrar	6.595	2.289	4.084	124	98
Nudez	3.916	2.655	979	124	158
Beijo	45.576	34.540	10.059	477	500
Toque	37.782	22.456	13.864	971	491
Cheiro	35.364	21.517	12.104	936	807
Cócegas	1.228	757	450	12	9

Nota-se que beijo, toque e cheiro são palavras comuns na língua portuguesa em uso, enquanto gemer, cócegas e esfregar são mais raras. Portanto, com base nessas fontes de dados, a frequência dos oito descritores não foi importante no julgamento dos participantes, já que descritores frequentes e raros foram julgados como tendo variados graus de conteúdo sexual. Por exemplo, beijo e gemer, que tiveram mais alterações de ordem, são comum e incomum, respectivamente.

Ambiguidade

Conforme Jones e Thurstone (1955) já haviam mencionado, é provavelmente verdade que uma palavra não tem um significado único. Uma palavra pode ter infinitos significados, a depender do contexto no qual ela é apresentada.

Diversas são as definições dos oito descritores utilizados, apresentadas no Quadro 4. Segundo o Dicionário Aurélio, gemer possui 11 definições, esfregar sete, agarrar 15, nudez seis, beijo três, toque 16, cheiro oito e cócegas três. Cócegas é a palavra com o menor número de significados, enquanto toque, agarrar e gemer são as com mais. Mesmo toque tendo tantos significados, este ainda foi um dos descritores com julgamentos mais estáveis entre os participantes. Já gemer, também com vários significados, foi julgada como tendo variados graus de conteúdo sexual. Ao que tudo indica até aqui, a ambiguidade de um descritor não interferiu na sua percepção sexual.

Apesar de Gernsbacher (1984) concluir que a quantidade de significados de uma palavra não ser um critério para sua velocidade de reconhecimento, talvez seja interessante analisar esse assunto pela exposição de Klepousniotou, Titone e Romero (2008). Essas autoras tratam da questão da ambiguidade lexical em um *continuum*, que vai desde a homonímia, ou seja, palavras com pouca sobreposição de significados, mutuamente

excludentes, até a polissemia, ou seja, palavras com bastante sobreposição de significados, compartilhando uma representação central. Seus resultados sugeriram que palavras polissêmicas são processadas de maneira mais rápida e diferente das homônimas, já que seus sentidos são altamente sobrepostos semanticamente. O padrão de efeitos aponta para a noção de que palavras polissêmicas têm uma representação lexical unificada com um significado central que é sempre ativado, independente de contexto. Por outro lado, para palavras ambíguas de pouca sobreposição, como as homonímias, o padrão de efeitos aponta para distintas representações de significado.

GEMER				
Exprimir dor moral ou física com voz inarticulada ou sons plangentes; dar gemidos		Lançar de si, soltar, à maneira de gemido	Cantar (a rola, a pomba, o rouxinol)	
			Produzir som triste ou monótono	
Murmurar em tom plangente; soltar lamentos; lastimar-se	Vergar, arcar, dobrar	Dizer, proferir, ou cantar, etc., gemendo	Ranger, estalar	Deplorar, lamentar
			Sofrer, padecer	Prantear, lastimar
ESFREGAR				
Roçar-se	Roçar-se com intuito libidinoso	Passar repetidas vezes a mão, ou objeto mais ou menos apropriado, pela superfície de (um corpo), para produzir ou aumentar o calor, para limpar, etc.; friccionar		
Coçar; friccionar	Coçar-se, friccionar-se			
Limpar; lavar	Roçar (uma coisa com outra)			
AGARRAR				
Prender, segurar com força	Recorrer a proteção, valer-se, socorrer-se	Segurar-se, prender-se, agarrar-se	Tomar uma deliberação, resolver-se	
Prender com garra, garrear				
Manter-se aferrado ou ligado	Lançar mão de, valer-se de, recorrer a	Segurar-se, prender-se	Capturar, aprisionar	
Pegar, apanhar, tomar		Pegar em, apanhar, tomar	Segurar, pegar	
Jogar de goleiro, defender	Lançar mão, valer-se	Abraçar(-se) fortemente, atracar-se		
NUDEZ				
Estado de quem se acha ou vive nu; nu		Falta de vestuário	Ausência de ornatos	
Privação de folhas (nas plantas)		Carência, falta, privação	Simplicidade, singeleza	
BEIJO				
Ato de tocar com os lábios em alguém ou alguma coisa, fazendo leve sucção; ósculo		Contato suave	Pessoa notável pela doçura e/ou beleza	
TOQUE				
Ato ou efeito de tocar; contato, tocamento	Aperto de mão como cumprimento	Dito picante; motejo, remoque	Sabor ou cheiro especial de certos vinhos	
O espaço ocupado por uma letra, ou o equivalente, em branco, desse espaço, num original datilografado, ou digitado; batida		Som ou ruído produzido por atrito, choque ou percussão	Pancada, choque	
			Mancha de denota início de putrefação na fruta	
Som que determina a execução de certos atos, especialmente operações ou manobras militares		Meio de conhecer ou experimentar	Ato de tocar instrumentos	
			Retoque	
Exame digital	Sinal, traço, marca	Título	Apuro artístico; esmero	
CHEIRO				
Impressão produzida no olfato pelas partículas odoríferas		Mau cheiro; fedor, fetidez	Coentro	
Cheiro agradável; perfume, aroma, odor, fragrância, olor			Olfato, faro	
Essência aromática; perfume		Aspiração nasal de carinho		Indício, vestígio, rastro
CÓCEGAS				
Sensação especial, espécie de tremor espasmódico, geralmente acompanhado de riso convulso, produzida por leve roçar ou por fricção nalguns pontos da pele ou das mucosas				Desejo, tentação
				Impaciência, sofreguidão

Quadro 4. Definições dos oito descritores, segundo Dicionário Aurélio

Portanto, mais do que a quantidade de significados de uma palavra, parece que o nível

de distinção entre esses significados é mais importante no processamento de uma palavra. Baseando-se nas definições do Quadro 4 a maioria dos oito descritores parece tender ao espectro polissêmico, talvez com exceção de toque, cujos muitos significados abrangem conceitos centrais mais distintos entre si. Assim, a conotação sexual de toque pode não ter sido acessada tão facilmente quanto as outras palavras, ainda mais pela sua multiplicidade de definições. Assim, mesmo que o contexto seja extremamente eficiente em guiar a correta interpretação das palavras (Tabossi & Zardon, 1993), ele não é tudo.

Substantivo x verbo

Outro aspecto que pode ter interferido no julgamento dos oito descritores é a classe gramatical, já que três deles são verbos e cinco são substantivos. A hipótese da dupla dissolução, segundo a qual a classe gramatical, como verbo e substantivo, seria um princípio organizacional de conhecimento lexical no cérebro decorre da observação de sujeitos afásicos que têm déficits seletivos para substantivos ou verbos (Perani, Cappa, Schnur, Tettamanti, Collina, Rosa, & Fazio, 1999; Tyler, Russel, Fadili, & Moss, 2001; Vigliocco, Vinson, Druks, Barber, & Cappa, 2011). O estudo da localização da lesão nesses pacientes tem sugerido que áreas temporais esquerdas tem um papel crucial no processamento de substantivos, enquanto áreas frontais esquerdas se destacariam para verbos.

Entretanto, essa especialização cerebral não é tão simples. Além de Vigliocco et al. (2011) revisar trabalhos comportamentais, eletrofisiológicos, neuropsicológicos e de imagem, não encontrando sinais distintos no cérebro para o processamento de palavras de diferentes classes gramaticais, eles ressaltam a frequente confusão na literatura entre significado da palavra e classe gramatical ao comparar verbos se referindo a ações com substantivos se referindo a objetos.

Assim, outras pesquisas também não apoiam a hipótese de dupla dissociação, mesmo quando são variadas palavras com atributos semânticos motores ou sensoriais (Barber, Kousta, Otten, & Vigliocco, 2010) ou palavras concretas e abstratas em italiano (Perani et al., 1999). De acordo com Barber et al. (2010), o processamento de palavras associadas a sensações ativam determinadas áreas corticais, como regiões olfatórias ou de percepção de cor, enquanto o processamento de palavras relacionadas a ações envolvendo diferentes partes do corpo ativam o córtex motor e pré-motor em uma maneira somatotópica. Segundo Tyler et al. (2001), verbos tendem a ser mais abstratos que substantivos, o que seria uma desvantagem em seu processamento.

Nossos oito descritores não são tão bem delineados em relação à questão da dupla

dissociação. Alguns se referem a ações propriamente ditas (agarrar, esfregar), enquanto cheiro é mais claramente sensitivo. Nudez, por seu lado, alude a um estado. Embora quatro dos cinco substantivos sejam/tenham derivados de verbos, a categoria dessas palavras está intimamente relacionada à forma como o sujeito a interpreta, como sujeito ativo ou passivo. Gemer, toque e cócegas, por exemplo, podem remeter a ações causadas pelo sujeito ou a sensações sentidas pelo sujeito. Essas observações conduzem a uma conclusão de que a dupla dissociação não seria responsável pelo julgamento dos descritores pelos participantes, uma vez que esses descritores não se encaixam perfeitamente em uma classe gramatical ou semântica fechada.

O fato de estarmos lidando com descritores com variados conteúdos sexuais adiciona complexidade na interpretação dos resultados obtidos. Vejamos a seguir o papel que a informação sexual desempenha na percepção dos indivíduos.

8.4.2 Processamento de informação sexual

Alguns autores argumentam que o processamento de informação sexual possui peculiaridades. Geer (1996) investigou diferenças de gênero na organização da informação sexual em palavras. Foram encontradas diversas diferenças, por exemplo, a similaridade de palavras em seis aglomerados (relação sexual, relacionamentos interpessoais, genitália feminina, genitália masculina, avaliação positiva e avaliação negativa) foi avaliada como mais alta para os homens do que para mulheres. Além disso, avaliação positiva das mulheres se ligou mais a relacionamento interpessoal e a genitália masculina, enquanto dos homens se ligou mais a relação sexual e a genitália feminina. Os resultados evidenciam que em cada gênero o significado de conceitos sexuais é mais parecido do que entre gêneros. Em um nível prático, isso significa que a comunicação envolvendo esses termos é mais facilmente realizada em cada gênero do que entre gêneros.

Se mulheres e homens possuem conceitos sexuais distintos até certo ponto, seus julgamentos dos descritores podem ser divergentes por esse motivo, e não devido a suas experiências com violência sexual. Mas, como Geer (1996) advertiu, a diferença dos conceitos sexuais não foi tão grande, sendo que os gêneros mais se assemelharam do que se diferiram entre si.

A valência emocional da informação sexual é outro aspecto destacado em Spiering, Everaerd e Elzinga (2002). A maior interferência de figuras sexuais e ameaçadoras no processo de tomada de decisão de seus participantes, em comparação com figuras de planta, seria um indicativo de que a valência emocional produziria o padrão de resultados obtidos, em vez de valência sexual *per se*. De uma maneira um tanto oposta, Bush e Geer (2001)

defendem que a saliência, no caso, de palavras sexuais, é a característica marcante da informação sexual. Uma vez que seus participantes usaram mais palavras sexuais apresentadas previamente do que palavras de emoção negativa e neutras, mesmo quando sua atenção é dividida com outra tarefa, os autores sugerem que informação sexual é mais fácil de se lembrar porque ela é mais saliente que informação não sexual.

Nossas análises sugerem que o embate entre valência emocional e sexual pode ser um reflexo do grupo ao qual sujeito testado pertence. Provavelmente as sobreviventes focaram no valor emocional (negativo, em sua maioria) dos descritores, principalmente pela coleta de dados ter sido realizada dentro do Serviço de Violência Sexual e Aborto Legal do CRSM, ambiente acolhedor de mulheres que sofreram a violência do estupro. Diversas sobreviventes declararam durante a coleta o sofrimento pelo qual passaram e estão passando, e como isso atravessava seu desempenho no procedimento. Por outro lado, apesar de sem fundamentos para tanto, é possível que os reeducandos perceberam os descritores mais pelo seu valor sexual, embora alguns tenham verbalizado que não concordavam ou não fariam o comportamento para eles desencadeado por um determinado descritor. Nesses, a valência emocional pode ter atuado.

Outra característica da informação sexual é a hesitação na tomada de decisão, o que foi denominado Atraso Induzido por Conteúdo Sexual (SCID) por Geer e colaboradores. Em uma tarefa de decisão lexical, os participantes de Geer e Bellard (1996) tinham que decidir se uma faixa de letras era uma palavra ou não. Homens e mulheres apresentaram tempos de decisão mais devagar a palavras sexuais, em comparação a palavras românticas e neutras, embora a desaceleração tenha sido acentuada para as mulheres. Já em uma tarefa de decisão lexical com procedimento de *priming*, Geer e Melton (1997) utilizaram palavras de duplo sentido como estímulos ambíguos. Quando a palavra era sexual, as mulheres ainda demoraram mais em suas decisões, em comparação aos homens e a palavras neutras.

O fenômeno SCID, ao que parece, opera em níveis muito básicos de processamento de informação, percorrendo boa parte da atividade cognitiva, afetando qualquer tarefa que envolva processamento semântico (Geer & Bellard, 1996), como, por exemplo, nosso método empregado. Ressaltando, nossos participantes julgaram o conteúdo sexual de palavras, uma tarefa intensamente semântica. Além disso, a existência de diferenças de gênero no processamento de material sexual, como vista, é ubíqua, levando a se considerar que, se os fundamentos dos processos complexos diferem entre os gêneros, toda a estrutura cognitiva de significado deve diferir (Geer & Bellard, 1996). Portanto, distorções métricas nas escalas de mulheres e homens em nosso estudo podem ser decorrentes do SCID, apesar de os descritores

utilizados não serem tão explícitos.

Spiering, Everaerd e Janssen (2003) esmiuçaram o efeito SCID e encontraram diferenças de gênero na ativação da experiência subjetiva, medida pela avaliação da excitabilidade das figuras sexuais e pela excitação sexual subjetiva dos participantes: homens avaliaram as figuras significativamente como mais excitantes do que as mulheres. Assim, embora o processamento cognitivo de informação sexual seja similar para ambos os gêneros, as diferenças de gênero estão presentes no processamento afetivo da informação sexual (Spiering, Everaerd, & Lann, 2004). Como a temática de nossa pesquisa envolve a violência sexual, o processamento afetivo dos descritores sexuais pode ter sido responsável pelas diferenças nas escalas de mulheres e homens, sobretudo sobreviventes e reeducandos.

8.4.3 Informação sexual e violência sexual

O processamento de informação sexual ou relacionada com a violência sexual foi investigado por diversos autores, em vítimas de estupro com TEPT e em agressores sexuais. Mulheres com TEPT relacionado à violência sexual apresentaram diminuição do fluxo sanguíneo em uma extensa área cerebral ao recuperar palavras com valência emocional, (Bremner, Vythilingam, Vermetten, Southwick, McGlashan, Staib et al., 2003), além de demorarem mais para nomear cores de palavras relacionadas ao estupro do que os outros tipos de palavras, em comparação a vítimas e não vítimas sem TEPT (Foe et al., 1991).

Infelizmente não foram coletadas informações sobre diagnósticos mentais das sobreviventes, mas deixamos aqui sua importância para futuras investigações. Porém, além de ser provável que algumas dessas sobreviventes tenham ou venham a desenvolver TEPT (Hanson, 1990; Koss, 1993; Mason & Lodrick, 2013; Resick, 1993; Santiago et al., 1985), os resultados de Bremner et al. (2003) e Foe et al. (1991) realçam o impacto que a vitimização sexual tem no processamento de informação específica, seja por meio de uma rede neural disfuncional da memória ou pelo processamento seletivo para material relacionado ao estupro.

Há evidências de que agressores sexuais também possuem processamento seletivo para informação sexual, o que pode explicar porque as escalas dos reeducandos foi bem mais achatada que a dos homens do grupo controle, já que foi necessário pouco conteúdo sexual para que os descritores fossem percebidos sexualmente pelos reeducandos. Ou seja, o processamento de informação sexual é tão seletivo e realçado que os reeducandos viram sexualidade em palavras que os demais participantes não viram.

Smith e Waterman (2004) encontraram que agressores sexuais e violentos foram significativamente mais devagar do que universitários para nomear a cor de palavras

relacionadas à agressão sexual. Já para palavras agressivas, a interferência no processamento também foi evidente em agressores violentos e sexuais violentos, mas não em agressores sexuais não violentos, confirmando seus resultados anteriores (Smith & Waterman, 2003) de que agressores violentos demonstraram vieses de resposta significantes a palavras agressivas, as quais são para eles salientes. O teste de Stroop parece fornecer resultados robustos de processamento seletivo para palavras sexuais e agressivas em agressores sexuais e violentos, respectivamente.

Pryor e Stoller (1994) sugerem que homens com alta probabilidade de assediar sexualmente possuem uma associação mais forte preexistente entre termos de sexualidade e dominância, já que eles reconheceram com mais confiança e estimaram terem visto mais pares de palavras com sexualidade e dominância do que homens com baixa probabilidade. Essa observada correlação ilusória, isto é, a sobrestimação, em uma amostra, da coocorrência de palavras associadas prévia e intimamente, provavelmente foi desenvolvida em experiências iniciais de socialização, e pode explicar porque os reeducandos necessitaram de pouco conteúdo sexual para perceber as palavras sexualmente.

Tarefas de decisão lexical são comumente utilizadas para se averiguar associações entre sexo e diversos outros conceitos. Apresentando figuras de mulheres (Leibold & McConnell, 2004) ou palavras relacionadas a sexo ou poder (Kamphuis, Ruiter, Janssen, & Spiering, 2005; Zurbriggen, 2000) como *primes*, pesquisadores têm encontrado um efeito de facilitação no tempo que os participantes com comportamento sexual agressivo (Leibold & McConnell, 2004; Zurbriggen, 2000) e até abusadores infantis (Kamphuis et al., 2005) necessitaram para decidir se um conjunto de letras era ou não uma palavra. Tais resultados sugerem a existência de uma associação nesses indivíduos entre mulheres e sexo e entre mulheres e hostilidade (Leibold & McConnell, 2004), e entre poder e sexo (Kamphuis et al., 2005; Zurbriggen, 2000).

Alguns estudos buscaram ainda constatar implicações comportamentais dessas associações. Além de aplicar uma tarefa de decisão lexical e também descobrir uma associação automática entre poder e sexo em homens mais prováveis de agredir sexualmente, Bargh et al. (1995) encontraram que esses homens são mais atraídos por uma mulher se eles, sem saber, receberem inicialmente *primes* de poder, em comparação a uma situação neutra, sem poder. Participantes universitários também exibiram um desempenho similar na tarefa de decisão lexical em Mussweiler e Förster (2000), os quais empregaram quatro conjuntos de palavras como *primes* e alvos na tarefa de decisão lexical: agressivas, sexuais, neutras e não palavras. Mais uma vez, decisões lexicais para palavras agressivas foram mais rápidas após a

apresentação de um *prime* sexual do que um *prime* neutro, sem interferência do gênero do participante. Entretanto, em tarefas comportamentais, ocorreram alguns resultados interessantes, demonstrando que homens eram mais agressivos. Assim, em comparação a mulheres, homens: escolheram faces, alternativamente a objetos, como alvos de dardos com mais frequência após os *primes* sexuais; e selecionaram mais figuras negativas, em oposição às positivas e neutras, as quais seriam supostamente repassadas a outros participantes, efeito realçado pelos *primes* sexuais quando o alvo do comportamento agressivo era uma mulher. A percepção de agressividade, por outro lado, foi examinada por uma tarefa de julgamento, na qual mulheres perceberam o protagonista de um cenário realizando comportamentos ambigualmente agressivos como mais agressivo depois do *prime* sexual do que na condição controle, e somente quando se tratava de um protagonista homem, e não mulher. Assim, a associação semântica básica entre sexo e agressão tem consequências comportamentais e perceptuais divergentes para homens e mulheres.

Por fim, Chapleau e Oswald (2010) encontraram associação implícita entre poder e sexo relativamente mais fortes em homens que relataram qualquer propensão ao estupro em comparação com homens que relataram nenhuma propensão. Já homens que foram agressivos sexualmente no passado não tiveram uma associação implícita entre poder e sexo mais forte do que homens sem agressão sexual prévia. Interessantemente, propensão ao estupro e aceitação de mitos de estupro tiveram correlações pequenas a moderadas com associação implícita entre poder e sexo e crenças explícitas entre poder e sexo.

9 CONCLUSÃO

Reservamos aqui um espaço para algumas palavras finais. Em primeiro lugar, nosso método se mostrou eficaz, uma possível ferramenta na investigação da violência sexual. Não apenas conseguimos construir uma escala de distâncias psicológicas de descritores sexuais para cada grupo experimental, como obtivemos distorções métricas nessas três escalas. Como visto na discussão, as escalas dos homens, mais velhos e com menos escolaridade tiveram uma configuração mais aglomerada e encurtada, indicando que para eles o conteúdo sexual das palavras não só foi mais similar, como necessitou ser pouco para que as palavras fossem percebidas sexualmente. O efeito foi realçado nos reeducandos. Mulheres, mais jovens e com mais escolaridade, por outro lado, demonstraram maior discriminação dos termos sexuais e maior amplitude na escala, indicando que para esses sujeitos o conteúdo sexual das palavras não apenas foi mais distinto, como precisou ser maior para que as palavras fossem percebidas sexualmente. O efeito foi semelhante nas sobreviventes.

O encurtamento da escala dos homens pode ser decorrente de sua maior permissividade, pensamentos e ações sexuais. Como visto, pesquisas indicam que homens usam, lembram, prestam mais atenção e se excitam mais com palavras sexuais do que mulheres. Assim, como o sexo é mais frequente para os homens, pouco conteúdo sexual foi exigido para que as palavras fossem julgadas sexualmente.

Reeducandos seguiram a tendência de menor amplitude e pior discriminação dos homens do grupo controle. Esse efeito foi acentuado, podendo ter como fundamento não somente a permissividade sexual e padrão preferencial para estímulos sexuais típicos de homens, mas também as características atreladas a agressores sexuais, como excitação sexual desviante, inabilidade social, falhas no processamento de informação social e processamento seletivo para estímulos sexuais e agressivos, além dos conteúdos cognitivos das atitudes de apoio ao estupro, violência, hostilidade e dominância sobre as mulheres, e da associação entre sexo e poder.

É interessante que as escalas das sobreviventes e das mulheres do grupo controle não apresentaram diferenças tão relevantes quanto as escalas dos reeducandos e dos homens do grupo controle. Assim, mulheres aparentemente julgaram os termos de maneira mais semelhante independentemente de seu envolvimento com violência sexual. Aqui podem estar envolvidos o realçado efeito de atraso induzido por conteúdo sexual, a menor experiência subjetiva de excitação sexual e a plasticidade erótica das mulheres, com melhor discriminação das dicas sexuais do ambiente para responder sexualmente.

A diferença na percepção das palavras pode ter implicações no modo como homens e mulheres percebem e julgam o mundo, inclusive — e sobretudo nesse caso — no que diz respeito à sexualidade. Defendemos que as atitudes guiam a percepção, o processamento de informação e o comportamento de um sujeito (Fazio, 1989). Portanto, se há indícios, decorrentes dos resultados encontrados, de que homens e mulheres percebem diferentemente o conteúdo sexual de oito termos, é coerente deduzir que homens e mulheres podem ter atitudes sexuais diferenciadas. Além disso, essas diferenças de gênero se inserem no contexto dos papéis de gênero que atravessa qualquer fenômeno social, tal como a violência sexual. Assim, diferenças na escala devem ser entendidas como uma manifestação da construção social dos gêneros, sobretudo no que tange a sexualidade.

Portanto, concordamos que sexo e poder são fatores válidos, existentes e importantes na explicação da violência sexual. Pesquisas citadas no decorrer do texto indicam que há evidências de que agressores sexuais têm tendências violentas e de interesse sexual desviante. Nosso estudo, no entanto, foi construído desde sua versão inicial (Costa et al., 2014) a partir do campo da sexualidade, investigando-se as atitudes sexuais. No presente caso, o intuito foi aplicar nosso método psicofísico das atitudes sexuais ao fenômeno da violência sexual. Reiteramos a importância das questões de poder e gênero, que devem, sem dúvidas, ser incorporadas em pesquisas futuras, seja por meio de outras medidas ou de outros estímulos referentes a poder e violência.

Das variáveis coletadas, as escalas das sobreviventes demonstraram distorções de diferentes graus em relação à escala das mulheres do grupo controle quando as sobreviventes eram mais velhas e registraram BO, mais tempo havia passado desde a violência sexual, houve abuso infantil e revitimização, o perpetrador e sua situação eram desconhecidos. Em vista disso, é possível que tais distorções representem um agravamento das consequências negativas da violência sexual nesses subgrupos de sobreviventes.

Nosso método conseguiu distinguir bem as sobreviventes de diferentes faixas etárias e aquelas que sofreram ou não abuso infantil, e, apesar de haver correlação, até mesmo aquelas com diferentes vínculos com o perpetrador, diferente situação do perpetrador e que registraram ou não BO. Já as escalas das sobreviventes com diferentes datas de violência, embora não correlacionadas, e aquelas com ou sem histórico de recorrência apresentaram diferenças mais sutis. As escalas das sobreviventes que engravidaram ou não em decorrência do estupro foram semelhantes.

Apesar da literatura relatar alguns efeitos diferenciais da violência sexual segundo as variáveis coletadas, de maneira geral as sobreviventes se comportaram como um grupo

homogêneo, com pequenas alterações de ordem das palavras e escalas quase todas correlacionadas.

O cenário é bem diferente no que diz respeito às escalas das variáveis dos reeducandos. Distorções de diferentes graus em relação à escala dos homens do grupo controle foram mais evidentes quando os reeducandos eram mais velhos, com relação estável, reincidentes por crime sexual, intrafamiliares à vítima, cometeram o crime antes de 2009, foram presos antes de 2009, cumpriram mais pena, estupraram adultas e cometeram homicídio. Logo, é possível que tais distorções representem características mais comuns dos agressores sexuais.

Nosso método conseguiu distinguir bem os reeducandos de diferentes faixas etárias, estados civis e datas de prisão, reincidentes ou não, inclusive por tipo de crime, com uma ou mais vítimas, que abusaram uma única vez ou recorrentemente, que cometeram ou não homicídio e, apesar de haver correlação, até mesmo aqueles com diferentes vínculos com a vítima. Já as escalas dos reeducandos com diferentes porcentagens de pena cumprida e com vítimas maiores ou menores de idade, embora não correlacionadas, e aqueles com diferentes datas do crime apresentaram diferenças mais sutis.

Psicólogos evolucionistas já haviam proposto que os tipos de estupradores não deviam ser negligenciados na explicação do fenômeno do estupro. Conforme mencionado em diversos pontos, os reeducandos de fato demonstraram ser um grupo heterogêneo, com grandes e várias alterações de ordem das palavras e poucas escalas correlacionadas. Assim, são relevantes as tipologias de Knight e Prentky (1990), nas quais os estupradores são classificados de acordo com sua motivação primária, competência social e sadismo, e os abusadores sexuais são subdivididos pelo seu nível de fixação e quantidade de contato.

Independentemente de como os agressores sexuais são classificados, esse é um aspecto que impacta a pesquisa sobre violência sexual. Selecionar esses participantes com base em critérios tipológicos pode ajudar a evitar confusões entre subpopulações de agressores sexuais como se todos fossem semelhantes e estabelecer fatores etiológicos e de tratamento mais adequados para cada caso.

De fato, uma das dificuldades aqui encontrada foi a escassez de bibliografia especializada, principalmente em pesquisas brasileiras voltadas aos perpetradores. A maioria das buscas por artigos nacionais referia-se à caracterização geral do problema da violência sexual no país ou às consequências da violência para as vítimas. Analisar as escalas de acordo com as variáveis, mas fundamentando-se em bibliografias estrangeiras, sobretudo em inglês, não é ideal, e qualquer interpretação pode estar enviesada por fatores transculturais.

Outro problema em se utilizar literatura em inglês foi a definição de conceitos, como estupro, que para eles é um recorte da violência sexual na qual houve penetração em uma vítima adulta, na maior parte. No Brasil, a definição de estupro nem sempre é essa, é mais abrangente, principalmente se for baseada na legislação corrente. Essas diferenças terminológicas atrapalham comparação de casos entre países e sujeitam as discussões a dúvidas.

A discussão de algumas variáveis foi prejudicada pelo pequeno número amostral, com alguns subgrupos formados por apenas três sobreviventes ou reeducandos. Uma vez que a divisão dos subgrupos foi feita após a coleta e de acordo com o que foi possível obter, consideramos que os poucos sujeitos foram úteis para uma breve discussão. Maior ênfase em cada variável exigirá mais participantes para a análise de diferenças.

Nosso método conseguiu avaliar atitudes sexuais evitando os problemas comuns de medidas diretas de atitude, como a desejabilidade social. Obtivemos sucesso porque os estímulos utilizados não eram explícitos nem carregavam consigo qualidades avaliativas predefinidas; assim, cócegas não tem inerentemente menos conteúdo sexual que gemer, por exemplo. O grau de conteúdo sexual foi obtido empiricamente. Além disso, por ser um método de escolha forçada, participantes tinham pouca margem para distorcer suas respostas de qualquer maneira.

Portanto, a seleção de estímulos sexuais para compor nossa ferramenta teve o cuidado de ser o mais neutra possível em relação aos gêneros e de não ser tão explícita, de modo a ter variados graus de conteúdo sexual perceptível. Apesar disso, alguns aspectos linguísticos podem ter interferido no processo de julgamento das palavras, ainda que frequência, ambiguidade e classe gramatical aparentemente não tenham sido relevantes. Dessa maneira, reforça-se a ideia de que os julgamentos foram diferenciais de acordo com as variáveis e o grupo ao qual os participantes pertenciam. Futuros estudos podem se beneficiar não apenas da adição de novos estímulos, como abraçar, acariciar e sentir, ou até mesmo alguns mais voltados para a violência, como também outros tipos de estímulos além de palavras, como imagens e descrição de cenários. Registrar o tempo de resposta dos participantes, de maneira análoga ao IAT, pode ser uma sugestão de medição das palavras, já que um tempo maior seria um indicativo de que as palavras são parecidas.

Inclusão de outros grupos também podem explicar distorções da escala, como detentos por crime não sexual, praticantes de BDSM e assexuais. Detentos por crime não sexual podem apontar para aspectos exclusivos de sujeitos antissociais, seguindo o modelo generalista de comportamento criminal. Praticantes de BDSM podem esclarecer como a

associação entre agressão e sexo deixa de ser violência sexual, principalmente pela questão do consentimento (ver Klement, Sagarin, & Lee, 2016). Grupos que têm baixo interesse sexual, como os assexuais, também podem elucidar pontos interessantes, inclusive como uma possível explicação alternativa do encurtamento da escala, isto é, que o conteúdo sexual foi ignorado.

Nosso estudo foi eficaz no que tange o intuito de se compreender atitudes sexuais de maneira objetiva, demonstrando que palavras têm conteúdo sexual variável a depender da percepção de cada sujeito e que essa variação pode ser ordenada e quantificada. Sem dúvida, essa foi uma distinção do método psicofísico de escalonamento através do Caso V de Thurstone, avançando o conhecimento dos fatores envolvidos na violência sexual de maneira não alcançável por outros métodos, como o Likert. Com essa nota, consideramos ter contribuído com o estudo sobre comportamento sexual.

REFERÊNCIAS

- Ajzen, I. (1989). Attitude Structure and Behavior. In A. R. Pratkanis, S. J. Breckler & A. G. Greenwald (Eds.), *Attitude structure and function* (pp. 241-274). New Jersey: Lawrence Erlbaum Associates.
- Albarracín, D., Johnson, B. T., Zanna, M. P., & Kumkale, G. T. (2005). Attitudes: introduction and scope. In D. Albarracín, B. T. Johnson & M. P. Zanna (Eds.), *The handbook of attitudes* (pp. 3-19). New Jersey: Lawrence Erlbaum Associates.
- Alferes, V. R. (2004). Sexualidade e psicologia social. *Psychologica*, extra-série, 585-599.
- Anderson, K. B., Cooper, H., & Okamura, L. (1997) Individual differences and attitudes toward rape: a meta-analytic review. *Personality and Social Psychology Bulletin*, 23(3), 295-315.
- Archer, J., & Vaughan, A. E. (2001). Evolutionary theories of rape. *Psychology, Evolution & Gender*, 3(1), pp. 95-101
- Aromäki, A. S., Haebich, K., & Lindman, R. E. (2002). Age as a modifier of sexually aggressive attitudes in men. *Scandinavian Journal of Psychology*, 43(5), 419-423.
- Associação Americana de Psiquiatria. (2014). *Manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais* (5a. ed., M. I. C. Nascimento, P. H. Machado, R. M. Garcez, R. Pizzato & S. M. M. da Rosa, trads., A. V. Cordioli, C. Kieling, C. T. B. da Silva, I. C. Passos & M. T. Barcellos, rev. técnica). Porto Alegre: Artmed.
- Bachman, R., & Paternoster, R. (1993). A contemporary look at the effects of rape law reform: how far have we really come? *The Journal of Criminal Law and Criminology*, 84(3), 554-574.
- Banaji, M. R., & Heiphetz, L. (2010). Attitudes. In S. T. Fiske, Gilbert, D. T. & G. Lindzey (Eds.), *Handbook of social psychology* (Vol. 1, 5a ed., pp. 353-393). New Jersey: John Wiley & Sons.
- Barber, H. A., Kousta, S. T., Otten, L. J., & Vigliocco, G. (2010). Event-related potentials to event-related words: Grammatical class and semantic attributes in the representation of knowledge. *Brain Research*, 1332, 65-74.
- Barclay, J. E., & Weaver, H. B. (1962). Comparative reliabilities and ease of construction of Thurstone and Likert attitude scales. *The Journal of Social Psychology*, 58(1), 109-120.
- Bargh, J. A., Raymond, P., Pryor, J. B., & Strack, F. (1995). Attractiveness of the underling: an automatic power → sex association and its consequences for sexual harassment and aggression. *Journal of Personality and Social Psychology*, 68(5), 768-781.
- Barhart, E. N. (1936). A comparison of scaling methods for affective judgments. *The Psychological Review*, 43(5), 387-395.
- Barsetti, I., Earls, C. M., Lalumière, M. L., & Bélanger, N. (1998). The differentiation of intrafamilial and extrafamilial heterosexual child molesters. *Journal of Interpersonal Violence*, 13(2), 275-286.
- Bartoi, M. G., & Kinder, B. L. (1998). Effects of child and adult sexual abuse on adult sexuality. *Journal of Sex & Marital Therapy*, 24(2), 75-90.
- Baumeister, R. F. (2000). Gender differences in erotic plasticity: the female sex drive as socially flexible and responsive. *Psychological Bulletin*, 126(3), 347-374.
- Baur, E., Forsman, M., Santtila, P., Johansson, A., Sandnabba, K., & Långström, N. (2016). Paraphilic sexual interests and sexually coercive behavior: a population-based twin study. *Archives of Sexual Behavior*, 45(5), 1163-1172.
- Becker, J. V., Skinner, L. J., Abel, G. G., & Cichon, J. (1986). Level of postassault sexual functioning in rape and incest victims. *Archives of Sexual Behavior*, 15(1), 37-49.
- Becker, J. V., Skinner, L. J., Abel, G. G., & Treacy, E. C. (1982). Incidence and types of

- sexual dysfunctions in rape and incest victims. *Journal of Sex & Marital Therapy*, 8(1), 65-74.
- Becker, J. V., Skinner, L. J., Abel, G. G., Axelrod, R., & Cichon, J. (1984). Sexual problems of sexual assault survivors. *Women & Health*, 9(4), 5-20.
- Bouffard, J. A. (2002). The influence of emotion on rational decision making in sexual aggression. *Journal of Criminal Justice*, 30(2), 121-134.
- Bowles, I. T., O'Gorman, E. C., & Sayers, A. (1991). Rape – a comparison of stranger and acquaintance assaults. *Medicine, Science and the Law*, 31(2), 102-109.
- Breckler, S. J., & Wiggins, E. C. (1989). On Defining Attitude and Attitude Theory: Once More with Feeling. In A. R. Pratkanis, S. J. Breckler & A. G. Greenwald (Eds.), *Attitude structure and function* (pp. 407-427). New Jersey: Lawrence Erlbaum Associates.
- Bremner, J. D., Vythilingam, M., Vermetten, E., Southwick, S. M., McGlashan, T., Staib, L. H., Soufer, R., & Charney, D. S. (2003). Neural correlates of declarative memory for emotionally valenced words in women with posttraumatic stress disorder related to early childhood sexual abuse. *Biological Psychiatry*, 53(10), 879-889.
- Briere, J., Malamuth, N., & Check, J. V. P. (1985). Sexuality and rape-supportive beliefs. *International Journal of Women's Studies*, 8(4), 398-403.
- Broude, G. J., & Greene, S. J. (1976). Cross-cultural codes on twenty sexual attitudes and practices. *Ethnology*, 15(4), 409-429.
- Brown, J. M. (2012). Psychological perspectives on sexual violence: generating a general theory. In J. M. Brown & S. L. Walklate, *Handbook on Sexual Violence* (pp. 156-180). New York: Routledge.
- Brown, J. M., & Walklate, S. L. (2012). Introduction. In J. M. Brown & S. L. Walklate, *Handbook on Sexual Violence* (pp. 1-12). New York: Routledge.
- Bukstel, L. H., & Kilmann, P. R. (1980). Psychological effects of imprisonment on confined individuals. *Psychological Bulletin*, 88(2), 469-493.
- Bumby, K. M. (1996). Assessing the cognitive distortions of child molesters and rapists: development and validation of the MOLEST and RAPE scales. *Sexual Abuse: A Journal of Research and Treatment*, 8(1), 37-54.
- Burt, M. R. (1980). Cultural myths and supports for rape. *Journal of Personality and Social Psychology*, 38(2), 217-230.
- Bush, S. I., & Geer, J. H. (2001). Implicit and explicit memory of neutral, negative emotional, and sexual information. *Archives of Sexual Behavior*, 30(6), 615-631.
- Buss, D. (2012). The Evolutionary Psychology of Crime. *Journal of Theoretical and Philosophical criminology*, 1(1), pp. 90-98.
- Campbell, R. (2012). Changing the community response to rape: the promise of sexual assault nurse examiner (SANE) programmes. In J. M. Brown & S. L. Walklate, *Handbook on Sexual Violence* (pp. 458-474). New York: Routledge.
- Carifio, J., & Perla, R. (2008). Resolving the 50-year debate around using and misusing Likert scales. *Medical Education*, 42(12), 1150-1152.
- Carmody, D. C., & Washington, L. M. (2001). Rape myth acceptance among college women: the impact of race and prior victimization. *Journal of Interpersonal Violence*, 16(5), 424-436.
- Cavazza, N. (2008). *Psicologia das atitudes e das opiniões*. São Paulo: Edições Loyola.
- Cerqueira, D., & Coelho, D. S. C. (2014). *Estupro no Brasil: uma radiografia segundo os dados da Saúde (versão preliminar)* (Nota Técnica nº 11). Brasília: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA).
- Chapleau, K. M., & Oswald, D. L. (2010). Power, sex, and rape myth acceptance: testing two models of rape proclivity. *Journal of Sex Research*, 47(1), 66-78.

- Check, J. V. P., & Malamuth, N. M. (1983). Sex role stereotyping and reactions to depictions of stranger versus acquaintance rape. *Journal of Personality and Social Psychology*, 45(2), 344-356.
- Check, J., Malamuth, N., Elias, B., & Barton, S. (1985). On hostile ground. *Psychology Today*, 19(4), 56-61.
- Classen, C. C., Palesh, O. G., & Aggarwal, R. (2005). Sexual revictimization: a review of the empirical literature. *Trauma, Violence, & Abuse*, 6(2), 103-129.
- Clegg, C., & Fremouw, W. (2009). Phallometric assessment of rapists: a critical review of the research. *Aggression and Violent Behavior*, 14(2), 115-125.
- Código Penal. Decreto-Lei n. 2.848. (1940, 07 de dezembro). Recuperado em 01 de maio de 2016, de http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Decreto-Lei/Del2848.htm.
- Corpus do Português. Recuperado em 11 de fevereiro de 2018, de <https://www.corpusdoportugues.org/web-dial/>
- Costa, M. F., Nunomura, T. N., & Ribeiro, G. D. C. (2014). Psychophysical scaling of sexual attitude in Brazilian adults. In *International Psychological Applications Conference and Trends, 2014, Porto. Annals of the International Psychological Applications Conference and Trends*. Lisboa: World Institute for Advanced Research and Science, 2014. v. 1. p. 322-324.
- Cunha, M. F., Costa, S. S., Lima, F. S., Vieira, S. F., Bacci, I. K., Noletto, I. V., & Guimarães, L. P. (2015). *Balanço semestral do Disque Direitos Humanos – Disque 100*. Brasília: Secretaria dos Direitos Humanos da Presidência da República.
- Dahlberg, L. L., & Krug, E. G. (2002). Chapter 1. Violence – a global public health problem. In E. G. Krug, L. L. Dahlberg, J. A. Mercy, A. B. Zwi & R. Lozano (Eds.), *World report on violence and health* (pp. 1-21). Geneva: World Health Organization.
- Dartnall, E., & Jewkes, R. (2013). Sexual violence against women: The scope of the problem. *Best Practice & Research Clinical Obstetrics and Gynaecology*, 27(1), 3-13.
- Drasgow, F., Chernyshenko, O. S., & Stark, S. (2010). 75 years after Likert: Thurstone was right! *Industrial and Organizational Psychology*, 3(4), 465-476.
- Drezett, J. (2000). *Estudo de fatores relacionados com a violência sexual contra crianças, adolescentes e mulheres adultas*. Tese de Doutorado, Centro de Referência da Saúde da Mulher, São Paulo.
- Drezett, J., Pedroso, D., Meirelles, A. C., & Gebrim, L. H. (2012). A clínica em situações de abuso sexual: aspectos conceituais e atuação interdisciplinar. *O Mundo da Saúde, São Paulo*, 36(2), 346-350.
- Drieschner, K., & Lange, A. (1999). A review of cognitive factors in the etiology of rape: theories, empirical studies, and implications. *Clinical Psychology Review*, 19(1), 57-77.
- Dull, R. T., & Giacopassi, D. J. (1987). Demographic correlates of sexual and dating attitudes: a study of date rape. *Criminal Justice and Behavior*, 14(2), 175-193.
- Edwards, A. L., & Kenney, K. C. (1946). A comparison of the Thurstone and Likert techniques of attitude scale construction. *Journal of Applied Psychology*, 30(1), 72-83.
- Ehrenstein, W. H., & Ehrenstein, A. (1999). Psychophysical methods. In U. Windhorst & H. Johansson (Eds.) *Modern techniques in neuroscience research* (pp. 1211-1241). New York: Springer-Verlag Berlin Heidelberg.
- Ekman, G. (1962). Measurement of moral judgment: A comparison of scaling methods. *Perceptual and Motor Skills*, 15(1), 3-9.
- Ekman, G., & Kuennapas, T. (1963). Scales of conservatism. *Perceptual and Motor Skills*, 16(2), 329-334.
- Ekman, G., & Künnapas, T. (1962). Measurement of aesthetic value by 'direct' and 'indirect' methods. *Scandinavian Journal of Psychology*, 3(1), 33-39.

- Ellis, E. M. (1981). Sexual dysfunction in victims of rape. *Women & Health*, 5(4), 39-48.
- Fazio, R. H. (1989). On the Power and Functionality of Attitudes: The role of Attitude Accessibility. In A. R. Pratkanis, S. J. Breckler & A. G. Greenwald (Eds.), *Attitude structure and function* (pp. 153-179). New Jersey: Lawrence Erlbaum Associates.
- Feder, G., & Howarth, E. (2014). The epidemiology of gender-based violence. In S. Bewley & J. Welch (Eds.), *ABC of Domestic and Sexual Violence* [Versão ebook]. UK: John Wiley & Sons.
- Feild, H. S. (1978). Attitudes toward rape: a comparative analysis of police, rapists, crisis counselors, and citizens. *Journal of Personality and Social Psychology*, 36(2), 156-179.
- Feldman-Summers, S., & Norris, J. (1984). Differences between rape victims who report and those who do not report to a public agency. *Journal of Applied Social Psychology*, 14(6), 562-573.
- Feldman-Summers, S., Gordon, P. E., & Meagher, J. R. (1979). The impact of rape on sexual satisfaction. *Journal of Abnormal Psychology*, 88(1), 101-105.
- Ferguson, L. W. (1945). Analysis of Sex Temperaments in Terms of Thurstone-Type Attitude Items. *The Pedagogical Seminary and Journal of Genetic Psychology*, 66(2), 233-238.
- Ferreira, A. B. H. (1999). *Novo Aurélio Século XXI: o dicionário da língua portuguesa* (3a ed. rev. ampl.). Rio de Janeiro: Nova Fronteira
- Fischtein, D. S., Herold, E. S., & Desmarais, S. (2007). How much does gender explain in sexual attitudes and behaviors? A survey of Canadian adults. *Archives of Sexual Behavior*, 36(3), 451-461.
- Fitzgerald, L. F., Gelfand, M. J., & Drasgow, F. (1995). Measuring sexual harassment: theoretical and psychometric advances. *Basic and Applied Social Psychology*, 17(4), 425-445.
- Flood, M., & Pease, B. (2009). Factors influencing attitudes to violence against women. *Trauma, Violence, & Abuse*, 10(2), 125-142.
- Foa, E. B., Feske, U., Murdock, T. B., Kozak, M. J., & McCarthy, P. R. (1991). Processing of threat-related information in rape victims. *Journal of Abnormal Psychology*, 100(2), 156-162.
- Ford, C. A., & Donis, F. J. (1996). The relationship between age and gender in workers' attitudes toward sexual harassment. *The Journal of Psychology: Interdisciplinary and Applied*, 130 (6), 627-633.
- Frenzel, R. R., & Lang, R. A. (1989). Identifying sexual preferences in intrafamilial and extrafamilial child sexual abusers. *Annals of Sex Research*, 2(3), 255-275.
- Freund, K. (1990). Courtship disorder. In W. L. Marshall, D. R. Laws & H. E. Barbaree, *Handbook of sexual assault: issues, theories, and treatment of the offender* (pp. 195-207). USA: Springer.
- Freund, K., & Seto, M. C. (1998). Preferential rape in the theory of courtship disorder. *Archives of Sexual Behavior*, 27(5), 433-443.
- Garcia-Moreno, C., Jansen, H. A. F. M., Watts, C., Ellsberg, M., & Heise, L. (2005). *WHO multi-country study on women's health and domestic violence against women: initial results on prevalence, health outcomes and women's responses*. Geneva: World Health Organization.
- Geer, J. H. (1996). Gender differences in the organization of sexual information. *Archives of Sexual Behavior*, 25(1), 91-107.
- Geer, J. H., & Bellard, H. S. (1996). Sexual content induced delays in unprimed lexical decisions: gender and context effects. *Archives of Sexual Behavior*, 25(4), 379-395.
- Geer, J. H., & Melton, J. S. (1997). Sexual content-induced delay with double-entendre words. *Archives of Sexual Behavior*, 26(3), 295-316.

- Gernsbacher, M. A. (1984). Resolving 20 years of inconsistent interactions between lexical familiarity and orthography, concreteness, and polysemy. *Journal of Experimental Psychology: General*, 113(2), 256-281.
- Gescheider, G. A. (1997). *Psychophysics: the fundamentals*. New Jersey: Lawrence Erlbaum Associates.
- Giannini, A. J., & Fellows, K. W. (1986). Enhanced interpretation of nonverbal facial cues in rapists – A preliminary study. *Archives of Sexual Behavior*, 15(2), 153-156.
- Goddard, A. (2014). Children. In S. Bewley & J. Welch (Eds.), *ABC of Domestic and Sexual Violence* [Versão ebook]. UK: John Wiley & Sons.
- Goetz, A. T., Shackelford, T. K., & Camilleri, J. A. (2008). Proximate and ultimate explanations are required for a comprehensive understanding of partner rape. *Aggression and Violent Behavior*, 13(2), 119-123.
- Greenberg, D., Bradford, J., Firestone, P., & Curry, S. (2000). Recidivism of child molesters: a study of victim relationship with the perpetrator. *Child Abuse & Neglect*, 24(11), 1485-1494.
- Greenwald, A. G. (1989). Why Are Attitudes Important? In A. R. Pratkanis, S. J. Breckler & A. G. Greenwald (Eds.), *Attitude structure and function* (pp. 1-10). New Jersey: Lawrence Erlbaum Associates.
- Grubb, A., & Turner, E. (2012). Attribution of blame in rape cases: a review of the impact of rape myth acceptance, gender role conformity and substance use on victim blaming. *Aggression and Violent Behavior*, 17(5), 443-452.
- Grubin, D. (1992). Sexual offending: a cross-cultural comparison. *Annual Review of Sex Research*, 3(1), 201-217.
- Grubin, D. (1994). Sexual murder. *British Journal of Psychiatry*, 165(5), 624-629.
- Hamilton, M., & Yee, J. (1990). Rape knowledge and propensity to rape. *Journal of Research in Personality*, 24(1), 111-122.
- Hanson, R. K. (1990). The psychological impact of sexual assault on women and children: a review. *Annals of Sex Research*, 3(2), 187-232.
- Hanson, R. K., & Bussière, M. T. (1998). Predicting relapse: a meta-analysis of sexual offender recidivism studies. *Journal of Consulting and Clinical Psychology*, 66(2), 348-362.
- Hanson, R. K., & Harris, A. J. R. (2000). Where should we intervene? Dynamic predictors of sexual offense recidivism. *Criminal Justice and Behavior*, 27(1), 6-35.
- Hanson, R. K., & Morton-Bourgon, K. E. (2005). The characteristics of persistent sexual offenders: a meta-analysis of recidivism studies. *Journal of Consulting and Clinical Psychology*, 73(6), 1154-1163.
- Harmon, G. A., Owens, R. G., & Dewey, M. E. (1995). Rapists' versus non-rapists' attitudes towards women: a British study. *International Journal of Offender Therapy and Comparative Criminology*, 39(3), 269-275.
- Helmus, L., Hanson, R. K., Babchishin, K. M., & Mann, R. E. (2013). Attitudes supportive of sexual offending predict recidivism: a meta-analysis. *Trauma, Violence & Abuse*, 14(1), 34-53.
- Hendrick, S., & Hendrick, C. (1987). Multidimensionality of sexual attitudes. *Journal of Sex Research*, 23(4), 502-526.
- Hendrick, S., Hendrick, C., Slapion-Foote, M. J., & Foote, F. H. (1985). Gender differences in sexual attitudes. *Journal of Personality and Social Psychology*, 48(6), 1630-1642.
- Howells, K., Shaw, F., Greasley, M., Robertson, J., Gloster, D., & Metcalfe, N. (1984). Perceptions of rape in a British sample: effects of relationship, victim status, sex, and attitudes to women. *British Journal of Social Psychology*, 23(1), 35-40.
- Hsu, J. (1975). On the assessment of trip makers preference by paired comparison scaling.

- Psychological Reports*, 36(2), 499-504.
- Hudson, S. M., Marshall, W. L., Wales, D. S., McDonald, E., Bakker, L. W., & McLean, A. (1993). Emotional recognition skills of sex offenders. *Annals of Sex Research*, 6(3), 199-211.
- Hudson, W. W., Murphy, G. J., & Nurius, P. S. (1983). A short-form scale to measure liberal vs. conservative orientations toward human sexual expression. *Journal of Sex Research*, 19(3), 258-272.
- Hunter, K. I., Linn, M. W., & Harris, R. (1981). Relationship between women's attitudes and choice of birth control. *Psychological reports*, 49(2), 372-374.
- Hutchinson, R. L., Tess, D. E., Gleckman, A. D., Hagans, C. L., & Reese, L. R. E. (1994). Students' perceptions of male sexually aggressive behavior as a function of educational level and gender. *Sex Roles*, 30(5/6), 407-422.
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). *Projeção da população do Brasil e das Unidades da Federação*. Recuperado em 11 de abril de 2018, de <https://www.ibge.gov.br/apps/populacao/projecao/>
- Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA). (2014). *Tolerância social à violência contra as mulheres. Sistema de Indicadores de Percepção Social (SIPS)*. Recuperado em 26 de maio de 2016, de http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/SIPS/140327_sips_violencia_mulheres.pdf
- Jackson, S. (1978). The social context of rape: sexual scripts and motivation. *Women's Studies International Quarterly*, 1(1), 27-38.
- Jamieson, S. (2004). Likert scales: how to (ab)use them. *Medical Education*, 38(12), 1217-1218.
- Jenkins, M. J., & Dambrot, F. H. (1987). The attribution of date rape: observer's attitudes and sexual experiences and the dating situation. *Journal of Applied Social Psychology*, 17(10), 875-895.
- Jewkes, R., Sen, P., & Garcia-Moreno, C. (2002). Chapter 6. Sexual violence. In E. G. Krug, L. L. Dahlberg, J. A. Mercy, A. B. Zwi & R. Lozano (Eds.), *World report on violence and health* (pp. 147-181). Geneva: World Health Organization.
- Johnson, L. G., & Beech, A. (2017). Rape myth acceptance in convicted rapists: a systematic review of the literature. *Aggression and Violent Behavior*, 34, 20-34.
- Jones, L. V., & Thurstone, L. L. (1955). The psychophysics of semantics: an experimental investigation. *The Journal of Applied Psychology*, 39(1), 31-36.
- Jordan, J. (2012). Silencing rape, silencing women. In J. M. Brown & S. L. Walklate, *Handbook on Sexual Violence* (pp. 253-286). New York: Routledge.
- Kamphuis, J. H., Ruiter, C., Janssen, B., & Spiering, M. (2005). Preliminary evidence for an automatic link between sex and power among men who molest children. *Journal of Interpersonal Violence*, 20(11), 1351-1365.
- Katz, D. (1989). Foreword. In A. R. Pratkanis, S. J. Breckler & A. G. Greenwald (Eds.), *Attitude structure and function* (pp. xi-xiv). New Jersey: Lawrence Erlbaum Associates.
- Klement, K. R., Sagarin, B. J. & Lee, E. M. (2016). Participating in a culture of consent may be associated with lower rape-supportive beliefs. *The Journal of Sex Research*, 54(1), 130-134.
- Klepousniotou, E., Titone, D., & Romero, C. (2008). Making sense of word senses: the comprehension of polysemy depends on sense overlap. *Journal of Experimental Psychology: Learning, Memory, and Cognition*, 34(6), 1534-1543.
- Knapp, T. R. (1990). Treating ordinal scales as interval scales: an attempt to resolve the controversy. *Nursing Research*, 39(2), 121-123.

- Knight, R. A. (2010). Is a diagnostic category for paraphilic coercive disorder defensible. *Archives of Sexual Behavior*, 39(2), 419-426.
- Knight, R. A., & Prentky, R. A. (1990). Classifying sex offenders: The development and corroboration of taxonomic models. In W. L. Marshall, D. R. Laws & H. E. Barbaree, *Handbook of sexual assault: issues, theories, and treatment of the offender* (pp. 23-54). USA: Springer.
- Koch, J., Berner, W., Hill, A., & Briken, P. (2011). Sociodemographic and diagnostic characteristics of homicidal and nonhomicidal sexual offenders. *Journal of Forensic Sciences*, 56(6), 1626-1631.
- Koralewski, M. A., & Conger, J. C. (1992). The assessment of social skills among sexually coercive college males. *The Journal of Sex Research*, 29(2), 169-188.
- Koss, M. P. (1985). The hidden rape victim: personality, attitudinal, and situational characteristics. *Psychology of Women Quarterly*, 9(2), 193-212.
- Koss, M. P. (1993). Rape: scope, impact, interventions, and public policy responses. *American Psychologist*, 48(10), 1062-1069.
- Koss, M. P., Dinero, T. E., Seibel, C. A., & Cox, S. L. (1988). Stranger and acquaintance rape: are there differences in the victim's experience? *Psychology of Women Quarterly*, 12(1), 1-24.
- Koss, M. P., Leonard, K. E., Beezley, D. A., & Oros, C. J. (1985). Nonstranger sexual aggression: a discriminant analysis of the psychological characteristics of undetected offenders. *Sex Roles*, 12(9/10), 981-992.
- Krosnick, J. A., Judd, C. M., & Wittenbrink, B. (2005). The measurement of attitudes. In D. Albarracín, B. T. Johnson & M. P. Zanna (Eds.), *The handbook of attitudes* (pp. 21-76). New Jersey: Lawrence Erlbaum Associates.
- Krug, E. G., Mercy, J. A., Dahlberg, L. L., & Zwi, A. B. (2002). The world report on violence and health. *The Lancet*, 360(9339), 1083-1088.
- Lalumière, M. L., & Quinsey, V. L. (1994). The discriminability of rapists from non-sex offenders using phallometric measures: a meta-analysis. *Criminal Justice and Behavior*, 21(1), 150-175.
- Laranjeira, R., Madruga, C. S., Pinsky, I., & Viana, M. C. (2014). *II Levantamento Nacional de Álcool e Drogas: Violência contra a criança ou adolescente*. São Paulo: INPAD.
- Le Gall, A., Mullet, E., & Shafighi, S. R. (2002). Age, religious beliefs, and sexual attitudes. *The Journal of Sex Research*, 39(3), 207-216.
- Lei n. 11.340. (2006, 07 de agosto). Recuperado em 01 de maio, de http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/111340.htm.
- Lei n. 12.015. (2009, 07 de agosto). Recuperado em 01 de maio de 2016, de http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2009/Lei/L12015.htm#art4.
- Lei n. 13.104. (2015, 09 de março). Recuperado em 01 de maio de 2016, de http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13104.htm#art1.
- Lei n. 8.072. (1990, 25 de julho). Recuperado em 01 de maio de 2016, de http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8072.htm#art213.
- Leibold, J. M., & McConnell, A. R. (2004). Women, sex, hostility, power, and suspicion: sexually aggressive men's cognitive associations. *Journal of Experimental Social Psychology*, 40(2), 256-263.
- Lievore, D. (2005). Thoughts on recidivism and rehabilitation of rapists. *University of New South Wales Law Journal*, 28(1), 293-298.
- Lima, L. P. (2004). Atitudes: Estrutura e mudança. In J. Vala & M. B. Monteiro (Coords.), *Psicologia Social* (pp. 187-225). Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Lima, R. S., & Bueno, S. (Coords.). (2012). *Anuário Brasileiro de Segurança Pública* (Ano 6). São Paulo: Fórum Brasileiro de Segurança Pública.

- Lima, R. S., & Bueno, S. (Coords.). (2013). *Anuário Brasileiro de Segurança Pública* (Ano 7). São Paulo: Fórum Brasileiro de Segurança Pública.
- Lima, R. S., & Bueno, S. (Coords.). (2014). *Anuário Brasileiro de Segurança Pública* (Ano 8). São Paulo: Fórum Brasileiro de Segurança Pública.
- Lima, R. S., & Bueno, S. (Coords.). (2015). *Anuário Brasileiro de Segurança Pública* (Ano 9). São Paulo: Fórum Brasileiro de Segurança Pública.
- Lima, R. S., & Bueno, S. (Coords.). (2016). *Anuário Brasileiro de Segurança Pública* (Ano 10). São Paulo: Fórum Brasileiro de Segurança Pública.
- Lima, R. S., & Bueno, S. (Coords.). (2017). *Anuário Brasileiro de Segurança Pública* (Ano 11). São Paulo: Fórum Brasileiro de Segurança Pública.
- Lima, R. S., Bueno, S., Santos, T., Marchini, L., & Rodrigues, B. (2011). *Anuário Brasileiro de Segurança Pública* (Ano 5). São Paulo: Fórum Brasileiro de Segurança Pública.
- Lima, R. S., Bueno, S., Vinuto, J., & Santos, T. (2010). *Anuário do Fórum Brasileiro de Segurança Pública* (Ano 4). São Paulo: Fórum Brasileiro de Segurança Pública.
- Lima, R. S., Neto, P. M., & Taets, A. (Coords. Téc.). (2007). *Anuário do Fórum Brasileiro de Segurança Pública*. São Paulo: Fórum Brasileiro de Segurança Pública.
- Lima, R. S., Ratton Jr., J. L., Taets, A., Cano, I., Barreto Jr, J. T, Kahn, T. et al. (Coords.). (2009). *Anuário do Fórum Brasileiro de Segurança Pública* (Ano 3). São Paulo: Fórum Brasileiro de Segurança Pública.
- Lima, R. S., Ricardo, M. T., & Taets, A. (Coords. Téc.). (2008). *Anuário do Fórum Brasileiro de Segurança Pública* (Ano 2). São Paulo: Fórum Brasileiro de Segurança Pública.
- Lipton, D. N., McDonel, E. C., & McFall, R. M. (1987). Heterosocial perception in rapists. *Journal of Consulting and Clinical Psychology*, 55(1), 17-21.
- Lisak, D., & Miller, P. M. (2002). Repeat rape and multiple offending among undetected rapists. *Violence and Victims*, 17(1), 73-84.
- Lloyd, E. A. (2001). Science Gone Astray: Evolution and Rape. *Michigan Law Review*, 99(6), pp. 1536-1559.
- Loch, J. A. (2011). *Princípios da Bioética*. Núcleo de Hospital Universitário da UFMS. Recuperado em 19 de outubro de 2015, de [http://www.nhu.ufms.br/Bioetica/Textos/Princ%C3%ADpios/PRINCÍPIOS%20DA%20BIOÉTICA%20\(3\).pdf](http://www.nhu.ufms.br/Bioetica/Textos/Princ%C3%ADpios/PRINCÍPIOS%20DA%20BIOÉTICA%20(3).pdf)
- Lonsway, K. A., & Fitzgerald, L. F. (1994). Rape myths: in review. *Psychology of Women Quarterly*, 18(2), 133-164.
- Lonsway, K. A., & Fitzgerald, L. F. (1995). Attitudinal antecedents of rape myth acceptance: a theoretical and empirical reexamination. *Journal of Personality and Social Psychology*, 68(4), 704-711.
- Luce, R. D. (1994). Thurstone and sensory scaling: then and now. *Psychological Review*, 101(2), 271-277.
- Luce, R. D., & Krumhansl, C. L. (1988). Measurement, scaling and psychophysics. In R. C. Atkison, R. J. Herrnstein, G. Lindzey & R. D. Luce (Eds.), *Stevens' Handbook of Experimental Psychology, Perception and Motivation* (Vol. 1, 2a ed., pp. 3-74). EUA: Wiley.
- Luker, K. A., Beaver, K., Leinster, S. J., Owens, R. G., Degner, L. F., & Sloan, J. A. (1995). The information needs of women newly diagnosed with breast cancer. *Journal of advanced nursing*, 22(1), 134-141.
- Machado, C. L., Fernandes, A. M. S., Osis, M. J. D., & Makuch, M. Y. (2015). Gravidez após violência sexual: vivências de mulheres em busca da interrupção legal. *Cadernos de Saúde Pública*, 31(2), 345-353.
- MacKenzie, D. L., & Goodstein, L. (1985). Long-term incarceration impacts and characteristics of long-term offenders: an empirical analysis. *Criminal Justice and*

- Behavior*, 12(4), 395-414.
- Mackey, T. F., Hacker, S. S., Weissfeld, L. A., Ambrose, N. C., Fisher, M. G., & Zobel, D. L. (1991). Comparative effects of sexual assault on sexual functioning of child sexual abuse survivors and others. *Issues in Mental Health Nursing*, 12(1), 89-112.
- Maio, G. R., & Haddock, G. (2007). Attitude change. In A. W. Kruglanski & E. T. Higgins (Eds.), *Social psychology: handbook of basic principles* (2a ed., pp. 565-586). New York: The Guilford Press.
- Maio, G. R., Olson, J. M., Bernard, M. M., & Luke, M. A. (2006). Ideologies, values, attitudes, and behavior. In Delamarter, J. (Ed.), *Handbook of social psychology* (pp. 283-308). New York: Springer.
- Malamuth, N. M. (1989). The attraction to sexual aggression scale: part one. *The Journal of Sex Research*, 26(1), 26-49.
- Malamuth, N. M. (1998). An evolutionary-based model integrating research on the characteristics of sexually coercive men. In J. G. Adair, D. Belanger & K. L. Dion (Eds.), *Advances in Psychological Science* (Vol. 1) (pp. 151-184). Hove, Reino Unido: Psychology Press Ltd.
- Malamuth, N. M., & Brown, L. M. (1994). Sexually aggressive men's perceptions of women's communications: testing three explanations. *Journal of Personality and Social Psychology*, 67(4), 699-712.
- Marks, L. E., & Gescheider, G. A. (2002). Psychophysical scaling. In H. Pashler & J. Wixted (Eds.), *Stevens' Handbook of experimental psychology* (pp. 91-138). Nova York, EUA: John Wiley & Sons.
- Marolla, J., & Scully, D. (1986). Attitudes toward women, violence, and rape: a comparison of convicted rapists and other felons. *Deviant Behavior*, 7(4), 337-355.
- Marshall, W. L. (1988). The use of sexually explicit stimuli by rapists, child molesters, and nonoffenders. *The Journal of Sex Research*, 25(2), 267-288.
- Mason, F., & Lodrick, Z. (2013). Psychological consequences of sexual assault. *Best Practice & Research Clinical Obstetrics and Gynaecology*, 27(1), 27-37.
- McFall, R. M. (1990). The enhancement of social skills: an information-processing analysis. In W. L. Marshall, D. R. Laws & H. E. Barbaree, *Handbook of sexual assault: issues, theories, and treatment of the offender* (pp. 311-330). USA: Springer.
- McFarlane, J. (2007). Pregnancy following partner rape: what we know and what we need to know. *Trauma, Violence & Abuse*, 8(2), 127-134.
- McKibbin, W. F., Shackelford, T. K., Goetz, A. T., & Starratt, V. G. (2008). Why do men rape: an evolutionary psychological perspective. *Review of General Psychology*, 12(1), 86-97.
- McKregor, J. (2012). The legal heritage of the crime of rape. In J. M. Brown & S. L. Walklate, *Handbook on Sexual Violence* (pp. 69-89). New York: Routledge.
- Miller, W. R., & Lief, H. I. (1979). The Sex Knowledge and Attitude Test (SKAT). *Journal of Sex & Marital Therapy*, 5(3), 282-287.
- Ministério da Saúde do Brasil. Secretaria de Políticas de Saúde. (2002). *Violência Intrafamiliar: orientações para a prática em serviço*. Brasília: Ministério da Saúde.
- Ministério da Saúde do Brasil. *Sistema de Informação de Agravos de Notificação (SINAN)*. Recuperado em 25 de maio de 2016, de <http://portalsinan.saude.gov.br>.
- Minturn, L., Grosse, M., & Haider, S. (1969). Cultural patterning of sexual beliefs and behavior. *Ethnology*, 8(3), 301-318.
- Mokros, A., Schilling, F., Eher, R., & Nitschke, J. (2012). The severe sexual sadism scale: cross-validation and scale properties. *Psychological Assessment*, 24(3), 764-769.
- Moraes, C. L., Cabral, C. S., & Heilborn, M. L. (2006). Magnitude e caracterização de situações de coerção sexual vivenciadas por jovens de três grandes capitais brasileiras:

- Porto Alegre, Rio de Janeiro e Salvador. *Cadernos de Saúde Pública*, 22(7), 1493-1504.
- Morrison, E. F. (1993). A comparison of perceptions of aggression and violence by psychiatric nurses. *International Journal of Nursing Studies*, 30(3), 261-268.
- Moura, L. B. A., Gandolfi, L., Vasconcelos, A. M. N., & Pratesi, R. (2009). Violências contra mulheres por parceiro íntimo em área urbana economicamente vulnerável, Brasília, DF. *Revista de Saúde Pública*, 43(6), 944-953.
- Moyano, N., Monge, F. S., & Sierra, J. C. (2017). Predictors of sexual aggression in adolescents: gender dominance vs. rape supportive attitudes. *The European Journal of Psychology Applied to Legal Context*, 9(1), 25-31.
- Muehlenhard, C. L. (1988). "Nice women" don't say yes and "real men" don't say no. *Women & Therapy*, 7(2-3), 95-108.
- Muehlenhard, C. L., & Falcon, P. L. (1990). Men's heterosocial skill and attitudes toward women as predictors of verbal sexual coercion and forceful rape. *Sex Roles*, 23(5/6), 241-259.
- Murnen, S. K., Wright, C., & Kaluzny, G. (2002). If "boys will be boys," then girls will be victims? A meta-analytic review of the research that relates masculine ideology to sexual aggression. *Sex Roles*, 46(11/12), 359-375.
- Mussweiler, T., & Förster, J. (2000). The sex → aggression link: a perception-behavior dissociation. *Journal of Personality and Social Psychology*, 79(4), 507-520.
- Myers, D. G. (2003). *Explorando a psicologia*. (Trad. C. A. de Menezes, 5 ed.). Rio de Janeiro: LTC.
- Nagel, B., Matsuo, H., McIntyre, K. P., & Morrison, N. (2005). Attitudes toward victims of rape: effects of gender, race, religion, and social class. *Journal of Interpersonal Violence*, 20(6), 725-737.
- Nealey, S. M. (1963). Pay and benefit preference. *Industrial Relations: A Journal of Economy and Society*, 3(1), 17-28.
- Nieuwoudt, J. M., Plug, C., & Mynhardt, J. C. (1977). White ethnic attitudes after Soweto: A field experiment. *South African Journal of Sociology*, 1977(16), 1-12.
- Noll, J. G., Horowitz, L. A., Bonanno, G. A., Trickett, P. K., & Putnam, F. W. (2003). Revictimization and self-harm in females who experienced childhood sexual abuse: results from a prospective study. *Journal of Interpersonal Violence*, 18(12), 1452-1471.
- Norman, G. (2010). Likert scales, levels of measurement and the "laws" of statistics. *Advances in Health Sciences Education*, 15(5), 625-632.
- Norris, J., & Feldman-Summers, S. (1981). Factors related to the psychological impacts of rape on the victim. *Journal of Abnormal Psychology*, 90(6), 562-567.
- Nunes, K. L., Hermann, C. A., & Ratcliffe, K. (2013). Implicit and explicit attitudes toward rape are associated with sexual aggression. *Journal of Interpersonal Violence*, 28(13), 2657-2675.
- O'Donohue, W., McKay, S., & Schewe, P. A. (1996). Rape: the roles of outcome expectancies and hypermasculinity. *Sexual Abuse: A Journal of Research and Treatment*, 8(2), 133-141.
- Öberg, K., Fugl-Meyer, K. S., & Fugl-Meyer, A. R. (2002). On sexual well-being in sexually abused Swedish women: epidemiological aspects. *Sexual and Relationship Therapy*, 17(4), 329-341.
- Odalia, N. (1986). *O que é violência* (4a ed.). São Paulo: Brasiliense.
- Oliver, C. J., Beech, A. R., Fisher, D., & Beckett, R. (2007). A comparison of rapists and sexual murderers on demographic and selected psychometric measures. *International Journal of Offender Therapy and Comparative Criminology*, 51(3), 298-312.

- Organização das Nações Unidas. (1993). *Declaration on the Elimination of Violence Against Women*. United Nations General Assembly. Recuperado em 25 de abril de 2016, de <http://www.un.org/documents/ga/res/48/a48r104.htm>.
- Oshikata, C. T., Bedone, A. J., & Faúndes, A. (2005). Atendimento de emergência a mulheres que sofreram violência sexual: características das mulheres e resultados até seis meses pós-agressão. *Cadernos de Saúde Pública*, 21(1), 192-199.
- Oshikata, C. T., Bedone, A. J., Papa, M. S. F., Santos, G. B., Pinheiro, C. D., & Kalies, A. H. (2011). Características das mulheres violentadas sexualmente e da adesão ao seguimento ambulatorial: tendências observadas ao longo dos anos em um serviço de referência em Campinas, São Paulo, Brasil. *Cadernos de Saúde Pública*, 27(4), 701-713.
- Ostrom, T. M. (1989). Interdependence of Attitude Theory and Measurement. In A. R. Pratkanis, S. J. Breckler & A. G. Greenwald (Eds.), *Attitude structure and function* (pp. 11-36). New Jersey: Lawrence Erlbaum Associates.
- Otterbein, K. F. (1979). A cross-cultural study of rape. *Aggressive Behavior*, 5(4), 425-435.
- Overholser, J. C., & Beck, S. (1986). Multimethod assessment of rapists, child molesters, and three control groups on behavioral and psychological measure. *Journal of Consulting and Clinical Psychology*, 54(5), 682-687.
- Page, A. D. (2008). Judging women and defining crime: police officers' attitudes toward women and rape. *Sociological Spectrum*, 28(4), 389-411.
- Palmer, C. (1989). Is rape a cultural universal: a re-examination of the ethnographic data. *Ethnology*, 28(1), 1-16.
- Palmer, C. T. (1991). Human Rape: Adaptation or By-Product? *The Journal of Sex Research*, 28(3), pp. 365-386.
- Park, J., Schlesinger, L. B., Pinizzotto, A. J., & Davis, E. F. (2008). Serial and single-victim rapists: differences in crime-scene violence, interpersonal involvement, and criminal sophistication. *Behavioral Sciences and the Law*, 26(2), 227-237.
- Pasquali, L., Souza, M. S. C., & Tanizaki, T. Y. (1985). Escala de atitude diante da sexualidade. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 1(2), 175-194.
- Pawlak, A. E., Boulet, J. R., & Bradford, J. M. W. (1991). Discriminant analysis of a sexual-functioning inventory with intrafamilial and extrafamilial child molesters. *Archives of Sexual Behavior*, 20(1), 27-34.
- Peplau, L. A. (2003). Human sexuality: how do men and women differ? *Current Directions in Psychological Science*, 12(2), 37-40.
- Perani, D., Cappa, S. F., Schnur, T., Tettamanti, M., Collina, S., Rosa, M. M., & Fazio, F. (1999). The neural correlates of verb and noun processing: a PET study. *Brain: A Journal of Neurology*, 122(12), 2337-2344.
- Perilloux, C., Duntley, J. D., & Buss, D. M. (2014). Blame attribution in sexual victimization. *Personality and Individual Differences*, 63, 81-86.
- Powers, R. A., Leili, J., Hagman, B., & Cohn, A. (2015). The impact of college education on rape myth acceptance, alcohol expectancies, and bystander attitudes. *Deviant Behavior*, 36(12), 956-973.
- Price, E. L., Byers, E. S., Belliveau, N., Bonner, R., Caron, B., Doiron, D. et al. (1999). The attitudes towards dating violence scales: development and initial validation. *Journal of Family Violence*, 14(4), 351-375.
- Pryor, J. B., & Stoller, L. M. (1994). Sexual cognition processes in men high in the likelihood to sexually harass. *Personality and Social Psychology Bulletin*, 20(2), 163-169.
- Quinsey, V. L., & Lalumière, M. L. (1995). Evolutionary perspectives on sexual offending. *Sexual Abuse: A Journal Of Research and Treatment*, 7(4), 301-315.
- Ramos, C. R. A., Medici, V. P. G., & Puccia, M. I. R. (2009). Mulheres vitimadas

- sexualmente – perfil sociodemográfico e análise do atendimento em um centro de referência. *Revista do Instituto de Ciências da Saúde*, 27(1), 22-27.
- Rapaport, K., & Burkhart, B. R. (1984). Personality and attitudinal characteristics of sexually coercive college males. *Journal of Abnormal Psychology*, 93(2), 216-221.
- Reilly, M. E., Lott, B., Caldwell, D., & DeLuca, L. (1992). Tolerance for sexual harassment related to self-reported sexual victimization. *Gender & Society*, 6(1), 122-138.
- Resick, P. A. (1993). The psychological impact of rape. *Journal of Interpersonal Violence*, 8(2), 223-255.
- Rigonatti, S. P., Serafim, A. P., Caires, M. A. F., Vieira Filho, A. H. G., & Arboleda-Flores, J. (2006). Personality disorders in rapists and murderers from a maximum security prison in Brazil. *International Journal of Law and Psychiatry*, 29(5), 361-369.
- Robertiello, G., & Terry, K. J. (2007). Can we profile sex offenders? A review of sex offender typologies. *Aggression and Violent Behavior*, 12(5), 508-518.
- Roberts, J. S., Laughlin, J. E., & Wedell, D. H. (1999). Validity issues in the Likert and Thurstone approaches to attitude measurement. *Educational and Psychological Measurement*, 59(2), 211-233.
- Rozée, P. D. (1993). Forbidden or forgiven: rape in cross-cultural perspective. *Psychology of Women Quarterly*, 17(4), 499-514.
- Ryan, K. M. (2004). Further evidence for a cognitive component of rape. *Aggression and Violent Behavior*, 9(6), 579-604.
- Sanday, P. R. (1981). The Socio-Cultural Context of Rape: A cross-cultural study. *Journal of Social Issues*, 37(4), 5-27.
- Santiago, J. M., McCall-Perez, F., Gorcey, M., & Beigel, A. (1985). Long-term psychological effects 35 rape victims. *American Journal of Psychiatry*, 142(11), 1338-1340.
- Schiavi, R. C., Derogatis, L. R., Kuriansky, J., O'Connor, D., & Sharpe, L. (1979). The assessment of sexual function and marital interaction. *Journal of sex & marital therapy*, 5(3), 169-224.
- Schraiber, L. B., D'Oliveira, A. F. P. L., França-Junior, I., Diniz, S., Portella, A. P., Ludermir, A. B. et al. (2007). Prevalência da violência contra a mulher por parceiro íntimo em regiões do Brasil. *Revista de Saúde Pública*, 41(5), 797-807.
- Schwanberg, S. L. (1993). Attitudes towards gay men and lesbian women: Instrumentation issues. *Journal of Homosexuality*, 26(1), 99-136.
- Scott, R. L., & Tetreault, L. A. (1987). Attitudes of rapists and other violent offenders toward women. *The Journal of Social Psychology*, 127(4), 375-380.
- Scully, D. (1988). Convicted rapists' perceptions of self and victim: role taking and emotions. *Gender & Society*, 2(2), 200-213.
- Secretaria de Administração Penitenciária do Estado de São Paulo. Recuperado em 27 de setembro de 2017, de <http://www.sap.sp.gov.br/principal.html>
- Secretaria Municipal de Educação da Prefeitura de São Paulo. As Cinco Formas de Atendimento da Educação de Jovens e Adultos na Cidade de São Paulo. Recuperado em 26 de setembro de 2017, de <http://portal.sme.prefeitura.sp.gov.br/Main/Page/PortalSMESP/Formas-de-Atendimento>
- Segal, Z. V., & Marshall, W. L. (1985). Heterosexual social skills in a population of rapists and child molesters. *Journal of Consulting and Clinical Psychology*, 53(1), 55-63.
- Segal, Z. V., & Stermac, L. (1984). A measure of rapists' attitudes towards women. *International Journal of Law and Psychiatry*, 7(3-4), 437-440.
- Segal, Z. V., & Stermac, L. E. (1990). The role of cognition in sexual assault. In W. L. Marshall, D. R. Laws & H. E. Barbaree, *Handbook of sexual assault: issues, theories, and treatment of the offender* (pp. 161-174). USA: Springer.

- Seto, M. C., Babchishin, K. M., Pullman, L. E., & McPhail, I. V. (2015). The puzzle of intrafamilial child sexual abuse: a meta-analysis comparing intrafamilial and extrafamilial offenders with child victims. *Clinical Psychology Review, 39*, 42-57.
- Shields, W. M., & Shields, L. M. (1983). Forcible Rape: An Evolutionary Perspective. *Ethology and Sociobiology, 4*(3), 115-136.
- Sierra, J. C., Gutiérrez-Quintanilla, R., Bermúdez, M. P., & Buela-Casal, G. (2009). Male sexual coercion: analysis of a few associated factors. *Psychological Reports, 105*(1), 69-79.
- Sierra, J. C., Santos-Iglesias, P., Gutiérrez-Quintanilla, R., Bermúdez, M. P., & Buela-Casal, G. (2010). Factors associated with rape-supportive attitudes: sociodemographic variables, aggressive personality, and sexist attitudes. *The Spanish Journal of Psychology, 13*(1), 202-209.
- Smith, P., & Waterman, M. (2003). Processing bias for aggression words in forensic and nonforensic samples. *Cognition and Emotion, 17*(5), 681-701.
- Smith, P., & Waterman, M. (2004). Processing bias for sexual material: the emotional stroop and sexual offenders. *Sexual Abuse: A Journal of Research and Treatment, 16*(2), 163-171.
- Smuts, B. (1992). Male aggression against women: an evolutionary perspective. *Human Nature, 3*(1), 1-44.
- Smuts, B. B., & Smuts, R. W. (1993). Male aggression and sexual coercion of females in nonhuman primates and other mammals: evidence and theoretical implications. *Advances in the Study of Behavior, 22*, 1-63.
- Souza, C. D. M., & Adesse, L. (2005). *Violência sexual no Brasil: perspectivas e desafios*. Brasília: Ipas e Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres.
- Spence, J. T., Helmreich, R., & Stapp, J. (1973). A short version of the Attitudes Towards Women Scale (ATW). *Bulletin of the Psychonomic Society, 2*(4), 219-220.
- Spiering, M., Everaerd, W., & Elzinga, B. (2002). Conscious processing of sexual information: interference caused by sexual primes. *Archives of Sexual Behavior, 31*(2), 159-164.
- Spiering, M., Everaerd, W., & Janssen, E. (2003). Priming the sexual system: implicit versus explicit activation. *The Journal of Sex Research, 40*(2), 134-145.
- Spiering, M., Everaerd, W., & Laan, E. (2004). Conscious processing of sexual information: mechanisms of appraisal. *Archives of Sexual Behavior, 33*(4), 369-380.
- Spohn, C., & Horney, J. (1992). *Rape law reform: a grassroots revolution and its impact*. New York: Springer Science & Business Media.
- Stermac, L. E., Segal, Z. V., & Gillis, R. (1990). Social and cultural factors in sexual assault. In W. L. Marshall, D. R. Laws & H. E. Barbaree, *Handbook of sexual assault: issues, theories, and treatment of the offender* (pp. 143-159). USA: Springer.
- Stevens, S. S. (1946). On the theory of scales of measurement. *Science, 103*(2684), 677-680.
- Suarez, E., & Gadalla, T. M. (2010). Stop blaming the victim: a meta-analysis on rape myths. *Journal of Interpersonal Violence, 25*(11), 2010-2035.
- Syme, M. L., & Cohn, T. J. (2016). Examining aging sexual stigma attitudes among adults by gender, age, and generational status. *Aging & Mental Health, 20*(1), 36-45.
- Symons, D. (1979). *The Evolution of Human Sexuality*. New York: Oxford University Press.
- Tabossi, P., & Zardon, F. (1993). Processing ambiguous words in context. *Journal of Memory and Language, 32*(3), 359-372.
- Tavara, L. (2006). Sexual violence. *Best Practice & Research Clinical Obstetrics and Gynaecology, 20*(3), 395-408.
- Thornhill, R., & Thornhill, N. W. (1983). Human rape: an evolutionary analysis. *Ethology and Sociobiology, 4*(3), pp. 137-173.

- Thornhill, R., & Thornhill, N. W. (1992). The evolutionary psychology of men's coercive sexuality. *Behavioral and Brain Sciences*, 15(2), 363-421.
- Thurstone, L. L. (1927a). A law of comparative judgment. *Psychological review*, 34(4), 273-286.
- Thurstone, L. L. (1927b). A mental unit of measurement. *Psychological Review*, 34(6), 415-423.
- Thurstone, L. L. (1927c). Psychophysical analysis. *The American Journal of Psychology*, 38(3), 368-389.
- Thurstone, L. L. (1927d). The method of paired comparisons for social values. *The Journal of Abnormal and Social Psychology*, 21(4), 384-400.
- Thurstone, L. L. (1928a). An experimental study of nationality preferences. *The Journal of General Psychology*, 1(3-4), 405-425.
- Thurstone, L. L. (1928b). Attitudes can be measured. *American Journal of Sociology*, 33(4), 529-554.
- Thurstone, L. L. (1928c). The measurement of opinion. *Journal of Abnormal and Social Psychology*, 22(4), 415-430.
- Thurstone, L. L. (1929). The measurement of psychological value. In T. V. Smith & W. K. Wright (Eds.), *Essays in Philosophy by Seventeen Doctors of Philosophy of the University of Chicago* (pp. 157-174). Chicago: Open Court.
- Thurstone, L. L. (1931). The measurement of social attitudes. *The Journal of Abnormal and Social Psychology*, 26(3), 249-269.
- Thurstone, L. L. (1959). Introduction – Part II: Subjective Measurement. In *The Measurement of Value* (pp. 15-18). Chicago: University of Chicago
- Thurstone, L. L., & Chave, E. J. (1929). Theory of Attitude Measurement. In *The measurement of attitude: a psychophysical method and some experiments with a scale for measuring attitude toward the church* (pp. 1-21). Chicago: University of Chicago.
- Tinbergen, N. (1963). On aims and methods of ethology. *Zeitschrift für Tierpsychologie*, 20(4), 410-433.
- Trickett, P. K., Noll, J. G., & Putnam, F. W. (2011). The impact of sexual abuse on female development: lessons from a multigenerational, longitudinal research study. *Development and Psychopathology*, 23(2), 453-476.
- Tyler, L. K., Russell, R., Fadili, J., & Moss, H. E. (2001). The neural representation of nouns and verbs: PET studies. *Brain: A Journal of Neurology*, 124(8), 1619-1634.
- Ullman, S. E., Filipas, H. H., Townsend, S. M., & Starzynski, L. L. (2006). The role of victim-offender relationship in women's sexual assault experiences. *Journal of Interpersonal Violence*, 21(6), 798-819.
- Van Berlo, W., & Ensink, B. (2000). Problems with sexuality after sexual assault. *Annual Review of Sex Research*, 11(1), 235-257.
- Vandermassen, G. (2011). Evolution and rape: a feminist darwinian perspective. *Sex Roles*, 64(9), 732-747.
- Vargas, J. D. (2008). Padrões do estupro no fluxo do sistema de justiça criminal em Campinas, São Paulo. *Revista Katálysis*, 11(2), 177-186.
- Velleman, P. F., & Wilkinson, L. (1993). Nominal, ordinal, interval, and ratio typologies are misleading. *The American Statistician*, 47(1), 65-72.
- Vieraitis, L. M., Kovandzic, T. V., & Marvell, T. M. (2007). The criminogenic effects of imprisonment: evidence from state panel data, 1974–2002. *Criminology & Public Policy*, 6(3), 589-622.
- Vigliocco, G., Vinson, D. P., Druks, J., Barber, H., & Cappa, S. F. (2011). Nouns and verbs in the brain: a review of behavioural, electrophysiological, neuropsychological and imaging studies. *Neuroscience and Biobehavioral Reviews*, 35(3), 407-426.

- Voller, E. K., Long, P. J., & Aosved, A. C. (2009). Attraction to sexual violence towards women, sexual abuse of children, and non-sexual criminal behavior: testing the specialist vs. generalist models in male college students. *Archives of Sexual Behavior*, 38(2), 235-243.
- Waiselfisz, J. J. (2015). *Mapa da Violência 2015: Homicídio de mulheres no Brasil*. Brasília: Flacso Brasil.
- Waite, L. J., Laumann, E. O., Das, A., & Schumm, L. P. (2009). Sexuality: measures of partnerships, practices, attitudes, and problems in the national social life, health, and aging study. *Journal of Gerontology: Social Sciences*, 64B(S1), i56-i66.
- Walby, S., Armstrong, J., & Strid, S. (2012). Developing measures of multiple forms of sexual violence and their contested treatment in the criminal justice system. In J. M. Brown & S. L. Walklate, *Handbook on Sexual Violence* (pp. 90-113). New York: Routledge.
- Ward, T. (2000). Sexual offenders' cognitive distortions as implicit theories. *Aggression and Violent Behavior*, 5(5), 491-507.
- Ward, T., & Siegert, R. (2002). Rape and evolutionary psychology: a critique of Thornhill and Palmer's theory. *Aggression and Violent Behavior*, 7(2), 145-168.
- Ward, T., Hudson, S. M., Johnston, L., & Marshall, W. (1997). Cognitive distortions in sex offenders: an integrative review. *Clinical Psychology Review*, 17(5), 479-507.
- Watson-Franke, M. B. (2002). A world in which women move freely without fear of men: an anthropological perspective on rape. *Women's Studies International Forum*, 25(6), 599-606.
- Watts, C., & Zimmerman, C. (2002). Violence against women: global scope and magnitude. *The Lancet*, 359(9313), 1232-1237.
- Witryol, S. L. (1954). Scaling procedures based on the method of paired comparisons. *The Journal of Applied Psychology*, 38(1), 31-37.
- Woods, L., & Porter, L. (2008). Examining the relationship between sexual offenders and their victims: interpersonal differences between stranger and non-stranger sexual offences. *Journal of Sexual Aggression*, 14(1), 61-75.
- Wyatt, G. E., Guthrie, D., & Notgrass, C. M. (1992). Differential effects of women's child sexual abuse and subsequent sexual revictimization. *Journal of Consulting and Clinical Psychology*, 60(2), 167-173.
- Zurbriggen, E. L. (2000). Social motives and cognitive power-sex associations: predictors of aggressive sexual behavior. *Journal of Personality and Social Psychology*, 78(3), 559-581.

APÊNDICE A – Modelos de Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE)

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

INSTITUTO DE PSICOLOGIA DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
DEPARTAMENTO DE PSICOLOGIA EXPERIMENTAL

Escalonamento Psicofísico da Atitude Sexual como Ferramenta de Investigação de Violência Sexual

Pesquisadora: Tiliê Naomi Nunomura

O(A) senhor(a) está sendo convidado(a) a participar de um estudo cuja proposta é avaliar de maneira quantitativa (numérica) as distâncias entre descritores (palavras) relacionadas a atitude sexual por medida psicofísica de escalonamento subjetivo. A medida Psicofísica por Escalonamento Subjetivo consiste na obtenção de uma métrica (régua) que mede distâncias entre nossos julgamentos a respeito de atitudes sexuais. Através desse método, iremos estudar, com base nas suas escolhas das palavras, o modo como você dá importância para elas, medindo o quanto você prefere uma mais do que outras. Dessa maneira, poderemos compreender aspectos envolvidos no fenômeno da violência sexual.

Para a execução deste teste, serão apresentados aos pares, numa tela de computador, palavras que tenham algum conteúdo sexual. Conforme os pares de palavras forem aparecendo, sua tarefa será a de escolher qual das duas palavras apresenta um conteúdo sexual mais forte.

Não prevemos riscos com a sua participação nessa pesquisa. Entretanto, por se tratar de uma pesquisa com teor sexual, quaisquer eventuais desconfortos, sentimentos de inconveniência ou vergonha na aplicação do procedimento serão ouvidos e respeitados. Assumiremos responsabilidade por quaisquer situações não previstas anteriormente e que sejam decorrentes de sua participação na pesquisa. Você pode esclarecer suas dúvidas sobre qualquer aspecto deste estudo bem como desistir a qualquer momento em que desejar, sem penalização alguma. Sua participação é totalmente voluntária e com ela poderemos conhecer como os sujeitos julgam palavras sexuais, auxiliando a entender os processos mentais que estão por trás dos comportamentos violentos sexuais e das consequências da violência sexual. Com esse estudo não pretendemos apresentar fatores explicativos para o seu comportamento nem para os dos sujeitos envolvidos em violência sexual, tratando-se portanto de uma pesquisa descritiva.

Os dados serão sigilosos e suas informações pessoais como o nome, idade, endereço ou qualquer outro que possa lhe identificar não serão divulgados. Como este não é um teste de diagnóstico não teremos a possibilidade de identificar qualquer alteração psicológica nem será fornecido um laudo ou atestado. Os gastos necessários para a sua participação na pesquisa serão assumidos pelos pesquisadores.

Este Termo será apresentado em duas vias, permanecendo uma em seu poder e outra com a pesquisadora, ambas assinadas pelas partes. Este Termo foi elaborado de acordo com as diretrizes e normas regulamentadas de pesquisa envolvendo seres humanos atendendo à Resolução n.º 466, de 12 de dezembro de 2012, do Conselho Nacional de Saúde do Ministério de Saúde – Brasília – DF.

Contato com a Pesquisadora:

Tiliê Naomi Nunomura

Universidade de São Paulo, Instituto de Psicologia, Departamento de Psicologia Experimental

Endereço: Avenida Professor Mello Moraes, 1721, Bloco-A, sala E9. Cidade Universitária – São Paulo – CEP 05508-900 – Tel: (11) 3091-1918/4263

Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos do Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo
Endereço: Av. Professor Mello Moraes, 1721, Bloco G, 2º andar, sala 27. Cidade Universitária – São Paulo –
CEP 05508-030 – Email: ceph.ip@usp.br – Tel: (11) 3091-4182

Após a leitura deste documento e ter tido a oportunidade de conversar com a pesquisadora, para esclarecer todas as minhas dúvidas, acredito estar suficientemente informado, ficando claro para mim que minha participação é voluntária e que posso retirar este consentimento a qualquer momento sem penalidades ou perda de qualquer benefício. Estou ciente também dos procedimentos aos quais serei submetido, dos possíveis danos ou riscos deles provenientes e da garantia de confidencialidade e esclarecimentos sempre que desejar. Diante do exposto expresso minha concordância de espontânea vontade em participar deste estudo.

São Paulo, _____ de _____ de _____.

Assinatura do participante da pesquisa

Assinatura do pesquisador

Nome do participante _____
Documento de identidade N° _____ Data de nascimento ____/____/____
Endereço _____ N° _____
Bairro _____ Cidade _____
CEP _____ Telefone _____

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Orientações ao participante:

O termo de consentimento livre e esclarecido é um documento importante, pois garante que os seus direitos como participante da pesquisa serão respeitados. Ele contém todas as informações necessárias sobre a pesquisa que você irá participar. Importante:

- Leia este documento com atenção;
- Somente assine após ter certeza de que compreendeu bem e de que quer realmente participar.
- Você poderá desistir em qualquer momento de sua participação nesta pesquisa.

Este documento é feito em duas vias: uma via fica com o(a) pesquisador(a) e a outra fica com o participante.

Dados de Identificação:

Nome do(a) participante:
 Documento de Identidade Nº Data de Nascimento:/...../.....
 Endereço: Nº:
 Bairro: Cidade:

Dados sobre a pesquisa:

Título: Escalonamento psicofísico de atitude sexual como ferramenta de investigação de violência sexual.

Pesquisadora: Tiliê Naomi Nunomura Cargo/Função: Mestranda

Departamento: Psicologia Experimental do Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo

Pesquisa com duração de 2 anos, cuja probabilidade de risco é mínima, ou seja, é mínima a probabilidade de que o participante sofra algum dano como consequência imediata ou tardia do estudo

Justificativa e os objetivos da pesquisa: O objetivo desta pesquisa é avaliar de maneira quantitativa (numérica) o modo como você julga palavras com conteúdo sexual variado. Através desse julgamento, será possível construir uma escala e entender a importância que você dá a cada palavra. Dessa maneira, poderemos compreender aspectos envolvidos no fenômeno da violência sexual. Com esse estudo não pretendemos apresentar fatores explicativos para o seu comportamento nem para os dos sujeitos envolvidos em violência sexual, tratando-se portanto de uma pesquisa descritiva.

Procedimentos que serão utilizados e propósitos: Para a execução deste procedimento, serão apresentados aos pares, numa tela de computador, palavras que tenham conteúdo sexual variado. Conforme os pares de palavras forem aparecendo, sua tarefa será a de escolher qual das duas palavras apresenta conteúdo sexual mais forte.

Desconfortos e riscos esperados: Não prevemos riscos com a sua participação nessa pesquisa. Entretanto, por se tratar de uma pesquisa com teor sexual, quaisquer eventuais desconfortos, sentimentos de inconveniência ou vergonha na aplicação do procedimento serão ouvidos, respeitados e manejados conforme a assistência profissional da unidade prisional. Assumiremos responsabilidade por quaisquer situações não previstas anteriormente e que sejam decorrentes de sua participação na pesquisa. Reconhecemos a condição de vulnerabilidade da população encarcerada e conduziremos nossas ações tendo sempre presente o cuidado para com este aspecto.

Benefícios que poderão ser obtidos para o participante da pesquisa e/ou coletividade: Com esta pesquisa pretendemos compreender mais um aspecto do fenômeno da violência sexual. Conhecer como os sujeitos julgam palavras sexuais pode auxiliar a entender os processos mentais que estão por trás dos comportamentos violentos sexuais e das consequências da violência sexual.

Você receberá respostas a qualquer pergunta ou esclarecimento de qualquer dúvida quanto aos procedimentos, riscos benefícios e outros assuntos relacionados com pesquisa. Assumimos o compromisso de proporcionar informação atualizada obtida durante o estudo, ainda que esta possa afetar sua vontade em continuar participando.

Esclarecimentos:

Como participante desta pesquisa, você tem garantia de:

1. Acesso, a qualquer tempo, às informações sobre procedimentos, riscos e benefícios relacionados à pesquisa, inclusive para dirimir eventuais dúvidas;
2. Liberdade de retirar seu consentimento a qualquer momento e de deixar de participar do estudo; sem que isto traga prejuízo à continuidade da assistência;
3. Confidencialidade, sigilo e privacidade, mesmo em futuras publicações científicas decorrentes dos dados obtidos nesta pesquisa;
4. Esclarecimento sobre a forma de acompanhamento e assistência a que terão direito os participantes da pesquisa, inclusive considerando benefícios e acompanhamentos posteriores ao encerramento e/ou a interrupção da pesquisa;

Aspecto Legal: Este Termo foi elaborado de acordo com as diretrizes e normas regulamentadas de pesquisa envolvendo seres humanos atendendo à Resolução n.º 466, de 12 de dezembro de 2012, do Conselho Nacional de Saúde do Ministério de Saúde – Brasília – DF.

Local da Pesquisa: Unidade prisional Sorocaba II

Contato com os pesquisadores:

Prof. Dr. Marcelo Fernandes Costa

Mestranda: Tiliê Naomi Nunomura

Endereço: Avenida Professor Mello Moraes, 1721, Bloco A sala E9. Butantã – São Paulo –

CEP 05508-900 – Tel: (11) 3091-1918/4263

Comitê de Ética em Pesquisa - SAP:

Endereço: Rua Líbero Badaró, 600, 5º andar– Centro – São Paulo – CEP 01008-000

Tel: (11) 3775-8108 – email: comitedeetica@sap.sp.gov.br

Canal de Atendimento para Denúncias ou Reclamações:

Endereço: Rua Líbero Badaró, 600, 4º andar – E-mail: ouvidoria@sap.sp.gov.br

Comitê de Ética em Pesquisa do Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo:

Endereço: Av. Professor Mello Moraes, 1721 – Bloco G, 2º andar, sala 27 – CEP 05508-030 – Cidade Universitária – São Paulo/SP – Tel: (11) 3091-4182 – email: ceph.ip@usp.br

Consentimento pós-esclarecido:

Declaro estar esclarecido (a) pelo pesquisador (a) e ter entendido o que me foi explicado, consinto em participar do presente Protocolo de Pesquisa.

São Paulo, _____ de _____ de _____.

Assinatura do participante de pesquisa

Assinatura do (a) pesquisador

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

ESCALONAMENTO PSICOFÍSICO DA ATITUDE SEXUAL COMO FERRAMENTA DE INVESTIGAÇÃO DE VIOLÊNCIA SEXUAL

Pesquisadora: Tiliê Naomi Nunomura

Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo

Departamento de Psicologia Experimental

Orientações à participante:

O termo de consentimento livre e esclarecido é um documento importante, pois garante que os seus direitos como participante da pesquisa serão respeitados. Ele contém todas as informações necessárias sobre a pesquisa que você irá participar. Importante:

- Leia este documento com atenção;
- Somente assine após ter certeza de que compreendeu bem e de que quer realmente participar.
- Você poderá desistir em qualquer momento de sua participação nesta pesquisa.

Este documento é feito em duas vias: uma via fica com a pesquisadora e a outra fica com a participante.

A senhora está sendo convidada a participar de um estudo cuja proposta é avaliar de maneira quantitativa (numérica) as distâncias entre descritores (palavras) relacionadas a atitude sexual por medida psicofísica de escalonamento subjetivo. A medida Psicofísica por Escalonamento Subjetivo consiste na obtenção de uma métrica (régua) que mede distâncias entre nossos julgamentos a respeito de atitudes sexuais. Através desse método, iremos estudar, com base nas suas escolhas das palavras, o modo como você dá importância para elas, medindo o quanto você prefere uma mais do que outras. Dessa maneira, poderemos compreender aspectos envolvidos no fenômeno da violência sexual.

Para a execução deste teste, serão apresentados aos pares, numa tela de computador, palavras que tenham algum conteúdo sexual. Conforme os pares de palavras forem aparecendo, sua tarefa será a de escolher qual das duas palavras apresenta um conteúdo sexual mais forte.

Não prevemos riscos com a sua participação nessa pesquisa. Entretanto, por se tratar de uma pesquisa com teor sexual, quaisquer eventuais desconfortos, sentimentos de inconveniência ou vergonha na aplicação do procedimento serão ouvidos, respeitados e manejados conforme a assistência profissional do Hospital Pérola Byington. Assumiremos responsabilidade por quaisquer situações não previstas anteriormente e que sejam decorrentes de sua participação na pesquisa. Reconhecemos a condição de vulnerabilidade da população em situação de violência sexual e conduziremos nossas ações tendo sempre presente o cuidado para com este aspecto.

Sua participação é totalmente voluntária e com ela poderemos conhecer como os sujeitos julgam palavras sexuais, auxiliando a entender os processos mentais que estão por trás dos comportamentos violentos sexuais e das consequências da violência sexual. Com esse estudo não pretendemos apresentar fatores explicativos para o seu comportamento nem para os dos sujeitos envolvidos em violência sexual, tratando-se portanto de uma pesquisa descritiva.

Você receberá respostas a qualquer pergunta ou esclarecimento de qualquer dúvida quanto aos procedimentos, riscos, benefícios e outros assuntos relacionados com pesquisa. Também lhe é garantido o direito de desistir da pesquisa a qualquer momento em que desejar, sem penalização alguma. Assumimos o compromisso de proporcionar informação atualizada obtida durante o estudo, ainda que esta possa afetar sua vontade em continuar participando.

Os dados serão sigilosos e suas informações pessoais como o nome, idade, endereço ou qualquer outro que possa lhe identificar não serão divulgados. Como este não é um teste de diagnóstico não teremos a possibilidade de identificar qualquer alteração psicológica nem será fornecido um laudo ou atestado. Os gastos necessários para a sua participação na pesquisa serão assumidos pelos pesquisadores.

Este Termo será apresentado em duas vias, permanecendo uma em seu poder e outra com a pesquisadora, ambas assinadas pelas partes. Este Termo foi elaborado de acordo com as diretrizes e normas regulamentadas de pesquisa envolvendo seres humanos atendendo à Resolução n.º 466, de 12 de dezembro de 2012, do Conselho Nacional de Saúde do Ministério de Saúde – Brasília – DF

Contato com a Pesquisadora:

Tiliê Naomi Nunomura

Universidade de São Paulo, Instituto de Psicologia, Departamento de Psicologia Experimental

Endereço: Avenida Professor Mello Moraes, 1721, Bloco A, sala E9. Cidade Universitária – São Paulo – CEP 05508-900 – Tel: (11) 3091-1918/4263

Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos do Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo

Endereço: Av. Professor Mello Moraes, 1721, Bloco G, 2º andar, sala 27. Cidade Universitária – São Paulo – CEP 05508-030 – Email: ceph.ip@usp.br – Tel: (11) 3091-4182

Hospital Pérola Byington

Endereço: Avenida Brigadeiro Luís Antônio, 683. Bela Vista – São Paulo – CEP 01317-000 – Tel (11) 3248-8000

Após a leitura deste documento e ter tido a oportunidade de conversar com a pesquisadora, para esclarecer todas as minhas dúvidas, acredito estar suficientemente informado, ficando claro para mim que minha participação é voluntária e que posso retirar este consentimento a qualquer momento sem penalidades ou perda de qualquer benefício. Estou ciente também dos procedimentos aos quais serei submetido, dos possíveis danos ou riscos deles provenientes e da garantia de confidencialidade e esclarecimentos sempre que desejar. Diante do exposto expresso minha concordância de espontânea vontade em participar deste estudo.

São Paulo, _____ de _____ de _____.

Assinatura da participante da pesquisa

Assinatura do pesquisador

Nome da participante _____

Documento de identidade N° _____ Data de nascimento ____/____/____

Endereço _____ N° _____

Bairro _____ Cidade _____

CEP _____ Telefone _____

APÊNDICE B – Distâncias psicológicas dos oito termos sexuais de acordo com variáveis coletadas

	gemer	esfregar	agarrar	nudez	beijo	toque	cheiro	cócegas
Controle mulheres	2,433	1,924	1,911	1,769	1,770	1,628	1,292	0,000
Controle homens	1,418	0,716	0,822	0,932	0,973	0,502	0,159	0,000
Controle ≤28 anos	2,186	1,599	1,598	1,390	1,228	0,978	0,562	0,000
Controle >28 anos	1,242	0,499	0,664	0,981	1,301	0,814	0,572	0,000
Mulheres ≤28	2,508	2,003	1,971	1,617	1,551	1,466	1,043	0,000
Mulheres >28	2,354	1,650	1,706	2,404	2,640	2,226	2,141	0,000
Homens ≤28	1,893	1,208	1,241	1,216	0,945	0,496	0,079	0,000
Homens >28	1,025	0,250	0,457	0,680	1,023	0,513	0,207	0,000
Sobreviventes ≤30 anos	2,053	2,880	2,765	2,197	1,048	1,871	0,898	0,000
Sobreviventes >30 anos	1,042	1,283	1,387	1,374	1,024	1,578	1,371	0,000
Controle EJA	0,975	0,266	0,608	0,673	0,925	0,593	0,163	0,000
Reeducandos s.e.m.c	0,446	0,632	0,518	0,532	0,301	0,294	0,000	0,131
Controle homens c.e.m.c	1,998	1,211	1,080	1,251	1,067	0,417	0,167	0,000
Reeducandos c.e.m.c.	1,051	0,798	0,597	2,826	2,663	1,250	1,333	0,000
Controle c.e.m.c.	2,193	1,583	1,522	1,503	1,427	1,084	0,782	0,000

SOBREVIVENTES

Com informação	1,416	1,770	1,849	1,678	0,964	1,640	1,177	0,000
Sem informação	1,398	2,085	2,514	1,631	1,305	1,778	0,954	0,000
30 anos ou menos	2,053	2,880	2,765	2,197	1,048	1,871	0,898	0,000
Mais de 30 anos	1,042	1,283	1,387	1,374	1,024	1,578	1,371	0,000
Data da violência em 2016	1,533	2,034	2,090	1,782	0,982	1,618	1,090	0,000
Data da violência antes de 2016	1,090	1,000	1,163	1,423	0,948	1,808	1,521	0,000
Com histórico de abuso infantil	0,798	1,766	1,729	0,690	0,302	1,643	1,650	0,000
Sem histórico de abuso infantil	1,484	1,777	1,870	1,790	1,028	1,648	1,137	0,000
Com histórico de recorrência	1,210	1,817	1,633	1,402	0,752	1,646	1,508	0,000
Sem histórico de recorrência	1,521	1,793	1,970	1,841	1,068	1,614	1,059	0,000
Com estupro de vulnerável	1,262	1,727	1,706	1,257	0,773	1,498	1,228	0,000
Sem estupro de vulnerável	1,465	1,772	1,895	1,790	1,017	1,684	1,176	0,000
Com gravidez	1,422	1,841	2,018	1,847	0,990	1,590	1,068	0,000
Sem gravidez	1,431	1,674	1,538	1,367	0,932	1,777	1,417	0,000

	gemer	esfregar	agarrar	nudez	beijo	toque	cheiro	cócegas
Perpetrador conhecido	1,760	2,569	2,465	1,906	1,102	1,953	1,469	0,000
Perpetrador desconhecido	1,121	1,317	1,516	1,509	0,850	1,427	1,043	0,000
Perpetrador em liberdade/ foragido	1,543	2,374	2,201	1,853	0,885	1,849	1,288	0,000
Situação desconhecida	1,324	1,430	1,598	1,568	0,974	1,535	1,164	0,000
Registraram BO	1,341	1,586	1,582	1,669	1,049	1,783	1,375	0,000
Não registraram BO	1,505	1,738	2,264	2,049	0,882	1,543	0,961	0,000

REEDUCANDOS

44 anos ou menos	0,558	0,498	0,485	0,901	0,600	0,408	0,016	0,000
Mais de 44 anos	0,211	0,587	0,264	0,450	0,380	0,201	0,191	0,000
Com relação estável	0,383	0,320	0,000	0,688	0,579	0,261	0,097	0,117
Sem relação estável	0,575	0,819	0,892	0,933	0,581	0,454	0,285	0,000
Reincidentes	0,511	0,302	0,562	0,880	1,137	0,961	0,005	0,000
Não reincidentes	0,244	0,492	0,306	0,556	0,349	0,084	0,056	0,000
Reincidentes por crime sexual	0,031	0,318	0,408	1,388	1,673	0,836	0,440	0,000
Reincidentes por crime não sexual	2,077	0,960	1,494	1,137	1,348	1,706	0,000	0,572
Preso antes da nova lei de 2009	0,784	1,155	1,059	0,760	0,768	0,980	0,006	0,000
Preso depois da nova lei de 2009	0,368	0,428	0,284	0,729	0,477	0,226	0,112	0,000
Data do crime antes da nova lei de 2009	0,334	0,694	0,313	0,893	0,668	0,293	0,009	0,000
Data do crime depois da nova lei de 2009	0,756	0,933	0,924	1,068	0,859	1,044	0,501	0,000
Pouca pena cumprida	0,675	0,924	0,730	1,032	0,600	0,483	0,219	0,000
Muita pena cumprida	0,234	0,236	0,236	0,558	0,711	0,413	0,202	0,000
Com estupro de vulnerável	0,345	0,572	0,482	0,759	0,451	0,360	0,026	0,000
Sem estupro de vulnerável	1,865	0,393	0,341	3,489	2,941	2,559	2,906	0,000
Intrafamiliares à vítima	0,069	0,244	0,044	0,293	0,281	0,106	0,062	0,000
Extrafamiliares à vítima	0,298	0,650	0,787	1,125	0,993	0,708	0,030	0,000
Única vítima	0,168	0,458	0,288	0,467	0,224	0,023	0,000	0,101
Mais de uma vítima	0,287	0,403	0,363	0,820	1,129	0,811	0,256	0,000
Abuso único	0,432	0,465	0,000	0,579	1,389	1,189	0,799	0,734
Abuso recorrente	0,254	0,229	0,149	0,745	0,559	0,068	0,167	0,000
Cometeram suicídio	0,000	0,867	0,311	0,058	0,745	0,573	0,394	0,491
Não cometeram suicídio	0,456	0,491	0,487	0,826	0,519	0,305	0,048	0,000

ANEXO A – Pareceres dos três Comitês de Ética

INSTITUTO DE PSICOLOGIA
DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: Escalonamento psicofísico da atitude sexual como ferramenta de investigação de violência sexual

Pesquisador: Tiliê Naomi Nunomura

Área Temática:

Versão: 2

CAAE: 50696215.9.0000.5561

Instituição Proponente: UNIVERSIDADE DE SAO PAULO

Patrocinador Principal: MINISTERIO DA EDUCACAO

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 1.354.731

Apresentação do Projeto:

Trata-se de projeto de dissertação de mestrado intitulado "Escalonamento psicofísico da atitude sexual como ferramenta de investigação de violência sexual", apresentado pela mestranda Tiliê Naomi Nunomura, sob orientação do Prof. Dr. Marcelo Fernandes da Costa, no âmbito do Instituto de Psicologia da USP, que visa submeter à pesquisa 210 indivíduos divididos em três grupos formados por adultos com idade média de 25 anos (todos, porém, maiores de 18 anos). Um grupo, recrutado entre detentos de uma unidade prisional (Sorocaba II) será composto por 30 indivíduos, provavelmente homens, condenados pela prática de violência sexual (consta anuência e documentação adicional exigida pela Secretaria de Administração Penitenciária do Estado de São Paulo). Outro grupo, recrutados entre pacientes do Hospital Pérola Byington, em São Paulo, será composto por 30 indivíduos de sexo feminino, vítimas de violência sexual (consta declaração da pesquisadora de que o Hospital Pérola Byington só emitirá a carta de anuência depois de analisar o Parecer deste CEP). Por fim, grupo controle formado por 150 indivíduos, balanceado entre homens e mulheres. Quanto a este grupo, a cooptação se dará na Universidade de São Paulo e a pesquisadora não indagará explicitamente dos participantes se eles tiverem participação em algum caso de violência sexual, reconhecendo a possibilidade de existir neste amostra indivíduos que tenham sido autores ou vítimas de violência sexual. Neste caso, se a situação for espontaneamente informada, o indivíduo será excluído. Na hipótese de não evidenciar a pesquisadora reconhece a possibilidade de distorção da amostra, mas informa acreditar que isso ocorrerá em número pequeno. A coleta dos dados com os entrevistados está prevista para ocorrer ao longo de 2016.

Objetivo da Pesquisa:

O objetivo da pesquisa de mestrado é o de construir distâncias métricas psicológicas entre os atributos de atitudes sexuais em adultos saudáveis e em sujeitos violentadores e violentados sexualmente. Método: Oito descritores de atitude sexual serão utilizados (nudez, beijo, toque, cócegas, esfregar, cheiro, gemer e agarrar). A avaliação se dará pelo método de escolha forçada de julgamento de pares, um modelo

estabelecido para julgamentos discriminativos, o qual pode ser descrito psico-fisicamente pela Lei do Julgamento Comparativo. Cada sujeito realizará julgamentos por pares de descritores. Cada par de descritor sexual será aleatoriamente apresentado quatro vezes, nas quais em metade das vezes a ordem de apresentação dos descritores será invertida, A X B para B X A. O Caso V de Thurstone será usado para calcular psicofisicamente as distâncias subjetivas de cada um dos descritores. Análises estatísticas serão realizadas para evidenciar distorções e diferenças significativas entre as distâncias subjetivas. Assim, são objetivos específicos: 1) compreender as distâncias psicológicas dos descritores de atitudes sexuais em cada grupo experimental e 2) analisar possíveis distorções métricas entre os grupos experimentais.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Afirma, no projeto, não haver riscos, mas reconhece a possibilidade de desconforto nos TCLEs. Como benefício aponta que o "conhecimento das distâncias subjetivas para descritores sexuais em adultos jovens saudáveis e em violentadores e violentados sexuais podem nos auxiliar a entender os processos mentais que estão por trás dos comportamentos violentos sexuais e das consequências da violência sexual", acrescentando em todos os TCLEs que "Com esse estudo não pretendemos apresentar fatores explicativos para o seu comportamento nem para os dos sujeitos envolvidos em violência sexual, tratando-se portanto de uma pesquisa descritiva".

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

Será usado o método caso V de Thurstone (1927, 1928). O cálculo das distâncias subjetivas será realizado pela equação: $S = \sum_{j \neq i} x_{ij}^2$

onde S é a distância subjetiva de discriminação, x é a frequência na qual o estímulo i for julgado de maior dimensão que o estímulo j e a distribuição da frequência de escolha. Uma vez que se considera cada estímulo como independente e a aleatorização na ordem de apresentação tende a eliminar os fatores de confusão conotativos e possíveis vieses, assume-se que a dispersão é idêntica para cada estímulo e portanto multiplica-se por 1 o valor de .

Além disso, será realizada uma avaliação estatística descritiva completa, com medidas de tendência central, variância e intervalo de confiança. A comparação entre grupos ocorrerá por medidas de variância como ANOVA de um fator e medidas de correlações com outros dados pertinentes como idade, sexo etc.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Atendidas as recomendações vigentes quanto à instrução do projeto. São apresentados três diferentes TCLEs, um para cada um dos grupos descritos acima, inclusive com a apresentação de logotipos diferentes conforme o grupo (Instituto de Psicologia-Universidade de São Paulo; Secretaria de Administração Penitenciária e Hospital Pérola Byington). Cada um deles utiliza uma linguagem adequada à condição dos participantes. Há identificação do grupo a que pertence o respondente, o que poderia gerar estigmatização ou indução. Não obstante, atendendo à recomendação deste CEP a pesquisadora compromete-se em retirar a informação quando da apresentação aos indivíduos entrevistados.

Recomendações:

Não há.

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Não há.

Considerações Finais a critério do CEP:

Se o projeto prevê aplicação de TCLE, todas as páginas do documento deverão ser rubricadas pelo pesquisador e pelo voluntário e a última página assinada por ambos, conforme Carta Circular no 003/2011 da CONEP/CNS. Salientamos que o pesquisador deve desenvolver a pesquisa conforme delineada no protocolo aprovado. Eventuais modificações ou emendas ao protocolo devem ser apresentadas ao CEPH de forma clara e sucinta, identificando a parte do protocolo a ser modificada e suas justificativas. Lembramos que esta modificação necessitará de aprovação ética do CEPH antes de ser implementada. De acordo com a Res. CNS 466/12, o pesquisador deve apresentar a este CEP/SMS o relatório final do projeto desenvolvido, conforme preenchimento de Protocolo disponível na página do Comitê de Ética em Pesquisa

com Seres Humanos do IPUSP, do site do IPUSP. Em seguida, o protocolo preenchido deverá ser enviado ao CEPH pela Plataforma Brasil, ícone Notificação, logo que o mesmo estiver concluído.

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_600808.pdf	12/11/2015 20:42:52		Aceito
Outros	Respostas_as_recomendacoes_do_CEPH_IPUSP.docx	12/11/2015 20:42:27	Tiliê Naomi Nunomura	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	Projeto_Mestrado.docx	12/11/2015 20:40:09	Tiliê Naomi Nunomura	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	Termo_de_consentimento_livre_e_esclarecido_3_Modelos.docx	12/11/2015 20:39:58	Tiliê Naomi Nunomura	Aceito
Outros	Curriculo_Lattes.pdf	30/10/2015 11:39:11	Tiliê Naomi Nunomura	Aceito
Outros	SAP_Planilha_de_custo_ASSINADO.pdf	30/10/2015 11:38:11	Tiliê Naomi Nunomura	Aceito
Outros	SAP_Planilha_de_custos.doc	30/10/2015 11:37:57	Tiliê Naomi Nunomura	Aceito
Outros	SAP_Termo_de_Responsabilidade_do_CEP_SAPII_ASSINADO.pdf	30/10/2015 11:37:36	Tiliê Naomi Nunomura	Aceito
Outros	SAP_Formulario_para_obtencao_de_anuencia_para_realizacao_de_pesquisa_ASSINADO.pdf	30/10/2015 11:37:11	Tiliê Naomi Nunomura	Aceito
Outros	SAP_Folha_de_rosto_sintese_de_projeto_vara_de_execucoes_ASSINADO.pdf	30/10/2015 11:36:35	Tiliê Naomi Nunomura	Aceito
Outros	SAP_Folha_de_rosto_sintese_de_projeto_vara_de_execucoes.doc	30/10/2015 11:34:22	Tiliê Naomi Nunomura	Aceito
Outros	Carta_de_anuencia.pdf	30/10/2015 11:31:51	Tiliê Naomi Nunomura	Aceito
Declaração de Pesquisadores	Declaracao_assinada.pdf	30/10/2015 11:31:19	Tiliê Naomi Nunomura	Aceito
Folha de Rosto	Folhaderosto.pdf	29/10/2015 16:29:49	Tiliê Naomi Nunomura	Aceito

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

SAO PAULO, 07 de Dezembro de 2015

Assinado por:
Helena Rinaldi Rosa
(Coordenador)

Endereço: Av. Prof. Mello Moraes, 1721 - Bl. "G" sala 27

Bairro: Cidade Universitária

CEP: 05.508-030

UF: SP

Município: SAO PAULO

Telefone: (11)3091-4182

E-mail: ceph.ip@usp.br

CENTRO DE REFERÊNCIA DA SAÚDE DA MULHER - CRSM

PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

Elaborado pela Instituição Coparticipante

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: Escalonamento psicofísico da atitude sexual como ferramenta de investigação de violência sexual

Pesquisador: Tiliê Naomi Nunomura

Área Temática:

Versão: 1

CAAE: 50696215.9.3002.0069

Instituição Proponente: UNIVERSIDADE DE SAO PAULO

Patrocinador Principal: MINISTERIO DA EDUCACAO

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 1.705.462

Apresentação do Projeto:

Sexualidade constitui uma condição complexa fundamental da vida humana que envolve aspectos biológicos, sociais e psicológicos. Uma parcela desse fenômeno é representada pela violência sexual, um problema de saúde pública mundial, cuja compreensão é de extrema relevância. A quantificação de distâncias psicológicas por uma escala psicofísica pode contribuir na compreensão da atitude sexual mais objetivamente, constituindo-se em um instrumento para estudar domínios psicológicos de vítimas e abusadores sexuais. Objetivo: Nosso objetivo é o de construir distâncias métricas psicológicas entre os atributos de atitudes sexuais em adultos saudáveis e em sujeitos violentadores e violentados

sexualmente. Método: Oito descritores de atitude sexual serão utilizados (nudex, beijo, toque, cócegas, esfregar, cheiro, gemer e agarrar). A avaliação se dará pelo método de escolha forçada de julgamento de pares, um modelo estabelecido para julgamentos discriminativos, o qual pode ser descrito psicofisicamente pela Lei do Julgamento Comparativo. Nossa casuística prevista é de 150 adultos saudáveis, com idade média de 25

anos, balanceados entre homens e mulheres. Adicionalmente, 30 sujeitos violentadores sexuais e 30 sujeitos sexualmente violentados, com as mesmas características de idade, sexo e sócio-demográficas também serão avaliados. Cada sujeito realizará julgamentos por pares de

descritores. Cada par de descrito sexual será aleatoriamente apresentado quatro vezes, nas quais em metade das vezes a ordem de apresentação dos descritores será invertida, A X B para B X A. O Caso V de Thurstone será usado para calcularmos psicofisicamente as distâncias subjetivas de cada um dos descritores. Análises estatísticas serão realizadas para evidenciar distorções e diferenças significativas entre as distâncias subjetivas.

Objetivo da Pesquisa:

Compreender as distâncias psicológicas entre descritores de atitudes sexuais para construir distâncias psicológicas entre discriminações de atitudes sexuais em sujeitos normais e analisar possíveis distorções métricas em violentadores e violentados sexuais.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Riscos: Não há riscos evidentes Benefícios: O conhecimento das distâncias subjetivas para descritores

sexuais em adultos jovens saudáveis e em violentadores e violentados sexuais podem nos auxiliar a entender os processos mentais que estão por trás dos comportamentos violentos sexuais e das consequências da violência sexual.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

A casuística prevista é de 150 adultos saudáveis, com idade média de 25 anos, balanceados entre homens e mulheres. Adicionalmente, 30 sujeitos violentadores sexuais e 30 sujeitos sexualmente violentados, com as mesmas características de idade, sexo e sócio-demográficas também serão avaliados. Equipamento: computador portátil com tela de 11 polegadas. Procedimento: Ressalta-se a importância, antes de se iniciar o procedimento descrito abaixo, de se estabelecer uma relação de confiança com os sujeitos, principalmente dos grupos dos abusadores sexuais e das vítimas de violência sexual. Assim, com esse intuito e se possível, conforme a disponibilidade das instituições, unidade prisional Sorocaba II e Hospital Pérola Byington, respectivamente, o contato com os participantes através de uma entrevista inicial e/ou acompanhamento em atividades internas será uma rica oportunidade para conversar com os sujeitos sobre suas histórias de vida, colaborando para a seleção dos participantes. Uma vez selecionados os participantes, a coleta dos dados será feita por meio do seguinte procedimento: oito termos de atitude sexual (nudez, beijo, toque, cócegas, esfregar, cheiro, gemer, agarrar) serão avaliados em um modelo de escolha forçada, um modelo bem conhecido de discriminação descrito pela Lei de Comparação de Julgamentos. A avaliação da discriminação de atitude sexual consistirá em uma tarefa de comparação de pares, na qual cada par de termos sexuais será apresentada aleatoriamente 4 vezes para cada participante. Em metadadas apresentações, os termos terão sua ordem invertida de A X B para B X A. Em um computador, cada sujeito terá a tarefa de escolher, dentre o par de termos, qual que ele julgar ter maior conteúdo sexual. As instruções serão: "Neste experimento serão apresentados pares de palavras; Sua tarefa é a de escolher qual das palavras apresenta maior conteúdo sexual; Importante: este não é um experimento de memória e sim de julgamento. Assim, não tente lembrar de julgamentos anteriores, agindo para cada par como se fosse o primeiro, escolhendo a palavra, para aquele par, de maior conteúdo sexual." Todo o procedimento visará seguir os princípios da bioética, quais sejam: não maleficência, beneficência, autonomia e justiça, descritos por Loch (2002). Tendo em vista a não maleficência, não será intencionalmente causado mal e/ou danos aos sujeitos, mesmo com a ciência de que tal risco é inseparável das medidas que serão tomadas no decorrer da pesquisa. Não apenas isso; pela beneficência, conhecimentos e habilidades profissionais serão utilizados com o intuito de contribuir para o bem estar dos sujeitos e para que, na tomada de decisão, sejam minimizados os riscos e maximizados os benefícios deste procedimento. Considerando, ainda, que a "autonomia é a capacidade de uma pessoa para decidir fazer ou buscar aquilo que ela julga ser o melhor para si mesma" (Loch, 2002, p. 4), tal princípio será respeitado ao preservar o direito da pessoa de ter um projeto de vida próprio, com seus pontos de vista pessoais, aceitando o pluralismo ético-social que se configura em nossa sociedade. Para que os sujeitos possam tomar decisões autônomas, faz-se imprescindível que eles compreendam adequadamente as condições no momento da coleta de dados através da oferta de informação mais completa possível. Por fim, entendendo que a justiça se relaciona com distribuição e acesso, a toda pessoa, de bens e recursos considerados comuns, a pesquisa será fundamentada na premissa que as pessoas têm "igualdade de direitos, equidade na distribuição de bens, riscos e benefícios, respeito às diferenças individuais e a busca de alternativas para atendê-las, liberdade de expressão e igual consideração dos interesses envolvidos nas relações do sistema de saúde [ou seja qual ele for], dos profissionais e dos usuários."

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

De acordo com a Resolução 466/12 desta CONEP. TCLE elaborado com linguagem de fácil entendimento.

Recomendações:

N.D.N.

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Nenhuma pendência ou indequação.

Considerações Finais a critério do CEP:

De acordo com o parecer do relator.

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_764561_E2.pdf	25/07/2016 17:44:33		Aceito
Outros	Carta_de_Anuencia_Centro_de_Referencia_da_Saude_da_Mulher.jpg	25/07/2016 17:41:12	Tiliê Naomi Nunomura	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	Projeto_Mestrado.docx	07/04/2016 00:54:37	Tiliê Naomi Nunomura	Aceito
Outros	Respostas_as_recomendacoes_do_CEPH_IPUSP.docx	12/11/2015 20:42:27	Tiliê Naomi Nunomura	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	Termo_de_consentimento_livre_e_esclarecido_3_Modelos.docx	12/11/2015 20:39:58	Tiliê Naomi Nunomura	Aceito
Outros	Curriculo_Lattes.pdf	30/10/2015 11:39:11	Tiliê Naomi Nunomura	Aceito
Outros	SAP_Planilha_de_custo_ASSINADO.pdf	30/10/2015 11:38:11	Tiliê Naomi Nunomura	Aceito
Outros	SAP_Planilha_de_custos.doc	30/10/2015 11:37:57	Tiliê Naomi Nunomura	Aceito
Outros	SAP_Termo_de_Responsabilidade_do_CEP_SAPII_ASSINADO.pdf	30/10/2015 11:37:36	Tiliê Naomi Nunomura	Aceito
Outros	SAP_Formulario_para_obtencao_de_anuencia_para_realizacao_de_pesquisa_ASSINADO.pdf	30/10/2015 11:37:11	Tiliê Naomi Nunomura	Aceito
Outros	SAP_Folha_de_rosto sintese_de_projeto_vara_de_execucoes_ASSINADO.pdf	30/10/2015 11:36:35	Tiliê Naomi Nunomura	Aceito
Outros	SAP_Folha_de_rosto sintese_de_projeto_vara_de_execucoes.doc	30/10/2015 11:34:22	Tiliê Naomi Nunomura	Aceito
Outros	Carta_de_anuencia.pdf	30/10/2015 11:31:51	Tiliê Naomi Nunomura	Aceito
Declaração de Pesquisadores	Declaracao_assinada.pdf	30/10/2015 11:31:19	Tiliê Naomi Nunomura	Aceito
Folha de Rosto	Folhaderosto.pdf	29/10/2015 16:29:49	Tiliê Naomi Nunomura	Aceito

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

SAO PAULO, 31 de Agosto de 2016

Assinado por:

Roberto Euzebio dos Santos
(Coordenador)

Endereço: Av. Brigadeiro Luiz Antonio, 683

Bairro: Bela Vista

CEP: 01.317-010

UF: SP

Município: SAO PAULO

Telefone: (11)3248-8087

Fax: (11)3248-8080

E-mail: dircient@ig.com.br

SECRETARIA DA
ADMINISTRAÇÃO
PENITENCIÁRIA DE SÃO

PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

Elaborado pela Instituição Coparticipante

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: Escalonamento psicofísico da atitude sexual como ferramenta de investigação de violência sexual

Pesquisador: Tiliê Naomi Nunomura

Área Temática:

Versão: 1

CAAE: 50696215.9.3001.5563

Instituição Proponente: UNIVERSIDADE DE SAO PAULO

Patrocinador Principal: MINISTERIO DA EDUCACAO

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 1.385.650

Apresentação do Projeto:

O projeto foi apresentado satisfatoriamente.

Objetivo da Pesquisa:

Construir uma escala de distâncias psicológicas de descritores de atitudes sexuais para três grupos: abusadores sexuais, vítimas de violência sexual, e controle.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Foram avaliados satisfatoriamente.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

A pesquisa visa abordar 150 adultos saudáveis, maiores de 18 anos e idade média de 25 anos, 30 sujeitos violentadores sexuais, 30 sujeitos sexualmente violentados, com características semelhantes ao grupo controle. Cada sujeito realizará julgamentos por pares de descritores (8 descritores de atitudes sexuais serão utilizados). Cada par de descritor sexual será aleatoriamente apresentado quatro vezes, nas quais metade das vezes a ordem de apresentação será invertida. A finalidade será comparar os resultados obtidos em cada grupo, analisá-los e atender ao objetivo da pesquisa. O conhecimento obtido poderá "auxiliar a entender os processos mentais que estão por trás dos comportamentos violentos sexuais e da violência sexual". Além disto, a pesquisadora pretende "apresentar os resultados obtidos em congressos científicos e publicação de artigos

científicos em revistas indexadas de alto impacto e circulação internacional". Na unidade prisional, haverá consulta aos prontuários dos sujeitos envolvidos. O projeto está construído satisfatoriamente, com título apropriado e introdução e justificativas desenvolvidas com clareza e adequado e claro embasamento teórico. Porém, ressalta-se que o critério de inclusão e seleção dos participantes da unidade prisional deva ser melhor esclarecido, talvez estabelecendo o critério referente ao tipo de delito ou conduta praticada. Caso a pesquisadora não aceite esta indicação deverá justificar a adoção de seleção tão ampla, pois para sua pesquisa pode dispensar tais especificações. Também é necessário informar a duração do encontro com os participantes da unidade prisional, tanto no projeto como no TCLE. Há a perspectiva, por parte da

pesquisadora, de "estabelecer vínculo de confiança com os participantes, principalmente dos grupos do prisional Sorocaba II (sic)...". Alertamos a pesquisadora que a perspectiva de vínculo entre o pesquisador e o participante pertencente ao ambiente prisional é sempre ambígua, portanto, pode não se estabelecer vínculo de acordo com a expectativa da pesquisadora. TCLE:A) Houve preocupação de adequar a linguagem à população estudada. Porém ainda sugiro esclarecer o significado de "escala" (talvez colocando um sinônimo entre parênteses);B) Em "procedimentos que serão utilizados e propósitos", para dar o real sentido à oração, é necessário acrescentar uma vírgula após a palavra apresentados.C) Em "esclarecimentos" o item 4 dá a falsa ideia de que os participantes serão diretamente beneficiados pela pesquisa. Solicito que seja excluído. Ainda aponto que o cronograma está incompleto pois não apresenta a etapa objetivo do projeto: "construção de uma escala de distâncias psicológicas..."

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

TCLE:A) Houve preocupação de adequar a linguagem à população estudada. Porém ainda sugiro esclarecer o significado de "escala" (talvez colocando um sinônimo entre parênteses);B) Em "procedimentos que serão utilizados e propósitos", para dar o real sentido à oração, é necessário acrescentar uma vírgula após a palavra apresentados.C) Em "esclarecimentos" o item 4 dá a falsa ideia de que os participantes de que os participantes serão diretamente beneficiados pela pesquisa. Solicito que seja excluído. Ainda aponto que o cronograma está incompleto pois não apresenta a etapa objetivo do projeto: construção de uma escala de distâncias psicológicas..."Não há recomendações para os demais termos de apresentação obrigatória.

Recomendações:

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

No projeto:- Esclarecer critério de inclusão dos participantes da unidade prisional;- Esclarecer a duração prevista da entrevista, tanto no projeto como no TCLE;- No cronograma, incluir a etapa de construção da escala, objeto do projeto.- No TCLE:a) Explicitar, em parênteses, um sinônimo para a palavra escala;b) Em "procedimentos que serão utilizados e propósitos", para dar o real sentido à oração, é necessário acrescentar uma vírgula após a palavra apresentados;c) C) Em "esclarecimentos" o item 4 dá a falsa ideia de que os participantes de que os participantes serão diretamente beneficiados pela pesquisa. Solicito que seja excluído.

Considerações Finais a critério do CEP:

As alterações e adequações deve ser feitas num documento específico, mas também devem ser feitas no projeto e TCLE e, posteriormente, todos eles devem ser inseridos na Plataforma.

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_600808.pdf	12/11/2015 20:42:52		Aceito
Outros	Respostas_as_recomendacoes_do_CEP_IPUSP.docx	12/11/2015 20:42:27	Tiliê Naomi Nunomura	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	Projeto_Mestrado.docx	12/11/2015 20:40:09	Tiliê Naomi Nunomura	Aceito
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_600808.pdf	30/10/2015 11:42:26		Aceito
Outros	Curriculo_Lattes.pdf	30/10/2015 11:39:11	Tiliê Naomi Nunomura	Aceito
Outros	SAP_Planilha_de_custo_ASSINADO.	30/10/2015	Tiliê Naomi	Aceito

Outros	pdf	11:38:11	Nunomura	Aceito
Outros	SAP_Planilha_de_custos.doc	30/10/2015 11:37:57	Tiliê Naomi Nunomura	Aceito
Outros	SAP_Termo_de_Responsabilidade_do_CEP_SAPII_ASSINADO.pdf	30/10/2015 11:37:36	Tiliê Naomi Nunomura	Aceito
Outros	SAP_Formulario_para_obtencao_de_anuencia_para_realizacao_de_pesquisa_ASSINADO.pdf	30/10/2015 11:37:11	Tiliê Naomi Nunomura	Aceito
Outros	SAP_Folha_de_rosto_sintese_de_projeto_vara_de_execucoes_ASSINADO.pdf	30/10/2015 11:36:35	Tiliê Naomi Nunomura	Aceito
Outros	SAP_Folha_de_rosto_sintese_de_projeto_vara_de_execucoes.doc	30/10/2015 11:34:22	Tiliê Naomi Nunomura	Aceito
Outros	Carta_de_anuencia.pdf	30/10/2015 11:31:51	Tiliê Naomi Nunomura	Aceito
Declaração de Pesquisadores	Declaracao_assinada.pdf	30/10/2015 11:31:19	Tiliê Naomi Nunomura	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	Termo_de_consentimento_livre_e_esclarecido_3_Modelos.docx	29/10/2015 16:32:57	Tiliê Naomi Nunomura	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	Projeto_Mestrado.docx	29/10/2015 16:32:40	Tiliê Naomi Nunomura	Aceito
Folha de Rosto	Folhaderosto.pdf	29/10/2015 16:29:49	Tiliê Naomi Nunomura	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE_MODIFICADO.docx	21/10/2015 11:37:43	Tiliê Naomi Nunomura	Aceito
Outros	Formulario_para_obtencao_de_anuenciapara_realizacao_de_pesquisa_ASSINADO.pdf	21/10/2015 11:16:35	Tiliê Naomi Nunomura	Aceito
Outros	Curriculo_Lattes.pdf	21/10/2015 11:15:36	Tiliê Naomi Nunomura	Aceito
Outros	Termo_de_Responsabilidade_do_CEP_SAPII_ASSINADO.pdf	21/10/2015 11:11:49	Tiliê Naomi Nunomura	Aceito
Declaração de Pesquisadores	Declaracao_CEP_SAP_ASSINADA.pdf	21/10/2015 11:11:01	Tiliê Naomi Nunomura	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	Projeto_Mestrado.docx	21/10/2015 11:06:16	Tiliê Naomi Nunomura	Aceito

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

SAO PAULO, 08 de Janeiro de 2016

Assinado por:
Rosalice Lopes
(Coordenador)

Endereço: Rua Líbero Badaró, 600 - 5º andar**Bairro:** Centro**CEP:** 01.008-000**UF:** SP**Município:** SAO PAULO**Telefone:** (11)3775-8108**Fax:** (11)3775-8108**E-mail:** comitedeetica@sap.sp.gov.br